



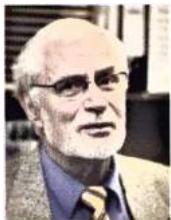
TEORIA DA HISTÓRIA

Uma teoria da história como ciência

JÖRN RÜSEN

Tradução
Estevão C. de Rezende Martins

Editora
UFPR



Jörn Rüsen, professor emérito da Universidade de Witten/Herdecke (Alemanha), foi professor nas universidades de Braunschweig, Berlim, Bochum e Bielefeld. Presidiu o Instituto de Estudos Avançados (KWI), de Essen, de 1997 a 2007. É autor de obras fundamentais nos campos da teoria, da metodologia e da didática da História, assim como da história dos direitos humanos e das ciências da cultura. Sua obra encontra grande eco internacional no Brasil, em Portugal, na Espanha, no Canadá, nos Estados Unidos, na Inglaterra e na África do Sul. É professor e conferencista visitante em diversas universidades alemãs e internacionais, notadamente no Brasil: Brasília, Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo. www.joern-ruesen.de

TEORIA DA HISTÓRIA

Uma teoria da história como ciência





Reitor

Zaki Akel Sobrinho

Vice-Reitor

Rogério Andrade Mulinari

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Deise Cristina de Lima Picanço

Diretora da Editora UFPR

Suzete de Paula Bornatto

Vice-Diretor da Editora UFPR

Cláudio de Sá Machado Júnior

Conselho Editorial

Allan Valenza da Silveira

David José de Andrade Silva

Edison Luiz Almeida Tizzot

Edmeire Cristina Pereira

Everton Passos

Ida Chapaval Pimentel

Marcia Santos de Menezes

Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt

Maria Cristina Borba Braga

Naotake Fukushima

Sérgio Luiz Meister Berleze

JÖRN RÜSEN

Professor emérito das Universidades de Bochum, Bielefeld e
Witten-Herdecke

TEORIA DA HISTÓRIA

Uma teoria da história como ciência

com ilustrações de Dan Perjovschi

Tradução

Estevão C. de Rezende Martins

Revisão técnica

Arthur Alfaix Assis

Editora
UFPR

© Jörn Rüsen
Historik Theorie der Geschichtswissenschaft
Boehlau - Verlag, Colônia

TEORIA DA HISTÓRIA

Uma teoria da história como ciência

1^a reimpressão: 2016

Coordenação editorial
Rachel Cristina Pavim

Revisão
Franciele Carmo Lemes

Revisão Técnica
Arthur Alfaix Assis

Projeto gráfico, edição eletrônica e capa
Reinaldo Weber

Imagem da capa
Inge Rüsen óleo sobre tela

Série Pesquisa, n. 270

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Biblioteca Central.
Coordenação de Processos Técnicos.

R9511 Teoria da história: uma teoria da história como ciência /
Rüsen, Jörn; tradução de Estevão C. de Rezende Martins. --
Curitiba: Editora UFPR, 2015.
324 p.: il. - (Série Pesquisa, 270)

ISBN 978-85-8480-004-9
Tradução de: *Historik Theorie der Geschichtswissenschaft*

1. História. 2. Teoria-metodologia da história. 3. Rüsen, Jörn.
1. Título. II. Série.

CDD 901
CDU 930

ISBN 978-85-8480-004-9
Ref. 793

Direitos desta edição reservados à
Editora UFPR

Rua João Negrão, 280, 2º andar, Centro
Tel.: (41) 3360-7489
80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br
2016



Para Holk Freytag

Sumário

A obra de Jörn Rüsen e sua relevância - Introdução à edição brasileira / 11

Prólogo / 21

Introdução / 25

Capítulo I: O que é a teoria da história? / 31

Capítulo II: Os fundamentos do pensamento histórico / 37

1. Como a história surge no mundo? / 38
2. As formas elementares da constituição histórica de sentido / 41
 - a) O que é sentido? / 41
 - b) Sentido do tempo / 43
 - c) Experiência histórica / 44
 - d) Interpretação histórica / 46
 - e) Orientação histórica I: o mundo / 47
 - f) Orientação histórica II: o eu / 48
 - g) Motivação / 49
 - h) A lógica narrativa da constituição histórica de sentido / 50
3. Excuso: contingência e liberdade / 54
4. Experiência de crise e constituição histórica de sentido – uma tipologia / 55

Capítulo III: História como ciência / 59

1. Sentido histórico e ciência / 60
2. Método e verdade / 61
3. Critérios de verdade do pensamento histórico / 63
4. Ciência: validade intercultural ou relatividade específica da cultura? / 69
5. Matriz disciplinar I: o sistema dos cinco fatores / 72
 - a) Os cinco fatores do conhecimento histórico / 74
 - b) Necessidade de interpretar e carência de orientação / 75
 - c) Perspectivas heurísticas / 76
 - d) Procedimentos metódicos / 78
 - e) Forma narrativa / 80
 - f) Funções práticas / 81

| |
|--|
| 6. Matriz disciplinar II: o esquema das cinco práticas / 82 |
| a) O discurso semântico da simbolização / 83 |
| b) A estratégia cognitiva da produção do saber histórico / 85 |
| c) A estratégia estética da representação histórica / 86 |
| d) A estratégia retórica da orientação histórica / 87 |
| e) O discurso político da memória coletiva / 88 |
| 7. A matriz disciplinar III: os três níveis da constituição histórica de sentido / 89 |
| a) Construção e construtividade da história / 89 |
| b) O nível da constituição funcional de sentido / 94 |
| c) O nível da constituição reflexiva de sentido / 95 |
| d) O nível da constituição pragmática de sentido / 96 |
| e) A imprevisibilidade da história no pensamento histórico / 98 |

Capítulo IV: Sistema – categorias, teorias, conceitos / 101

| |
|--|
| 1. Do que se trata? / 101 |
| 2. A concepção de sentido “história” – conteúdo e forma / 102 |
| 3. Teleologia e reconstrução / 107 |
| 4. Um problema em aberto: a natureza / 111 |
| 5. Aproximações do todo I: as dimensões categoriais do histórico / 114 |
| 6. Aproximações do todo II: a abertura do campo da experiência / 117 |
| 7. Aproximações do todo III: a abertura do campo da interpretação / 131 |
| 8. Aproximações do todo IV: a abertura do campo de orientação / 143 |
| 9. Interpretar em contexto: teorias históricas / 150 |
| a) Do todo às partes: a periodização / 152 |
| b) O que são teorias históricas? / 154 |
| 10. Entender a questão: conceitos históricos / 156 |
| 11. O que significa: explicar historicamente? / 162 |
| a) A racionalidade de explicar / 162 |
| b) Três tipos de explicação / 163 |
| c) A explicação narrativa é racional? / 165 |

Capítulo V: Metodologia – as regras do método histórico / 167

| |
|--|
| 1. A peculiaridade metódica do conhecimento histórico / 167 |
| 2. A unidade do método histórico / 170 |
| 3. Heurística / 173 |
| a) Buscar: a pergunta histórica / 173 |
| b) Descobrir: a resposta da empiria / 177 |
| c) Tradição e vestígio / 177 |
| 4. Crítica / 179 |
| 5. Interpretação / 184 |
| 6. Da interpretação à representação / 187 |

Capítulo VI: Tópica – formas e processos da historiografia / 189

| |
|---|
| 1. A peculiaridade do escrever / 189 |
| 2. Imaginação, ficção, experiência / 193 |

| |
|--|
| 3. Ordenamentos do campo historiográfico / 196 |
| 4. Tipologia da narrativa histórica I: Droysen, Nietzsche, White / 201 |
| a) Johann Gustav Droysen / 202 |
| b) Friedrich Nietzsche / 203 |
| c) Hayden White / 204 |
| 5. Tipologia da narrativa histórica II: os quatro tipos da constituição histórica de sentido / 205 |
| 6. Tipologia da narrativa histórica III: sentido e entendimento / 212 |

Capítulo VII: Os fundamentos da cultura histórica / 217

| |
|--|
| 1. Cultura histórica como práticas sociais / 217 |
| 2. Consciência histórica e memória / 219 |
| 3. Cinco dimensões da cultura histórica / 229 |
| 4. Orientação e crítica: a tarefa da ciência da história / 240 |
| 5. O papel da neutralidade axiológica / 244 |

Capítulo VIII: História prática – aprender, compreender, humanidade / 247

| |
|--|
| 1. Fundamentos da didática da história na teoria da história / 247 |
| a) O significado da teoria da história para a didática da história / 247 |
| b) Elementos de uma teoria do desenvolvimento da competência histórica / 253 |
| 2. Criterios do julgo histórico – compreensão e moral / 257 |
| 3. Política da memória e identidade histórica / 260 |
| a) O que é identidade histórica? / 261 |
| b) A luta pela identidade / 264 |
| c) Potencial racional da formação da identidade / 265 |
| 4. A superação do etnocentrismo pelo humanismo histórico / 266 |

Pós-pensado: As chances da razão entre sentido e contrassenso / 275

| |
|---|
| 1. Sentido e falta de sentido / 276 |
| 2. Uma vez mais: limites da ciência / 285 |

Ecos / 289

Referências / 291

Referências de Jörn Rüsen / 307

Índice onomástico / 311

Índice temático / 315

A obra de Jörn Rüsen e sua relevância - Introdução à edição brasileira

História é um componente essencial, prevalente e estratégico da identidade pessoal e social. Refletir sobre a história pertence ao cotidiano de todos e de cada um. Essa reflexão se faz em diversos planos, da espontânea no dia a dia à sofisticada da ciência. Em qualquer dos planos, o pensamento histórico e a consciência que dele resulta e nele atua buscam assenhorear-se do passado, entendê-lo, explicá-lo, de modo a compreender o presente e planejar o futuro. As três dimensões temporais da reflexão histórica estão assim intimamente imbricadas. A sistematização teórica e metódica apresentada neste livro por Jörn Rüsen toma como base empírica determinante o cenário historiográfico do pensamento histórico científico e seus respectivos contextos, social e especializado. Busca entender os fundamentos epistemológicos, filosóficos, antropológicos e sociológicos que sustentam a história e a reflexão sobre ela. Oferece assim uma teoria da história em sintonia com a realidade da pesquisa científica e com a inserção social do saber. Para Rüsen, origens e destinos pessoais e sociais são relevantes para a concepção que têm da história as pessoas e suas comunidades. Não bastam documentos, monumentos e métodos. A síntese teórica oferecida por Rüsen é, no século XXI, provavelmente o resultado mais engajado e promissor do entendimento da história e do seu papel na cultura humana, nas suas mais diversas versões.

O Professor Dr. Jörn Rüsen, historiador e filósofo alemão, é professor emérito da Universidade de Witten/Herdecke (Alemanha), situada na pujante região industrial do vale do rio Ruhr. Jörn Rüsen é um dos mais importantes acadêmicos em atuação no campo da teoria e história do pensamento histórico, bem como no da didática da história. É autor de inúmeros livros, artigos científicos, ensaios e capítulos de livro, publicados em mais de vinte idiomas. Foi professor nas Universidades

de Bochum e Bielefeld, além de diretor do Centro de Estudos Interdisciplinares (ZIF) da Universidade de Bielefeld e do Instituto de Altos Estudos em Humanidades (KWI), na cidade de Essen. Atuou como professor visitante em universidades na Índia, África do Sul, no Brasil e em Taiwan. Em 2010, foi agraciado com o título de doutor *honoris causa* pela Universidade de Lund, Suécia.

Os textos e investigações de Jörn Rüsen abrangem, sobretudo, os campos da teoria e metodologia da história, da história da historiografia e da teoria do ensino e aprendizagem histórica. Os seus interesses de pesquisa e reflexão abrangem também temas ligados à estrutura e o desenvolvimento da consciência histórica, à história dos direitos humanos, à comunicação intercultural e ao humanismo em perspectiva intercultural.

Uma preocupação que articula as diferentes facetas da obra de Rüsen é a de entender e explicar o modo específico pelo qual o pensamento histórico, em geral, e a historiografia acadêmica, em particular, constituem sentido sobre a experiência do tempo. No texto que aqui se apresenta, Rüsen condensa tal explicação em uma noção que ele próprio introduzira no seu livro *Razão Histórica*, publicado em 1983, a saber, a de “matriz disciplinar da ciência histórica”¹. O modelo da matriz disciplinar procura reunir e discutir os elementos essenciais que caracterizam a prática historiográfica acadêmica, representando uma solução conciliatória para os impasses que, nos anos 1980, marcavam o debate sobre a história e o conhecimento histórico².

Ao optar por esse caminho, Rüsen tenta integrar pontos de vista bastante discordantes. Seu objetivo é tanto superar uma concepção estreita de objetividade – a qual, confiante nos métodos de pesquisa como meios infalíveis para descortinar as verdades escondidas nas fontes, sempre tende a recalcar o tema da representação histórica – quanto oferecer uma alternativa à visão radicalmente construtivista e narrativista de historiografia, que não esclarece satisfatoriamente a natureza da relação entre escrita e pesquisa históricas. É esse duplo propósito que norteia Rüsen em sua definição dos cinco princípios fundamentais do conhecimento histórico-científico: carências de orientação, perspectivas diretoras da interpretação histórica da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções de orientação. Rüsen isola esses princípios da multiplicidade dos paradigmas de pesquisa histórica e historiografia, os quais, já muito antes dos anos 1980, tornavam o campo

1 RÜSEN, J. R. *Razão Histórica*, p. 35 e 164 (ver nota 3).

2 ASSIS, A. A. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Ed. UFG, 2010. p. 14.

da ciência da história bastante vasto e complexo. Vale lembrar, ademais, que o conceito de matriz disciplinar proposto por Rüsen contém não apenas uma descrição objetiva dos fundamentos da ciência histórica, mas também, em certa medida, ideais normativos implícitos.

Para efeito de análise, os cinco fatores da matriz disciplinar podem ser artificialmente isolados – embora, na prática, todos estejam simultaneamente presentes em cada produto concreto da historiografia científica. É, com efeito, útil descrevê-los como uma cadeia interdependente de elementos que se tornam visíveis à luz de dois postulados existenciais: o de que os seres humanos vivem no horizonte do tempo e o de que o pensamento histórico está relacionado com a administração da experiência temporal. Por agirem e sofrerem de acordo com intenções formadas a partir das representações que cultivam acerca da natureza e do mundo social, os seres humanos sempre estão diante de carências existenciais de orientação cultural. Para Rüsen, o pensamento histórico surge precisamente em resposta a essas carências.

No entanto, para que a consciência histórica entre em operação, Rüsen afirma ser necessário que tais carências se articulem a perspectivas diretoras da interpretação histórica ou a ideias, “pontos de vista supraordenados acerca do passado, no âmbito dos quais ele se constitui e é reconhecido como ‘história’”. As ideias transformam as carências de orientação em interesses no conhecimento histórico; constituem, portanto, os critérios de coordenação do trabalho de reconstrução do passado, da seleção, crítica e interpretação do material histórico. No esquema de Rüsen, são os métodos de pesquisa que colocam as perspectivas interpretativas em relação com os registros que dão testemunho da facticidade do passado. Tais métodos abrangem o conjunto dos exemplares e das regras acumuladas ao longo da história disciplinar. Para Rüsen, é a observância – consciente ou irrefletida – de tais regras por parte dos historiadores que assegura a existência de um padrão de qualidade aos produtos da ciência histórica.

As dimensões estética e retórica da ciência da história concentram-se basicamente no princípio que Rüsen denomina formas de apresentação. Esse princípio remete ao fato de que os conteúdos empíricos reconstruídos através da pesquisa sempre precisam ser integrados à estrutura de uma representação narrativa da continuidade temporal entre passado, presente e futuro. Rüsen admite que somente o passado representado pode ser comunicado e que essa representação está longe de meramente espelhar resultados de pesquisa. Ele ressalta que é apenas por meio de sua elaboração em uma narrativa que a facticidade do

passado se converte em uma “história para o presente”, isto é, em um produto cultural repleto de sentido. Os produtos da ciência da história tornam-se, assim, aptos a desempenharem funções orientadoras, uma vez que são munidos de sentido no decurso da transformação da experiência em narrativa.

Jörn Rüsen é hoje uma das mais importantes referências para os estudiosos brasileiros que se interessam por teoria da historiografia e do ensino e aprendizagem históricos. Uma busca simples no *Google Scholar* revela a existência de mais de setecentas citações apenas dos textos de sua autoria traduzidos para o português, o que, no contexto das humanidades é revelador de uma larga e consistente recepção da sua obra no nosso país. Decisivo para o sucesso de tal recepção foi a publicação da trilogia *Teoria da história*, composta dos volumes *Razão histórica* (2001), *Reconstrução do passado* (2007) e *História viva* (2007), pela Editora da Universidade de Brasília³. Esse projeto editorial resultou da iniciativa de Estevão Chaves de Rezende Martins, do Departamento de História da UnB, importante interlocutor de Jörn Rüsen desde os anos 1980, que traduziu boa parte da referida trilogia para o português, além de outros textos de autoria de Rüsen.

A boa interlocução com Estevão Martins, há mais de trinta anos, e a difusão das obras do professor alemão no nosso país estimularam e facilitaram o contato direto de Rüsen com acadêmicos brasileiros de diferentes gerações, alguns dos quais tiveram a oportunidade de realizar estudos doutorais e estágios pós-doutorais e de doutorado sanduíche sob a supervisão de Jörn Rüsen. Mencionem-se aqui os nomes dos professores Astor Antônio Diehl (UPF, doutorado), Arthur Alfaix Assis (UnB, doutorado), André de Melo Araújo (UnB, doutorado), Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG, pós-doutorado), Pedro Spínola Pereira Caldas (UNIRIO, doutorado sanduíche) e Marcelo Fronza (UFMT, doutorado sanduíche).

Jörn Rüsen tornou-se assim uma das referências marcantes nos estudos de teoria da história, história da historiografia e de educação histórica. A recepção de seus textos em português é notável, o que revela,

3 RÜSEN, J. *Razão histórica*: Os fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001; RÜSEN, J. *Reconstrução do Passado*: Os princípios da pesquisa histórica. Tradução: Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007; RÜSEN, J. *História Viva*: Formas e funções do conhecimento histórico. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007 (HV).

no contexto das humanidades, uma larga e consistente recepção da sua obra no nosso país. As suas obras têm tanto sido objeto de exegese direta quanto, sob a forma de referencial teórico, inspirado pesquisas históricas sobre os mais variados temas e objetos.

Ao longo de sua profícua carreira acadêmica, Jörn Rüsen participou e coordenou importantes projetos de pesquisa, a que se somaram diversos intelectuais de grande importância e de que resultaram inúmeras coletâneas que são referência na literatura especializada. É membro do conselho editorial de periódicos importantes no campo da teoria da história, dos estudos de memória, da didática da história, como por exemplo: *History and Theory*, *History and Memory*, *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* e *Zeitschrift für Genozidforschung*. No Brasil, Jörn Rüsen é membro do conselho editorial dos periódicos *História da Historiografia* e *Revista de Teoria da História*.

A irradiação do pensamento de Rüsen no Brasil se deu a partir das publicações e de sucessivas séries de conferências e seminários no país, desde 1984. Nos trinta anos decorridos, Rüsen teve oportunidade de apresentar e debater suas concepções de teoria, metodologia e didática da história em Brasília (UnB), Goiânia (UFG), Anápolis (UEG), Rio de Janeiro (UFRJ, UFF, UERJ), São Paulo (USP), Curitiba (UFPR), Recife (UFPE), Mariana (UFOP), Belo Horizonte (UFMG, FAJE), além dos espaços de discussão na Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH) e na Associação Nacional de História (Anpuh). A abertura a esse vívido intercâmbio acadêmico e formador foi possibilitada pela Universidade de Brasília, ao abrigar a publicação pioneira da trilogia acima mencionada.

Importa ainda destacar que o acesso às publicações de Rüsen, em língua portuguesa, permitiu uma extensão da presença editorial da Universidade de Brasília e uma expansão notável do debate internacional das questões de sua especialidade, em Portugal (notadamente na Universidade do Minho, Faculdade de Educação em Braga) e na Espanha (Instituto de Evaluación, Ministerio de Educación), por exemplo. Cabe destacar que prestigiosos encontros internacionais de teoria, metodologia e didática da história, assim como de história da historiografia, valem-se do acervo publicado de Rüsen no Brasil para organizar seus programas de trabalho. A título de exemplo, sejam citados os eventos recentes: "Seminário de Reflexão sobre Epistemologia da História e Investigação em Educação Histórica. Consciência Histórica e Educação Histórica: Diálogos Possíveis" (Convento da Arrábida, Setúbal/Portugal, 15 a 17 de outubro de 2009) e XII Congresso Internacional das

Jornadas de Educação Histórica (UFPR, Curitiba, 18 a 21 de julho de 2012). A prestigiosa revista eletrônica *Tempo Presente* ressalta a inserção do pensamento de Rüsen ao publicar, em março de 2014:

No cenário brasileiro atual de teoria da história e historiografia, o nome de Jörn Rüsen pode ser reputado como incontornável. [...] No Brasil, Rüsen é cada vez mais reconhecido por sua teoria da história que, longe de se arrogar uma resposta única e definitiva às demandas atuais dos historiadores, é capaz de multiplicar nossas perspectivas e realçar as especificidades teóricas da produção brasileira. Rüsen reconheceu, quando esteve no Brasil, em 2010, que a teoria da história brasileira guarda o potencial de se projetar internacionalmente nos debates que fazem avançar nossa compreensão sobre a história. Pelo menos uma parcela desse potencial pode ser atribuída à recepção crítica que a própria obra de Jörn Rüsen tem experimentado no Brasil⁴.

A divulgação e a apropriação das obras de Jörn Rüsen no Brasil tiveram grande impacto na área do ensino de história, pois provocou uma mudança radical nos fundamentos da aprendizagem histórica, antes referenciados somente na psicologia da aprendizagem. O mesmo ocorreu quanto aos fundamentos das pesquisas nessa área. Essa mudança significou que o domínio científico do campo do ensino da história passou a ser a própria história, mais especificamente, a teoria da história. Os fundamentos e paradigmas da teoria da aprendizagem de Jörn Rüsen constituem uma proposta ou o núcleo duro da Didática da História e trazem, definitivamente, as pesquisas relacionadas a esse campo do conhecimento para o âmbito da produção historiográfica.

Alguns aspectos dessa fundamentação são particularmente relevantes. Entre eles, vale destacar o lugar da experiência e da orientação, mais do que tomar o saber histórico como objeto de investigação; a análise do lugar da narrativa na aprendizagem histórica, considerando que essa é a principal competência do aprendizado histórico; a importância de se conhecer os níveis de desenvolvimento da consciência histórica de alunos e professores e, portanto, o que diz respeito à necessidade de se apreender o desenvolvimento do aprendizado histórico; levar em conta

4 TEIXEIRA, R. Y. G. Perfil: Jörn Rüsen. *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, ano 04, n. 1, mar. 2014. ISSN: 1981-3384. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=69&Itemid=183>.

o significado prático do pensamento histórico para a aprendizagem e, portanto, para o ensino da história.

Esses princípios assinalados por Rüsen remetem a diferentes possibilidades temáticas para a área da educação histórica, como os pressupostos para uma metodologia do ensino da história, pesquisas sobre funções e usos da história na vida pública, o estabelecimento de metas para a educação histórica nas escolas e a verificação se estas têm sido atingidas, e a análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica para crianças e jovens.

Os trabalhos que vêm sendo realizados por investigadores que partem do pensamento ruseniano no Brasil constituem um conjunto diversificado de produtos, os quais podem ser incluídos em pelo menos três situações de investigação. A primeira delas diz respeito às sistematizações relativas às experiências que vêm sendo realizadas por professores e alunos de licenciaturas de história, a partir de práticas de ensino e investigação em aulas de história. Essas sistematizações constituem um acervo privilegiado de reflexões acerca da realidade do ensino de história no Brasil, concretizados em relatórios de práticas de estágios realizados por alunos de diferentes cursos de história, que estão à disposição de pesquisadores, como os arquivos de relatórios de prática de ensino da Universidade Estadual de Londrina e Universidade Federal do Paraná. Outro conjunto de produtos deriva de situações particulares de investigações que envolvem, principalmente, séries sistematizadas de reflexões e especulações acerca de determinados objetos relacionados ao ensino de história, como a análise das ideias históricas de alunos e professores, bem como de suas relações com as ideias históricas em currículos e manuais didáticos. Desse conjunto fazem parte vários trabalhos realizados, alguns publicados e outros em fase de publicação, produzidos por professores de história do ensino fundamental e médio, como os grupos do Estado do Paraná, que constituem o Grupo do Laboratório de Educação Histórica da Universidade Federal do Paraná.

Nesta mesma direção, emerge uma terceira situação, na qual podem ser contextualizados os trabalhos produzidos a partir de esforços intencionais de investigação, que supõem uma adequação teórica e metodológica, uma delimitação de campos e objetos de pesquisa, bem como uma finalidade em termos de sua significância social na área educacional. Nesse âmbito situam-se as investigações realizadas em mestrados e doutorados de diferentes programas de pós-graduação em Educação e em História, de várias universidades brasileiras, como na Universidade Federal do Paraná, exemplificadas nas teses de doutorado de Marcelo

Fronza, Marilu Savarin Marin, Rosi Gevaerd e Luciano Azambuja; na Universidade de São Paulo, as teses de Ronaldo Cardoso Alves e Regina Maria Ribeiro.

Uma das principais contribuições dessas pesquisas é que colocam questões acerca das finalidades do ensino de história, que buscam a formação da consciência histórica, bem como a aprendizagem pelo desenvolvimento de competências cognitivas históricas, na esteira dos trabalhos de Jörn Rüsen. Assim, novos objetos e novas questões passaram a ser tomadas como temas de investigação, tais como a análise, a função e a natureza da consciência histórica de crianças e jovens, a relação entre a natureza da consciência histórica e as funções e usos da história na vida pública, bem como as relações entre a cultura histórica e o processo de escolarização. Assim, no contexto dos trabalhos desenvolvidos por investigadores nacionais e internacionais da Educação Histórica (HEIRNET), consta-se um conjunto multiperspectivado de temáticas de pesquisas que, atualmente, tendem a adotar como substrato metodológico de investigação as abordagens da pesquisa qualitativa e suas possibilidades de diálogo com as categorias e fundamentos teóricos rüsenianos.

A adoção desta perspectiva de investigação para as pesquisas sobre ensino de história incluiu, portanto, novas problemáticas e novas abordagens de pesquisas no que se refere, principalmente, à análise dos processos, dos produtos e da natureza do ensino e aprendizagem histórica em diferentes sujeitos, bem como os significados e sentidos dados a estes processos. Sugerem, de modo fundamental, a importância de que, no ensino e aprendizagem da História, bem como em pesquisas realizadas nesse campo, há que se levar em conta uma série reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico e seu papel como ferramenta para análise da sociedade, bem como para a formação da consciência histórica e, portanto, como formação para a cidadania.

A sistematização renovada e atualizada da concepção teórica e metódica do funcionamento do pensamento histórico, em seus formatos cotidiano e científico, elaborada e apresentada por Rüsen no presente livro, entrega às mãos de todos os interessados e estudiosos uma ferramenta reflexiva de primeira qualidade. O uso dessa ferramenta intelectual, com seus componentes teóricos e práticos, permite ao estudioso percorrer os itinerários da constituição do pensamento histórico desde a vida de todos os dias até os intrincados caminhos da pesquisa e da inserção social da história.

*Estevão Chaves de Rezende Martins, UnB
Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, UFPR
Arthur Alfaix Assis, UnB*

"Quando o grande mestre Rabbi Israel Baal Shem-Tov via a desgraça a ameaçar os judeus, costumava dirigir-se a um determinado lugar na floresta para meditar. Quando lá chegava, acendia uma luz e dizia uma oração apropriada; o milagre realizava-se e a desgraça afastava-se.

Mais tarde, quando a desgraça voltava a ameaçar, seu célebre discípulo, Magi de Mezeritch, dirigia-se para o mesmo lugar na floresta, e dizia: 'Senhor do universo, escuta! Não sei acender a luz, mas ainda sou capaz de dizer a oração'. E o milagre realizava-se outra vez.

Mais tarde ainda, Rabbi Moshe-Leib de Sassov, discípulo do anterior, para salvar uma vez mais o seu povo, dirigia-se para a floresta e dizia: 'não sei acender a luz, não sei a oração, mas sei o lugar e isto será suficiente'. E era suficiente, o milagre voltava a realizar-se.

Aconteceu, ainda muito mais tarde, a desgraça voltar novamente, e agora, Rabbi Israel de Rizhin, discípulo do anterior, sentou-se na sua cadeira de braços, pôs a cabeça entre as mãos, e falou a Deus: 'já nem sequer sei encontrar o lugar certo na floresta. Tudo o que posso fazer é contar a história, e isto deve ser suficiente'. E foi suficiente".

Elie Wiesel

⁵ WIESEL, E. *Die Pforten des Waldes*, p. 7. (N.T). Adotou-se a versão portuguesa em COUTO, A. *Pentateuco: Caminho da Vida Agraciada*. 2. ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005. p. 185.

Prólogo

Este livro não teria sido possível se eu não tivesse recebido, por intermédio de Waltraud Schreiber, um convite para ser professor visitante “Otto von Freising” na Universidade Católica de Eichstätt, durante o semestre de verão de 2007. Esse convite tinha por intenção ensejar a apresentação de uma visão de conjunto de minha teoria da história (*Historik*)⁶. Em Eichstätt, a didática da história é pensada e ensinada como um campo cujo núcleo substantivo abrange a teoria da história, em geral, e a ciência da história, em particular. A teoria da história desempenha, pois, um papel importante na intensa atividade da didática da história praticada em Eichstätt, na pesquisa, no ensino, na formação de professores, na assessoria político-cultural e no trabalho prático com professoras e professores de História, em todos os tipos de escola. Nos vivos debates que pude manter durante minha estada na Universidade, com as doutorandas e os doutorandos em didática da história, impressionou-me muito a consistência com que as reflexões sobre a didática da história, fundamentadas teoricamente, eram inseridas nas pesquisas práticas.

Aceitei com gosto o desafio de apresentar sistematicamente uma teoria da história em dezesseis horas-aula. Minha publicação de referência, os três volumes da trilogia *Teoria da História*, foi editada há mais de vinte anos⁷. Nesse meio tempo evoluiu o debate quanto à teoria da

6 O título original da obra de Droysen, de 1857-1858, utiliza o termo *Historik*, neologismo latino consagrado pelo autor para sua teoria da história como ciência. Rüsen recupera esse termo no presente livro e o utiliza, como explica, no mesmo sentido de Droysen. Tal termo não possui equivalente razoável na língua portuguesa, tanto por sua raiz latina (original, para a língua alemã) quanto por seu correspondente em português (“Histórica”) não exprimir o sentido original dos autores. Assim, *Historik* é traduzido aqui como teoria da história, sempre no sentido definido de teoria da história como ciência, como se encontra na introdução e no início do capítulo I. (N.T.)

7 RÜSEN, J. *Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1983; RÜSEN, J. *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986; RÜSEN, J. *Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III: Formen und*

história, do qual também eu tomei parte. É pois razoável que elabore uma nova versão de minha teoria da história, na qual a evolução mencionada seja levada em conta.

A tentativa de rever os próprios trabalhos não se efetua sem mais nem menos. Em princípio todo debate relevante deve ser levado em conta, de modo abrangente. Isso teria acarretado uma forte dose de inovação. Ao mesmo tempo, o novo teria de absorver sem rupturas o mais antigo. Tudo isso é, contudo, difícil de realizar. O contexto dos anos 1980 e o contexto dos dias atuais, sob cujas condições a reflexão teórica sobre a história ocorre, diferenciam-se notavelmente. Essa diferença não pode ser escamoteada por uma argumentação linear simples. Nesse sentido, não foi possível evitar um compromisso. Eu recorro – por certo em graus diversos – às minhas obras anteriores e somente vou além de seu horizonte de argumentação quando possa basear-me em trabalhos próprios posteriores ou quando o tema me pareceu exigí-lo.

Um curso sobre teoria da história, que ministrei em janeiro de 2012, na cátedra de Volkhard Knigge, na Universidade de Iena (com o decisivo apoio de Axel Dossmann), forneceu-me a ocasião de colocar em discussão primeiro formato de minha nova versão. Agradeço aqui aos estudantes, por sua atenção e por suas úteis observações críticas.

Já na primeira versão da minha teoria da história as questões antropológicas tiveram um papel importante. A atribuição ao homem da faculdade de apreender a si e a seu mundo pelo pensamento, e deles se apropriar, na convivência com outros – o seu modo próprio de ser culturalmente – tinha me fornecido uma diretriz argumentativa. Reforci aqui essa diretriz e a desenvolvi em uma argumentação mais complexa. Para tanto, a longa e profícua amizade e colaboração com Klaus E. Müller foi de extraordinária valia. Com seus profundos conhecimentos das formas arcaicas de vida e com sua análise das estruturas fundamentais da forma humana de vida, Müller trouxe-me das alturas rarefeitas das abstrações teóricas de volta ao chão das densas sínteses da experiência⁸. Ademais, foram de grande importância as inúmeras contribuições que pude receber ao longo de um projeto de pesquisa de longo alcance. Tra-

Funktionen des historischen Wissens. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1989. Edição brasileira: RÜSEN, J. *Razão histórica: Teoria da História I*. Brasília: Ed. UnB, 2001; RÜSEN, J. *Reconstruindo o Passado: Teoria da História II*. Brasília: Ed. UnB, 2007; RÜSEN, J. *História viva: Teoria da História III*. Brasília: Ed. UnB, 2007. Na sequência, as citações serão feitas com Teoria I, Teoria II e Teoria III.

8 O exemplo mais marcante é seu último livro: MÜLLER, K. E. *Die Siedlungsgemeinschaft*, ver também dele: *Das magische Universum der Identität; Die fünfte Dimension. Acerca da importância dessa etnologia para a história*, ver RÜSEN, J. *Vom Nutzen und Nachteil der Ethnologie für die Historie*, p. 291-309.

ta-se do projeto sobre “O humanismo na época da globalização – um diálogo intercultural sobre a humanidade, a cultura e os valores”, realizado com o apoio da Fundação Mercator no Instituto de Altos Estudos em Humanidades, em Essen, em estreita colaboração com os colegas das universidades vizinhas, de 2006 a 2009⁹.

Por fim, um amplo debate sobre minha concepção da teoria da história na revista *Erwägen – Wissenschaft – Ethik* trouxe muitas contribuições para a conclusão deste livro¹⁰.

Tenho ainda a agradável obrigação de agradecer a todos aqueles que me auxiliaram a elaborar este livro. Em primeiro lugar a Waltraud Schreiber por sua impressionante capacidade de síntese de uma reflexão persistente, assim como por sua empatia reflexiva. Sou grato a meus colegas Estevão de Rezende Martins, Klas-Göran Karlsson, Georg Essen e Jürgen Straub por seu interesse por meu trabalho teórico sobre a história – também e sobretudo por sua articulação com a didática da história. A participação desses colegas foi um agradável desafio para seguir adiante com este projeto/livro. Gostaria igualmente de agradecer ao Instituto de Altos Estudos em Humanidades em Essen pelo amplo apoio logístico e ao Instituto de Altos Estudos em Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Nacional de Taiwan, em especial a seu Diretor, Chun-Chieh Huang, pelos diversos estágios de pesquisa, que me permitiram desenvolver meu trabalho sobre teoria da história. Agradeço ainda a Christoph Antweiler, Achim Mittag e Henner Laass pelas valiosas observações críticas. Um agradecimento devo ainda a Dan Perjovski, por autorizar o uso de seus desenhos para comentar, sem palavras, o empreendimento de minha teoria da história.

Um agradecimento especial é devido a Angelika Wulff, pela revisão crítica do texto. Ela chamou a minha atenção para diversas incongruências e sugeriu melhorias úteis. Naturalmente, o responsável último pelo texto sou eu.

Minha esposa ajudou-me muitíssimo, com sua disposição permanente para escutar minhas reflexões incompletas e para estimular-me à clareza com suas perguntas e objeções. Tenho-lhe imensa gratidão pelo trabalho paciente e intensivo de melhorar o raciocínio e a linguagem de meus textos.

9 Ver RÜSEN, J.; LAASS, H. (Org.). *Interkultureller Humanismus*; RÜSEN, J.; LAASS, H. (Org.). *Humanism in intercultural Perspective*; RÜSEN, J. (Org.). *Perspektiven der Humanität*; GIESELMANN, M.; STRAUB, J. (Org.). *Humanismus in der Diskussion*.

10 RÜSEN, J. *Historik: Umriss einer Theorie der Geschichtswissenschaft*, p. 477–490; RÜSEN, J. *Diskursive Bewegungen in der Historik*, *Ibid.*, p. 604–619.

Com a dedicatória deste livro ao dramaturgo Holk Freytag exprimo não apenas meu agradecimento por uma maravilhosa amizade. Agradeço a ele também enquanto prático da orientação cultural, que reconhece a necessidade da reflexão intelectual sobre essa orientação. Devo a ele a renovada alegria de elaborar essa teoria.

Introdução

Os lineamentos principais da Teoria da História adotados por mim foram elaborados nos anos 1970. Eles estão profundamente marcados por meu projeto de entender a Teoria da História de Johann Droysen¹¹ a partir de sua gênese e de desenvolvê-la sistematicamente¹². Feita abstração de uma modificação relevante, na qual eu faço a Sistemática (o entendimento do que é história) preceder a Metodologia (o entendimento do que é método histórico) – diferentemente de Droysen, que as ordena inversamente – eu sigo de perto a estrutura de sua Teoria da História. Isso tem sua razão, pois a Teoria da História de Droysen contém todos os elementos essenciais de uma teoria da história e os articula de forma convincente.

Evolução da Teoria da História. Reflexões sobre a teoria da história de caráter fundamental, tal como ocorre na Teoria da História de Droysen, estavam na agenda dos anos 1970. O formato básico da disciplina História foi submetido a uma crítica intensiva, e novas tentativas foram feitas, para fundamentá-la teórica e metodicamente de maneira nova¹³. Crises de fundamentos exigem uma reflexão sistemática que se concentre nos pontos de vista determinantes para uma disciplina científica especializada. Minha tentativa de responder a essa exigência foi marcada, evidentemente, pela constelação, de então, dados tradicionais, desafios contemporâneos e discursos pertinentes. Tratou-se, sobretudo, de fazer valer, nos planos da teoria da história e da metodologia da pesquisa, o potencial inovador do pensamento histórico-social e de suas possibilidades, recorrendo às ciências sociais sistemáticas, notadamente à sociologia. Na polêmica em torno do significado prático do conhe-

11 Quanto ao termo *Historik* e sua tradução para o português, ver nota 6 (Prólogo). (N.T.)

12 RÜSEN, J. *Begriffene Geschichtsre*.

13 RÜSEN, J. *Für eine erneuerte Historik*; RÜSEN, J. *Grundlagenreflexion und Paradigmenwechsel in der westdeutschen Geschichtswissenschaft*.

cimento histórico, tratou-se também tanto de defender as pretensões de racionalidade nutritas pelo pensamento histórico em seu formato científico, quanto de manter em vista o significado prático-político desse pensamento.

A situação do pensamento histórico, entretanto, modificou-se notavelmente. Em analogia à “virada” sociológica dos anos sessenta e setenta do século passado foi proclamada toda uma série de outras “viradas”, de tipos diversos, mas raramente refletidas sistematicamente e fundamentadas teoricamente. Resumindo-as desde a perspectiva dos pontos de vista e das estratégias relevantes para o pensamento histórico, tem-se, em analogia à virada histórico-social, de falar de virada histórico-cultural ou científico-cultural. Os impulsos decisivos para a ciência da história provêm agora não só das ciências sociais, mas também da antropologia cultural.

As reflexões legitimadoras e críticas, conexas com essa virada, debatem entre si se e até que ponto a concepção antiga de ciência da história pode ser integrada em uma nova ou vem a ser superada por esta. Espero ter correspondido a essa controvérsia de maneira fundamental, com as modificações que introduzi em minha teoria da história, na presente versão revista, sem renegar a dependência do contexto da concepção original. Já então eu não tinha como aderir a uma recusa radical da tradição do historicismo, nem que fosse por seu desempenho no plano teórico. Mais fácil foi articular as concepções analíticas pós-historicistas da história social com os modos neo-hermenêuticos de pensar, que marcam a evolução mais recente da ciência da história. Pude ainda recorrer aos impulsos relativos ao discurso da memória, lançados pelas ciências da cultura, e aproveitá-los sistematicamente.

Nos anos setenta e no início dos anos oitenta do século XX, a ciência da história foi um ponto de referência central, se não o mais importante, para a cultura histórica na Alemanha. É duvidoso que isso ainda valha nos dias de hoje. A superpotência da nova mídia, o sucesso ininterrupto dos museus e das exposições históricas, o vivo debate acerca dos monumentos e dos lugares de memória – tudo isso ameaça colocar em segundo plano o desempenho específico na pesquisa, de que é capaz a história como ciência especializada.

Estética, pós-modernismo, pós-colonialismo. Dito de modo extremo: o pensamento metódico crítico corre o risco de afogar-se na enxurrada de imagens em que o passado está presente midiaticamente por toda parte. A percepção estética sempre foi parte constitutiva do pensamento histórico,

inclusive em seu formato científico especializado. O que está ameaçado de passar a segundo plano é, porém, aquilo que caracteriza a formatação “disciplinar”, ou seja: os resultados de pesquisa com pretensão controlável de validade e com abordagem crítica das orientações históricas socialmente influentes. “Crítica” parece ter deixado de ser um ponto importante na cultura histórica contemporânea. O apelo à transdisciplinaridade e a tendência, amiúde vinculada a esse apelo, a fugir das restrições de uma disciplina especializada em benefício de uma criatividade aparentemente livre, exiliaram em um plano secundário o desempenho cognitivo a que os padrões metódicos da pesquisa histórica estão vocacionados.

Acresce que as correntes pós-modernas nas ciências sociais e da cultura desacreditaram as pretensões de racionalidade do conhecimento. Além disso, no marco do pós-colonialismo e das cobranças de respeito pelas tradições não ocidentais no manejo do passado humano¹⁴, as pretensões de validade universal dos resultados cognitivos obtidos pelas disciplinas especializadas são precipitadamente rejeitadas como ideológicas e classificadas como um pensamento dominador ocidental tornado obsoleto.

Essas evoluções encerram em si um núcleo de crítica justificada. Seus porta-vozes, contudo, jogam o bebê fora junto com a água do banho. A teoria da história continua obrigada a cumprir a tarefa de explicar e fundamentar as possibilidades especificamente cognitivas abertas pela formatação científica especializada do pensamento histórico. Nessa medida a questão da verdade continua posta. Se ela for submetida à condição de desatrelar o pensamento histórico e sua racionalidade disciplinar do requisito de orientar culturalmente a vida humana prática, extraviam-se então tanto a autocompreensão da ciência da história quanto o eixo reflexivo da teoria da história.

Isso posto, a presente proposta de revisão de minha teoria da história segue o programa anunciado, há mais de vinte anos, com o título de *Razão Histórica*.

Interculturalidade. A percepção fundamental da dependência do pensamento histórico com respeito a seu contexto, assim como a da lógica de suas pretensões de racionalidade, enfrenta o desafio da comunicação intercultural no quadro da globalização. Não se pode mais continuar a praticar simplesmente a tradição científica ocidental, vale dizer: considerar o poderoso impulso de racionalização dado pelo pensamento

14 A título de exemplo, ver SETH, S. *Reason or Reasoning? Clio or Siva?* e os trabalhos de LAL, V. *World History and its Politics*; LAL, V. *The Politics of Culture and Knowledge after Postcolonialism*.

histórico, sem mais, como sempre influente transculturalmente. Tradições não ocidentais surgiram, nos últimos decênios, como corretivos, quando não alternativas à concepção ocidental de ciência¹⁵. Surgem assim contextos do pensamento histórico que mal aparecem nos debates usuais na teoria da história.

Duas possíveis reações à crítica do pensamento pós-moderno e do pós-colonialismo se impõem: por um lado, uma defesa decidida do padrão de racionalidade do pensamento científico, com suas pretensões de universalidade no campo da História, e, por outro, um relativismo quanto à dependência cultural do contexto. Nenhuma delas é plausível. Com respeito a elas, deve-se, isso sim, levar a sério o enraizamento do pensamento histórico no mundo da vida, chamado, pois, de “dependência do contexto”, como impulsionador. Ao mesmo tempo deve-se manter, não obstante, que existem critérios de verdade supraculturais, com os quais se pode fundamentar transculturalmente a racionalidade metódica. Esses critérios estão, pura e simplesmente, baseados no fato de que os homens, que vivem em culturas diferentes, possuem em comum sua condição humana e podem se entender sobre isso, com boas razões.

Trata-se, por conseguinte, de apreender a fonte originária da condição humana na reconstrução crítica da lógica do pensamento histórico e de sua pretensão de racionalidade no formato especificamente científico. Diferenças culturais devem ser valorizadas como inspiração e não postas como limite do conhecimento histórico.

História como ciência. A teoria da história, enquanto ciência, tem ainda outro desafio a enfrentar. Esse desafio é o estatuto especializado da disciplina acadêmica “ciência da história”. Enquanto forma organizacional dos resultados institucionalizados do conhecimento histórico, a ciência da história possui uma longa tradição, cujas origens se encontram no fim do século XVIII. A maneira e o modo como o pensamento histórico se constituiu no âmbito dessa forma organizacional, variaram; o formato propriamente dito, porém, permaneceu praticamente inalterado. Isso poderia mudar. A pressão por mudança provém das recentes modificações do ensino de história nas escolas superiores. Bem recentemente, a “disciplina” história aparece como simples elemento, quando não mero fragmento de constelações de conhecimentos e de modos de pensar muito diversas. Ela se rebaixa a parte de um todo (de um currícu-

15 Remeto a um só exemplo: HUANG, C.-C. *The Defining Character of Chinese Historical Thinking*, p. 180-188, ao qual seguiu um debate intercultural: *Chinese and Western Historical Thinking*. Fórum em *History & Theory*, 46.2, p. 180-232, May 2007. Ver também RÜSEN, J. *Westliches Geschichtsdenken – eine interkulturelle Debatte*.

lo), cujo estatuto cognitivo é extremamente precário. A configuração de um conglomerado de conteúdos de ensino é, com frequência, resultado do interesse de produzir competências utilizáveis na vida profissional. Esse interesse utilitarista não garante a coerência interna, cognitiva e metódica, das contribuições extraídas das diversas disciplinas para um currículo específico. Esvanece-se, assim, a competência dos estudantes, que tal currículo teria por objetivo estimular. Isso atinge em particular a rationalidade metódica necessária à pesquisa, inerente às disciplinas acadêmicas. Com isso, restringe-se fortemente, no aprendizado acadêmico, a aptidão a pensar cientificamente, já que a ciência está intrinsecamente ligada a procedimentos metódicos institucionalizados. Esse déficit estrutural é acobertado e camuflado pelos pomposos termos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Como seriam ambas possíveis, se já não mais se tem uma efetiva disciplinaridade?

A teoria da ciência da história é uma instância de legitimação reflexiva das formas estabelecidas do processo científico. Ela não fixa, contudo, o *status quo* de uma disciplina científica. Antes, ela elabora, a partir de procedimentos cognitivos dos processos do conhecimento, metodicamente regulados, os critérios determinantes da organização desses mesmos processos. Ela enfatiza a dinâmica interna dessa organização, mas também sua mutabilidade e capacidade evolutiva. Com tais critérios, ela fornece igualmente argumentos decisivos para o caráter especializado dos processos de pesquisa metodicamente regulados. Ela deixa claro o que significa fazer história como ciência. Ela mostra, assim, as condições a serem preenchidas quando uma formação acadêmica pretende promover capacitações fundamentais para o pensamento científico.

Lugar na vida. Especialização não é tudo. Sem especialização, qualquer pensamento histórico que se queira científico não é nada. Em seu formato científico, todavia, o pensamento histórico depende de fatores que estão aquém e além de sua especialização. Seu significado como fator essencial da orientação cultural, só pode ser encontrado quando a rationalidade metódica que define seu caráter científico é relacionada aos fundamentos e contextos que lhe conferem seu formato específico, sua lógica própria. Está claro que o pensamento histórico se distingue de outras formas de pensar no campo da ciência (embora com partilhe com elas uma científicidade comum). Como isso funciona, só é descoberto quando se põe a questão de seu “lugar na vida”, que o pensamento histórico, com e em sua especialização, não negligencia, mas efetiva.

Com essa questão outros critérios, que determinam todo pensamento histórico, entram no campo da teoria da história: sua dimensão

estética, sua função política, sua vocação didática, assim como outras dimensões e práticas de sua formatação, formação e efeito. O efeito desses critérios pode ser evidenciado em pormenor no trabalho das historiadoras e dos historiadores. Nem sempre são refletidos e fundamentados de modo regular. É mais esporádico e, no mais das vezes, assistemático. A teoria da história consiste na busca de desenvolver um contexto abrangente de tais reflexões, tornando-as assim mais coerentes, mais penetrantes e, afinal, mais eficientes. O sucesso dessa teoria pode ser medido em se e quanto logre incrementar a força intelectual do pensamento histórico, inserida e organizada por ele em sua formatação científica.

Capítulo I: O que é a teoria da história?

Para essa pergunta simples há uma resposta simples: a teoria da história é a *teoria da história como ciência*. Ela se constitui pela composição de três elementos: história, ciência e teoria. Comecemos por esta última. Teorias são formas de saber com um alto grau de generalização enquanto proposições sobre fatos particulares. Como tais, são elementos integrantes de todo pensamento científico. Isso vale também para a ciência da história. A teoria da história como ciência é, contudo, algo especial. Não é uma teoria a ser utilizada, no âmbito do pensamento científico, para interpretar o passado humano, mas sim uma teoria sobre a própria interpretação; trata-se de *reflexão* – ou seja, “retroflexão” do pensamento histórico sobre si mesmo. Usa-se, para esse modo de pensar, o termo técnico filosófico *metateoria*. Com relação ao pensamento histórico em sua formatação científica especializada, no espaço de língua alemã, essa metateoria – na sequência do clássico Droysen – é chamada de “Historik”¹⁶. No espaço de língua inglesa fala-se em geral de “metahistory”¹⁷. Uma denominação menos usual é historiologia ou historiosofia.

Forma reflexiva. A teoria da história é, pois, um pensamento que se debruça sobre a história enquanto ciência especializada. Esse pensamento se move para além do pensamento científico especializado, a fim de enunciar proposições sobre esse pensamento. Com isso, carece de es-

16 Assim ocorre também na Itália, na Lituânia e em outros países. (N.T.): ver nota 6.

17 David Carr criticou essa expressão especial, tributária da tradição alemã, e propôs em seu lugar falar de “filosofia da história”. Considero essa última expressão equivocada. A filosofia da história versa sobre a história em si (seja como realidade seja como forma de pensar) e não se interessa pelo modo específico de conhecimento que se estabeleceu como ciência. Em particular, ela sequer se debruça sobre o cerne desse modo de conhecer: o método da pesquisa. Ademais, a teoria da história não se pode renunciar a colocar as questões fundamentais, relativas ao que é a história. Nessa medida, a filosofia da história é auxiliar da teoria da história, mas esta não se dissolve naquela (CARR, D. *Which way is East?* Rüsen's Historik, p. 508).

clarecimento a relação estabelecida por esse pensamento sobre a história com o que fazem, na prática, os especialistas da ciência da história, ao trabalhar na interpretação do passado humano. Por que deveriam eles ir além de sua prática? Pois, ao fazê-lo, deixariam justamente o campo no qual são competentes enquanto especialistas.

O que, entretanto, faz alguém competente em uma especialidade? A competência especializada, no campo da ciência, não se restringe a dominar os procedimentos do conhecimento científico. Também inclui a capacidade de caracterizar, em seus elementos mais básicos, o manejo especializado da ciência; ou seja: em estar apto para dizer em que consiste a própria competência especializada (e como ela é obtida).

A teoria da história é, pois, uma teoria da prática cognitiva da ciência da história. Ela explicita e sistematiza os elementos reflexivos da competência científica especializada. Existe, para esse tipo de trabalho teórico reflexivo, uma série de razões. Elas podem ser resumidas em uma imagem metafórica: é necessário ser capaz de ver a floresta e não apenas as árvores, se a intenção é conhecer a floresta com suas árvores.

Três dimensões. O conhecimento reflexivo que a teoria da história elabora, sobre a ciência da história, possui três dimensões: (a) uma disciplinar, (b) uma interdisciplinar e (c) uma transdisciplinar.

(a) A dimensão *disciplinar* da teoria da história contém o saber do que é a história como ciência especializada, isto é, em que ela se distingue, enquanto história, de outros modos de lidar com o passado humano. A questão central aqui é: o que significa ocupar-se da história científicamente (ou, mais modestamente: profissionalmente). Essa questão é básica, pois para responder a ela importa deixar claro o que é história e o que é “científico”. Em que consiste essa científicidade, no manejo de um conteúdo preciso, chamado “história”? Ambos, a especificidade da história e o caráter científico do pensamento sobre ela, estão longe de ser claros – pelo contrário, são controvertidos.

(b) Como saber próprio acerca da especificidade científica da ciência da história, a teoria da história possui uma dimensão também *interdisciplinar*. Ela articula a disciplina científica “história”, em conjuntos abrangentes, com outras disciplinas científicas, que lidam, de outros modos, com o mesmo objeto de conhecimento ou com campos de conhecimento aparentados. A questão central, aqui, é saber como o manejo científico da história, pela ciência da história, se relaciona com outros manejos científicos do passado. Mediante o que se distinguem? Em que consiste sua característica, por assim dizer, individualizante? Que uso

pode fazer, para seus objetivos, dos modos de pensar e dos conhecimentos de outras ciências, e com o que pode contribuir para o desempenho cognitivo de outras ciências?

(c) Na dimensão *transdisciplinar* da teoria da história, lida-se com a conexão do pensamento histórico científico com a vida humana prática. A questão-chave aqui é a seguinte: qual é o papel desempenhado pelo conhecimento histórico produzido pela história, como ciência, na orientação cultural da vida humana? Como a prática científica especializada do manejo da história é articulada com outras práticas de interpretação do homem e de seu mundo? Que papel peculiar, próprio somente a ele, o conhecimento produzido pela história como ciência desempenha na cultura histórica ou, em outras palavras: na “memória histórica” ou na “cultura da memória”?

Ultrapassagens de limites. Nas três dimensões, o olhar da teoria da história vai além dos limites da história como uma disciplina especializada. Para poder dizer o que é lidar “cientificamente” com a história, é necessário deixar claro, por princípio, o que se entende por “história”. Isso porque o fenômeno “história” não é assunto restrito apenas à disciplina acadêmica especializada, é muito mais antigo e muito mais amplo do que ela. A história é um elemento essencial de qualquer orientação cultural da vida humana prática, que aparece, com maior ou menor saliência, nos mais diversos formatos, em todas as culturas.

Desde o ponto de vista *interdisciplinar*, trata-se de estabelecer com exatidão em que consiste a pretensão de científicidade da ciência da história. O que possui ela em comum com as demais ciências e que peculiaridades do pensamento científico a distingue delas?

Do ponto de vista *transdisciplinar*, trata-se da conexão entre o produto cognitivo especializado, com suas pretensões de científicidade, e o uso variegado, assim como as diferentes funções do pensamento histórico na vida prática.

Com essas questões, a teoria da história integra modos de pensar e campos de discussão igualmente marcados pela especialização. A questão sobre o que é a história transforma a teoria da história em *filosofia da história*. A questão sobre a científicidade do pensamento histórico faz, da teoria da história, *teoria do conhecimento, metodologia e teoria da ciência*. A questão, enfim, sobre como a ciência e a vida prática se articulam no pensamento histórico, a faz recorrer às diversas *disciplinas* que se ocupam da orientação cultural da vida prática humana, como, por exemplo, a ética e a política. Nesse campo, a teoria da história possui uma relação

particularmente estreita com a didática da história, que se ocupa da cultura histórica, como contexto, e da consciência histórica, como meio do ensino e da aprendizagem histórica.

Temas. O que abrangem esses diversos dimensionamentos das questões e do pensamento da teoria da história? Ao final, trata-se aqui de dois temas fundamentais: da história e do manejo cognitivo dela¹⁸. No primeiro tema predomina a questão de se saber o que é essa realidade chamada “história”. É ela algo objetivamente dado, como objeto mais ou menos fixo do conhecimento, em um estado de facticidade? Ou trata-se “apenas” de uma interpretação *a posteriori* de um passado há muitíssimo transcorrido? No segundo tema, trata-se pura e simplesmente da questão da verdade. É o pensamento histórico capaz de científicidade? Precisa o conhecimento histórico ser medido, em seu formato científico, por critérios de verdade cuja capacidade probatória procede de outros campos científicos, notadamente das ciências naturais? Ou existe uma verdade especificamente histórica?

Ambos os temas dependem profundamente um do outro. A história não é um mero fato, que estaria previamente dado, a que o conhecimento humano se dirigiria subjetivamente. Naturalmente cuida-se, nela, do passado humano que é, com efeito, algo que de fato ocorreu, isto é, que possui um caráter “objetivo”. No entanto, a história é sempre mais do que apenas isso. Como elemento e critério determinante da cultura humana, ela possui também qualidades intelectuais, ou seja, algo de subjetivo. O pensamento histórico e as funções culturais, por ele exercidas na vida humana prática, são determinados por esses elementos “intelectuais” ou “subjetivos” (de forma que será ainda analisada com mais vagar).

Por aqui passa também a linha de partilha entre a função prática do pensamento histórico, ou – como se costuma dizer, pomposamente – de sua “utilidade para a vida”, de um lado, e a forma científica de pensar, pela qual a ciência da história se distingue e apresenta como algo próprio e peculiar no campo da cultura histórica humana, por outro. O conceito-chave com que se exprime a correlação entre esses dois lados é o de “sentido”. A teoria da história pergunta, por conseguinte,

18 Reinhart Koselleck restringe a tarefa da teoria da história ao primeiro tema, fazendo dela, assim, uma filosofia transcendental da história. “A teoria da história é [...] a teoria das condições de histórias possíveis” (KOSELLECK, R. *Historik und Hermeneutik*, p. 97-118, cit. p. 99). Essa definição exclui inteiramente um tema central da tradição da teoria da história: o método histórico, sem falar dos atuais problemas teóricos da escrita da história. Nos quadros da teoria da história de Droysen (que, no espaço de língua alemã, consolidou decisivamente o termo *Historik* como meio de referência a “teoria da história”), Koselleck opera somente na dimensão sistemática (*Systematik*), deixando de lado as dimensões metódica (*Methodik*) e representacional (*Topik*).

pelo “sentido” da história. Não o faz, contudo, em termos tão genéricos como a filosofia da história. Ela pergunta, antes, pelo que significa esse “sentido”, quando os especialistas se ocupam do passado humano, com a pretensão de o fazerem “cientificamente”.

A pergunta pelo sentido é a mais fundamental, sem cujo deslinde a questão da científicidade não pode ser respondida.

Funções. Com esses temas e questionamentos, a teoria da história ocupa um espaço próprio de reflexão no campo da ciência da história. Esse espaço não está tão institucionalizado quanto o das disciplinas especializadas em épocas, regiões ou assuntos, por exemplo, a história medieval, a história do leste europeu ou a história econômica. Isso advém do fato de a teoria da história, por seu modo de pensar, atravessar todas as especialidades, abrangê-las e mesmo estar subjacente a elas com suas questões quanto aos fundamentos. Como ela não dá conta de sua tarefa sem recorrer sistematicamente a outras disciplinas (como, por exemplo, à filosofia), seu estatuto (meta)disciplinar é, por definição, precário. Ela tampouco consta do repertório padrão do ensino e da pesquisa em história. Não obstante, é-lhe inerente uma série de funções que dificilmente podem ser ignoradas. Eu menciono apenas quatro¹⁹:

(1) No ensino acadêmico, a teoria da história é indispensável à *profissionalização didática*. A disciplina da história se apresenta aos estudantes, amiúde quando não exclusivamente, como uma multiplicidade de campos especializados, não sendo estudada como uma especialidade em seu conjunto. Ao mesmo tempo, porém, na diversidade de suas apresentações, ela deseja ser percebida como uma disciplina claramente identificável. Por esse motivo, precisa ser considerada, nessa diversidade, como uma unidade supraordenada. A esse fim serve a teoria da história, em conjunto com a história do pensamento histórico.

(2) Também na *pesquisa* histórica a teoria da história desempenha uma função que podemos chamar de “esclarecimento reflexivo”. A pesquisa histórica é o cerne da ciência da história. Ela obedece a uma lógica própria e está determinada pelo discurso dos especialistas. Não obstante, inúmeros impulsos produtivos da pesquisa provêm de questionamentos que não surgem internamente à disciplina, mas que se impõem a ela, por assim dizer, “de fora”. Podem ser impulsos provenientes de outras disciplinas científicas, como as ciências sociais ou a antropologia cultural, como também desafios postos por problemas atuais da orienta-

19 Uma apresentação pormenorizada das funções da teoria da história pode ser lida em *Grundzüge I*, p. 32 et seq. [Razão Histórica, p. 38 et seq.].

ção cultural no contexto social da ciência da história. Essa “abertura” dos questionamentos geradores de pesquisa do conhecimento histórico pode conduzir a problemas metodológicos, que só podem ser resolvidos reflexivamente, ou seja, mediante análise explícita dos critérios determinantes do método de pesquisa. Nesse ponto a teoria da história assume uma função relevante para a pesquisa.

(3) O pensamento histórico se articula na *historiografia*. Com respeito à pesquisa, a historiografia ocupa um lugar peculiar. Ela obedece a critérios de apresentação, que não procedem totalmente da pesquisa, e que vão além dela. Melhor dizendo: que levam para aquém dela, para o campo da produção e da recepção de textos. Também aqui se tem o entremeamento de diversas dimensões da consciência histórica (por exemplo: estética, retórica, política). Dessa situação emergem com frequência, e mais recentemente, com toda força, imprecisões quanto ao estatuto cognitivo do conhecimento histórico. Como se articulam a forma literária e o conteúdo cognitivo do conhecimento histórico? Essa não é meramente uma questão relativa a uma reflexão posterior sobre as apresentações históricas já produzidas, mas um problema do próprio processo cognitivo. Aqui também a teoria da história pode elaborar um “esclarecimento reflexivo”.

(4) Enfim, deve ser esclarecido o papel desempenhado pelo conhecimento histórico, obtido científicamente, nos processos de orientação cultural do respectivo presente. A função de orientação do conhecimento histórico na cultura histórica de seu tempo é-lhe apenas extrínseca, ou esse critério de sua utilidade para a vida é também essencial à formatação interna específica do conhecimento histórico? A teoria da história pode mostrar que esse é um falso dilema. Ela assume assim uma função importante, sem a qual não se consegue determinar suficientemente o que é a formação histórica e porque ela é necessária.

Capítulo II: Os fundamentos do pensamento histórico

Este capítulo trata da seguinte questão: o que é, propriamente, história? Para poder responder a essa pergunta, é preciso abstrair, inicialmente, da disciplina especializada da ciência da história. Pois antes mesmo que o passado seja abordado no modo típico de uma disciplina especializada, elaborado pela pesquisa e tornado presente pela historiografia, ele sempre atua nos contextos da vida prática atual. Nessa esfera da vida da cultura humana, pré e extracientífica, não há “história” enquanto conteúdo nítido e cognoscível. Tal conteúdo só emerge por força de uma dedicação particular ao passado, que não apresenta, logo de início, traços de racionalidade metódica, ou seja, em nada é especificamente científico.

História em si mesma. Não há forma alguma de vida humana na qual uma relação interpretativa com o passado deixe de desempenhar um papel importante na orientação cultural de cada agir e sofrer presentes. Sempre e por toda parte os homens necessitam referir-se ao passado, a fim de poder entender seu presente, de esperar seu futuro e de poder planejá-lo. Se quisermos resumir em um só conceito as atividades mentais que correspondem à interpretação do passado, à compreensão do presente e à expectativa do futuro, dispomos de diversos termos, que se apresentam como “termos técnicos”. No espaço de língua alemã, concorrem entre si os conceitos de *memória histórica* ou *lembrança histórica*, de um lado, e o conceito de *consciência histórica*, de outro. São conceitos-chaves originários de discursos acadêmicos altamente sofisticados, mas que, no essencial, foram forjados independentemente um do outro, sem terem sido até hoje articulados entre si para valer.

As reflexões que seguem podem ser tomadas como uma tentativa de promover essa articulação, ou síntese. Meu objetivo é descrever as características universais humanas de lidar interpretativamente com o passado, subjacentes a todos os formatos culturais do pensamento his-

tórico, inclusive a seu formato científico especializado moderno. Uma descrição destas pode ser chamada de *antropológico-cultural*. Pois trata dos *universais da forma cultural da vida humana*, ou seja, de dimensões, processos e fatores da interpretação do mundo humano que são comuns a todos os formatos da cultura, desempenhando nela um papel decisivo. (Com tal abordagem pode-se enfrentar, em termos de teoria da história, os desafios lançados, contemporaneamente, pela comunicação intercultural).

Com base em tais universais culturais que marcam o manejo interpretativo do passado humano, necessita-se examinar com vagar aqueles elementos que determinam o pensamento histórico em sua versão moderna, dentre os quais, em particular, seu desempenho cognitivo ao lidar com a experiência histórica.

1. Como a história surge no mundo?

A contingência como experiência do tempo. O homem só pode viver se interpreta a si e a seu mundo. Que resultados interpretativos subjazem ao pensamento histórico? Existe uma experiência primeva da realização humana da vida cujo domínio cultural é efetivado por tal interpretação: a experiência temporal da contingência. O tempo é uma dimensão universal de toda a realidade. Na vida humana, ela surge de modo peculiar – que requer interpretação – como ruptura, como perturbação de processos regulares, nos quais a vida humana se dá. A experiência humana fundamental, aqui referida, ocorre em todas as expressões da autodeterminação cultural do homem. Ela veio a ser expressa, por exemplo, na seguinte passagem poética do *Hamlet* de Shakespeare:

The time is out of joint; – O cursed spite, O mundo está fora dos eixos. Oh! destino
that ever I was born to set it right!²⁰ maldito, ter eu nascido para endireitá-lo!²¹

Em outra passagem, Shakespeare descreve a experiência temporal, à qual o homem tem de responder mediante recurso à história, de forma dialogal:

20 SHAKESPEARE, W. *Hamlet*, ato 1, cena 5.

21 SHAKESPEARE, W. *Tragédias. Romeu e Julieta; Hamlet; Macbeth*. Tradução: Oliveira Ribeiro Neto. Belo Horizonte: Villa Rica, 1997. p. 131.

King Henry:

O God! That one might read the book of fate,
And see the revolution of the times
... how chances mock,
And changes fill the cup of alternation
With divers liquors! O, if this were seen,
The happiest youth, viewing his progress through,
what perils past, what crosses to ensue,
Would shut the book, and sit him down and die.
...

Warwick:

There is a history in all men's lives,
Figuring the nature of the times deceased;
The which observed, a man may prophesy
With a near aim, the main change of things
As yet not come to life, which in their seeds
And weak beginnings lie intreasured.
Such things become the hatch and brood of time;
...

King Henry:

Are these things then necessities?
Then let us meet them like necessities²²...

Rei Henrique:

Se pudéssemos, Deus, ler o destino,
Vendo a revolução co'a qual o tempo
As montanhas aplaina ...
... como a sorte
Se ri enchendo a taça de mudanças
Com licores diversos! Vendo isso,
O jovem mais feliz, vendo o futuro,
Os perigos, as cruzes carregadas,
Fechando o livro, sentava e mortia.
...

Warwick:

Todo homem tem na vida alguma história
Que reproduz um tempo que passou;
E quem observa pode ser profeta,
Quase no alvo, do que é bem provável
E ainda por vir, mas graças a sementes
Contidas em fraqueza nas origens.
Tais coisas são chocadas pelo tempo;
...

Rei Henrique:

Tudo isso é inevitável?
Enfrentemos então o necessário²³...

Perturbação e supressão de sentido. Esse breve diálogo deixa claro o que se aborda aqui²⁴. Algo acontece e perturba significativamente o ordenamento temporal previamente dado na vida prática. Aqueles a quem essa perturbação aparece como um desafio necessitam interpretá-la de maneira a inseri-la em uma representação do tempo, à luz da qual possam orientar seu agir, com sentido. Tais experiências da contingência podem ser grandes eventos históricos, que colocam em questão mode-

22 SHAKESPEARE, W. *Rei Henrique IV*, parte II, ato 3, cena 1, versos 45 et seq.

23 SHAKESPEARE, W. *Henrique IV*, peça II. Tradução: Bárbara Heliodora. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000. p. 91-93.

24 Não me detenho aqui na interpretação especificamente *exemplar* da história, que consiste na capacidade de "profetizar o curso das coisas no todo". Ver adiante, p. 207.

los inteiros de interpretação cultural do acontecer histórico (como, por exemplo, a conquista de Roma em 410 d.C. ou a Revolução Francesa). Tais experiências atingem cotidianamente quaisquer homens, nas pequenas perturbações ou nas catástrofes de suas vidas. Em todo caso, a perturbação do agir ocorre pela experiência do sofrimento, cuja superação (cujo processamento) é indispensável, para que a vida siga seu curso.

Trata-se, pois, de uma perturbação de sentido mediante a experiência de uma ruptura temporal e de uma recuperação do sentido mediante a interpretação do tempo. As perturbações do sentido são percebidas como irrupções de fora, nunca como algo previsível, querido ou intencionado. As constituições de sentido que superaram essas perturbações procedem, inversamente, de dentro, e são conformes com as intenções, capazes de guiar o agir querido pela vontade. Eu poderia, sem dificuldades, falar de dois tempos: de um tempo da natureza, perturbador na medida em que "natureza" designa a independência dos processos temporais com respeito às interpretações humanas do tempo (ou seja, "de fora"); e de um tempo humano, corretor dessa perturbação, que age "por dentro" e traça o fio condutor da condução da vida humana e da superação do sofrimento.

Com essas representações opostas do tempo, pode-se caracterizar as atividades mentais de que aqui se trata. O tempo natural tem de ser transformado em tempo humano, a fim de que a vida humana, no fluxo do tempo, possa viver simultaneamente seu tempo interno e seu tempo externo. A atividade mental da cultura humana, fundamental para o pensamento histórico, é o processo elementar e genérico da *humanização do tempo*²⁵.

Do tempo natural ao tempo humano. Obviamente, a distinção entre dois tempos, um tempo natural externo e um tempo humano interno, é artificial. Trata-se, contudo, de qualidades elementares da temporalidade da existência humana, da determinação de toda vida humana ao longo do fluxo do tempo, no qual essa existência se dá, *enquanto* existência. De um lado, está o tempo irritante, como ruptura, dissonância, infelicidade, dor e sofrimento. Sua forma mais radical é a morte²⁶. De outro lado,

25 Registre-se que o conceito "humanização" não renete forçosamente a um modelo antropológico de interpretação do tempo, mas apenas a uma qualidade temporal compatível com as intenções significativas e com as representações de sentido do homem, que lhe possibilitam a vida. O tempo humanizado nas sociedades pré-modernas aparece, por exemplo, na representação de um ente divino que dirige os destinos temporais do homem ou de uma instância divina impessoal (por exemplo: o *tao* da cultura chinesa) que confere sentido e significado aos processos temporais do mundo humano.

26 O significado constitutivo da morte para a interpretação das experiências humanas do tempo (como se dá no processo de narrar) foi analisado de forma marcante por Walter Benjamin: "A morte é a sanção de tudo o que o narrador pode relatar. Da morte ele hauriu sua autoridade. Com outras

está a duração do confiável, a realização dos projetos humanos de vida, a efetivação de intenções e, em sua forma mais radical, a representação de uma superação da morte, da plenitude da vida humana na duração de um momento de realização. Entre esses dois extremos se estende o trabalho de constituição de sentido da consciência histórica.

O tempo natural não desaparece nessa constituição de sentido – a contingência não é simplesmente varrida – mas ganha significado, perde seu caráter irritante, é “subsumida” no significado. Com o trabalho de atribuição de significado, os homens que o fazem ganham uma nova autoconsciência. A desorientação originária perante o acontecimento temporal desafiador transforma-se na capacidade de integrá-lo na interpretação de seu próprio mundo, que cada um opera para si mesmo. É como no dito popular: “o que não mata, faz-te mais forte”. O eu humano cresce com o domínio das experiências temporais, que marcam a vida por todos os lados. Ele ganha em subjetividade, em profundidade temporal de seu ser próprio.

É dessa maneira, nesse modo específico do trabalho interpretativo do espírito humano acerca das circunstâncias da vida de seus sujeitos, que a história entra no mundo. Ela não nasce do espírito humano; no entanto, só ganha seu caráter específico mediante seu trabalho com as experiências temporais que a pressionam. Para esclarecer em que consiste esse caráter específico, ou seja, para entender o que “história” é propriamente, requer-se uma análise mais detida de atividades mentais da consciência humana que a determinam.

2. As formas elementares da constituição histórica de sentido

a) O que é sentido?

Sentido é a categoria central e fundamental que define o âmbito do cultural na vida humana, sustentando, de forma determinante, todo e qualquer desempenho cultural do homem²⁷. Elencar e analisar em pormenor a enorme variedade de significados da categoria “sentido” e esclarecer todos os seus contextos próprios nos levaria longe demais²⁸.

palavras: é a história natural, à qual suas histórias remetem”. (BENJAMIN, W. *Der Erzähler*, v. II,2, p. 438-465, cit. p. 450).

27 Ver ANGEHRN, E. *Sinn und Nicht-Sinn*.

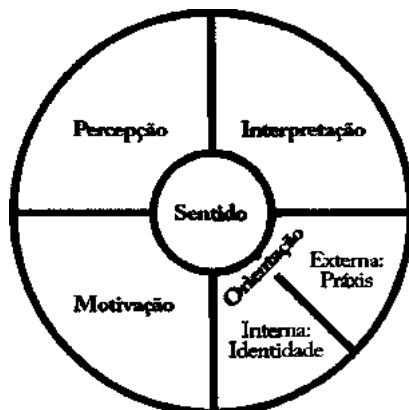
28 Tentei fazer isso em colaboração com Karl-Joachim Hölkemann: RÜSEN, J.; HÖLKEMANN, K.-J. *Einleitung: Warum es sich lohnt, mit der Sinnfrage die Antike zu interpretieren*, p. 1-16. Ver adiante, p. 115-116, “História” – uma concepção de sentido.

Para o esclarecimento dos procedimentos mentais da constituição histórica de sentido deve bastar remeter aos seguintes significados da categoria “sentido”, de modo a explicitar sua função no pensamento histórico. Sentido é um produto do espírito humano, mediante o qual o mundo em que o homem vive adquire um significado viabilizador da vida. Sentido se refere, de um lado, à sensibilidade do homem como porta de entrada da experiência, como entrelaçamento do espírito humano com o mundo em que se encontra; de outro lado, o sentido integra essa experiência do mundo no horizonte da determinação intelectual do agir e do sofrimento humanos. No íntimo do homem, sentido é o critério fundamental, com o qual o homem tanto regula sua relação para consigo mesmo e para com os outros, quanto decide sobre suas intenções e sobre a intencionalidade de sua vontade. Sentido torna possível a orientação. Ele situa a vida humana no horizonte das interpretações; torna o homem e o mundo compreensíveis; possui uma função explicativa; forma a subjetividade humana no construto coerente de um “eu” (pessoal e social); torna o sofrimento suportável e fornece o agir pelas intenções. Enfim, o sentido torna possível a comunicação como processo do entendimento intra-humano.

O espírito humano necessita produzir todos esses resultados, a fim de que o homem possa viver nos contextos temporais de sua existência, em sua temporalidade interna e externa.

Os processos mentais da constituição de sentido. Todo pensamento histórico se baseia numa constituição de sentido específica, dedicada à experiência do tempo. Para decifrar esse desempenho mental como fundamento da consciência histórica humana, a atividade mental da constituição de sentido pode ser desmembrada em quatro componentes naturalmente interdependentes, mas ainda, imbricados: experiência ou percepção, interpretação, orientação e motivação.

As quatro operações mentais da constituição de sentido



Essas atividades podem ser representadas em uma sequência temporal: a geração histórica de sentido é posta em movimento, inicialmente, pela *experiência* de uma mudança temporal. Essa mudança põe em questão o ordenamento da vida dos sujeitos humanos e carece, por conseguinte, em uma segunda etapa, de *interpretação*. Essa interpretação se insere, em uma terceira etapa, na *orientação* cultural da existência humana, em seu ordenamento. No quadro dessa orientação, a irritação, causada pela experiência das mudanças temporais perturbadoras, pode ser controlada. Da experiência interpretada do tempo podem surgir, no quadro mesmo da orientação, *motivações* para o agir humano.

Sentido é a conexão interna entre essas quatro atividades. Ele as articula em uma unidade que serve de critério fundamental da interpretação do homem e do mundo, e tal unidade equivale ao desempenho da cultura na vida humana²⁹.

b) Sentido do tempo

No plano dos princípios antropológicos nos quais se baseia essa concepção de sentido, pode-se então analisar as especificações da constituição de sentido que formam o fundamento antropológico do pensamento histórico. Conforme o exposto acima, o pensamento histórico é o manejo interpretativo da experiência temporal, que de início é contingência carente de interpretação. O sentido histórico se constitui pela integração da experiência da mudança temporal do homem e de seu mundo em um modelo interpretativo. Esse modelo permite inserir a vida humana nos contextos de sua determinação temporal. Com ele é possível enunciar objetivos do agir e controlar o sofrimento. O sentido se articula, pois, na representação de um determinado processo temporal. Nela a interpretação pode integrar os acontecimentos contingentes de modo que sua contingência, sua *particularidade*, adquira significado para a compreensão do mundo humano em sua extensão temporal.

O que torna histórico um evento? Para se entender a peculiaridade do pensamento histórico é importante examinar com vagar o estatuto de acontecimentos ou eventos no processo temporal do mundo humano.

29 Observe-se que essa determinação do conceito de cultura como suprassumo da constituição humana de sentido, define um critério para distinguir a cultura, como dimensão da vida humana, de outras dimensões (como economia, sociedade, política e meio ambiente). Fica claro, simultaneamente, que não há aspecto da vida humana sem influência da cultura. Essa definição se contrapõe à indeterminação prevalente da categoria "cultura", que tende a banalizar-se, referindo qualquer coisa na vida humana. Rigor analítico nas distinções no plano dos conceitos fundamentais promove o conhecimento e não o aprisiona em um esquematismo conceitual.

Que algo tenha ocorrido, em determinado tempo, em determinado lugar, de determinada maneira, por determinadas razões, é o que se chama de evento. É essa determinação concreta – que a teoria tradicional do conhecimento no pensamento histórico chamava de individualidade – que caracteriza o evento histórico. Em sua pura facticidade, todavia, ele ainda não é histórico. Isso só ocorre quando o evento é colocado em conexão temporal com outros eventos para ser interpretado enquanto uma ocorrência que faz sentido – isto é, quando pode ser inserido, interpretativamente, em uma representação do processo temporal. Essa representação permite que os processos temporais da vida humana prática se tornem acessíveis àqueles que os vivem, tornando-os assim próprios a ser vividos. É decisivo, contudo, que a particularidade factual dos eventos não desapareça ou se torne irrelevante nessa representação do processo temporal, mas se preserve. No quadro interpretativo da representação do processo temporal, ela é o suporte do sentido histórico.

A determinação concreta dos eventos poderia também desaparecer na interpretação que se baseie apenas em contextos abrangentes de sentido, que por certo incluem os eventos particulares, mas deixam de levar em conta sua respectiva particularidade única. Esses contextos de sentido podem ser exemplificados com a ordenação cósmica do tempo, na qual desaparece a particularidade de um evento concreto, temporalmente definível. Aqui, o sentido do todo dissolve em si o particular. Todavia, isso é justamente o que não se dá no pensamento histórico, posto que este preserva o específico de cada acontecimento. E assim deve ser, pois o que deve ser tornado compreensível são exatamente os contextos temporais concretos do ordenamento da vida humana. Necessita-se, por conseguinte, de uma interpretação na qual essa particularidade não desapareça em uma significação genérica, mas sim – sem dúvida no contexto de uma significação abrangente – pareça fazer sentido e possa ser vivida.

Em que consiste essa particularidade, no pormenor, está totalmente em aberto. Pode ser o caráter individual de um evento único, como uma subida ao trono ou uma declaração de independência, ou a especificidade de complexos maiores de eventos, como uma guerra ou toda uma época.

c) Experiência histórica

Na origem da experiência histórica está uma mudança temporal vivida, e não raro também sofrida, nas múltiplas condições da vida humana



prática: por exemplo, uma mudança profunda nas relações de dominação. O tempo se rompe, por assim dizer, divide-se em um antes e um depois, em meio aos quais se situa a mudança experimentada. O caráter desafiador de tal experiência reside na carência cultural do homem, de orientar sua vida prática mediante uma representação do processo do tempo que faça surgir uma significação transversal no encadeamento dos eventos mutantes. A perturbação do tempo pode ser, assim, superada³⁰.

Essa experiência da ruptura é vivaz, imediata. Ela não é o que se chama, costumeiramente, de "histórica". Ela não diz respeito especificamente ao passado, que ficou temporalmente para trás, totalmente diverso do presente. Para se entender, porém, um evento passado enquanto algo propriamente "histórico" é necessário recuperar no presente o distanciamento temporal do passado. Como isso se dá? É preciso ver e entender a experiência do distanciamento contra o pano de fundo, ou melhor, sobre a base da experiência viva de uma ruptura temporal. Nessa ruptura temporal do presente há, como dito, dois tempos: o do antes e o do depois. Toca-se aqui em um elemento essencial da experiência histórica: trata-se da experiência da diferença temporal, da diferenciação entre tempos, entre o tempo próprio e o outro tempo (o outro tempo não é experimentado como irrelevante ou secundário – pois é o tempo próprio que foi ou tornou-se outro).

Diferença temporal, facticidade e significado. Eu enfatizo o significado da experiência da ruptura do tempo, porque usualmente só se fala de experiência histórica (se é que ainda se fala de experiência) quando se pensa no distante. Não podemos experimentar diretamente o que aconteceu no passado, pois tal experiência é sempre mediada por aquilo que do acontecimento passado ainda subsiste, de alguma maneira, no presente. Tal experiência não está tão carregada de sentido quanto a outra, a experiência da diferença na ruptura temporal entre outrora e hoje. (Por isso não poucos teóricos da história contemporâneos concluem, mui problematicamente, que o sentido histórico sempre seria atribuído ao passado pelo presente; e que o passado em si mesmo não possuiria sentido algum)³¹. No entendimento tradicional, tal experiência é "inocente": em si mesma, não possui significado algum³². Essa "inocência"

30 Isso foi demonstrado por Christian Meier em uma interpretação paradigmática de Heródoto: MEIER, C. *Die Entstehung der Historie*. Hermann Kukle argumenta de modo semelhante: KULKE, H. *Geschichtsschreibung als Heilung eines Traditionsschlags* p. 422-440.

31 Assim, por exemplo, WHITE, H. *Metahistory*, ou GOERTZ, H.-J. *Unsichere Geschichte*; GOERTZ, H.-J. *Was können wir von der Vergangenheit wissen*.

32 Max Weber utiliza uma imagem que impressiona, ao falar de "uma imensa corrente caótica de acontecimentos, que se espalha pelo tempo afora" (WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, p. 213 et seq.).

é ressaltada pela teoria da história quando se trata do estabelecimento da pura facticidade de um acontecimento passado (por exemplo: o mero fato de que o rei franco Carlos, na noite de Natal do ano 800, foi coroado imperador romano pelo papa Leão III). A pura facticidade desse acontecimento está além de seu significado, mas tal facticidade raramente aparece em sua "pureza", se é que aparece. Essa "pureza" é um modo derivado, secundário, da diferença temporal. Trata-se de uma experiência, por assim dizer, mutilada. Ela perdeu sua significância – melhor dizendo: perdeu-se de vista sua significância, pois ela foi extirpada do contexto em que pode ser experimentada, significativamente, tanto como diferente quanto em sua diferenciação³³. É justamente esse significado da diferença que motiva o pensamento histórico a pensar a relação entre o tempo distante e o tempo presente vivaz, enquanto contexto abrangente da história.

Seria unilateral ver na experiência histórica apenas um desafio que coloca em questão, negativamente, os hábitos culturais do manejo do tempo na vida humana. Há também outra experiência da diferença temporal. Ela é tão desafiadora quanto a mencionada até aqui. Ela não representa, no entanto, um déficit de sentido no horizonte das orientações culturais disponíveis, pelo contrário. O "outro" tempo pode desafiar a interpretação histórica como fonte de sentido, e mesmo como superação de sentido. As experiências históricas podem tornar perceptíveis os déficits de sentido no horizonte de significados disponíveis na vida prática atual. O significado dessas experiências estaria então no fato de que, com elas, tais déficits podem ser compensados e novo sentido histórico pode ser obtido. Essa diferença temporal é ressaltada por aqueles intelectuais (entre os quais também historiadores) que afirmam caracterizar-se a forma moderna de vida da sociedade civil secular por uma indigência de sentido, a ser compensada por recurso à lembrança da plenitude de sentido de formas de viver pré-modernas³⁴.

d) Interpretação histórica

A diferença temporal experimentada precisa ser interpretada; seu caráter irritante é mesmo desafiador. Ela deixa os homens inquietos,

33 Quando Max Weber fala das ciências sociais e humanas como "ciências da realidade", "realidade" significa aqui sempre uma facticidade constituída por uma relação valorativa.

34 É isso que faz o encanto dos trabalhos de Mircea Eliade sobre história das religiões. A diferença temporal entre o tempo próprio e o outro tempo (que se torna tempo histórico pela relação interpretativa com o tempo próprio) é experimentada como perda. É sintomático dessa situação o título da obra de Peter Laslett: *The world we have lost*.

enquanto não se hajam com ela, de modo a ordená-la em suas vidas. Em que consiste essa ordem? A diferença temporal é interpretada quando integrada em uma representação abrangente do processo temporal que determina a orientação cultural da vida humana prática.

Isso pode ocorrer de inúmeras maneiras, de acordo com o caráter desafiador que reveste a experiência histórica. Nas sociedades arcaicas, toda mudança temporal experimentada necessita ser interpretada de modo que uma tradição vigente nela se mantenha. A mudança é, por assim dizer, neutralizada. Nas sociedades modernas, as rupturas temporais são integradas na dinâmica de um processo histórico, pensado desde logo em uma concepção histórica da mudança. É também possível que a interpretação se alce acima do tempo da ocorrência da mudança histórica e veja no acontecimento um processo que documenta uma regra geral do comportamento humano. Invertendo o raciocínio: de um acontecimento desafiador extrai-se uma regra geral, e é essa regra que, no acontecimento e com ele, faz sentido. Trata-se, em todo caso, de inserir a experiência histórica em um modelo interpretativo que a torne inteligível. Ao tornar-se inteligível, ela pode ser, por assim dizer, contabilizada ou ponderada culturalmente como ganho experiencial. À luz de seu significado, a experiência histórica reforça a competência daqueles a quem ela atinge, para lidar produtivamente com a mudança temporal. Por sobre a ponte intelectual da interpretação, a experiência histórica pode inserir-se com eficácia na orientação existencial dos homens.

e) Orientação histórica I: o mundo

Mediante a interpretação, a experiência histórica se torna saber histórico. Quando determinados padrões metódicos operam na interpretação, pode-se falar também de conhecimento. A interpretação ingressa assim no cenário cognitivo do mundo humano e fica disponível para fins de orientação. Nem toda interpretação é, desde logo, orientação. A orientação possui uma relação direta com a vida prática, ou seja, uma qualidade própria de utilidade existencial. De acordo com as circunstâncias da vida, isso pode significar algo totalmente diferente: o saber histórico pode fortalecer o poder das tradições. Também pode, inversamente, ser utilizado para romper a força das tradições, a fim de possibilitar novas orientações. O saber histórico pode fortalecer e aprofundar a competência normativa das elites cultas. Ele pode ser empregado para qualificar as condições da vida como melhoráveis (no âmbito interpretativo das representações de progresso) e para mobilizar os respectivos potenciais de ação.

f) Orientação histórica II: o eu

A orientação histórica não serve ao homem apenas para apreender a temporalidade do mundo, de modo a haver-se nele e com ele. Ela orienta o homem também quanto a si, ou melhor, em si mesmo. Ela se espalha em seu imo, nas profundezas, quando não nos abismos de sua subjetividade. Isso porque pensar o “mundo” inclui naturalmente também o homem que nele vive e a ele atribui sentido. O saber histórico serve também para dar forma a esse tempo humano interno. É aqui que o saber histórico tem uma das suas mais importantes funções de orientação: seu papel na formação, negociação, implementação e alteração de identidade.

Identidade. Identidade é tida, entrementes, como um não conceito, inutilizável em uma argumentação racional minimamente clara³⁵. Essa inclareza ameaça também o próprio assunto, empurrando-o para certo arbítrio semântico, no qual tudo é possível, nada está excluído, de forma que não se esboçam mais linhas claras de significados que sejam discutíveis. No entanto, se se entender por identidade a resposta pura e simples à pergunta sobre quem se é, poder-se-ia (ao menos esperar-se-ia) pôr fim à confusão conceitual.

Essas perguntas – quem sou eu? Quem somos nós? – põem-se permanentemente tanto na vida pessoal quanto na vida social. Para responder a elas, necessita-se de uma representação temporal, fundada na experiência e com boas perspectivas, quanto ao eu ou ao nós. A orientação histórica lida com o eu humano, posto em questão e sempre a pôr-se em questão, no âmbito de sua temporalidade. É essa orientação que confere ao eu, no fluxo do tempo em que se encontra e com o qual tem de lidar, um ponto de referência que torna possível a vida – vida com a qual o eu tem sempre de se haver, a cada instante. Isso auxilia o eu a encontrar terra firme sob os pés. Podem ser tradições consagradas, que legitimam o *status* atribuído previamente. Pode tratar-se também de representações de processos de formação, nos quais comunidades ou indivíduos se entendem como representantes do gênero humano, ou seja, fundamentam seu *status* pessoal e social em termos de humanidade. São exemplos disso as diversas tradições humanistas, como também a dissensão entre as identidades nacionais modernas francesa e alemã, que se formaram respectivamente ao longo de processos fundacionais conflituosos e diferenciados, mas tendo em comum o recurso intelectual à humanidade.

35 Ver NIETHAMMER, L. *Kollektive Identität*.

g) Motivação

As orientações culturais se prolongam, por princípio, até a dimensão da mentalidade humana, na qual se formam as motivações para o agir, como impulsos da vontade. Tais motivações nutrem-se sempre das experiências do sofrimento (desconsideradas na maioria das teorias da ação). O saber histórico transformado nessas dimensões adquire uma função cada vez mais prática. Isso pode chegar, por exemplo, até a disposição de matar outros homens ou de sacrificar sua vida pela nação, no horizonte de uma identidade nacional historicamente articulada. O mesmo vale para as ações decorrentes de determinadas interpretações históricas (fundamentalistas) por crenças religiosas.

Max Weber empregou a metáfora das “encruzilhadas” de interesses (como impulsos para o agir)³⁶ para designar o efeito motivacional dos modelos interpretativos (“ideias”). Weber exprimiu, dessa forma, uma relação fundamental entre o pensar e o agir. É também possível recordar o conceito de “vontade de poder”, popularizado por Nietzsche. Diversamente de Nietzsche, contudo, que sublinhou a cegueira dessa vontade, deve-se preservar a intuição antropológica de que, no caso do homem, essa vontade tem um olho, vale dizer: ela opera no horizonte de um mundo interpretado. O saber histórico é um elemento indispensável dessa interpretação do mundo.

Com respeito à força motivadora que impulsiona o homem no processo de sua formação identitária, lida-se fundamentalmente com a autoafirmação de indivíduos e comunidades. Assim, modelos históricos interpretativos, baseados na experiência, podem motivar para ajustar-se aos ordenamentos prévios da vida e para refletir sobre a motivação mesma, quanto à factibilidade de suas intenções. O saber histórico pode ser utilizado como prevenção contra abusos e para motivar a vontade de mudar.

Na transformação do saber histórico apto a orientar em motivações, é certo que o fator emoção desempenha um papel importante³⁷. As emoções mediam o pensamento e a vontade. Nessa medida elas constituem um elemento essencial da efetivação da função de orientação do pensamento histórico. Trata-se do “motivo” do pensar. Seria equivocado excluir do conhecimento as emoções e restringi-las a motivações geradoras de ação. Isso distorceria a constatação de que as emoções desempenham um papel essencial no deslanche e no “direcionamento” do conhecimento histórico.

36 WEBER, M. *Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen*, Einleitung, v. I, p. 252.

37 Ver RÜSEN, J. *Die Macht der Gefühle im Sinn der Geschichte*.

h) A lógica narrativa da constituição histórica de sentido

O que é a constituição histórica de sentido e como deve ser entendida a ciência da história enquanto modo específico de conferir sentido ao passado? Para poder responder a essas perguntas, apreender a estrutura lógica do pensamento histórico possui importância central, decisiva mesmo. Trata-se da apreensão da estrutura narrativa, na qual se dá o manejo interpretativo da experiência histórica e na qual o saber histórico se apresenta, em sua especificidade, como resultado dessa interpretação³⁸.

O pensamento histórico lança uma ponte entre os tempos, cuja diferença enquanto experiência irrita e necessita ser superada intelectualmente. Essa ponte é uma "história". Ela representa o processo temporal significativo, no qual a experiência da diferença temporal tem de ser integrada interpretativamente. Essa "história" é uma narrativa³⁹. O sentido insere os eventos a ser interpretados em uma cadeia temporal com outros eventos. Nessa conexão temporal, as experiências históricas carentes de interpretação ganham o sentido que precisam ter, para poder ser manejadas. Esse ordenamento temporal se dá na forma da narração de uma história.

Narrar é uma atividade genérica e fundamental do espírito humano, com a qual este confere sentido a eventos. Não se diz, com isso, que a narrativa seja a única forma de conferir sentido à experiência dos acontecimentos. Sempre se pode interpretá-la como casos particulares de uma regularidade universal. Em tal interpretação, todavia, desaparece sua peculiaridade temporal concreta, de que se deve justamente abstrair quando se fala em regularidade universal. O narrar recorre igualmente ao construto mental de um contexto geral de eventos. Trata-se, contudo, de um contexto todo especial: o do processo do tempo, que se estende com e pelos eventos, que não desaparecem nele, mas antes são por ele sustentados.

Constituição de sentido acerca da experiência temporal: Vusi rememora. O assunto pode ser posto em evidência mediante o exemplo característico de uma apresentação histórica simples⁴⁰.

Em 1981 foi publicado um Manual de Serviço Social direcionado às favelas⁴¹ de Joanesburgo. Nele se encontra uma história em quadri-

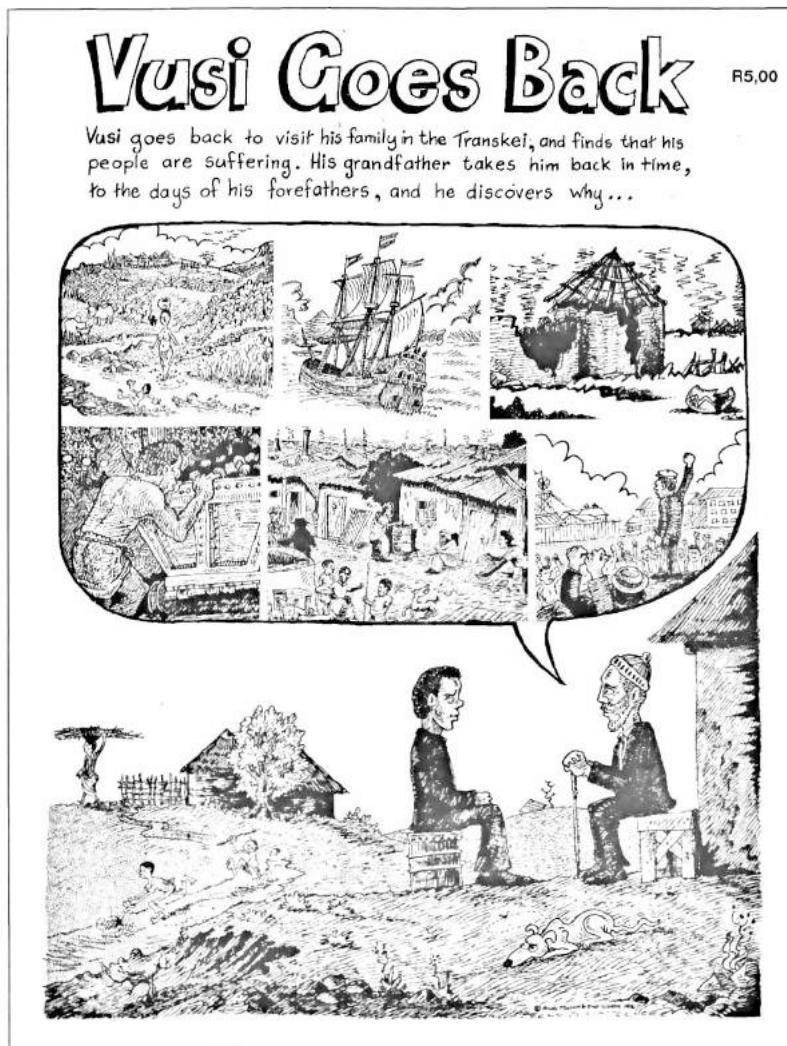
38 Quanto a isso, uma obra de referência, que marcou época é: RICOEUR, P. *Zeit und Erzählung*, v. I.

39 Desenvolvi uma análise detida da lógica da narrativa histórica em RÜSEN, J. *Historisches Erzählen*, p. 43-105.

40 *Ibid.*, p. 57 et seq.

41 O termo original inglês, utilizado no texto do autor, é *township*. (N.T.)

nhos, que devia servir para esclarecer as pessoas que vivem nessas favelas, em condições deprimentes, sobre sua situação. Elas deviam aprender a entender como chegaram a essa situação. Dessa explicação devia resultar uma perspectiva de futuro e ela devia motivar um agir que contribua para a melhora da situação⁴².



42 CLOETE, D.; MASON, A. *Vusi goes back*. Figura p. 2.

Vusi, o herói da história, vive em uma favela (aparece como figura representativa de todos os moradores nas favelas) e visita seu avô em sua terra natal. As condições de vida do lugar representam para ele uma experiência de sofrimento provocadora. Seu avô conta-lhe uma história, explicando como se chegou a esse sofrimento. Essa história tem um início claro, um transcurso e um fim patente. Ela representa a mudança temporal das condições de vida da população negra da África do Sul (de modo esquemático e claramente ideológico – o que, para a estrutura que se analisa aqui, é irrelevante).

Com essa explicação, fornecida por meio da narração de uma história, de como se chegou à situação do presente, carente de explicação, elabora-se simultaneamente uma perspectiva de futuro motivadora do agir. A mim interessam aqui a estrutura temporal e a forma de representação da história constantes do balão da fala. É a estrutura temporal de um conjunto de eventos, apresentada narrativamente. Com isso pode-se demonstrar a lógica específica do pensamento histórico, de modo simples, ou seja, elementar e fundamental. Teoricamente pode-se resumir a da seguinte forma:

História é uma conexão temporal, plena de eventos, entre passado e presente (com uma projeção para o futuro), que, por sua representação sob a forma de narrativa, possui sentido e significado para a orientação da vida prática atual.

O desenho ilustra, ademais, outra propriedade essencial da constituição histórica de sentido: seu caráter comunicativo. Ela não ocorre monologicamente, mas sempre em contextos sociais. Nesses contextos, elabora-se sua “utilidade para a vida”. É decisivo para o entendimento da especificidade e do desempenho do pensamento histórico o fato de essa utilidade para a vida não lhe vir apenas de fora. Ela tampouco pode ser entendida como mera “aplicação”, sem qualquer influência sobre a coisa mesma, ou seja, a experiência interpretada do tempo. O significado adquirido pela experiência histórica mediante o trabalho interpretativo do pensamento histórico não pode ser suficientemente decifrado e entendido sem que se leve sistematicamente em conta essa utilidade para a vida. Tal significado não surge somente dos processos cognitivos puros do espírito humano. Ele emerge, antes, das experiências que desafiam o espírito humano e que deste exigem respostas. Uma resposta dessas, só pode ser suficiente quando remova o obstáculo com que a vida humana prática se depara sob a forma de experiência de mudança, carente de interpretação. Tal ocorre pela integração dessa experiência na representação de uma conexão temporal, com sentido e significado, entre passado, presente e futuro.

Narrar. Narrar é um procedimento mental próprio à constituição humana de sentido. Nele se encontra uma compacta medida de resultados cognitivos, mas também algo que vai além disso: relações fundamentais com uma ética orientadora do agir e superadora do sofrimento. O ato de narrar é empírico e normativo ao mesmo tempo. Precede mesmo a distinção fundamental entre fatos e normas, muitíssimo importante na teoria da ciência e do conhecimento. (Se se tentar decifrar o desempenho cognitivo peculiar do conhecimento histórico com auxílio dessa distinção, por razões puramente lógicas vai-se acabar em naufrágio).

Volker Klotz, em sua brilhante análise das histórias de *As mil e uma noites*, deixou clara essa imbricação básica do narrar nos contextos eminentemente práticos da vida, na qual se dá a comunicação narrativa⁴³. No início (após a invocação de Deus como fonte de sentido da interpretação humana do mundo) está uma experiência perturbadora com consequências fatais. Xerazade, modelo originário do narrador/da narradora, cura, com suas histórias, as feridas abertas por um evento perturbador (o adultério da esposa do soberano). Seu destinatário, a vítima enfurecida de uma ruptura temporal, é ensinado por suas histórias a tornar-se um soberano bondoso e “útil à vida”. A morte iminente, que atravessa todas as mil e uma noites, é transformada em felicidade na vida. Xerazade desposa o soberano, que se reencontra, por causa dela, com suas obrigações políticas.

Esse paradigma do narrar não é especificamente histórico, não obstante é representativo da forma narrativa das interpretações históricas. Nela se encontra uma ética interna, uma relação constitutiva dos problemas práticos de orientação da vida humana.

Narrar historicamente. Quando um narrar útil à vida se torna histórico? A primeira possibilidade de resposta a essa pergunta vem com a distinção a ser feita (ideal-típicamente) entre o pensamento histórico e outras produções narrativas de sentido, como por exemplo, o mito, a arte ou a religião. Nesses campos da orientação cultural também se narra, as rupturas temporais são abordadas, interpretadas e integradas em contextos significativos. Existem, no entanto, diferenças notáveis. Os eventos narrados pelo mito distinguem-se dos eventos narrados historicamente. Os primeiros se dão em um “tempo ideal”, distinto do acontecimento imanente da vida humana. Os eventos da história são, em comparação,

43 KLOTZ, V. *Erzählen als Erzählen: Vorläufige Notizen zu zyklischem, instrumentalem und praktischem Erzählen*, p. 319-334.

imanentes ao mundo. Os eventos representados no narrar artístico não são históricos, pois seu caráter “factual” está marcado pela qualidade essencial, para a arte, do ficcional. No caso da religião, a distinção é mais difícil, quando a fé religiosa se nutre de fontes que possuem um caráter (também) histórico, por exemplo, a vida de Buda, dos profetas judeus, de Jesus de Nazaré ou de Maomé. Enquanto subsistir essa relação, existe nessas religiões um narrar (também) histórico, que impede – em termos de teoria da narrativa – distinguir radicalmente o seu narrar do narrar histórico. Fique claro, no entanto, que nos processos históricos em que foi construída uma cultura própria de escrita da história, as conexões temporais determinantes são de cunho majoritariamente imanente. Mantenha-se, contudo, que um narrar é histórico quando se refira a acontecimentos reais do passado.

3. Excurso: contingência e liberdade

A ética interna ao narrar histórico, sua síntese peculiar de experiência e norma, baseia-se em um fato antropológico básico: os homens orientam seu agir por critérios que sempre vão além do imediatamente dado, em direção a algo de diferente e de melhor. A estrutura mental da orientação humana do agir (e da superação do sofrer) se caracteriza, por princípio, por um superávit de sentido, que jamais se satisfaz com o dado, e que sempre vai além dele. Não são somente as experiências de déficit e sofrimento que motivam o agir humano a modificar as circunstâncias sob as quais se dá. Há sempre igualmente uma busca de sentido, uma aspiração à felicidade, uma demanda utópica, que expande radicalmente o campo de experiência da vida humana. É essa transcendência antropológicamente inerente à intencionalidade da consciência humana que torna possíveis as experiências irritantes da contingência e os esforços interpretativos delas decorrentes. É porque o horizonte da significância não abrange cada uma das situações dadas em que se encontra o agente, o qual se posiciona, através de cada uma e para além dela, é que os eventos podem ser extraídos do âmbito de uma significância previamente dada no mundo interpretado e tornar-se eficazes para promover novas constituições de sentido.

Nesse posicionamento transversal da consciência constituidora de sentido, com respeito às circunstâncias de vida respectiva, previamente dadas, enraíza-se o que chama usualmente de “liberdade”. Pensa-se aqui no fato antropológicamente basilar, de que todos os homens demandam conformar as circunstâncias de sua vida de acordo com critérios que lhes

pareçam sensatos. Eles querem considerar suas vidas como próprias e conformá-las praticamente. Sem esse sentido próprio, essa "obstinação" da cultura humana não se teriam as experiências da contingência e da carência de interpretação dela decorrente.

Sofrimento à base da interpretação. Na atividade de constituição de sentido pela consciência histórica estão presentes dois elementos: um momento constitutivo do sofrer – as coisas do mundo próprio não acontecem como deveriam – e, simultaneamente, um momento constitutivo da liberdade – eu me reaproximo das coisas do meu mundo, interpretativamente e por meio do leme da significância previamente dada, de modo a poder controlar o curso da minha vida segundo critérios que valham como meus.

Se esse controle pode ser realmente alcançado, é uma pergunta aberta. No entanto: do sofrimento da experiência se desprende a centelha do sentido de poder ser de outra forma. Isso soa mais idealista do que está aqui concebido e não corresponde inteiramente à situação concreta da consciência histórica humana. Nem de longe todo sofrimento pode ter sentido. Justamente os piores deles, os traumas da ausência de sentido ou do contrassenso experimentado, não passam sem mais nem menos às concepções de sentido da orientação cultural. Pertece à especificidade do sentido de orientação da vida humana prática (e com isso também à constituição narrativa de sentido da consciência histórica) estarem incorporados e também camuflados nela sofrimentos não processados. Camuflado, o sofrimento continua ativo, aquém ou além das interpretações produzidas. Nesses resquícios de sofrimento não processado na orientação histórica se situa o limite da liberdade manifesta na cultura histórica do ordenamento da vida humana. Ao mesmo tempo, porém, são eles os responsáveis pela constante inquietação por superar tal limite.

4. Experiência de crise e constituição histórica de sentido – uma tipologia

Naturalmente, as constelações mentais em que ocorre a constituição histórica de sentido (sobre as quais reposam os modos peculiares de proceder do pensamento histórico científico) são mais complexas do que aparecem nas considerações acima, as quais são um bocado abstratas. Devemos, contudo, começar pelos fundamentos do pensamento histórico, que podem ser admitidos como antropológicamente universais, ou seja, abrangendo culturas e tempos diversos. No que segue es-

boça-se um primeiro passo para diferenciar as diversas possibilidades de transpor a experiência do tempo para a orientação histórica conduzida cognitivamente.

Em seu fundamento, o pensamento histórico é “crítico”, isto é, baseia-se sobre uma *distinção* desafiadora entre tempos diferentes no processo de mudança das circunstâncias da vida humana. Esse desafio pode ser chamado de “crise”, e a constituição histórica de sentido pode ser vista como a superação da crise na experiência temporal. Essa superação pode tomar as mais diversas formas, segundo o caráter que possua a crise desafiadora. Em termos ideal-típicos pode-se distinguir três tipos de crises temporais e, correspondentemente, três tipos de integração interpretativa dessas crises na orientação da vida prática, útil à vida no horizonte de sua temporalidade. Assim, a crise pode ser (a) normal, (b) crítica e (c) catastrófica. Os modelos históricos interpretativos constituem sentido em correspondência com cada uma⁴⁴.

(a) *Crises normais* são experiências de mudança que podem ser superadas no âmbito de modelos históricos interpretativos previamente dados. Trata-se de uma experiência da contingência, cujo desafio pode ser respondido com os meios da interpretação histórica já disponíveis. Tais experiências temporais “normais” são as mais frequentes. Elas mantêm os modelos interpretativos atuantes em uma cultura histórica estabelecida e conferem-lhe a força da preservação. Assim, é possível interpretar historicamente as crises econômicas mundiais, como a do primeiro decênio do século XXI, com a representação de uma evolução do capitalismo, na qual tais crises surgem regularmente e regularmente podem ser superadas.

(b) *Crises críticas* são experiências temporais que questionam os modelos interpretativos da cultura histórica estabelecida, não podendo pois ser superadas por eles. Reagem a elas os esforços culturais por interpretá-las mediante modificação dos modelos de interpretação. Assim, por exemplo, a crise temporal do surgimento da modernidade cultural – chamada por Koselleck de “tempo limiar”⁴⁵ – provocou o surgimento de uma forma nova, moderna, de pensar historicamente. O historicismo, que representou essa forma moderna de pensamento histórico por quase

44 Essa tipologia está baseada em RÜSEN, J. *Krise, Trauma, Identität*, p. 139-179, esp. p. 153.

45 O termo original alemão é *Sattelzeit*, cuja tradução em português é controversa. No prefácio à publicação, em português, de *O conceito de História*, de R. Koselleck (Belo Horizonte: Autêntica, 2013), utiliza-se a expressão “era da passagem” (p. 11, nota 1). “Tempo limiar” não reproduz a alegoria de Koselleck relativa à travessia de desfiladeiros nas montanhas, mas mantém o caráter de início e fim não marcados, do tempo a que se refere, ao usar a expressão acerca do período 1750-1850. (N.T.)

um século, se baseia em tal experiência de crise, vivida pelos contemporâneos em particular com os eventos da Revolução Francesa⁴⁶.

(c) *Crises catastróficas* possuem um caráter traumático. Elas destroem o potencial interpretativo da consciência histórica. Elas aparecem como ausência de sentido ou contrassenso, que aniquilam os potenciais disponíveis de sentido do pensamento histórico. Pelo menos, esses potenciais de sentido já não bastam para superar o desafio da experiência do sem sentido ou do contrassenso sem distorcer, deslocar ou recalcar elementos essenciais da mudança temporal experimentada. Isso pode ser facilmente ilustrado com o exemplo do Holocausto. Tais crises não mais admitem a representação do processo temporal em que os eventos desafiadores possam ser inseridos ou integrados, sem conflitos, em uma história significativa coerente. Elas destroem qualquer tentativa de produzir uma coerência genuinamente histórica na sequência temporal dos eventos imanentes ao mundo. Um sentido do tempo só poderia ser admitido para além de toda história, ou seja, apocalipticamente, para além do contexto da vida no mundo dos mais diferentes tempos⁴⁷.

A distinção desses três tipos é, obviamente, uma abstração lógica. Nos processos concretos da práxis histórica eles se mesclam. Correspondentemente, os processos do pensamento histórico ao lidar com as experiências temporais desafiadoras são de alta complexidade e de grande diversidade.

Esquema dos três tipos de experiência de crise

| Tipo de crise | Reação |
|---------------|--|
| Normal | Aplicação de modelos interpretativos estabelecidos |
| Critico | Modificação de modelos interpretativos estabelecidos |
| Catastrófico | Destrução de modelos interpretativos estabelecidos |

46 Ver JAEGER, F.; RÜSEN, J. *Geschichts des Historismus*.

47 Um exemplo paradigmático dessa transformação da história em apocalíptica é a teoria da história de Walter Benjamin. Ver adiante, p. 130, nota 117.

Capítulo III: História como ciência

Do que se trata. Com base no fundamento, antropologicamente elementar e universal, do manejo histórico do passado, desejo abordar a questão quanto àquilo que faz, do pensamento histórico, ciência. O que é decisivo para a científicidade do pensamento histórico? Na sequência do que foi tratado no capítulo II acerca do desempenho da consciência histórica, a resposta a essa questão tem o seguinte teor: trata-se de um determinado modo de constituir sentido quanto à experiência do tempo, mediante o narrar. As reflexões que seguem abstraem das circunstâncias institucionais que caracterizam a disciplina especializada no conspecto das ciências. Elas tampouco se detêm nos processos históricos que levaram à constituição dessa disciplina especializada. A argumentação se concentra, primariamente, em fazer o pensamento histórico científico emergir, reflexivamente, dos seus fundamentos antropológicos, não no sentido de uma gênese histórica, mas no sentido de uma elaboração sistemática.

Em termos metafóricos, trata-se, pois, de elevar o edifício “ciência da história” sobre o piso e a base das operações mentais da constituição histórica de sentido. A argumentação visa o “interno”, o cerne cognitivo do pensamento histórico. Isola-o mediante a questão-chave quanto às pretensões científicas de validade do conhecimento histórico. Ela se debruça, ainda, sobre os contextos em que esse cerne cognitivo – o ser histórico do pensar, um formato todo específico de sua lógica – se articula com outras operações mentais e princípios intelectuais. É somente a partir desses contextos que se pode explicitar a especificidade e a peculiaridade do pensamento histórico.

Se olharmos apenas para a pretensão de científicidade do pensamento histórico, surgem problemas em comparação com outras ciências (em especial com aquelas que obedecem ao modelo rigoroso das ciências naturais). Isso pode levar a uma contestação fundamental do pensamen-

to histórico. Os argumentos decisivos para tal contestação provêm do exame de critérios e de modos de proceder do pensamento histórico que não são especificamente científicos, mas amiúde estético-poéticos, a ele impostos logicamente pelo contexto da vida prática. Nessa perspectiva, perdem-se de vista as peculiaridades que ocorrem nos procedimentos cognitivos dos processos de pesquisa, organizados por especialidade. É, pois, importante, manter o olhar atento a ambos: ao cerne cognitivo e à sua conexão interna com os critérios não cognitivos, e com procedimentos da inteligência humana.

1. Sentido histórico e ciência

Ciência é uma forma específica de conhecimento, que se distingue de outras formas por determinados procedimentos de produção e garantia de validade do saber. Saber científico é conhecimento, e conhecimento é uma forma especialmente destacada do saber. Esse destaque pode ser caracterizado da seguinte maneira: as sentenças respectivas, ou – no caso do pensamento histórico – o construto específico de sentido de uma “história” utilizam fundamentações ausentes em outras apresentações. No caso da história, a constatação é bem simples: conhecimento histórico científico se funda na pesquisa, e pesquisa é um procedimento regulado por critérios universalmente aceitos. Ela extrai de dados da experiência, existentes empiricamente, processos temporais, aos quais confere a forma de uma “história” baseada na experiência. O suprassumo desses critérios, que regulam o processo do conhecimento enquanto pesquisa, é chamado de “método histórico”.

História como ciência se distingue por regular metodicamente o pensamento histórico. Com essa regulação, ela reivindica validade própria para os resultados de sua pesquisa, e para as histórias em que esses resultados são inseridos. A regulação metódica da obtenção científica do conhecimento se dá com o fito de assegurar-lhe validade. O saber científico pretende-se especialmente bem fundamentado, uma vez que se refere a experiência obtida e interpretada mediante pesquisa.

Por tal relação metódica à pesquisa, a ciência se distingue de todas as outras formas de constituição histórica de sentido (na arte, no mito, na religião e – especialmente importante na modernidade – nas formas ideológicas de saber, nas quais a história tem um papel central). O conceito de método pode ser ainda empregado com um significado ampliado ou metafórico; assim, pode-se falar de método próprio à constituição artística, religiosa ou a qualquer outra constituição de sentido.

Esses métodos se distinguem, todavia, por princípio, dos métodos das ciências. Método, em sentido estrito, é o critério distintivo da constituição histórica de sentido especificamente científica.

2. Método e verdade

Por que método? Trata-se da obtenção de saber histórico a partir dos dados empíricos remanescentes do passado, acessíveis em geral. Os procedimentos metódicos dessa obtenção servem para reforçar esse saber com pretensão de validade e fundamentar sistematicamente sua plausibilidade ou pertinência. O método torna o saber, mediante a verificabilidade de suas sentenças, apto a ser fundamentado. Plausibilidade, pertinência, aptidão à fundamentação – três designações que convergem para uma única: *verdade*.

Todas as constituições de sentido da cultura reivindicam para si a *verdade*, nos contextos comunicativos de sua elaboração, apresentação e tratamento discursivo. Método e verdade, em virtude da peculiaridade da ciência, estão em uma relação de fundamentação muito estreita⁴⁸. *Mediante procedimentos metódicos a ciência reivindica verdade para seus conhecimentos, e esses conhecimentos, por sua vez, dependem, para ser obtidos e fundamentados, de regulações metódicas.*

Verdade é uma palavra altissonante e, quando empregada para qualificar determinada forma de pensar, requer explicitação prévia do que se entende por ela. Como dito, todas as constituições culturais de sentido pretendem ser verdadeiras. Mas será que, com essas pretensões elas apontam para a mesma coisa? Essa é uma pergunta a que não se pode responder com um mero “sim ou não”. Sim – porque sempre se trata de tornar o sentido plausível, de o evidenciar como plausível, de o aceitar porque plausível. Não – porque as razões de cada plausibilidade variam muitíssimo.

48 A influente obra de hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer leva o título de *Verdade e método* (GADAMER, H.-G. *Wahrheit und Methode*). Esse título é extremamente enganoso, pois toda a argumentação dessa hermenêutica da compreensão, como forma de pensar central das ciências humanas, nega-lhe qualquer caráter metódico e procura demonstrar a veracidade da compreensão para além do método ou mesmo contra ele. Com tal hermenêutica não só se impede de fundamentar a pretensão de científicidade das ciências humanas, como se torna essa tarefa impossível. Gadamer não se ocupa da questão de saber quais são as regras metódicas específicas do pensamento das ciências humanas, nem do significado que esses princípios possuem para o teor de verdade da compreensão.

A diversidade da verdade. Para exemplificar essa questão, sumarizem-se diversas pretensões de verdade e os critérios de validade nos quais se baseiam:

- Verdade *científica* baseia-se nos princípios da verificabilidade empírica e da coerência teórica. Em sua *Historik*, Droysen chama essa verdade de “correção”.
- Verdade *prática* (ou seja, pretensões normativas de validade de tipo moral ou ético) baseia-se nos princípios do “bem” – no caso do pensamento histórico, a utilidade para a vida se insere no jogo do conhecimento.
- Verdade *política*, como capacidade de adesão a relações de dominação, depende da legitimidade destas.
- No manejo dos fenômenos da saúde e da doença tem-se uma verdade de *terapêutica* específica; seu critério é a cura. Verdadeiro é o que cura.
- Com respeito à eficácia de validação do conhecimento *técnico* lida-se com o critério da factibilidade, do “funcionar”.
- Uma verdade *estratégica* nos combates nos quais os homens se engajam uns contra os outros (poder-se-ia mesmo falar de uma verdade *polêmica*⁴⁹) ganha sua força de convencimento. O verdadeiro é o que leva à vitória.
- Uma verdade *estética* é pretendida nos juízos de gosto. Ela se refere a uma qualidade toda especial das constituições artísticas de sentido, usualmente chamada de “beleza”.
- Uma verdade *retórica* é pretendida, nos processos linguísticos de comunicação, para a força de convencimento das falas. Verdadeiro é o que convence os outros.
- Há igualmente uma verdade especificamente *religiosa*, pretendida no requisito de plausibilidade dos diversos tipos de fé. É determinante dessa plausibilidade um critério especificamente religioso de sentido, que se chama “salvação” ou “redenção”. Verdadeiro é o que redime.

Essa lista não pretende ser exaustiva. Ela poderia ser notavelmente ampliada, levando-se em conta as inúmeras dimensões e formas assumidas pela constituição cultural de sentido pelo homem, tanto espacial

49 Em grego, *pólemos* significa guerra.

quanto temporalmente. Assim como essas dimensões e formas constituem, em um complexo contexto, todo o campo da cultura humana, distinguindo-se e relacionando-se permanentemente, assim também as diferentes "verdades" se encontram em um intrincado complexo de relações. Elas jamais aparecem isoladamente, mas sempre de maneira mesclada. (Para o entendimento das pretensões de validade do pensamento histórico, isso é de particular importância). Também para determinar essas relações são formuladas pretensões de validade. Trata-se, nesse caso, de verdade em um outro plano, em um metaplano. Nesse plano existem, igualmente, concepções de verdade. Uma metaconcepção desse tipo pode ser, por exemplo, a de uma hierarquização, na qual se distinguem verdades inferiores e superiores. Sobrepõe-se, contudo, a tais concepções ordenadoras – naturalmente também variadas – o princípio de que os diversos critérios de verdade não se podem contradizer.

Do que foi dito (com toda prudência e sem querer enveredar pela discussão filosófica da verdade) é possível definir, em suma, o critério de verdade decisivo para as reflexões subsequentes acerca da ciência da história: verdade é uma qualidade dos resultados da constituição de sentido, que se baseiam numa constelação de princípios reguladores, com os quais pretensões de validade podem ser enunciadas, abordadas, aceitas, rejeitadas e modificadas, na comunicação discursiva.

O critério máximo de todas as relações de verdade é o sentido, que a cultura possui e deve possuir na vida humana prática. *Verdade tem de fazer sentido, e possui sentido quando é útil à vida.* A vida humana sempre é mais do que um mero processo biológico – ela quer ser também, como Aristóteles já o sublinhara, uma "boa" vida. Tendo em vista as sociedades modernas, poder-se-ia remeter à formulação de Thomas Jefferson, na Declaração de Independência dos Estados Unidos: *pursuit of happiness* (a busca da felicidade). Assim, o princípio superior da verdade cultural refere-se ao que faz a vida humana "boa" ou "feliz".

3. Critérios de verdade do pensamento histórico

A científicidade da ciência da história ascende e cai com suas pretensões de verdade. "Enquanto houver bastantes historiadores que considerem a histórica como ciência, a história manterá o conceito de verdade"⁵⁰. Em que verdade se pensa, então? Para responder a essa per-

⁵⁰ FLAIG, E. *Ohne Wahrheit keine Wissenschaft. Überlegungen zur Wendung nach den Wenden*, p. 29-80, cit. p. 52.

gunda, é necessário levar em consideração o fundamento do pensamento histórico, ou seja, suas raízes antropológicas ou existenciais. É necessário identificar as pretensões de validade que são enunciadas e requeridas sempre que se trata de constituir um sentido, acerca das experiências da diferença temporal, apto a orientar mediante o narrar de uma história que suplante as diferenças.

Todas as histórias enunciam pretensões de verdade. Elas articulam essas pretensões de modo muito diversificado. Pode-se recorrer, por exemplo, a autoridades divinas, como o faz Hesíodo no início de sua teogonia, ou a testemunhas, presentes quando ocorreu aquilo que se relata, etc. Como a ciência da história constitui sentido, narrativamente, de modo próprio, ao lado de outros modos, os critérios de verdade definidos para o pensamento histórico valem, por princípio, também para ela. O pensamento histórico torna-se ciência, então, quando a efetivação dessas pretensões de verdade dependem de procedimentos metódicos; quando são metodizadas. Ciência é método – nenhuma disciplina, nenhuma especialidade pode contornar essa exigência, se quiser engalanar-se com a qualidade da científicidade.

Para poder entender-se, pois, em que consiste o método histórico decisivo para a história como ciência, é necessário perguntar primeiro e explicar que pretensões fundamentais de validade o pensamento histórico enuncia. Isso não tem nada de claro, pois as histórias tencionam ser plausíveis dos mais diferentes modos.

Quatro modos de plausibilidade. Quatro desses modos podem ser distinguidos. A distinção é, de certa maneira, artificial, na medida em que dissecaria a unidade e a coerência interna de uma história, a fim de desvelar diferentes lógicas de plausibilização. Trata-se dos modos referentes (a) à experiência, (b) à explicação, (c) ao significado e (d) ao sentido.

- (a) Histórias pretendem ser verdadeiras quanto ao modo pelo qual relatam o que ocorreu no passado; quanto à relação entre aquilo que tornam presente narrativamente e aquilo que efetivamente ocorreu no passado.
- (b) Histórias pretendem ser verdadeiras quanto ao modo pelo qual explicam os acontecimentos relatados.
- (c) Histórias pretendem ser verdadeiras quanto ao modo pelo qual afirmam o significado do acontecido no passado para as representações do tempo nas orientações culturais do presente.

- (d) Por fim, histórias pretendem ser verdadeiras quanto ao modo pelo qual representam, pela narrativa, o efetivo acontecimento do passado em seu significado para o presente.

Para rastrear a científicidade do pensamento histórico é necessário identificar os elementos cognitivos desses critérios de verdade. No primeiro caso, trata-se da *empiria* e, no segundo, da *teoria*. (a) *Empiria* quer dizer a facticidade dos acontecimentos narrados. (b) *Teoria* aponta para a coesão interna fática dos acontecimentos narrados, com recurso à qual um fato singular é explicado na sua conexão temporal com outros fatos. No terceiro caso, (c) trata-se de normas e valores, ou seja, de critérios determinantes da orientação prática da vida – cuja forma cognitiva é a de uma *valorização*. No quarto caso, (d) trata-se de uma síntese de *empiria*, *teoria* e *normatividade* mediante a *coerência discursiva de uma narrativa*.

A ciência corresponde a uma forma metodizada desses quatro critérios. Esses critérios são entrelaçados em um processo discursivo de fundamentação argumentativa. Ganham com isso um caráter específico, conhecido tradicionalmente como “*objetividade*”. Esse conceito caiu em descrédito já há bastante tempo. Ele suscitou, por exemplo, a impressão de que o pensamento histórico científico lida com a obtenção e a apresentação de um conjunto factual puro de acontecimentos passados, que tanto a subjetividade das pessoas que realizam essa obtenção como seu engajamento no acontecer cultural de seu presente não exerceriam papel essencial algum. Essa representação pode ter desempenhado e, quem sabe, ainda desempenha algum papel na cabeça de profissionais da história. Contudo, nos eminentes testemunhos, nos quais a história fala de si mesma, dificilmente se encontra essa ideia⁵¹. Pelo contrário: a intuição da *perspectividade*, ou seja, da dependência do saber histórico em relação aos pontos de vista de seus sujeitos, no acontecer presente, pertence aos primórdios históricos da ciência moderna da história⁵².

Que conceito, então, se poderia utilizar no lugar de “*objetividade*”? A ciência da história, e os discursos que refletem sobre ela, tornaram-se surpreendentemente mudos quanto à especificidade cognitiva do pensamento histórico científico. Como o termo “*objetividade*” se presta a equívocos, pois pressupõe uma “*coisidade*” do que se entende por “histo-

51 Uma teoria marxista do pensamento histórico, hoje raramente defendida, operou – sem dúvida mui pragmatically para determinada linha do materialismo histórico – com o conceito de *reflexo*.

52 Essa teoria do “ponto de vista” está documentada em CHLADENIUS, J. M. *Allgemeine Geschichtswissenschaft, worinnen der Grund zu einer Einsicht in allen Arten der Geschichtslehre gelegt wird* (1752). (Excertos em BLANKE, H. W.; FLEISCHER, D. (Org.). *Theoretiker der deutschen Aufführungsgeschichte*, p. 226-274).

tória", como conexão fáctica de acontecimentos no passado, deve-se revestir-lo então de um significado restrito. Ele só deve aparecer quando se trate, efetivamente, de constatar controlavelmente, mediante procedimento metódico (de pesquisa) a facticidade dos acontecimentos no passado (o termo "constatar" expressa essa facticidade de maneira drástica). Em outros modos, fala-se antes de "*intersubjetividade*". Nesses, trata-se de apresentar (narrar) as sentenças históricas (histórias) de maneira que se possa, genericamente, concordar com elas. "Genérico" significa, aqui, não se levar em conta os diversos contextos, campos de interesse, concepções prévias e intenções práticas.

Não resta dúvida de que existe esse modo de gerar capacidade de concordância. Não obstante, o *status* acadêmico da ciência da história, enquanto especialidade com caráter profissional, baseia-se na pretensão de poder suscitar tal concordância mediante procedimentos metódicos particulares⁵³. Essa concordância é pretendida ao menos no âmbito das práticas discursivas, nas quais o saber histórico é produzido profissionalmente e apresentado historiograficamente. Se tal pretensão deixa de existir, não se precisa mais argumentar, isto é, fundamentar as respectivas apresentações. Essa intersubjetividade pode ser descrita, sumariamente, como segue:

Plausibilidades do pensamento histórico. (a) A plausibilidade *empírica* do pensamento histórico é obtida através da capacidade de suscitar concordância mediante uma relação controlável a fatos. Nesse caso, cabe o uso do termo "objetividade". Ele se baseia no que se pode chamar de "*pathos* do documentado"⁵⁴. Aserções acerca do que, quando, onde, como e porque alguma coisa foi o caso no passado devem ser documentadas por testemunhos ainda presentes desse passado. O método de pesquisa correspondente é a *crítica das fontes*⁵⁵.

(b) A plausibilidade *teórica* do pensamento histórico é obtida através da capacidade de suscitar concordância mediante uma relação explícita e

53 Quanto a isso, uma frase de Max Weber tornou-se famosa: "[...] É e continua verdadeiro que uma demonstração científica, metodicamente correta, no campo das ciências sociais, se quiser alcançar seu objetivo, deve ser reconhecida como correta também por um chinês [...]" (WEBER, M. *Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*, p. 155).

54 EMRICH, W. *Die Symbolik von Faust II. Sinn und Vorformen*, p. 117 et seq. Reinhart Koselleck restringiu essa plausibilidade empírica do conhecimento histórico ao "direito de voto das fontes". Essas informações, obtiveis, no presente, dos testemunhos empíricos do passado, podem refutar com clareza afirmações sobre o que teria acontecido. Isso está obviamente certo, mas o manejo investigativo das fontes não se limita a uma mera função de refutação. Trata-se, sobretudo, de obter das fontes informações confiáveis quanto ao ocorrido no passado. O voto das fontes depende dessa fiabilidade. Ver também nota 91.

55 Ver adiante, p. 179.

refletida às generalizações que abrangem os fatos, formatadas teoricamente ou ao menos passíveis de formatação teórica. A intersubjetividade se refere aqui à capacidade explicativa das sentenças históricas. Essa capacidade explicativa aumenta na medida em que as fundamentações sejam conduzidas teoricamente. (Para tanto requer-se, por certo, de uma determinação mais precisa do que representam as teorias no processo cognitivo histórico e como elas são empregadas nele)⁵⁶. O método de pesquisa correspondente é a interpretação⁵⁷.

(c) A plausibilidade *normativa* do pensamento histórico torna-se um critério da intersubjetividade mediante reflexão e fundamentação das perspectivas. Cada perspectiva, na qual o passado é tornado presente pela interpretação, é esclarecida a partir dos problemas de orientação decisivos no contexto do presente. Somente em tal perspectiva o passado pode possuir significado histórico para o presente. Critérios do pensamento histórico, atribuidores de significado, sempre contêm normas. Essas normas, bem a visão do passado que é delas tributária, não são fixadas arbitrariamente. Sua fundamentação se encontra, antes, em problemas de orientação que se põem ao pensamento histórico a partir de seu contexto, de sua "situação" no presente. Nesse sentido elas precisariam ser consideradas, praticamente, como "objetivas" (na acepção de "pré-dadas"). Elas valem como interesses cognitivos. Tais interesses são, naturalmente, subjetivos, mas não arbitrários, e carentes de fundamentação.

Eles podem ser fundamentados, como dito, por recurso aos problemas de orientação. Todos os que se veem confrontados com tais problemas estão por isso mesmo inseridos intersubjetivamente no conhecimento histórico. Por outro lado, esses problemas de orientação estão obviamente nas disputas entre os interessados. Desses problemas pode-se deduzir, pois, diferentes campos de interesse. As perspectivas históricas normativamente determinadas são, correspondentemente, tão diversas ou mesmo contraditórias quanto eles: história a partir de baixo, história a partir de cima, história desde fora, história na perspectiva das vítimas ou dos algozes, e assim por diante. Parece que há aqui um limite nítido das pretensões cognitivas de validade. Normas são, todavia, como foi dito, capazes de fundamentação, e isso vale também para os campos de interesse do pensamento histórico, que são concebidos normativamente. Tal fundamentação é especificamente histórica quando se aplica à amplitude ou à "profundidade" da perspectiva histórica. Sua validade

56 Ver adiante, p. 154 et seq.

57 Ver adiante, p. 184 et seq.

depende da medida em que saiba integrar os diversos campos de interesse ou de “pertinência” (por exemplo: uma perspectiva que abranja a das vítimas e a dos algozes).

(d) A plausibilidade *narrativa* do pensamento histórico torna-se um critério da intersubjetividade mediante explicação de um conteúdo significativo apto a suscitar concordância. Em última instância, a pretensão de validade do conhecimento histórico se resolve pelo “sentido” que possui no contexto cultural de orientação da vida humana prática. O critério determinante aqui é o da “utilidade para a vida”. Fundamentações são aqui uma questão da razão prática. Elas são tanto mais necessárias quanto o pensamento histórico, em grande medida, é corruptível e vulnerável a ideologias, por causa de seu enraizamento constitutivo nos problemas de orientação do presente. O pensamento histórico está sempre direcionado a ser “útil à vida”, vale dizer, a municiar intelectualmente as partes em luta pelo poder; a fornecer-lhes justificações.

Esquema das pretensões de verdade do pensamento histórico

| Plausibilidade | Fundamentação |
|----------------|-----------------------------|
| Empírica | Relação à experiência |
| Teórica | Força explicativa |
| Normativa | Reflexão sobre as situações |
| Narrativa | Utilidade para a vida |

Humanidade à base da verdade. Existem aqui pretensões especificamente científicas de validade? O que significa caracterizar o sentido histórico como intersubjetivamente válido ou, mais modestamente, dotado da intenção de valer intersubjetivamente nos discursos da constituição histórica de sentido? Para se esclarecer o que significa aqui “intersubjetivo” deve-se perguntar: as histórias respectivas valem para quem? Em concreto, essa pretensão de validade se dirige, naturalmente, àqueles a que dizem respeito os discursos que contêm tal pretensão. Entretanto, a ideia de verdade não encerra em si algo mais? Para descobrir em que consiste esse “algo mais”, deve-se levar mais precisamente em consideração o que, afinal, pode motivar alguém a concordar com histórias. Concordar quer dizer que eu posso me apropriar de uma história com o fito de orientar culturalmente a minha vida prática; que eu posso, assim, torná-la “minha”.

Tal concordância se dá de modo diverso e em graus diferentes. As histórias, regra geral, não são apropriadas em sua totalidade e sem quaisquer restrições, mas sim de forma própria, discursiva, ajustadas por assim dizer ao horizonte de interpretação dos receptores. A verdade histórica pode ser pensada, então, como medida da capacidade de apropriação, ou melhor, da capacidade de ajustamento. Nesse sentido, a intersubjetividade possui, em última instância, uma dimensão humana.

Quando as histórias são capazes de suscitar concordância, com base em seu conteúdo significativo? Isso ocorre sempre que a narrativa histórica oferece uma orientação prática e uma representação de pertencimento (identidade) partilhadas pelos receptores. Pode-se deduzir disso que as histórias formatadas *humanisticamente* têm de ser altamente capazes de suscitar concordância. Tais histórias partem de elementos identitários, que dizem respeito ao ser humano dos homens. Em tempo: “formatado humanisticamente” não pode significar superar ou anular a diferença, essencial para a vida humana, entre pressupostos, circunstâncias e contextos evolutivos, e ainda menos a diferença, essencial para a identidade humana, entre o ser próprio e o ser outro. Pelo contrário: as interpretações históricas necessitam ser compatíveis com a particularidade da situação respectiva da vida e com a diferença, constitutiva da identidade, da alteridade dos outros. Elas têm de (poder) inscrrir-se no horizonte abrangente da experiência das circunstâncias históricas da vida e na humanidade compartilhada com os demais. *Verdade seria então a capacidade de reconhecer a própria diferença, mediante o outro.* Ela adquire sua profundidade subjetiva, e seu poder de influenciar a vida, da força mental com que os homens (devem) afirmar e fazer valer sua particularidade na conexão com os demais e, simultaneamente, (poder) reconhecer a alteridade dos outros.

4. Ciência: validade intercultural ou relatividade específica da cultura?

As reflexões sobre a científicidade da ciência da história acarretam a crítica de serem “ocidentais”. Afinal, a história como disciplina especializada surgiu no ocidente e foi adotada relativamente tarde por outras culturas. Por causa desse contexto de surgimento, é-lhe reconhecida uma validade restrita – justamente nesse contexto e somente para ele. Justamente por causa de sua grande atratividade intelectual nos dias de hoje, essa crítica merece um exame mais detido. Seu conteúdo empírico é indiscutível. No entanto: a restrição da validade de um argumento, de uma

forma de saber ou de um processo cognitivo decorre automaticamente do seu contexto histórico? Gênese e validade se situam em planos lógicos totalmente distintos. Mesmo empiricamente a restrição de validade, enquanto máxima geral, não convence. Um contraexemplo: é de conhecimento geral que a concepção do zero tem sua origem na Índia, mas ninguém pensaria em considerar tal origem como restrição à sua aplicabilidade na matemática ou sentir seu uso como uma alienação forçosa.

Dependência do contexto e pretensão de validade. Nas ciências humanas e sociais as coisas parecem diferentes. Com efeito, a dependência do conhecimento com relação ao contexto, nesse caso, é manifestamente maior e o uso de seus acervos cognitivos para fins políticos é um truismo. Além do mais, elas versam sempre e, por princípio, sobre a diferença entre as formas de vida e sobre sua mudança temporal, ou seja, sobre o que chama de sua particularidade ou individualidade. Mas mesmo nesse caso deve-se manter a distinção entre uso prático e validade teórica.

Do que trata, afinal? A ciência da história é, como dito, a obtenção e a garantia metódicas de saber e conhecimento acerca do passado. Antropológicamente, ela se baseia, por princípio, na capacidade do pensamento humano de refletir fundamentadamente sobre suas pretensões de validade. A ciência representa uma forma sistemática (porém, ela também é historicamente constituída e, portanto, cambiante) de aprofundar aquela capacidade. Não há como abalar esse cerne antropológico da racionalidade científica. Naturalmente, ele aparece em formatos espaciais e temporais diferentes, e essas diversas configurações, enquanto tradições de pensamento, permanecem ativas. Nessas tradições, as tendências de autoafirmação das formas culturais de viver continuum poderosas e ativas. E como autoafirmação significa sempre delimitação com respeito a outrem, essas tradições se encontram em relação tensa entre si. O pensamento histórico permite demonstrar essa relação tensa como um etnocentrismo altamente ativo e problemático no plano da política identitária.

A capacidade de fundamentação do pensamento histórico está, todavia, confinada aos limites de sua formatação etnocêntrica? Pelo contrário. A crítica do etnocentrismo deveria ter-se tornado um padrão da cultura de pensamento humanístico⁵⁸. A condição de possibilidade dessa crítica é justamente aquela capacidade de pensar que assume o formato científico. O pressuposto concreto para tanto é, por certo, uma determinada configuração do contexto do pensamento humanístico: as

58 Ver adiante, p. 266 et seq.

diferentes tradições de pensamento precisam, no contexto abrangente da vida, remeter umas às outras ou ser explicitamente relacionadas. Esse é precisamente o caso no processo de globalização e na cultura de pensamento da racionalidade moderna (aliás, também quando essa racionalidade é submetida ao crivo da crítica e quando são feitas tentativas de a superar). O relativismo cultural, enquanto atitude intelectual, somente surgiu no contexto da universalização da racionalidade moderna (como reação a ela). A tese da dependência do contexto do conhecimento das ciências humanas aparece somente no contexto de uma concepção de racionalidade que se pensa para além e para acima do contexto. Deve-se lidar com essa dialética, e não fechar os olhos a ela.

Critica do etnocentrismo no embate das culturas. Terá o embate das culturas a última palavra no discurso sobre as pretensões de validade do pensamento histórico e será a vontade de poder a razão última de seu agir? Ou não devem a busca da paz e a vontade da verdade ser, antes, fortalecidas nesse embate, quando se trata de constituir um sentido sobre a experiência temporal capaz de suscitar concordância? A científicidade pode ser concebida (e realizada praticamente) como uma forma de pensamento que não contesta as diferenças culturais, mas as relaciona de forma crítica e argumentada. Por através delas, a científicidade faz valer o potencial antropológico do espírito humano, que não se dissolve em suas formas culturais específicas, e sim remanesce tributário de um *humanum* comum. Tal interesse deveria manter dentro de alguns limites o relativismo cultural quanto às pretensões de validade das ciências humanas. (No mais, todo relativismo cai sob o veredito lógico de uma autocontradição performativa, na medida em que reivindica para si validade universal).

Mesmo assim, as objeções a uma concepção de ciência devem ser levadas a sério, pois tal concepção não pode negar sua origem em determinada cultura, que se choca etnocentricamente com outras culturas, por vezes até a sua destruição. O universalismo (lógico) pretendido por uma concepção de ciência só se sustenta quando o etnocentrismo é refletido criticamente e demonstra possuir e ativar as possibilidades de sua superação.

5. Matriz disciplinar I: o sistema dos cinco fatores

As considerações feitas até agora foram muito abstratas e genéricas. Elas têm de o ser, pois tratam da questão fundamental de como a história como ciência pode ser plausível em sua particularidade, a partir de sua relação com as formas e práticas humanas gerais (antropológicamente universais) de constituir sentido. Trata-se agora de examinar mais detidamente o processo científico de conhecimento do pensamento histórico, de modo que o olhar se detenha no que ocorre cognitivamente na história operando concretamente⁵⁹.

A matriz disciplinar como esquema da ciência da história. Para alcançar tal objetivo, é possível elaborar um esquema dos procedimentos intelectuais do pensamento histórico, que distinga com rigor os critérios decisivos do conhecimento e, ao mesmo tempo, deixe claras suas diferenças e sua interdependência. Eu chamo esse esquema de *matriz disciplinar da ciência da história*. Recorro assim a um termo introduzido por Thomas S. Kuhn na teoria e na história da ciência com imensa repercussão e grande influência⁶⁰. Isso não que dizer, contudo, que eu aplique sem ressalvas a definição de Kuhn para paradigma de ciência à ciência da história. Pelo contrário. Eu me preocupo em esclarecer, analiticamente, a particularidade estrutural da ciência da história. Por isso, por exemplo, relações à prática desempenham um papel constitutivo nessa matriz.

A matriz enfatiza o caráter processual do conhecimento histórico. Ela destaca a dependência contextual de cada cultura histórica temporalmente condicionada. É igualmente central para a pretensão de científicidade da ciência da história, distinguir o pensamento histórico das pretensões imediatas da orientação prática. O contexto vivo entre o pensamento histórico científico e a cultura histórica de seu tempo não pode ser neutralizado ou excluído objetivisticamente, quando se trata de entender o desempenho cognitivo peculiar da pesquisa histórica e da historiografia dela dependente. Pelo contrário: esse contexto deve ser justamente esclarecido onde o pensamento histórico adquire sua dinâmica científica imanente e se firma também contra as influências externas. Pode-se falar igualmente de uma autonomia disciplinar, desde que o termo “autonomia” não suscite a falsa ideia de que o pensamento histórico científico obedeça exclusivamente a critérios específicos intra-

59 A expressão alemã original *werkaktige Historie* é adotada pelo autor Horst Walter Blanke. Ver nota 49 do original alemão (p. 66). (N.T.)

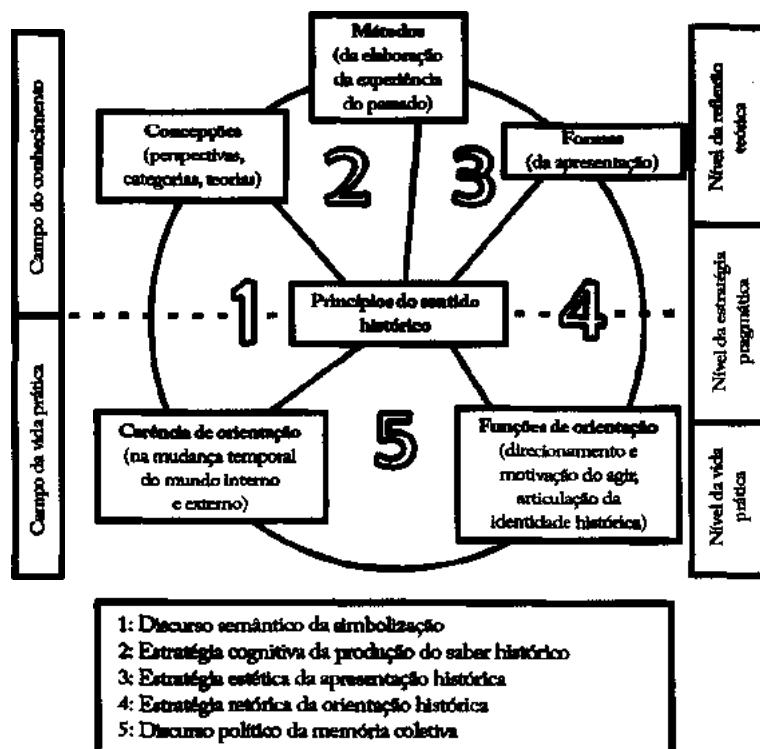
60 KUHN, T. S. *Die Struktur wissenschaftlicher Revolutionen*.

disciplinares, ao se articular em um construto cognitivo próprio e produzir sempre novas interpretações.

Multidimensionalidade. O esquema destaca a dimensão cognitiva do pensamento histórico, mas cuida de não se limitar abstratamente somente a ela, mas de a evidenciar no contexto das demais dimensões, em particular a estética e a política. Sem olhar com vagar para esse contexto não se consegue identificar a peculiaridade do pensamento histórico ou realizar uma análise estrutural dos processos reais nos quais ele se dá.

A capacidade operacional do esquema tem seus limites. Esses limites aparecem sempre que se deva estabelecer uma relação aos inúmeros contextos e condições externas (em especial de tipo institucional) de modo a entender os resultados reais do pensamento histórico profissional.

Matriz do pensamento histórico



a) Os cinco fatores do conhecimento histórico

O esquema apresenta cinco fatores essenciais do pensamento histórico. Cada fator é, individualmente, *necessário*. Sem ele, o pensamento histórico não poderia ser; mas somente os cinco em conjunto são *suficientes* para a compreensão do que é o pensamento histórico e de como ele funciona enquanto processo cognitivo.

Eu vejo a grande vantagem do esquema no fato de ele permitir reconhecer a ampla dinâmica da relação entre a ciência e a vida prática nos fundamentos do pensamento histórico. Ciência e vida prática dependem intimamente uma da outra, mas distinguem-se com toda nitidez. De um lado, todo conhecimento histórico depende do ponto de vista de seus sujeitos no contexto discursivo da cultura histórica de seu tempo. De outro lado, porém, o pensamento histórico está marcado por procedimentos metódicos da garantia de validade, no âmbito de sua formatação científica. Essa formatação confere a cada perspectiva uma intersubjetividade, com a qual esta perspectiva se relaciona com as demais perspectivas de modo não relativista. Um é o reverso do outro, ambos estão intimamente conectados, ao ponto de se condicionarem mutuamente, sem que um esteja totalmente determinado pelo outro.

Representado o pensamento histórico como um processo linear (o que, naturalmente, é unilateral, mas pode, não obstante, caracterizar sua dinâmica evolutiva), os cinco fatores podem ser entendidos como uma sequência. O pensamento histórico é disparado pelas *carências de orientação*. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em uma *perspectiva de interpretação*. Nessa perspectiva são inseridos, então, metódicamente, *conteúdos experenciais concretos*. O saber acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em *forma historiográfica*. Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se *ativo* nos processos atuais da orientação histórica.

Naturalmente, os processos reais, nos quais se gera, formata e apresenta o conhecimento histórico, são mais complexos. Todos os fatores estão, desde o início em uma relação de interdependência sistemática. Essa relação pode ser pensada, entretanto, como orientada temporalmente, ou seja, de um início (o da pergunta histórica) até um fim (o da resposta historiográfica e de sua influência sobre a vida prática).

Um olhar sobre essa dinâmica temporal deixa claro porque o pensamento histórico se encontra em um constante fluxo, porque a história precisa ser sempre reescrita e jamais pode ser fixada em conhecimentos definitivos. Do enraizamento constitutivo do pensamento histórico na

carência de orientação da vida humana prática são-lhe postas incessantemente nossas perguntas, que necessitam, pois, ser respondidas de novo. Max Weber, a propósito dessa dinâmica interna do conhecimento das ciências humanas, qualificou-as como “eternamente jovens”⁶¹. (Correspondentemente, pode-se interpretar e compreender, mediante análise estrutural e utilizando o esquema conceitual da matriz, a história dos fenômenos científicos e historiográficos).

b) Necessidade de interpretar e carência de orientação

No início do processo do conhecimento histórico está a carência de orientação da vida humana prática. Como descrito acima, o conhecimento histórico é disparado pelas experiências da divergência temporal e precede toda pensabilidade científica, a que serve de fundamento. Não se pode compreender o tipo de pensamento histórico que é especificamente científico sem considerar a sua inserção no contexto da cultura histórica de seu tempo. Desse contexto emergem as questões fundamentais da orientação temporal e da identidade, que a ciência histórica responde à sua maneira. A ciência depende da posição assumida pelas historiadoras e pelos historiadores profissionais perante os acontecimentos do tempo de seu respectivo presente. Essa dependência nem de longe resolve antecipadamente o que ela faz das carências de orientação, a partir das quais se pensa historicamente. Como ela lida com elas, é assunto de uma forma própria de pensar, justamente a científica. Com essa forma o conhecimento histórico se desvincula da vida prática de que emerge e cujo impulso para a interpretação do passado está incorporado a si. Nesse processo, o conhecimento transforma as carências históricas de orientação em interesses do conhecimento. A científicidade do pensamento histórico baseia-se nesse processo evolutivo.

Vida prática e ciência. História como ciência é, pois, uma forma específica da “racionalização” do pensamento histórico, sempre ativo na vida prática. Esse pensamento distingue-se e se distancia, com suas formas e estratégias próprias de pensar, do pensamento histórico cotidiano e de muitas outras configurações da cultura histórica. Não obstante, permanece ele determinado por impulsos pré e extracientíficos da orientação cultural. Ele pode refletir sobre esses impulsos, lidar

61 “Existem ciências dotadas de eterna juventude. É o caso, por exemplo, de todas as disciplinas históricas, de todas aquelas para as quais o fluxo constantemente progressivo da cultura continuamente suscita novos problemas”. (WEBER, M. *Die “Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozial-politischer Erkenntnis*, p. 146-214; cit. p. 206; (N.T.): edição brasileira: p. 107-154, cit. p. 148).

criticamente com eles, distanciar-se deles e mesmo rejeitá-los, mas não deixar de ser determinado por eles (também na negação ele depende de tais impulsos).

Um olhar sobre a história da ciência demonstra, superabundantemente, o quanto as perguntas cruciais para as historiadoras e os historiadores estão determinadas por sua contemporaneidade. Isso é o caso, em particular, quando se trata de perguntas que aprofundam, inovam. A *contemporaneidade sensível* representa uma elevada chance de inovação do conhecimento histórico. Essa contemporaneidade é patente, em especial, sempre que a disciplina especializada "história" entra em uma crise de fundamentos. Tais crises são provocadas por experiências temporais que exigem uma modificação "crítica" dos modelos estabelecidos de interpretação⁶².

Essa dependência constitutiva do pensamento histórico científico especializado não pode ser enganosa, por causa de sua autonomia relativa na condução dos processos cognitivos. A ciência da história tem mesmo de enfrentar a crítica de ter-se afastado das carências de orientação da vida prática até o extremo da insignificância. Não é raro encontrar, entre os profissionais de história, a ideia de que os conhecimentos que produzem valham por si mesmos, sem necessidade de recorrer ao contexto histórico-cultural em que são obtidos, para explicar seu sentido e significado e, no caso de serem contestados, fundamentá-los.

Por mais que a história como ciência especializada se entenda como um "empreendimento", que parece subsistir por conta própria, não se pode negar que esse empreendimento não existiria, se não fosse constituído pelas carências de orientação de seu contexto.

c) Perspectivas heurísticas

No início do processo histórico de conhecimento está uma pergunta. Isso não é assim tão comum na autocompreensão dos especialistas. Nela aparece a assim chamada "fonte", ou seja, uma documentação empírica do que aconteceu no passado. No entanto, essa documentação não é óbvia; é múltipla e, por si só, não constitui uma "fonte", vale dizer, a origem do processo do pensamento histórico. Não: essa origem, esse impeto (que, em seguida, por certo, leva às fontes), é uma pergunta, um problema. Em última instância, as perguntas decisivas, postas aos discursos dos especialistas, nos quais as fontes desempenham um papel essencial, provêm do contexto das carências de orientação. Daí provêm, contudo,

62 Ver p. 56 et seq.

indiretamente, mediadas por um processo de racionalização que, como foi dito, transforma as carências de orientação em interesses cognitivos.

A elaboração de perspectivas. Trata-se, pois, de gerar conhecimento. Para fazer isso, é necessário elaborar perspectivas históricas a partir de questionamentos. Nessas perspectivas, o passado – mediado pelos testemunhos de sua documentação empírica – é visto e tornado presente pelo pensar. Pode-se então falar de concepções, de hipóteses diretoras da pesquisa, de conjecturas, que dirigem o olhar, desde o primeiro momento, para os conteúdos que se intenta investigar. Elas devem fornecer informações sobre o que se quer saber. É com essa formatação das perspectivas questionadoras quanto ao passado humano que começa o trabalho cognitivo propriamente dito. Permanece uma questão aberta e controversa, se e como as concepções heurísticas elaboradas aqui seguem uma lógica própria e afinada com o método. É difícil, contudo, negar que só se pode saber algo, quando se sabe o que se quer saber. De largada importa esclarecer o que se entende por esse “saber”. Esse esclarecimento precisa ter sido feito quando se debruça sobre as fontes, para obter delas as informações de que se necessita para alcançar o conhecimento que se deseja adquirir. Na polêmica envolvendo esse fator do conhecimento – “concepções” – não se trata da questão de serem elas necessárias, o que é dificilmente discutível. Trata-se, antes, das formas que as concepções podem ou devem assumir. Com efeito, abre-se aqui um vasto campo de possibilidades, que vão desde as conjecturas pouco estruturadas às hipóteses explícitas.

Para a compreensão do que significa o trabalho científico no campo do pensamento histórico, é importante entender o papel fundamental que essas concepções desempenham. Elas são a porta de entrada no campo da pesquisa histórica. Se lhes é atribuído um *status teórico*, isso não significa estarem elas mais ou menos afastadas da base empírica das fontes. Pelo contrário: são elas que permitem ver essa empiria, tornar cognoscível o que do passado está ainda presente, disponível como “fonte”, por conseguinte, do saber controlável.

Em suma, para deixar isso claro: são as perspectivas orientadoras acerca do passado humano, as concepções do pensamento histórico, que constituem seu quadro de referência, os modelos determinantes de interpretação, que fazem do que ainda subsiste do passado, no presente, “fontes” do conhecimento.

d) Procedimentos metódicos

É nesse quadro que devem ser inseridos os dados, com base nos quais as conjecturas heurísticas e as hipóteses diretoras podem ser controladas, modificadas e, afinal, concretizadas. O processo em que isso ocorre de maneira especificamente científica chama-se: pesquisa. O princípio dominante desse processo é o método.

Método significa, literalmente, “caminho”. Trata-se do caminho de uma pergunta a uma resposta. É o caminho da pesquisa, que obtém saber histórico mediante procedimentos regrados. São essas regras procedimentais que conferem a esse saber a pretensão específica da validade quanto à controlabilidade racional e à plausibilidade intersubjetiva.

O que é método? Antes de o conceito de método ter ganho seu significado central para a pretensão de cientificidade do pensamento histórico (a partir de finais do século XVIII), significava ele outra coisa, nomeadamente, a maneira de representar o saber histórico que o faça compreensível – “compreensível” no sentido de ser utilizável para fins de orientação. Método era também o caminho do produtor ao receptor do pensamento histórico. Ele devia assegurar que a expectativa dos receptores de um saber confiável, com pretensões normativas para a orientação do agir fosse satisfeita. Método significava apartidarismo e capacidade de aplicação prática da constituição do juízo histórico. Método era assunto da apresentação. Enquanto tal, impunha aos autores manter-se fiéis ao conteúdo da tradição e evitar toda unilateralidade na apresentação. O método garantia ao mesmo tempo objetividade – o que conferia afinal sentido histórico à apresentação. Com isso poder-se-ia deduzir dela, consequentemente, regras práticas do agir. Isso foi expresso pela diretriz formulada por Cícero, de que a história é a mestra da vida (*historia vitae magistra*)⁶³.

O pensamento histórico moderno entende sua regulação metódica de modo inteiramente diferente. Leopold von Ranke, em sua obra inaugural, o exprimiu com uma formulação que logo se tornou o mote da história profissionalizada: “À história conferiu-se a missão de organizar o passado, de ensinar seus contemporâneos para proveito nos anos vindouros. A presente tentativa não se atribui tão excelsas missões; ela quer meramente mostrar, como tudo efetivamente ocorreu”⁶⁴. A regulação metódica evoluiu de uma formatação do saber histórico, destinada a aplicação prática, a uma produção submetida a uma concordância intersubjetiva.

63 *De oratore II*, 36.

64 RANKE, L. von. *Gedächtnis der romanischen und germanischen Völker von 1494-1514*. v. 33, p. VIII.

Ao longo do processo de cientificização do pensamento histórico, os procedimentos mediante os quais se obtém, de modo confiável, saber sobre o passado, evoluíram para um cânone regular da pesquisa histórica. Aplicá-lo e dominá-lo produtivamente definiram e definem até hoje o caráter profissional das historiadoras e dos historiadores. Nessa medida, a reflexão sobre ele e o treino em seu uso desempenharam também um papel no ensino. Com as assim chamadas "ciências auxiliares", surgiram mesmo disciplinas especiais no campo histórico, nas quais foram elaborados procedimentos particularmente complexos de estabelecimento de fatos a partir das fontes⁶⁵.

Cientificidade pelo método. O domínio profissional dos métodos especializados da disciplina constitui, pois, o cerne da pretensão de científicidade da ciência da história. Ela enuncia a pretensão de poder produzir um saber universalmente válido acerca do passado. Os conceitos-chaves dessa pretensão eram "objetividade" e "neutralidade axiológica". "Objetivo" significava empiricamente garantido, pois obtido a partir da experiência e controlável por ela. "Neutralidade axiológica" significava que o conteúdo factual das sentenças históricas enunciadas com base em pesquisa vale independentemente dos diferentes pontos de vista existentes na cultura histórica do presente e, por conseguinte, também vale independentemente das perspectivas valorativas da interpretação histórica. Tais pretensões de validade foram entendidas, não raro, como neutralidade do saber histórico, obtido cientificamente, no conflito de interpretações da cultura histórica do respectivo tempo. Os historiadores podiam assim entender-se sempre como uma espécie de sacerdotes da verdade e alçar-se como tais. Podiam também investir-se na função de porta-vozes dos processos históricos que levaram às circunstâncias atuais da vida e que determinam suas perspectivas de futuro. Com isso o método histórico tornou-se garantia de uma verdade inconciliável com a dependência do conhecimento histórico relativamente às perspectivas de interpretação determinadas pelos contextos e a seus critérios de sentido.

O entendimento dessa impossível conciliação era amiúde acompanhado pela negação do ganho de validade, que a regulação metódica da pesquisa histórica indiscutivelmente gera. Entretanto, o método histórico oferece a oportunidade de introduzir critérios de controle da experiência nos embates ideológicos da cultura histórica, tornando criticáveis, assim, as pretensões de validade que decorrem exclusivamente da vontade de poder.

65 Ver adiante, p. 181.

Progresso cognitivo. O recurso metódico ao conteúdo informativo das fontes foi acompanhado da representação de um progresso cognitivo linear, que traz um saber sempre mais abrangente quanto “à” história, por constante aproximação dos dados do passado. Tal representação é, entretanto, enganosa. Ela supõe que a história é uma coisa que pode ser extraída das documentações do passado. Essa representação exclui pura e simplesmente os critérios da perspectividade, essenciais a toda representação da história.

Naturalmente o saber quanto ao passado humano aumenta ao longo e na medida da pesquisa histórica. Pode-se chamar esse aumento de “progresso”, mas com isso abstrai-se do conteúdo de sentido e interpretação conexos com o saber histórico. Em consequência, a representação de progresso vai junto com a crescente ausência de sentido de ingentes acervos de saber sobre o passado.

Inversamente, a relação à experiência e o controle da experiência pelo conhecimento não são meras funções das interpretações históricas. Expectativas de sentido, conexas com a proposta de perspectivas históricas, podem ser frustradas pelo trabalho das fontes e os correspondentes enquadramentos interpretativos podem ser também refutados.

e) Forma narrativa

Durante muito tempo os procedimentos metódicos dominaram a autocompreensão da ciência da história. Ao revés, o significado da apresentação, da formatação historiográfica, para o processo cognitivo foi subestimada. O que torna especificamente histórico determinado saber? Não é seu conteúdo factual sozinho. Tampouco é a interpretação explicativa do acontecimento efetivamente passado, que a experiência processada metodicamente torna histórico. Sem o enquadramento em um modelo interpretativo (temporalmente perspectivado), as informações e as explicações do acontecimento passado ainda não são históricas. Elas só se tornam históricas quando enquadradadas na representação de um processo temporal que articula, com sentido e significado, o passado ao presente e ao futuro. Esse enquadramento só lhes é dado quando inseridas em uma “história”, em uma apresentação histórica.

“História”, reconhecidamente, tem um duplo sentido. O conceito cobre tanto o acontecimento passado quanto sua representação no presente. Se a pesquisa se dirige, com sua regulação metódica, ao passado empiricamente presente nas fontes, a apresentação insere esse passado em uma relação com o presente, que só assim o torna histórico. Des-

sarte, as perguntas da apresentação histórica desempenham um papel essencial no entendimento do que o pensamento histórico apresenta, também e, sobretudo, do ângulo de sua formatação científica.

Não é bem assim, que o saber histórico ganha, com a apresentação, algo a mais, que afinal lhe seria extrínseco. A apresentação é, antes, a incontornável manifestação de uma forma determinante do saber histórico. (E, por isso, ela se distingue do saber de outras ciências). É a forma de uma "história", de uma narrativa. O saber histórico é constituído narrativamente. Essa constituição é-lhe essencial.

Narratividade. O entendimento da forma narrativa do pensamento histórico está ligado uma série de mal-entendidos. Eles decorrem do fato de o narrar ser um procedimento mental da constituição de sentido. Ele vai muito além do campo histórico, e se exprime em construtos especialmente fortes, na arte, mas também nos processos cotidianos de comunicação da vida humana. Com efeito, o pensamento histórico alcança esses campos, mas sempre como algo próprio e peculiar. E esse aspecto peculiar ainda não está dado na mera forma narrativa.

Uma forma narrativa é histórica quando exprime o contexto temporal que articula sistematicamente a interpretação do passado com um entendimento do presente e as expectativas de futuro.

Essa forma especificamente histórica de apresentação pode articular-se de modos muito diferentes. Ela pode cristalizar o contexto temporal, que faz a história, na imagem de uma única época. Com isso, nenhuma outra história será narrada. Ela pode descrever uma época; ela pode refletir, ensaisticamente, sobre interpretações do tempo; ela pode concentrar-se na investigação de fatos complexos do passado, ou seja, expandir argumentadamente os resultados da pesquisa; em suma: ela pode lançar mão de um rico manancial de apresentações, que vai bem além do âmbito narrativo de uma história. É decisivo, porém, que todas as apresentações se refiram, substantivamente, ao conteúdo factual do passado, cujo significado para o presente só pode ser expresso na forma de uma história (sem que essa forma seja sempre necessariamente explicitada).

f) Funções práticas

O que é um sentido formatado narrativamente, só pode ser entendido quando as histórias são concebidas como partes indispensáveis da orientação cultural da vida humana prática. Afinal, o sentido histórico, que sustenta o empreendimento do conhecimento histórico científico, surge das carências de orientação na constituição temporal

da vida humana prática. Esse sentido adquire sua peculiaridade sempre que histórias têm de ser narradas, para se poder interpretar o tempo que determina o agir e o sofrer humanos.

Sem esse aspecto funcional, o pensamento histórico não pode ser suficientemente entendido. É aqui que reside sua “situação na vida”. Se fosse ignorado, não se entenderia o que busca: o tempo referido à experiência é interpretado de modo a poder ser inserido na perspectiva de orientação do agir e do sofrer humanos, ou ao menos a ser relacionado a ela. Para os objetivos de uma teoria da história, as funções práticas do conhecimento histórico são um ponto de referência de sua (auto)reflexão, na qual critérios essenciais de sua formatação cognitiva se tornam apreensíveis. As questões relativas à responsabilidade ou à ética dos historiadores, tão frequentemente levantadas⁶⁶, não podem ser adequadamente respondidas sem que se leve em consideração, sistematicamente, o significado dessa função prática para todo o processo do pensamento histórico e de seu formato especificamente científico.

É trivial remeter à estreita conexão existente entre pensamento histórico e ação política. Nada tem de trivial o entendimento da lógica dessa conexão. O pensamento histórico não se efetiva nem pode ser concebido sem referência política, quanto a seu enraizamento na vida humana prática e quanto a sua relação com ela. Mesmo assim, a política e o conhecimento obedecem a diretrizes diferentes da constituição de sentido. Como poder e verdade dependem um do outro e como se distinguem? As duas questões têm de ser tratadas e respondidas em conjunto, se se quer entender como funciona o pensamento histórico e que papel desempenha a ciência da história na cultura histórica.

6. Matriz disciplinar II: o esquema das cinco práticas

Os princípios da constituição histórica de sentido, mencionados anteriormente, formam um todo sistemático. Condicionam-se reciprocamente, pelo que só podem ser adequadamente tratados e compreendidos no contexto desse condicionamento mútuo. No esquema apresentado, os princípios aparecem em sequência. Isso não quer dizer, contudo, que possam ser estritamente isolados um do outro na sequência. Pelo contrário: mesclam-se constantemente nos processos discursivos da consciência histórica. Essa mescla pode, por sua vez, ser listada esque-

66 BÉDARIDA, F. (Org.). *The social responsibility of the historian*; De BAETS, A. *Responsible History*; RÜSEN, J. *Geschichte verantworten*, p. 47-87.

maticamente, mediante abstração e certa simplificação ideal-típica, na mesma sequência em que se pode ordenar os princípios da constituição de sentido. Apesar do esquematismo e da abstração isoladora, que o acompanha inevitavelmente, essa sequência corresponde à dinâmica temporal da constituição histórica de sentido. Ela vale também para evidenciar as operações mentais nas quais os diversos princípios da constituição de sentido se mediam e entretecem.

A constituição histórica de sentido ocorre sempre e, por princípio, de modo comunicativo. No que se segue, interessa-me mostrar essa dinâmica no processo do conhecimento histórico. Deve-se esclarecer, assim, que essa comunicação obedece a diretrizes diferentes, e como isso ocorre. Gostaria, pois, de reproduzir a analítica estrutural do pensamento histórico em sua realização comunicativa.

a) O discurso semântico da simbolização

Apreender as carências de orientação temporal da vida humana prática e transformá-las em conceitos do pensamento histórico constituem em um procedimento que pode ser chamado de *discurso semântico da simbolização*, e analisado como tal. Nesse discurso, as experiências desafiadoras do tempo e os sentidos prévios da cultura, com relação ao passado, são relacionados de modo que as experiências são (ou podem ser) interpretadas e inseridas nos elementos relevantes da orientação cultural. Trata-se, pois, de mobilizar a força interpretativa das concepções históricas de sentido, de a relacionar a desafios específicos das experiências da divergência temporal e de a fazer valer. Nesse discurso cristaliza-se uma determinada compreensão da história, determinante para uma forma de vida. Ela está à base das diversas configurações da cultura histórica e marca seu pertencimento à característica de uma época. Aqui, procedimentos inconscientes da formação de arquétipos desempenham um papel importante, juntamente com distorções e rejeições. Aqui, lembranças comunicativas se cristalizam em memória cultural⁶⁷. Aqui está a *Arqueologia do Saber* que Foucault descreveu como a força de poderes anônimos por sobre pensamento humano, que tudo devora⁶⁸. Aqui se abrem também, todavia, espaços de liberdade e possibilidades de crítica que se podem contrapor a tal superpoder.

A ciência surge, assim, como a força intelectual das interpretações do tempo. A racionalidade metódica e a estrutura cognitiva, que lhe

67 Ver adiante, p. 225 et seq.

68 Ver BRIELER, U. *Die Unerbittlichkeit der Historizität*.

são próprias, são mobilizadas e atualizadas como a forma necessária de interpretação do tempo. A ciência se conecta, dessa maneira, com os potenciais próprios do pensamento fundamentador, presentes na vida humana, e articula-se com as referências e as pretensões de validade desse pensamento.

Interpretação do tempo pela ciência. No horizonte desse discurso decide-se a questão, se e como as carências de orientação da vida prática podem ser canalizadas cognitivamente. Deixam-se os poderosos interesses da política identitária, presentes nessas carências, racionalizar sob a forma de questões que podem ser tratadas e respondidas argumentadamente? Ou a ciência atua apenas como arma no embate em torno das interpretações históricas da própria forma de vida? No quadro de uma teoria da ciência da história tende-se a atribuir a essa questão uma qualidade meramente retórica, pois sua resposta parece ser óbvia: certamente a argumentação racional determinante do pensamento científico seria mais do que apenas um meio para o fim de fundamentar as pretensões de poder e dominação. A argumentação seria um elemento inalienável da legitimidade de tais pretensões, na medida em que faz valer o peso próprio do conhecimento na cultura.

As coisas, no entanto, não são assim tão simples. A mescla de conhecimento e poder, no campo das ciências humanas, é evidente. Os próceres do Iluminismo se viram contrapostos à objeção de que sua compreensão de ciência seria própria de sua cultura (vale dizer: ocidental) e, com isso, não apenas imprópria, mas mesmo ameaçadora para todos aqueles que queiram fazer valer sua tradição cultural e a diferença constitutiva de sua identidade com respeito ao Ocidente, por motivos de autoconsideração⁶⁹.

Ciência no embate cultural. Diante da inegável atuação de critérios etnocêntricos na compreensão do que a história é, enquanto fator de orientação da vida prática, atuante na cultura, o questionamento da ciência em meio ao embate cultural tem de ser levado a sério. Justamente aqui residem os poderosos desafios do pensamento histórico (especialmente em sua autorreflexão em termos teóricos) no processo atual da globalização e da comunicação intercultural. O discurso científico da história tampouco está livre de pretensões de hegemonia. Essas pretensões não se resolvem assim sem mais nem menos. Nelas se encontra a tendência de autoafirmação, própria a todos os homens e a todas as formas humanas

69 Ver, por exemplo, SETH, S. *Reason or Reasoning? Clio or Siva?* p. 85-101; um outro exemplo: TU, W.-M. *Confucian Humanism as a Spiritual Resource for Global Ethics*, p. 1-8.

de vida. Não obstante, essas pretensões requerem uma regulação que permita domar os conflitos que resultam permanentemente delas⁷⁰.

É urgente, então, perguntar se existe, no trato discursivo acerca do sentido da história, a possibilidade de humanizar essas pretensões inevitáveis por meio de argumentação racional. É possível confrontar (ou quiçá enriquecer) cada saber histórico alegado com um conhecimento que atravesse as diversas áreas de interesse, por força de sua facticidade e de seu rigor explicativo?

Só se pode formular tal pretensão de científicidade recorrendo a elementos, fatores e processos da constituição histórica de sentido que possuam uma qualidade humana universal, que possam, portanto, ser fundamentados antropológicamente e explicitados por filosofias da história⁷¹. A fundamentação antropológica deve ser possível e determinável antes de toda diferenciação cultural. A elaboração da argumentação antropológica, pela filosofia da história, deve poder mostrar que (e como) se manifestam, em diferentes formatos culturais, os potenciais culturais de constituição de sentido, comuns a todos os homens para lidar com o tempo, sem que se perca o denominador antropológico comum. A consideração das profundas diferenças culturais busca evidenciar o *humanum* comum nas diferenças, como possibilidade de lidar argumentadamente com essa diferença.

b) A estratégia cognitiva da produção do saber histórico

Voltado o olhar para o campo da comunicação, que se estende entre os conceitos da perspectivação histórica e os métodos da pesquisa empírica, enxerga-se outro modo de comunicar: é claro que continua sendo um discurso, mas os motivos determinantes do movimento intelectual são de tipo estratégico. A comunicação é operada sob critérios que possuem a forma de regras. "Estratégia" significa, nesse contexto, que as tratativas – agora entre os especialistas – se dão em função de uma finalidade, mais precisamente, na forma de pesquisa. Determinantes aqui são os procedimentos metódicos. O trato comunicativo se aplica às perspectivas e aos modelos de interpretação. Busca-se nele a capacidade de apreender os dados empíricos e de explicar, interpretativamente, os conteúdos obtidos das fontes. O discurso se reveste de traços especializados e de formas profissionais. Conforme os fins colimados, trata-

70 RÜSEN, J. *Der Ethnozentrismus und seine Überwindung. Ansätze zu einer Kultur der Anerkennung im 21. Jahrhundert*, p. 103-117.

71 Esbocei uma filosofia da história com tal fundamento antropológico em RÜSEN, J. *Humanum: Anthropology – Axial Times – Modernities*, p. 55-79.

se de debates acerca de como se pode obter tal saber do embate entre modelos de interpretação e conteúdos da experiência.

c) A estratégia estética da representação histórica

O campo de comunicação seguinte está também dominado por uma estratégia, na qual se busca *como* o saber histórico obtido pode ser apresentado historiograficamente. No âmbito da ciência da história, é determinante disso a sustentação narrativa da garantia metódica do conhecimento histórico. A meta das considerações metódicas acerca da apresentação histórica não é, primeiramente, de cunho cognitivo, mas sim estético e retórico (fique, contudo, claro que a retórica e a estética de forma alguma são alheias ou opostas ao conhecimento). Estructuras cognitivas são transpostas em estéticas que, por sua vez, precisam (ou devem) desembocar em uma estratégia de tratamento retórico dos problemas culturais de orientação.

Na perspectiva reflexiva acerca desse campo de comunicação, dominada pela estratégia estética da *representação histórica*, emerge uma série de problemas teóricos extraordinariamente complexos e difíceis. Trata-se da interação, de um lado, entre o saber empírico com explanação interpretativa de eventos passados e, de outro lado, a formatação textual com coerência narrativa própria e critérios de plausibilidade. Em tudo isso é decisivo que a racionalidade intrínseca ao conhecimento histórico, em sua representação narrativa, não desapareça, mas antes apareça⁷².

Naturalmente, concepções narrativas da representação histórica também desempenham um papel nos discursos da simbolização e da estratégia da produção de saber. Deve-se levar sistematicamente em consideração o enorme significado que as histórias possuem na ordem simbólica do mundo humano, assim como a íntima conexão do pensamento histórico profissional (científico) com essa ordem simbólica. Pode-se então dizer mesmo que a científicidade da ciência da história surge desses condicionantes narrativos de uma orientação cultural da vida prática eficaz. Como, no mundo da vida concreta, a força simbólica do pensamento histórico se exprime, sobretudo, em construtos estéticos, faz sentido falar que a “ciência pode surgir da arte”⁷³.

72 Ver o debate a esse respeito em: *Internationales Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur* (IASL), v. 36, caderno 1.

73 FULDA, D. *Wissenschaft aus Kunst*.

d) A estratégia retórica da orientação histórica

Seria por certo um erro tomar o caráter estético da apresentação histórica como determinante dos processos do pensamento histórico e de seu papel na orientação cultural da vida humana prática. Construtos estéticos desempenham, é certo, um papel importante na orientação cultural, mas esse é um, dentre outros papéis. Não se deve deixar de lado, sobretudo, uma distinção fundamental quando se trata do dimensionamento comunicativo e da dinâmica da história. Importa ter presente a distinção entre arte e política. Arte e política se superpõem, e o campo de uma afinal não pode ser pensado sem o da outra. Entretanto, ambas obedecem a princípios de constituição de sentido totalmente diversos, na apropriação e interpretação de experiências vitais quanto à mudança temporal do homem e de seu mundo.

Utilidade como razão determinante. O campo de comunicação entre as formas da apresentação histórica e a função de orientação, preenchido pelo saber histórico apresentado historiograficamente na vida humana prática, é determinado por outros critérios que não só estéticos. Trata-se de um desempenho comunicativo próprio, o da mediação entre a *estética da representação histórica* e o *papel político* do saber histórico no discurso prático da vida, na memória coletiva. Essa ponte é lançada pela retórica. Nessa medida, o campo da comunicação entre as formas e as funções do pensamento histórico é determinado por uma *estratégia retórica da orientação histórica*. Essa estratégia direciona a historiografia à cultura política de seu tempo, na qual desempenha sempre (querendo ou não) um papel. A retórica investe a estética da capacidade de ser utilizável no embate em torno das orientações históricas da vida prática, em especial em torno da legitimidade das relações políticas e sociais de dominação. Poder-se-ia dizer que o saber histórico apresentado historiograficamente adquire, mediante a retórica de sua apresentação, um “valor de uso”.

Com respeito à pretensão de científicidade do pensamento histórico, essa utilidade, esse valor de uso e sua utilização comunicativa – em uma palavra: seu uso político – é precário. Ele aparece quase sempre como um uso externo do conhecimento histórico, para fins que pouco ou nada têm a ver com os interesses cognitivos presentes no saber histórico e em sua representação historiográfica. Essa visão é, contudo, equivocada; decorre na verdade de um exagero próprio à deformação profissional dos especialistas em história. O interesse peculiar ao pensamento histórico surge das disputas em meio às quais um ordenamento da vida se interpreta e faz valer culturalmente. A estratégia retórica da orienta-

ção histórica media entre o resultado cognitivo da pesquisa histórica e a vida prática. Sem essa mediação o conhecimento histórico seria, afinal, sem sentido. Para a especialização do trato comunicativo dos processos cognitivos da história, tudo isso significa uma transposição fundamental para campos não especializados, para o transdisciplinar.

e) O discurso político da memória coletiva

No campo comunicativo entre a orientação prática da vida humana pelo saber histórico e as carências de orientação dessa mesma vida prática, que requerem conhecimento, passa-se tudo bem “transdisciplinarmente”. Aqui, os códigos metódicos das tratativas no e sobre o pensamento histórico se desfazem no *discurso da memória coletiva*. Isso quer dizer que a regulabilidade requerida pelas pretensões de racionalidade do pensamento histórico se transforma em disputas, nas quais o meio do político, da luta pelo poder, desempenha um papel enquanto novo componente do pensamento histórico, em seu dimensionamento interjetivo e em sua configuração comunicativa.

Ciência e política. A científicidade do pensamento histórico certamente não desaparece por causa disso. Antes: ela deve fazer-se valer nele, o que é decisivo nesse discurso político, e ela o faz. (Pense-se, por exemplo, no papel que a história contemporânea desempenhou, quando se tratou do que fizeram os políticos da República Federal da Alemanha no tempo do nazismo [Terceiro Reich])⁷⁴. A ciência se torna aqui politicamente relevante, e a reflexão teórica sobre o pensamento histórico lida justamente com uma questão fundamental: se e como esse pensamento pode e deve fazer-se valer politicamente sem abrir mão de seus padrões de racionalidade especificamente científicos. Essa questão encontra sem maiores obstáculos uma resposta, ao se considerar que e como esses mesmos padrões de racionalidade procedem do enraizamento do conhecimento histórico nos fundamentos antropológicos da cultura humana. O papel político do conhecimento histórico só pode consistir na atribuição de uma *vertente prática* aos critérios de validade e de verdade que se lhe apliquem. Essa vertente não se acresce ao pensamento histórico de modo mais ou menos extrínseco, mas é-lhe constitutiva por causa de sua origem nas carências de orientação da vida prática. O pensamento histórico tem, nas lutas políticas pelo poder de

74 Inversamente, a ciência pode trair sua científicidade por motivos de oportunismo político, como foi o caso da lenda da facada nas costas após a Primeira Guerra Mundial.

seu tempo, enquanto fator da cultura histórica, a tarefa de humanizar essa cultura.

Em resumo, sejam novamente⁷⁵ listadas as cinco formas de comunicação do pensamento histórico:

As cinco formas de comunicação do pensamento histórico

| Forma | Conteúdo |
|---|--------------------------------|
| Discurso semântico da simbolização | Concepções de sentido |
| Estratégia cognitiva da produção de saber | Concepções de pesquisa |
| Estratégia estética da representação | Concepções de apresentação |
| Estratégia retórica da orientação | Concepções do uso pragmático |
| Discurso político da memória coletiva | Concepções da cultura política |

7. A matriz disciplinar III: os três níveis da constituição histórica de sentido

a) Construção e construtividade da história

A constituição histórica de sentido é um procedimento da consciência histórica. À luz do que se entende por pensamento histórico com seus fundamentos antropológicos, parece tratar-se exclusivamente de procedimentos subjetivos. A coisa mesma, as mudanças temporais reais no mundo dos homens, parece não ter papel algum aqui. O sentido só seria atribuído ao passado a partir das preocupações do presente, de estabelecer uma relação significativa de si com o passado, mediante o pensamento histórico.

Construtivismo. Essa concepção é defendida pelo assim chamado construtivismo (e não apenas no campo do pensamento histórico). Ele dá destaque às faculdades do espírito humano de atribuir ao mundo em que vive o sentido e o significado, de que necessita para viver. Tal construtivismo pode valer-se de grandes autoridades da teoria da história: por exemplo, de Droysen e, sobretudo, de Max Weber. Com sua distinção entre negócios do passado e história para o presente, Droysen deixou claro que o caráter histórico desse tipo de “negócios” (ou seja: o

75 Ver p. 82.

agir e o sofrer dos homens, movidos pelo tempo e motrizes do tempo) somente surge pela interpretação posterior⁷⁶. O passado, no distanciamento de seu ter sido, presente nos documentos históricos como mera sombra, não é história. Ele só se torna história mediante uma compreensão histórica para além de seu tempo, interveniente mais tarde. Fortemente influenciado pelo neokantismo, Max Weber defendeu enfaticamente essa concepção, ao sublinhar que todo esforço das ciências da cultura por compreender o mundo humano se baseia no "pressuposto transcendental" de que "nós somos seres culturais, dotados da faculdade e da vontade de tomar conscientemente posição quanto ao mundo e atribuir-lhe sentido"⁷⁷. Karl Lamprecht exprimiu essa concepção, afinal, em uma metáfora quase religiosa: "O historiador precisa insuflar presente no passado, como Ezequiel, o profeta: ele atravessa uma paisagem repleta de cadáveres, mas atrás dele eclode exuberante vida"⁷⁸.

Ficaria então estabelecido que a experiência histórica fornece aos sujeitos intérpretes, por assim dizer de fora, materialmente (poder-se-ia dizer, de forma ambígua: objetivamente), o que procede do que ocorre ou ocorreu realmente, como um mero material, como a argila em que o pensamento histórico esculpe a história⁷⁹?

De onde provém o sentido? Essa noção dos historiadores como criadores do mundo, associada à sua divinização metafórica, é certamente atrativa para todos os que se submetem à labuta cognitiva da constituição histórica de sentido. Mas seria realmente assim? Provém o sentido determinante do pensamento histórico exclusivamente do íntimo da subjetividade constituidora de sentido? Dar uma resposta claramente positiva a essa pergunta deveria ser difícil, quando se leva seriamente em consideração o caráter desafiador das experiências históricas e seu efeito estimulante sobre os desempenhos cognitivos das historiadoras e dos historiadores.

A única falta de sentido que se pode admitir, no âmbito de tal desafio estimulante, é o perturbador absurdo (antissentido⁸⁰), por exemplo, das experiências de crimes contra a humanidade. Isso não é, no entanto, o que se quer dizer aqui. De qualquer modo, com tal absurdo sempre há

76 DROYSEN, J. G. *Historik I*, ed. Leyh, p. 204 e passim.

77 WEBER, M. *Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*, p. 146-214, cit. p. 180.

78 LAMPRECHT, K. *Paralipomena der Deutschen Geschichte*, p. 7.

79 Ver GOERTZ, H.-J. *Unsichere Geschichte*.

80 O autor utiliza, para "falta de sentido", o termo *Sinnlosigkeit*; para o neologismo (antissentido) aqui empregado, para esclarecer o uso da palavra "absurdo", o termo alemão é *Sinnwidrigkeit*. Em ambos os termos consta a palavra *Sinn* (sentido), fundamental para o argumento do texto. (N.T.)

algo ocorrido no mundo exterior que, pelo modo da experiência – ou seja: em uma relação com o mundo interior do sujeito intérprete – altera essa relação e interfere nos procedimentos da constituição histórica de sentido.

Afinal, do que se trata aqui? Será o passado assim tão sem sentido como se pressupõe no modelo de pensamento do construtivismo? Essa falta de sentido está na facticidade pura, na simples qualidade de algo ter sido o caso em determinado lugar, em determinado momento, de determinado modo e por determinadas razões. No entanto, isso não é decisivo para a experiência histórica. A facticidade do passado só pode inspirar a constituição de sentido pela consciência histórica se já possuir certos traços significativos (mesmo se talvez só contraditórios). Para tanto, é necessário que o passado chegue ao horizonte de sentido da vida prática presente, antes de ser especificamente pensado e conhecido pelo espírito interpretante. E é justamente isso o que acontece.

O pensamento histórico não se dá em uma pura interioridade, mas sempre em contextos (comunicativos/dinâmicos). Eles influem sobre sua configuração, podendo, sem dúvida, determiná-la, ou mesmo predeterminar e certamente influenciar, sem que se tenha consciência disso. Mas o que representam esses contextos na temporalidade da vida humana? Em poucas palavras: são os resultados dos processos temporais do passado que desembocaram nas circunstâncias contemporâneas da vida. O passado está, pois, sempre neles, antes de ser considerado, em seu distanciamento, enquanto passado. O historiador – para retomar a metáfora de Lamprecht – não caminha por um campo cheio de cadáveres. Move-se, antes, no campo do passado presente, da história que se fez, da significância prévia. Por conseguinte, o passado não está morto, mas plenamente vivo na evolução das circunstâncias e dos ordenamentos atuais da vida. Isso não quer dizer, naturalmente, que já se conheça suficientemente o sentido das mudanças temporais dos ordenamentos da vida humana que tenham desembocado no presente. Esse sentido é, contudo, necessário à experiência da diferença temporal entre passado e presente, diferença na qual se aninha o pensamento histórico. Será, todavia, possível pensar tal sentido sem os elementos prévios que o fluxo do tempo traz do passado para o presente e para as correspondentes expectativas de futuro?

O potencial de sentido dos contextos. Os contextos comunicativos e as circunstâncias condicionantes do pensamento histórico são, por si mesmos, plenos de sentido. A constituição histórica de sentido sequer pode ser pensada sem a sua conexão – mesmo que seja crítica – com tais elementos prévios. Os *sentidos prévios do passado, no presente*, – dos quais

provavelmente a *linguagem* é o mais poderoso – não devem ser pensados como se neles já estivesse decidido o sentido histórico do passado neles sedimentados. Pelo contrário: a possibilidade de haver experiências do tempo irritantes se baseia no fato de que os potenciais de sentido incluídos no âmbito das orientações culturais não bastam para poder interpretar, nesse mesmo âmbito e de forma constante, as experiências das mudanças temporais, que não cessam de ocorrer, de modo a viabilizar a vida.

Construtividade e construção da história

| Construtividade | |
|---|---|
| Os homens produzem para si e para seus descendentes, agindo e sofrendo, um mundo. | Passado  |
| Cadeia das gerações: contextos determinados por fatos, “causalidade do destino”. | “história objetiva”  |
| Os homens sofrem e agem sob condições e circunstâncias concretas de seu mundo e as interpretam de acordo com a experiência do passado. | Presente  |
| Construção | |
| Constituição de sentido mediante a memória e a cultura histórica. | Presente  |
| Cadeia das gerações: atitudes determinadas por valores. | “história subjetiva”  |
| Dos negócios surge a história: a interpretação do passado é determinada por critérios que inserem os homens do presente, ativamente, em seu manejo da experiência do passado. | Passado  |

Como resultado dessas reflexões deve-se guardar que o entendimento do caráter construtivo da constituição histórica de sentido tem de ser completado pelo entendimento de que os próprios construtores são construídos. Por mais que os intérpretes da história possam e devam reivindicar para si o potencial de liberdade da constituição cultural de sentido, eles não dominam os elementos prévios de sentido de que estão constituídos. À luz dessa relação entre elemento prévio, tarefa e desempenho, a autoconsciência das historiadoras e dos historiadores, por mais que recorra às virtudes criativas da inovação cultural no campo da cultura histórica, deve recobrir-se, sem hesitar, das vestes da modéstia.

Adicionalmente, tenha-se presente que essa modéstia leva em conta o fato de haver uma influência nada negligenciável de movimentos mentais *inconscientes* nos processos da constituição histórica de sentido. Por menos que esses processos sejam efetivamente mencionados na teoria da história e quiçá ainda menos investigados⁸¹, de forma alguma devem ser negados. Inadvertidamente, nesses processos o passado se transporta para a atualidade presente do pensamento histórico.

Constituição de sentido e sentidos prévios. Na linguagem da ontologia existencialista de Martin Heidegger, essas reflexões podem ser formuladas da seguinte forma: o sujeito constituidor de sentido do pensamento histórico é projetado (Heidegger fala de “ser-lançado”⁸²) na “clareira do ser”, no sempre estar-interpretado de seu mundo. Seria de se acrescentar que essa “clareira” inclui sombras, lacunas, flancos vulneráveis da falta de sentido e do contrassenso. Essas sombras não desaparecem no “estar-claro”, mas requerem um trabalho constante de constituição cultural de sentido. Há alguma dúvida quanto à capacidade criativa desse trabalho, ou seja, quanto à capacidade do homem de ir além do sentido esclarecido de seu mundo? Um olhar sobre a história do pensamento histórico deveria afastar qualquer dúvida, a menos que se suponha (como o faz Heidegger) uma outra história, superior, na qual o sentido do pensamento histórico se daria fora da percepção de seus sujeitos. Essa seria, porém, uma história diferente da que as historiadoras e os historiadores narram.

A complexa conexão entre a “construção” histórica de sentido e os sentidos prévios “construtores” nos contextos e condicionamentos concretos do pensamento histórico tem de ser decifrada. De outra maneira não poderá haver clareza quanto aos modos da constituição histórica de sentido no jogo complexo entre os processos existenciais da determi-

81 RÜSEN, J.; STRAUB, J. (Org.). *Die dunkle Spur der Vergangenheit*.

82 O termo alemão original é *Geworfenheit*, um neologismo de Heidegger. (N.T.)

nação do sentido e o trabalho de elaboração do sentido histórico. Esse jogo se dá nas negociações comunicativas dos historiadores entre si e no quadro de sua contemporaneidade com todos os que podem e querem influenciar a cultura histórica de seu tempo.

Três níveis da constituição histórica de sentido. Mediante simplificação ideal-típica, pode-se acrescentar outros dois níveis ao descrito acima (funcional), nos quais se dá a constituição histórica de sentido: o reflexivo e o pragmático⁸³. Os níveis funcional e reflexivo podem ser apresentados como contrapostos e o pragmático como a mediação dessa contraposição.

Resulta, pois, uma diferenciação em três níveis: a funcional (b), a reflexiva (c) e a pragmática (d).

b) O nível da constituição funcional de sentido

Chamo de funcional aquela constituição histórica de sentido que sempre se deu e que ocorre nos processos existenciais da orientação cultural. O melhor exemplo é a linguagem. Ela naturalmente não é especificamente histórica, mas o sentido histórico dá-se sempre nela e com ela. A reflexão não consegue circunscrevê-la ao ponto de as atividades culturais dos homens dominarem sua semântica e, com isso, sua força orientadora.

Sentido como acontecimento. Nesse nível, o sentido não é “construído”, ele se dá, acontece, faz parte da realidade da vida humana. Ele atua nas instituições e nos processos da educação e da formação, na política cultural e em muitos outros setores da vida prática. Aqui a história é real no sentido de *ativa*. Ela é aqui completamente diferente de um produto da uma atividade mental própria, como a da consciência histórica. Antes, ela é dada previamente à consciência histórica, por sobre todas as mediações e meios em que os homens estão inseridos. Isso não ocorre apenas no âmbito da significância articulada, manifesta e visível, mas também e em primeiro lugar nos âmbitos “obscuros” do pré e inconsciente. O sentido histórico atua – nos fundamentos existenciais das atividades culturais, nas disposições das atitudes mentais perante o passado, no hábito do comportamento humano em todos os setores da vida. Ele predispõe para o manejo das experiências históricas, específico de cada geração. Ele se incorporou às concepções de identidade histórica, na qual e pela qual os homens operam realmente seu pertencimento a outros homens e sua distinção dele (ou, em outras palavras: são operados).

⁸³ Acompanho aqui as ideias de RICOEUR, P. *Zeit und Erzählung*, v. I: *Zeit und Historische Erzählung*, p. 88 et seq.

As raízes da transdisciplinaridade. Sem levar em conta sistematicamente esse nível funcional da constituição de sentido, não se pode entender suficientemente o que é a ciência da história. Aqui estão as raízes da significância do mundo humano, de que o pensamento histórico nutre sua qualidade criativa. Pode-se dizer, com respeito à ciência da história como disciplina especializada, que a mesma, por princípio, sempre possui traços também transdisciplinares por causa de suas raízes no nível funcional. A transdisciplinaridade não lhe vem à especialização de fora, como algo externo, mas se produz sempre desde logo no nível dos princípios de seu desempenho interpretativo. Este não é um argumento contra a constituição especializada da ciência da história, mas apenas uma precisão do que significa constituição especializada, disciplinaridade. Considerar as raízes transdisciplinares constitutivas da ciência da história não faz desaparecer sua especialidade, mas faz aparecer uma qualidade própria do conhecimento histórico que é cognitivamente relevante e incontornável.

Naturalmente, a descrição desse nível de constituição de sentido é uma abstração. As atividades da consciência histórica são postas entre parênteses, a fim de que apareça o sentido como acontecimento, que sempre as precede e que sempre é pensado anteriormente a elas. Somente assim se pode evitar a falsa representação de um campo autônomo do conhecimento histórico, sequestrado da vida prática, mantendo à vista suas conexões internas com a vida humana prática e com sua orientação cultural.

c) O nível da constituição reflexiva de sentido

A constituição reflexiva de sentido é o reverso desses elementos prévios atuantes. Ela se bascia neles e relaciona-se com eles. Ela não deixa simplesmente que eles atuem, mas interfere neles. Ela surge de uma lacuna, de uma abertura ou de uma incompletude de princípio dos elementos prévios da orientação histórica, nos quais e com os quais a vida humana se realiza culturalmente. Ela se deve ao simples fato de que o sentido, como elemento orientador prévio, é sempre precário, duvidoso, contraditório, insuficiente. Elementos prévios de sentido da cultura visam sempre a suscitar atividades da constituição cultural de sentido, que são dinamizadas neles e por eles no mesmo passo em que a dinâmica da vida humana se realiza culturalmente.

Por fim, o pensamento histórico não é motivado apenas pelo caráter “aberto”, mesmo quando não precário, de seus elementos prévios de sentido. Ele está também e sempre determinado por um fato simples e elementar: no contexto de sentido da forma cultural de vida,

que serve de fundamento a esse pensamento, atua a falta de sentido, o contrassenso mesmo⁸⁴.

Sem essas atividades o sentido com que a cultura dota a vida perderia sua eficácia, tornar-se-ia fraco, dissolver-se-ia mesmo. A cultura surge e desaparece com as atividades da consciência humana. Isso não quer dizer, porém, que a cultura seja absolutamente submissa e esteja inteiramente dominada por ela. Os recursos culturais de sentido são sempre limitados, e a aspiração humana por sentido, tendencialmente, vai sempre além de suas efetivações. Acresce que os elementos prévios de sentido da cultura são, na vida humana prática, por princípio controversos. Briga-se por eles, mesmo quando a briga é por eles mesmos determinada.

Trabalhar o sentido. Sentido cultural é sempre “irrequieto”. Precisa ser cuidado, criticado, negociado discursivamente. Pode ser recusado, negado e renovado. Naturalmente, modifica-se à medida que se alteram as circunstâncias da vida humana. Isso vale, irrestritamente, para a cultura histórica e, em particular, para a ciência da história. Seus desempenhos interpretativos se baseiam nos elementos prévios de sentido da cultura histórica de seu tempo, sem os reproduzir meramente, mas lidando com eles por meio da comunicação argumentativa, de modo constitutivo, produtivo e crítico.

Nesse nível desenvolve-se a peculiaridade que caracteriza o pensamento histórico em sua configuração científica. Aqui valem, irrestritamente, as regras específicas do método histórico. Aqui se manifesta, igualmente, a força criativa do formato estético e retórico do saber histórico.

d) O nível da constituição pragmática de sentido

O terceiro nível combina os dois outros. Aqui ocorrem duas coisas: a decisão prévia acerca dos critérios decisivos de sentido e dos procedimentos do pensamento histórico assim como o manejo criativo dos elementos prévios. Construtividade e construção da história encontram-se aqui em uma complexa rede de relações. Aqui os especialistas influenciam decisões políticas, e aqui as circunstâncias políticas da vida

84 Tomemos um exemplo da época do historicismo clássico. Na introdução ao seu curso do semestre de verão de 1857 sobre “História moderna, desde a Paz de Vestfália”, Leopold von Ranke afirma: “A massa dos fatos se impõe, a impressão é dura. Constatase sempre só como o mais forte domina o mais fraco, até que um ainda mais forte ainda se sobreponha e o aniquile; até chegarmos às potências de nosso tempo, com as quais o mesmo se passará. [...] Não resta senão o sentimento da nulidade de todas as coisas e uma abjeção contra a muita iniquidade com que os homens se macularam. Não se vê porque todas essas coisas aconteceram, quem esses homens eram e como viveram; mesmo o contexto interno é camuflado” (RANKE, L. von. *Vorlesungen inleitungen*, p. 185 et seq.).

influenciam o trabalho dos especialistas. Aqui o saber histórico é relacionado a contextos que já o condicionaram. Nessa relação, contudo, os condicionamentos se modificam ou, pelo menos, podem modificar-se. Aqui decisões prévias são incorporadas à produção do que pode ser um saber histórico com sentido. Ao mesmo tempo, faz-se uso desse sentido de modo a (poder) modificar essas decisões prévias.

Uso de sentido. Nesse nível, a categoria de uso é decisiva. Ela já está inscrita, ao menos parcialmente, no saber histórico. Pode ser-lhe agregada, porém, também "de fora", ou seja, atuar para além da especialização distanciada. Isso vale não apenas para o uso político, mas, por princípio, para todos os contextos de utilização. Por exemplo: o uso para fins de entretenimento ou formatação artística. Nenhum uso pode ser total e absolutamente estranho, já que a lógica do pensamento histórico encerra em si os vestígios de sua utilidade prática e está marcada por sua origem na carência de orientação da vida prática – como exposto acima.

A especialização do conhecimento histórico faz-se valer, no nível de sua pragmática, como fator da admissibilidade ou inadmissibilidade do uso prático. Ilustremos isso com o uso para fins ideológicos⁸⁵. A ideologia se distingue da ciência por sua formatação extensiva pelo critério de um interesse específico de orientação, que serve de arma na luta pelo poder ou – no sentido estrito do termo ideologia – serve para distorcer o olhar sobre realidades complexas e para produzir uma representação da realidade mais orientada por aspirações do que pela relação à experiência. Tal estratégia de formatação contradiz os princípios de um controle crítico da experiência na produção de saber da ciência da história (o que não quer dizer que essa contradição jamais seja frustrada, superada ou resolvida). O saber cientificamente produzido é, por conta da lógica de sua relação com a experiência, metodicamente regulada, por princípio, crítico da ideologia.

O mesmo se dá com a religião. Muitas religiões elaboram referências salvíficas na interpretação do mundo e se servem, para isso, do saber histórico. O significado especificamente religioso dessas relações não pode, todavia, ser cientificamente fundamentado – ele ultrapassa o horizonte interpretativo do conhecimento científico. Por princípio, a ciência é secular. Isso não exclui o uso religioso do saber obtido de modo secular, mas impõe-lhe um limite definitivo com respeito às pretensões específicas de validade da religião.

85 Ver adiante, p. 241.

Especialização como capacidade de crítica. Pertence à pragmática da constituição histórica de sentido que tanto a especialização do saber histórico, obtido cientificamente, quanto sua apresentação historiográfica sejam instâncias de controle crítico. Enquanto controle crítico das pretensões de validade em todos os campos desse saber, podem (e mesmo devem) fazê-lo valer nos diversos setores da orientação cultural da vida humana prática. A crítica é, por conseguinte, um critério essencial que a ciência da história introduz na pragmática da constituição histórica de sentido. Não é o único critério. Ao lado dele e junto com ele há critérios pedagógicos e formativos que resultam da racionalidade específica do pensamento histórico em seu formato científico. Afinal, essa racionalidade possui um valor formativo de grau elevado, ensejando assim esforços didático-pedagógicos.

Os três níveis da constituição histórica de sentido

| Nível | Constituição de sentido |
|------------|--|
| Funcional | Determinação contextual, dependência de elementos culturais prévios, sentido "objetivo" |
| Reflexivo | Desempenhos interpretativos construtivos, sentido "subjetivo" |
| Pragmático | Mediação entre elementos prévios de sentido e resultados de sentido em perspectiva prática |

e) A Imprepensabilidade da história no pensamento histórico

Os três níveis estão intimamente correlacionados. A *conexão* dos critérios mencionados nos três últimos itens pode ser pensada, agora, como um processo temporal próprio ao sentido histórico acontecido. Nesse processo o sentido histórico se efetiva na relação pragmática mútua de elementos prévios e elementos agregados, de construtividade e construção. Nele, o passado atua como elemento prévio e o futuro como elemento por vir, em conjunto, no presente. São um só *acontecimento* na constituição histórica de sentido. Somente *a posteriori* pode-se aprender e interpretar esse processo como histórico. Sua efetivação, seu acontecer atual, em sua contemporaneidade absoluta, não é passível de reflexão, tampouco previsível e ainda menos formatável.

Esse sentido acontecido é o fundamento e a possibilização de toda constituição histórica de sentido. É real, coextensivo ao tempo; é um processo, ou seja, algo que se pode chamar (equivocadamente) de "his-

tória" (real). Essa história, porém, realiza-se aquém de qualquer pensamento histórico, ela não é pensável previamente (*unvordenklich*), mas plenamente real e de significado central para o pensamento histórico. O sentido desse pensamento vive de algo temporalmente real, pura e simplesmente acontecido, sem o dominar. Nesse sentido acontecido originariamente (*unvordenkliches Sinngeschehen*), sua historicidade própria (dever-se-ia dizer, mais exatamente, pré-historicidade ou historicidade fundamental) é a de uma contemporaneidade absoluta. Somente em um processo posterior de reflexão é que se pode elaborar seus traços temporais na distinção entre passado, presente e futuro. Nesse acontecimento prevalece sempre, entretanto, o presente. O presente é aqui mais do que um ponto de entrelaçamento entre passado e futuro. O presente acontece aqui como coesão prévia entre ambos, como possibilidade, como fonte originária da relação interna entre experiência do passado e interpretação do futuro na compreensão do presente.

Capítulo IV:

Sistema – categorias, teorias, conceitos

1. Do que se trata?

Nesse capítulo determinar-se-á mais precisamente o que a “história” é, no horizonte de conhecimento da ciência da história. As teorias da história mais antigas, como a de Droysen, tratam essa questão sob os títulos de “Enciclopédia” ou “Sistemática” (Sistema). Ambos os termos apontam para o campo integral do saber histórico. Ambos circunscrevem tudo o que entra no campo da experiência e do pensamento considerado pela ciência da história como de sua competência.

De início, isso é “*a história*” mesma. Aqui se trata do que aconteceu no passado humano, daíllo, portanto, a que se refere empiricamente o conhecimento histórico. Poder-se-ia falar em geral da totalidade do *conteúdo* do saber histórico. Essa questão foi (e ainda é)⁸⁶ própria também à filosofia da história. Pois a compreensão de história que está à base da moderna ciência da história, como condição de sua possibilidade, recebeu seu formato mais decisivo na filosofia clássica da história do final do século XVIII e do início do século XIX.

A ciência especializada da história rejeitou essa forma filosófica de pensar. Ela criticou a filosofia da história por não preencher os critérios de científicidade que vinculam o conhecimento histórico à racionalidade metódica da pesquisa empírica. Com isso, ela passou por cima do fato de que a pesquisa pressupõe, por ela mesma, um acesso reflexivo ao acervo experiencial do acontecer humano no passado. Esse acesso nada tem de óbvio. A consciência de que foi a filosofia que fixou a marca

86 Ver, por exemplo, ANGEHRN, E. *Geschichtsphilosophie*, NAGL-DOCEKAL, H. (Org.). *Der Sinn des Historischen*; ROHBECK, J. *Technik – Kultur – Geschichte*; ROHBECK, J.; NAGL-DOCEKAL, H. (Org.). *Geschichtsphilosophie und Kulturkritik*; GROSSE, J. *Geschichtsphilosophie heute*, 1^a parte, p. 123-155; 2^a parte, p. 209-236.

específica desse acervo experiencial na forma de uma “história cognoscível” socobrou na polêmica travada pelos historiadores especializados contra a filosofia da história. Um traço residual da apreensão filosófica do campo objetivo da “história” persiste no esforço da teoria mais antiga da história, de delimitar o campo cognitivo que a ciência da história reivindica para si. A descrição desse campo não pode deixar de abordar o caráter especificamente histórico dessa cognoscibilidade. Uma teoria da história sem filosofia da história subtrairia à ciência da história justamente a base intelectual sobre qual a filosofia a quer colocar.

A virada da filosofia da história. A determinação fundamental (filosófica ou pelo menos parafilosófica) desse caráter não se esgota com a delimitação do campo objetivo do pensamento histórico ou com o conteúdo global da experiência histórica. Ao renunciar às pretensões cognitivas próprias à ciência da história em seu manejo metódico-investigativo da experiência do passado, a filosofia da história procedeu a uma virada para o formal. Ela se tornou uma *teoria do conhecimento* do pensamento histórico. Já não mais trata do conteúdo do pensamento histórico, usualmente chamado de “*a história*”, mas de sua *forma* específica, na qual e com a qual se efetua o trabalho cognitivo. Forma e conteúdo são, por certo, dois lados da mesma moeda. Considera-se agora, por conseguinte, o outro lado.

O que vem ao caso, quando se quer considerar a unidade de ambos, a coerência da relação entre forma e conteúdo, sem a qual não se pode entender suficientemente o trabalho da ciência da história? Essa questão toca o aspecto *funcional* do pensamento histórico. Agora trata-se de abordar a “situação existencial” determinante do pensamento histórico. Somente quando estiverem reunidos os três aspectos – o material, o formal e o funcional – obtém-se um esclarecimento suficiente do que, enquanto “história”, constitui o fundamento, a medida e a meta da ciência da história. Pode-se dizer também que a pergunta sobre o que é a “história” só pode ser suficientemente respondida quando se tenha clareza acerca da multiplicidade de representações de sentido conexas com a palavra “história”.

2. A concepção de sentido “história” – conteúdo e forma

“*Sentido*” – entremos – deve ter ficado claro – é o conceito-chave desta teoria da ciência da história que engloba forma, conteúdo e função. Na versão aqui apresentada, essa teoria busca tornar inteligível (ou

seja: como fazendo teoricamente sentido) a história e o pensamento histórico, em geral, e a história como ciência, em particular. História – essa é a tese-mestra – é uma concepção de sentido. Mas, o que é uma concepção de sentido⁸⁷?

Uma concepção de sentido é uma configuração concreta da interpretação de si e do mundo, pelo homem, tornada uma forma de vida, uma determinada grandeza dos agrupamentos sociais. Ela surge em construtos comparáveis entre si, como ideologia, cosmovisão, religião e critério de orientação. Ela sintetiza diversas práticas culturais (como, por exemplo, a arte, a religião e a ciência). Ela se estende através de diferentes práticas culturais: da naturalidade não tematizada dos ordenamentos da vida até a complexa articulação desses ordenamentos e a reflexão sobre eles por especialistas em interpretação (xamãs, sacerdotes, artistas, professores). Uma concepção de sentido pode ser definida da seguinte maneira: *é um contexto significativo do mundo da experiência e da vida, reflexivo, plausível e confavelmente controlado. Serve para explicar o mundo, para fornecer orientação, para constituir identidade e para dirigir a ação por fins*⁸⁸. Enquanto interpretação fundamentada e controlada, uma concepção de sentido é também aceita enquanto fato, gerando efeitos individuais e sociais.

Diferenças. Essa definição é próxima do pensamento de Jan Assmann. Segundo Assmann, sentido é uma grandeza cultural, que organiza as “representações [humanas] de tempo, destino e história”.

Por “sentido”, entendemos direcionamento e contexto. A experiência da falta de sentido baseia-se ou no fato de que não se consegue reconhecer o direcionamento, para onde “algo quer ir” ou “vai”, ou no fato de que não se consegue reconhecer o contexto, que articula determinados eventos ou elementos. Compreender quer dizer apreender o contexto do que está isolado ou reconhecer o direcionamento de um movimento. “Sem sentido” é o sem direcionamento e o sem contexto⁸⁹.

87 No que segue, recorro à introdução que escrevi, junto com Hans-Joachim Hölkenskamp, para o volume HÖLKESKAMP, K.-J.; RÜSEN, J.; STEIN-HÖLKESKAMP, E.; GRÜTTER, H. T. (Ed.). *Sinn (in) der Antike*, p. 1-15 (“Warum es sich lohnt, mit der Sinnfrage die Antike zu interpretieren”).

88 Essa definição foi objeto de consenso no seio do grupo de pesquisa “Concepções de sentido como sistemas de orientação da vida e da ação”, que trabalhou de 1997 a 2002, sob a direção de Klaus E. Müller e de mim mesmo, no Instituto de Estudos Avançados em Humanidades (Kulturschichtliches Institut, Essen, Alemanha).

89 ASSMANN, J. *Politische Theologie zwischen Ägypten und Israel*, p. 106 et seq.

É recomendável acrescentar a essa descrição os elementos *espaço* e *identidade*. Para ser mais preciso, dever-se-ia dizer “*espaço-tempo*”. O agir humano está sempre *direcionado* a algo, por suas intenções. Ele é orientado por uma interpretação universal da conexão entre as coisas. Ele se dá sempre em determinado tempo e em determinado lugar, que devem ser interpretados como elementos possibilidadores do agir. Por fim, o agir pressupõe um sujeito, que sabe de si e dos outros, e que destes se distingue. O sujeito e seu agir estão sempre caracterizados por uma atividade mental de constituição individual e coletiva de identidade. O ego e o eu dos agentes se constituem no âmbito da luta por reconhecimento entre indivíduos e unidades sociais. Vivem na e pela representação de pertencimento e de demarcação com relação à alteridade dos outros. Essa vida mental efetiva-se sempre em espaços sociais concretos e em tempos sociais igualmente concretos. Os espaços possuem uma base geográfica e estão sempre inseridos na dinâmica de uma extensão temporal, e os tempos possuem uma base cronológica e estão sempre localizados espacialmente.

Concepções de sentido consistem, pois, em saberes conectados, em explicações abrangentes do mundo, em determinações normativas do direcionamento e de metas do agir no tempo e no espaço, na unidade entre explicação do mundo e intenções de agir e, por fim, na formatação de identidade e diferença, de pertencimento e demarcação. Elas possuem uma dimensão medial que lhes é específica. Elas acontecem e atuam em práticas próprias e por intermédio delas. Elas surgem em modos diversos. Servem para orientar, motivar e justificar o agir humano e tornam o sofrimento vivível e suportável. Elas se caracterizam por um padrão mínimo de coerência e consistência. Elas são combináveis com outras concepções de sentido e integráveis em um sistema supraordenado de interpretação.

Concepções de sentido são *eficazes na prática*, vale dizer: são ordenadas em relação a fins e ao futuro. Elas constituem um fundamento determinante dos modos de percepção socialmente aceitos e do controle dessas percepções. Conectam o agir concreto, ativo, mas também o sofrer como parte integral da vida humana – individual ou coletiva –, inseparavelmente, com a fundamentação e a reflexão das intenções e da interpretação e, com estas, também com a legitimação deste agir e deste sofrer.

Diferenças funcionais. Essa eficácia prática pode ser desdobrada em diferentes perspectivas.

Em perspectiva *hermenêutica*, as concepções de sentido apresentam sistemas conceituais que possibilitam compreender e explicar o mundo da experiência e da vida.

Em perspectiva *comunicativa*, prestam-se ao entendimento entre si dos participantes acerca do grupo ou sociedade a que se sentem pertencentes. Trata-se do que caracteriza esse grupo e daquilo que faz com que pertencer a ele valha a pena. Com essa valorização, “sentido” é um recurso escasso e, à luz de seu valor social, é mesmo um recurso a ser mantido escasso.

Na perspectiva da *orientação do agir*, as concepções de sentido fundamentam e legitimam as representações e os critérios de valor, assim como sua organização sistêmica em um “código de comportamento” e em um *ethos* coletivo.

Na perspectiva da *formação do sujeito*, “sentido” e concepções de sentido servem sobretudo ao desenvolvimento, produção e reprodução de “identidade” coletiva, que precisa ser constituída e em seguida permanentemente afirmada e reproduzida. Nesse particular, trata-se sempre de (a) pertencimento concreto, de inclusão e exclusão assim como de atribuição de nível e *status* a indivíduos; (b) de autoafirmação enquanto estabilização e autoprodução do grupo formado por esses participantes, ou seja, de uma “pólis”; (c) enfim, de controle de crises e de defesa contra cobranças desestabilizadoras ou desintegradoras de origem externa – mas também, e sobretudo, interna – em que se inclui igualmente a canalização das mudanças.

Esquema das concepções de sentido

| | |
|--------------------|---|
| Conteúdos | <ul style="list-style-type: none"> conhecimento dos contextos determinações do direcionamento e dos fins no espaço e no tempo formação de identidade e diferença |
| Funções | <ul style="list-style-type: none"> orientação motivação legitimação |
| Formas de eficácia | <ul style="list-style-type: none"> hermenêutica comunicativa orientadora do agir formadora do sujeito |

É no horizonte dessa concepção teórica de sentido que se examinará, agora, o fenômeno “história”.

O termo “história” possui quase sempre um duplo significado: de um lado, designa um acontecimento no passado e, de outro, o relato desse acontecimento (*res gestae e narratio rerum gestarum*). Esse duplo significado pode ser levado em conta com diferentes ênfases. Nos primórdios do pensamento histórico, “a história” foi entendida, por exemplo, como o conteúdo objetivo do tempo, como uma representação temporalizada da humanidade.

História – um todo? Essa representação veio a ser criticada, em profundidade, em tempos mais recentes⁹⁰, como se não passasse de um construto ideológico, com o qual se justificariam pretensões de dominação nas lutas pelo poder. Decorre daí que devamos abandonar esse conceito e a representação do todo no movimento temporal da humanidade? Por certo, utiliza-se tal construto, quando se recorre “à” história para justificar comportamentos políticos, agindo-se mesmo em nome dela. “A história” foi assim tomada como instância de ajuizamento do agir político. Ao incluir em si todos os movimentos temporais do mundo humano, ela pode facilmente evoluir para raciocínios totalitários e, com isso, assumir papéis deploráveis.

Essa representação do todo da história tem certamente efeitos sobre o agir político enquanto direcionamento ideológico. Isso fica particularmente claro quando se lida com a própria *identidade* e, dessarte, com a conexão de si próprio com o outro. É assim situado no centro “da” história o próprio eu, o próprio povo ou a própria formação social, considerada essencial ao pertencimento e à demarcação quanto aos outros. Os interesses próprios e as intenções próprias são entendidos como motivos do movimento de todo acontecimento na história. Os outros ficam, por conseguinte, em uma posição distante e subordinada no acontecimento mundial da humanidade. A identidade nacional (em sua configuração moderna), por exemplo, se reforça com a representação de que a própria nação, com sua particularidade histórica, representaria a humanidade em seu estágio mais desenvolvido (ou em seu futuro mais promissor).

Pode-se esquivar à crítica a essa determinação do conteúdo da história, ao se conceber “a história” como uma mera forma de pensamento e ao se abstrair de conteúdos. A história torna-se assim o produto de uma interpretação e deixa de ser uma realidade interpretada. Tal virada para a forma dilui a unidade da história, enquanto grandeza temporal abran-

90 Ver em particular Reinhart Koselleck (KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft*).

gente da humanidade, em uma incontável miríade de histórias isoladas. Elude-se o perigo de uma ideologia modernista da história, mas introduz-se simultaneamente o problema do relativismo. Se as pretensões de validade das interpretações históricas não podem mais ser suficientemente fundadas em conteúdos empíricos, deslocam-se quase que automaticamente para o plano das decisões políticas. O pensamento histórico exige então um decisionismo ideológico no processo de formação da identidade histórica. As pretensões de verdade são substituídas por relações de poder. Migrar-se de uma ideologia para outra.

Esse jogo de exclusões entre conteúdo e forma não tem como ser decidido em benefício de um só lado. Importa muito mais levar em conta a conexão complexa entre ambos. O significado dessa conexão para a política identitária é óbvio.



3. Teleologia e reconstrução

Onde está o ponto crucial do problema de como definir história e de como a entender enquanto ciência? Esse ponto se situa na conexão entre os projetos de futuro da práxis social e as determinações decorrentes dos direcionamentos próprios aos processos temporais do passado, na medida em que são determinantes para a situação da vida atual. Existem duas possibilidades de conceber essa conexão do passado com o futuro, através do presente. Elas correspondem a dois significados diversos de "história": como *teleologia* e como *construção*.

Pensamento teleológico. *Teleologia* significa que a configuração temporal do agir humano atual e que o entendimento do mundo presente, que lhe serve de base, estão pré-formados por um processo temporal do passado. A prática atual da vida está situada na continuidade de uma evolução de longo prazo. Ela se interpreta por recurso a uma origem que se estende por uma longa série temporal de formatos de mundo e se realiza, por assim dizer, em um tempo por vir no futuro. O presente se sustenta, então, teleologicamente, no fundamento temporal, seguro e consolidado, de longas evoluções portadoras de futuro.

O "fim" (*telos*) da história, que a teleologia concebe como elemento prévio do passado, posto no presente para assegurá-lo no futuro, foi e é identificado, com frequência, com a origem das circunstâncias atuais da vida, com seus primórdios direcionadores, com uma "fundação" determinante. Isso é particularmente evidente nos mitos de origem e nas

histórias da criação, mas acabou também por desembocar em uma configuração claramente secular (de outra maneira não existiria toda uma série de feriados nacionais). A teleologia, contudo, não se restringe a essa relação à origem. Isso ocorre, sobretudo, quando os potenciais de futuro das origens já não podem mais ser atribuídos a forças sobrenaturais, ou seja, no caso das concepções meramente seculares de história. Nesses casos, as sequências temporais, nas quais o mundo próprio está conectado desde seus primórdios com suas circunstâncias atuais, são concebidas como direcionadas diretamente ao presente, podendo assim orientar os projetos do agir contemporâneo. Dessa forma pode-se mesmo pensar teleologicamente uma superação do passado mediante um futuro melhor. (Por exemplo: na representação de que nós afinal realizamos aquilo em que nossos antepassados apenas sonharam).

A força do pensamento teleológico na história é grande. Ela aparece mui particularmente nos discursos interculturais. Trata-se aqui de fazer valer a própria cultura, com argumentos fortes, com respeito a outras. Isso pode ser ilustrado com facilidade com recurso a exemplos chineses. Raramente está deles ausente a remissão a uma continuidade multimilenar ininterrupta da própria cultura, que nenhuma “outra” poderia igualar. Por outro lado, quando, no mundo ocidental, se trata de indicar a peculiaridade e o peso do “Ocidente” ou da “Europa” (em relação consigo mesma e não em comparação com outras culturas) a remissão à Antiguidade ou ao cristianismo é um argumento padrão. Só esses exemplos já mostram que o pensamento teleológico está carregado de tensões e de diferenças. Teleologia e etnocentrismo são irmãos.

Pensamento construtivista. Em comparação com o que se acaba de expor, o pensamento *construtivista* faz o futuro dominar o passado. Isso porque os critérios de sentido determinantes para a “construção” do passado como história só poderiam provir do agir humano direcionado ao futuro. A estreiteza teleológica do olhar para trás, para o passado, é rompida. No final das contas, escancara-se um espaço arbitrário de perspectivas históricas, oriundas da multiplicidade de interesses divergentes nas lutas contemporâneas pelo poder. A unidade da teleologia é ultrapassada pela diversidade de possibilidades de construção. Isso tem um preço. Na pluralidade, é abalado o piso seguro das prefigurações que sustentam as possibilidades presentes do agir por força de sua gênese no passado. Com isso, já não se atende mais à carência de coerência própria à formação cultural de identidade. Atribuições claras ao que é próprio e ao que é de outrem esvaem-se no hibridismo dos pertencimentos múltiplos. O passado torna-se arena de confronto de interesses atuais, que já não podem mais ser negociados e decididos com argumentos da

experiência histórica. Cai-se da trilha teleológica linear no abismo da ambiguidade relativista.

Como resolver esse dilema? Tentativas de operar uma síntese entre teleologia e construção teriam de mediar as oposições entre as respectivas lógicas do pensamento histórico. Para tanto, é recomendável situar a relação do construtivismo ao passado no plano de experiências históricas. Leva-se em conta, com isso, o realismo com o qual a teleologia se insere no jogo da orientação histórica da vida prática atual. Não se deve, contudo, negligenciar a multiplicidade de perspectivas dessa orientação.

Em vez de construção – reconstrução. Em outras palavras, isso quer dizer: a construção precisa ser objetivada mediante uma *re-construção*. É no curto prefixo que se situa todo o peso próprio da experiência histórica⁹¹. Expectativas de sentido e esperanças, que caracterizam a marca histórica do passado humano, são testadas criticamente quanto às condições sob as quais podem ser pensadas como compatíveis com a experiência. Reconstrução significa pensar o passado como uma cadeia temporal de condições de possibilidade de o homem moldar o mundo e conectar expectativas de futuro a essa cadeia. As experiências do passado tornam-se sempre “históricas” quando se conectam diretamente, com sentido e significado, com o presente. Nessa conexão o passado emerge, significativamente, no presente. Isso fica claro no caso da tradição, mas vale também para outros modelos de constituição de sentido do pensamento histórico. Essa relação direta com o presente, empírica mesmo, leva em conta, alguns elementos teleológicos legítimos. Note-se que o *télos* não é transformado em uma determinação dos fins, mas remanesce uma condicionalidade do pensamento histórico, com a qual este pode (e deve) haver-se distanciada e criticamente. Já não é mais uma imposição de fins, mas uma relação aberta ao futuro.

O que acontece com o passado? Com tudo isso, o espaço de possibilidades de constituição criativa de sentido cultural, no manejo do passado humano, não é bloqueado. Pelo contrário, esse espaço é estruturado pela relação com o passado. Toda constituição humana de sentido – o que inclui, naturalmente, a histórica – está submetida à circunstância de que os seus criadores são, eles próprios, seres construídos pelos condicionantes

91 A plausibilidade das intenções presentes do agir e das interpretações do mundo decorre menos do “direito de voto das fontes”, de que falava Reinhart Koselleck, com grande ressonância no meio profissional das historiadoras e dos historiadores, do que do estímulo das fontes. Esse estímulo não neutraliza o direito de voto, mas é o que lhe abre a possibilidade de intervir no espaço das interpretações históricas (KOSELLECK, R. *Standortbindung und Zeitlichkeit*, p. 106. – Ver nota 54, p. 66).

culturais em que vivem. Isso não quer dizer que sejam prisioneiros dessas condições, mas apenas que devem (têm de) conectar-se com os elementos prévios de sentido existentes em seu contexto cultural. Ficam assim obrigados a demonstrar a plausibilidade de suas construções de sentido em relação a esses condicionamentos e a seu longo enraizamento temporal. O que, portanto, torna a teleologia tão plausível? Abstraindo-se das representações de fins das representações atuais do tempo, captadas nas profundezas do passado, lida-se justamente com essa profundidade, com a conexão do presente com um passado remoto. Quanto mais remota essa conexão, tanto mais seguro parece ser o fundamento da orientação temporal no presente. Essa conexão com o passado não pode ser perdida na substituição da teleologia pela reconstrução. Tampouco deve ser deixada de lado, pois os elementos prévios de sentido, de que toda reconstrução dispõe, já incluem em si o passado, na plenitude de suas evoluções, das quais as circunstâncias da vida presente se fizeram.

Espaço de possibilidades. O passado já não pode mais ser vinculado, teleologicamente, a um sentido direcionador de sua evolução. Ao revés, cada efetiva evolução concreta deve ser entendida historicamente contra o pano de fundo de múltiplas possibilidades. Com isso, ao se incluir o espaço de possibilidades na experiência histórica mesma, retira-se dele também seu arbitrio presentista. Uma miríade de histórias se torna possível, baseadas na heterogeneidade nas opções atuais do agir. Cada uma pode ser desenvolvida em perspectiva histórica. As diferentes perspectivas aparecem nas diversas histórias. Essas histórias são feitas para valer discursivamente. Elas podem ser referidas umas às outras pela análise estrutural e relacionadas para confirmação e crítica mútuas. Examinar a diversidade das perspectivas históricas por uma "análise estrutural" significa torná-las plausíveis à luz dos processos históricos realmente acontecidos. Os processos do passado são interpretados à luz da pergunta acerca das condições de possibilidade sob as quais eles podem ter acontecido, acerca dos elementos prévios dos quais dependam, sem ser por eles determinados. A unidade da história não se perde nesses diversos "passos para trás", mas é preservada no plano das relações internas às múltiplas perspectivas.



Pode-se entender a oposição entre *teleologia* e *construção* também como alternativa a *causalidade* e *condicionamento*. "Causalidade" no pensamento teleológico designa o destaque dado a ocorrências efetivas em contraste com meras alternativas possíveis. São destacados os processos

do passado que combinam com a representação de uma significância de longa duração temporal. Re-construção assinala, ao revés, condições e não determinações fixas. O sentido não é, pois, fixado causalmente, mas mantido aberto em relação ao espaço de possibilidades nas respectivas situações do agir, historicamente dadas. A significância da re-construção enfatiza esse espaço de possibilidades como chance para o homem, de superar por suas intenções o condicionamento das circunstâncias de sua vida e de influir decisivamente sobre aquele como sobre estas. A teleologia recobre as evoluções históricas com um verniz de necessidade, que no entanto não inclui em si nenhuma contingência realmente eficaz. Inversamente, a reconstrução leva muito mais em conta o fato de que os eventos históricos sempre possuem o caráter de contingência.

Com essa abertura do sentido histórico aos espaços de possibilidade e à experiência da contingência, o modo de pensar da reconstrução mitiga a dureza das demarcações etnocêntricas e cria oportunidades de reconhecimento da diferença no processo da formação histórica da identidade⁹².

Esquema teleologia versus re-construção

| Teleologia | Re-construção |
|-------------------------------|----------------------------------|
| Orientada pelas origens | Orientada para o futuro |
| Unilinear, monoperspectivista | Plurilinear, multiperspectivista |
| Necessidade prevalente | Aberta à contingência |
| Causalidade do sentido | Causalidade das condições |

4. Um problema em aberto: a natureza

As determinações da história como um processo temporal real da vida humana, apresentadas acima, têm um ponto fraco: a força da natureza no mundo humano. A história especificamente humana só pode ser entendida se não for considerada como um mero fenômeno natural. Ela deve levar em conta, antes de mais nada, um fato antropológico fundamental: o homem é um ser cultural que só pode viver enquanto se relacione com sua natureza e com a natureza de seu meio, mediante constituição de sentido — ou seja: nada naturalmente. Isto quer dizer que

92 Ver pormenores mais adiante, p. 265 et seq.

o homem é mais do que apenas a natureza. Entretanto, o homem continua sendo um ser natural, mesmo se vive no horizonte e nos formatos, produzidos culturalmente, de seu mundo. A filosofia clássica da história nos tempos modernos, em particular a de Johann Gottfried Herder, abordou a questão da relação entre natureza e história, identificando e descrevendo uma energia própria atuante em ambos⁹³. Falava-se de uma “força formadora”, que atravessa toda a natureza e que conduziu ao surgimento do gênero humano. No homem, a natureza chega à perfeição, ela se transforma, por si mesma, em cultura. Kant exprimiu isso em sua filosofia da história ao remeter a história humana a um “plano da natureza”, que estipula ao homem lugar próprio no acontecer universal, conectando intimamente o céu estrelado com a lei moral⁹⁴.

O nexo perdido da cultura com a natureza. Que esse nexo seja um fato é, no meu entender, evidente. Escapou, contudo, aos esforços por perceber um sentido próprio no acontecimento temporal do mundo humano, enquanto componente essencial de seu caráter histórico. No plano das apresentações da história universal, esse problema é contornado, ao se apresentar a história, enquanto surgimento do gênero humano, como parte da história natural. A evolução histórica do gênero humano é assim narrada, por seus produtos culturais, como história “cultural” ao longo do tempo (“cultura” no sentido mais amplo, como “não natureza”)⁹⁵. Tais histórias fazem sentido, certamente, mas é muito difícil esclarecer e tornar plausível esse sentido a partir dos princípios que o sustentam. Isso se deve sobretudo ao fato de aqui se chocarem duas formas diferentes de pensar que, por motivos gnosiológicos, não podem ser conciliadas simplesmente: as ciências naturais como campo da tematização cognitiva da natureza, de um lado, e as ciências culturais como campo da tematização cognitiva da cultura, de outro. Essa tensão está marcada pelo fato de que a categoria de sentido, determinante nas ciências culturais, não faz sentido para as ciências naturais.

O conflito das ciências. O sucesso das ciências naturais nasce com a revolução copernicana, com a qual não se extrai mais (melhor: não se abstrai mais) da natureza nenhum sentido interno. Em vez disso, seu sentido é atribuído “de fora”, pela matemática e pela experimentação (no sentido da explicabilidade e da dominação técnica), sob a premissa

93 HERDER, J. G. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*, 1^a parte, livro II, p. 49 et seq. Acerca do complexo temático da síntese entre natureza e história à época, ver REILL, P. H. *Vitalising nature in the Enlightenment*.

94 KANT, I. *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, § 387.

95 Ver um excelente exemplo em CHRISTIAN, D. *Maps of Time*.

sa epistemológica da ausência de sentido, por definição. Inversamente, a história humana está caracterizada pela determinação de sentido do agir e do sofrer humanos. O conhecimento histórico não pode abstrair desse sentido, mas tem de conectar-se com ele de modo a fazer sentido. Nesse sentido interno, obviamente, a natureza está incluída e assumida no manejo que dela tem de fazer o homem em sua vida corriqueira (por exemplo, mediante mitos da criação ou – em roupagem racionalista – no âmbito de uma físico-teleologia). Mas não se pode lançar mão disso tudo sem mais, tendo em vista a predominância cultural das ciências naturais.

Não obstante, os problemas ecológicos que o homem criou com sua capacidade de dominar tecnicamente a natureza, tornada sem sentido, põem um desafio intelectual que requer (pelo menos assim o vê o cientista cultural) uma nova categoria de sentido a conectar homem e natureza. Um ponto de referência para tanto está no fato de que ambas, natureza e cultura, entendidas como processos temporais, precisam ser interpretadas historicamente, cada uma por si e conjuntamente. Ademais, a natureza está, nesta Terra, a tal ponto entrelaçada com a cultura dos homens, que não há como entendê-la sem levar em conta os efeitos das ações humanas sobre ela. A história natural da Terra ingressou no período do “antropoceno”. Nesse período, cultura e natureza estão em uma relação que exige uma forma ecológica totalmente nova de pensar⁹⁶. Elas constituem, juntas, uma época histórica do desenvolvimento da Terra. Entretanto, que sentido possui essa história, se ela vai muito além do homem e de suas constituições históricas de sentido? A teoria da história até hoje não respondeu satisfatoriamente a essa questão.

Por certo há elementos para uma resposta⁹⁷. Eles substituem a contraposição entre homem e natureza por uma diferenciação em um processo evolutivo abrangente, no qual a evolução biológica transmigra para uma evolução cultural. Qual o efeito reverso da concepção dessa transição no nosso entendimento da natureza é uma questão em aberto. Em todo caso, não se pode mais lhe subtrair o sentido que ela produziu com a criação do ser constituidor de sentido, o homem⁹⁸.

96 Essas reflexões ocorrem também, naturalmente, nas ciências naturais. A título de exemplo, leia-se o instrutivo artigo de conjunto de KUEFFER, C. *Ökologische Neuartigkeit*, p. 21-30.

97 DUX, G. *Historisch-genetische Theorie der Kultur*; WELSCH, W. *Immer nur der Mensch?*

98 Ver DUX, G. *Wie der Sinn in die Welt kam, und was aus ihm wurde*.

5. Aproximações do todo I: as dimensões categoriais do histórico⁹⁹

As considerações feitas até agora, de modo a caracterizar em que consiste a “história” como conteúdo e forma do pensamento histórico e de seu conhecimento científico, desembocam em um resultado inequívoco: essa “história” deve ser referida a três aproximações ou apreensões categoriais totalmente distintas.

Apreensões categoriais são também, e sempre, demarcações. A designação do que deve ser considerado (“o que é”, “o que é o caso”) contém simultaneamente uma exclusão do que é outro, do que não é, que tem de ser igualmente formulada. É o que ocorre na aproximação categorial do campo de pensamento “história”: trata-se de distinguir e determinar o que não é história. A distinção usual em nossos dias é a que se faz entre história e natureza. Essa distinção tornou-se, entretanto, altamente problemática, por ter-se emaranhado nos problemas ecológicos. Seria logicamente mais convincente distinguir entre histórico e não histórico. Mas essa distinção, por sua vez, é vaga e não alcança a especificidade da dimensão constituidora de sentido própria ao (humanamente) histórico. É recomendável, por conseguinte, proceder de modo mais complexo e diferenciar as demarcações categoriais segundo conteúdo, forma e função do conhecimento histórico.

As três dimensões da história. Cognitivamente, pois, a história é apreendida em três dimensões:

(1) A primeira é a *dimensão empírica*. Trata-se aqui do que aconteceu no passado humano, das *res gestae*. Tomado sozinho, porém, tal acontecimento pretérito ainda não é história. Para tanto, é necessário inseri-lo em uma perspectiva temporal, na qual aparece conectado com o presente e com o futuro, de modo a possuir sentido e significado. Categorialmente, essa dimensão do acontecer temporal é apreendida enquanto história mediante a representação de um contexto temporal (perfeitamente real, significância incluída). Hans Michael Baumgartner chamou essa categoria “continuidade”, pensando-a como uma conexão intrínseca ao acontecimento temporal¹⁰⁰. O termo “continuidade” se presta, contudo, a mal-entendidos, pois remete a determinada qualidade do acontecimento temporal da história em detrimento de outras (como:

99 Para mais detalhes, ver RÜSEN, J. *Der Teil des Ganzen: über Historische Kategorien*, p. 168-187.

100 BAUMGARTNER, H. M. *Kontinuität und Geschichte*.

descontinuidade, ruptura temporal, etc.). Nessa medida, é recomendável utilizar, em seu lugar, a expressão “representação do fluxo temporal”. Essa dimensão categorial se preenche concretamente com as determinações do fluxo temporal da vida humana, válidas para todas suas manifestações nos diferentes espaços e tempos. Trata-se de universais históricos. Tradicionalmente, essa dimensão é explicitada pela filosofia da história.

(2) A segunda dimensão é *formal*. Lida-se aqui com formas específicas de pensar e de dizer, com as quais se considera, analisa e expõe o caráter particular dos acontecimentos do passado, conexos entre si. O princípio categorial determinante aqui é o do narrar, da *narratividade*. Também nesse ponto se deve evitar um mal-entendido. Esse mal-entendido se baseia na distinção, difundida entre os historiadores profissionais, entre historiografia tradicional, chamada de narrativa, e a apresentação histórica moderna, chamada de analítica¹⁰¹. Poder-se-ia falar também de uma apresentação histórica mimética, em contraste com a construtiva. Essa distinção revela, porém, algo em comum: em ambos casos trata-se de (uma) história, que apresenta o caráter especificamente temporal do acontecimento do passado. A operação mental requerida para tanto é a do narrar. A distinção referida só pode ser entendida como tal no interior mesmo do narrar. Temos aqui uma questão dos diversos modos de narrar, mas não um problema com o próprio narrar.

Essa dimensão categorial se preenche concretamente com as formas específicas do pensamento e do saber históricos, que podem ser obtidos na multiplicidade e variedade das apresentações históricas. Na ciência da história, essas formas são usualmente tratadas como tipos da apresentação histórica. Tradicionalmente, ainda antes da virada narrativa, essa dimensão foi abordada pela teoria do conhecimento e pela teoria analítica da ciência. Depois da virada, seu tratamento caiu nas mãos da linguística e da teoria literária.

(3) A terceira dimensão é a *funcional*. Ela cuida da “situação na vida” alcançada pelo pensamento histórico. A especificidade dessa situação tem de ser determinada a partir dele. Na unidade de forma e conteúdo, o pensamento histórico exerce uma função específica na cultura humana: ele serve à orientação interna e externa da vida humana prática, no horizonte de sua configuração temporal.

Orientação interna e externa. Na orientação externa, o direcionamento do agir para o futuro é conectado com o direcionamento da ex-

101 Ver KOCKA, J. *Zurück zur Erzählung? Plädoyer für historische Argumentation*, p. 395-408; e também KOCKA, J. *Geschichte und Aufklärung*, p. 8-20.

periência do agir (e do sofrer) humano no passado. O fluxo externo do tempo das coisas humanas é interpretado com um significado apto a transformar-se em uma orientação interna. Por sua vez, esta direciona a intencionalidade do agir humano para sua determinação temporal. Nessa configuração temporal, a subjetividade de cada homem agente e paciente é decisiva. Nessa subjetividade, constitutiva da orientação cultural da vida humana prática, na profundidade do eu humano (em perspectiva pessoal ou social) decide-se o que deve ser tido como significativo.

Trata-se aqui de perseverar no sujeito agente e paciente, ao longo das mudanças temporais da vida humana, e fazê-lo valer. O critério decisivo para o pensamento histórico são a consistência e a coerência temporais do eu humano, usualmente chamadas de "*identidade*"¹⁰². O homem precisa interpretar o mundo para poder viver. Pertence também a essa interpretação, viabilizadora da vida, uma consciência de si articulada diferenciadamente. A carência de sentido, que caracteriza o homem como ser cultural, inclui sempre a questão sobre quem se é (uma vez mais: pessoal e socialmente, ao mesmo tempo). A resposta a essa questão é formulada, no mais das vezes, na forma de uma história. A representação do fluxo temporal por ela feita inclui a experiência de tudo o que se é ou foi, assim como a expectativa de tudo o que se poderia ou desejaria ser ou ainda se há de ser. Ambas, experiência e expectativa, fundem-se na unidade de um direcionamento temporal de sentido da vida humana.

Onde está essa situação na vida? Onde está o passado, presente vivazmente (sem uma ação interpretativa que o formule especificamente), com seus aspectos materiais e formais? A originalidade dessa determinação funcional do pensamento histórico, em seu plano categorial, é a *lembraça*. Em sua forma elaborada, ela se apresenta como memória cultural, como resultado da consciência histórica na orientação da vida humana prática. Esse resultado contribui decisivamente para caracterizar a identidade e a formação humanas, com as quais a própria vida pode ser situada, adequadamente, em meio às mudanças temporais do mundo¹⁰³.

Em resumo, os fundamentos categoriais e as configurações do pensamento histórico podem ser caracterizados no quadro a seguir¹⁰⁴:

102 Ver adiante, p. 261 et seq.

103 Acerca da lembraça, ver adiante p. 219 et seq.

104 Ver uma versão anterior desse quadro em RÜSEN, J. *Historische Orientierung*, p. 187.

Dimensões da filosofia da história

| Perspectivas quanto ao histórico | Determinações decisivas | Configurações |
|----------------------------------|--|--|
| Experiências (conteúdos) | Representação do fluxo do tempo ("continuidade") | Filosofia <i>material</i> da história |
| Formas do saber | Narratividade | Filosofia <i>formal</i> da história |
| Funções práticas | Memória cultural: identidade, formação | Filosofia <i>funcional</i> da história |

6. Aproximações do todo II: a abertura do campo da experiência

No que segue, busca-se apreender cognitivamente o campo da experiência do histórico. Lança-se mão de três pontos:

(a) *A mobilidade temporal da dinâmica do mundo próprio à vida humana.* Cabe identificar aqui as forças dinâmicas que, no homem e pelo homem, mantêm seu mundo em movimento. Trata-se do entendimento de que o mundo é mutável, por princípio, e também de que aparece ao homem como tal.

(b) *Temporalidade como fonte principal da significância.* Essa dinâmica estabelece igualmente o ponto de partida ou a fonte principal da significância dessas mudanças. O sentido dessas mudanças não pode ser-lhes imposto de fora (ou *a posteriori*), mas tem de ser localizado e elaborado a partir de uma conexão interna com elas. Afinal, para qualquer homem, seu mundo está sempre constituído com sentido. O sentido já se delineia, pois, nas formas da vida no passado. (Não há contradição em entender que esse sentido seja sempre também contrassenso). Tempo e sentido do mundo humano devem ser considerados em conjunto.

A antropologia histórica de Jacob Burckhardt. Jacob Burckhardt descreveu esse fundamento antropológico do pensamento histórico com palavras tornadas célebres:

Nosso ponto de partida é o homem, sofredor, agente, esforçado, único a subsistir e a ser para nós o centro, como é, foi e sempre será; por isso nossa consideração será de algum modo patológica. Os filósofos da história

consideram o passado como etapa prévia e contrastante para conosco, enquanto [seres] desenvolvidos. Nós consideramos o que se repete, o típico como algo que ecoa em nós e que nos é inteligível¹⁰⁵.

Essa antropologia se contrapõe nitidamente à filosofia clássica da história, ao remeter ao que persiste através de todas as transformações históricas e que confere ao mundo histórico sua marca humana: ao homem que age e sofre. A filosofia da história remetia, inversamente, às alteridades das formas humanas de vida, frisando sua mudança temporal ao invés de sua duração. Importa superar essa oposição, pois a história só se constitui ao preço de uma desistorização radical na antropologia. (Se a antropologia proclamar-se “histórica”, não funcionará sem os princípios da mudança).

Burckhardt viu o liame interno, que agrega para o conhecimento os acontecimentos do passado, no humano que perpassa toda mudança e que se revela na diversidade das culturas. Considerando-se esse humano historicamente, experimenta-se o “que ecoa em nós e que nos é inteligível”. *Nesse humano está incluída a fonte de sentido do pensamento histórico.* Ademais, Burckhardt forneceu uma informação importante, sobre que e como o sentido se constitui: ele surge não só do agir humano e de suas intenções (“esforços”), mas também de seu “sofrer”. Vê-se aqui um traço fundamental da vida humana, que usualmente vinha sendo deixado de lado pela filosofia da história: o sofrimento. Com efeito, Burckhardt valorizou antropologicamente a determinação do sofrimento na vida humana a tal ponto que veio a qualificar o pensamento histórico, quando busca apreender o homem na profundezas de seu ser humano, de “patológico”.

Trata-se, por conseguinte e antes de mais nada, de identificar o que persiste, através de todas as mudanças temporais, na forma da vida humana. Nessa configuração persistente da vida humana deve-se determinar os fatores e elementos que causam suas mudanças temporais. Não é o caso de elaborar uma antropologia a-histórica, na qual as mudanças das formas da vida humana não teriam significado algum. O “constante” e o duradouro deve ser visto e interpretado, por princípio, como o variável, o mutável e o mutante.

(c) *A fonte de sentido da temporalidade como fator do pensamento histórico.* Pode-se identificar na duração do mutável a fonte de sentido de que fazem uso os homens, agentes e pacientes, para dominar o sofrimento no horizonte temporal de sua vida e poder concretizar seu agir

105 BURCKHARDT, J. *Über das Studium der Geschichte*, p. 226.

intencionalmente. Esse sentido, produzido culturalmente para tal efeito, deve ser tematizado de modo a permitir ao pensamento histórico conectar-se com ele em seu formato empírico. Provocada pelo sentido (inclusive em seu contrassenso), a mudança temporal do mundo humano torna-se pensável como história. A categoria essencial para tanto é a de evolução.

A partir do que foi exposto acima, gostaria de esboçar a seguir uma filosofia da história em bases antropológicas. Ela se vincula às reflexões de Reinhart Koselleck sobre as “condições de toda história possível”, que formam a constante do mundo humano movido a história¹⁰⁶. Eu gostaria de completar a lista dos universais proposta por ele e de expor sua significância especificamente histórica e sua historicidade.

O mundo humano como campo de tensões. A vida humana se efetiva sempre e em toda parte em um campo complexo, cheio de tensões e oposições, que constituem um desafio constante à constituição cultural de sentido. São elas que dinamizam temporalmente as formas da vida humana. São ainda elas que constituem a “sociabilidade associativa” que, segundo Kant, coloca e mantém o mundo humano no movimento da história¹⁰⁷. Todo homem e todo grupo social humano vive sob as seguintes tensões:

- a tensão entre natureza e cultura; aqui o mundo humano adquire sua constituição especificamente precária; sua contingência e risco, seu desafio fundamental para autoafirmar-se;
- a tensão entre o acima e o abaixo; aqui se estruturam as hierarquias sociais;
- a tensão entre o centro e a periferia; aqui se produzem as diferenças na organização espacial da vida humana, que possuem mais do que um mero significado social;
- a tensão entre o interno e o externo no campo de referência do pertencimento e da demarcação; lida-se aqui com identidade pessoal e social;

106 KOSELLECK, R. *Historik und Hermeneutik*, p. 9-28; também KOSELLECK, R. *Zeitschriften*, p. 97-118. Em Koselleck há ainda a categoria da “generacionalidade”. Ela pode ser explicitada, com ganho analítico na diferenciação, com as oposições entre homem e mulher, jovem e idoso. Koselleck expõe as dicotomias como condições necessárias de história(s) possível(eis). Ele não chegou a consolidar sua proposta na forma de uma teoria sistemática, não dando pois o passo das condições necessárias às suficientes. Com isso, Koselleck só tocou o elemento dos universais antropológicos, decisivo para o pensamento histórico, na forma da relação entre gerações. Tampouco desenvolveu, no plano da sua proposta de uma teoria transcendental da história, o conceito de um tempo direcionado. No entanto, sem um tal direcionamento determinante não se teria a forma narrativa do saber histórico; nada se tem a narrar.

107 KANT, I. *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, parágrafo 4, § 392.

- a tensão entre homem e mulher; aqui gênero se torna uma categoria social fundamental;
- a tensão entre idoso e jovem; essa tensão vai além de uma pura distinção biológica; nela se constroem posições de *status social* e geram processos educacionais;
- a tensão entre poder e impotência; aqui se decide quem pode mandar e quem deve obedecer;
- a tensão entre agir e sofrer; aqui se formam as representações determinantes de uma vida bem sucedida e das ideias de felicidade que a sustentam;
- a tensão entre ter de morrer e poder matar; aqui se formam as relações de violência na vida humana;
- a tensão entre amigo e inimigo; aqui se regula o uso das relações de poder (e de sua transição para a violência), constituindo-se assim o campo do político;
- a tensão entre senhor e escravo; aqui se constituem as diferenças sociais na obtenção e na fruição dos recursos econômicos, organizam-se as relações de poder e definem-se os cursos da vida;
- a tensão entre pobre e rico; aqui se decide sobre o acesso aos bens da vida;
- a tensão entre individualidade e sociabilidade (coletividade); aqui se configura a subjetividade humana;
- a tensão entre consciência e inconsciência acerca das tendências do agir humano; aqui se organiza a vida mental dos indivíduos e das comunidades;
- a tensão entre imanência e transcendência quanto ao mundo; aqui se formam as estruturas fundamentais da interpretação do homem e do mundo, e se decide entre as visões de mundo de cunho religioso ou secular;
- a tensão entre humano e não humano na qualificação das condições reais da vida prática; aqui se constitui a representação do que significa ser homem;
- a tensão entre bem e mal; aqui se constitui a regulação ética e moral da convivência humana (assim como a relação do homem para com o não humano e o transcendentel).

A lista pode ser ampliada. Com ela é possível ordenar categorialmente o campo de experiência do pensamento histórico. Todos os processos históricos possíveis podem ser ordenados na complexa tessitura dessas diferenças e oposições. As oposições, uma a uma, são de feitura ideal-típica, conectadas entre si de inúmeras maneiras, enquanto mutuamente condicionantes e condicionadas. Não se situam todas, contudo, no mesmo plano, mas podem ser hierarquizadas. Nessa hierarquização, a oposição entre agir e sofrer adquire o caráter de um princípio fundante.

Completar ou modificar essa lista depende da heurística do pensamento histórico, ou seja, de questões cuja resposta exige uma perspectiva histórica universal. Com tal rede de universais históricos, o passado está conectado, categorialmente com o presente e com o futuro. Isso é assim, pois também as circunstâncias da vida, nas quais o pensamento histórico acontece atual e presentemente e às quais este, ao mirar o passado, se refere de modo interpretativo e orientador, estão igualmente determinadas pelos mesmos universais.

No campo de tensões dessas oposições efetiva-se a vida humana. O homem tem de haver-se com elas, dar conta delas. Isso ocorre sempre (também) em uma atividade constituidora de sentido, que determina seu fazer e não fazer. Fica claro que e porque o agir humano não pode ser entendido sem uma relação constante com o sofrer. As oposições listadas se transformam, para o homem, em experiências de sofrimento, que precisam ser superadas¹⁰⁸. Entendendo-se a cultura como o suprassumo dessa superação, fica claro como ela está também atravessada pelo sofrimento, e não é apenas uma determinante do agir ou por ele determinada.

A mobilidade temporal da condução da vida humana. À luz da polaridade, aqui apresentada, dos fatores determinantes da vida humana, antropológicamente universais, fica clara sua mobilidade temporal. Por seus fundamentos antropológicos, a vida humana é fundamentalmente temporal. Ela acontece, pois, na constante possibilidade de mudança. A rede dos universais antropológicos, na qual a história se constitui, é tudo menos estática. Pode-se chamar essa rede, em termos da filosofia da história, de “gerador antropológico de temporalidade”¹⁰⁹. Isso decor-

108 “Zur Universalität der Leidenserfahrung” (“Sobre a universalidade da experiência do sofrimento”), ver MÜLLER, J. *Ethische Grundlagenprobleme in der Entwicklungspolitik*; ver também MÜLLER, J. *Entwicklungspolitik als Herausforderung* (indicação feita por Christoph Antweiler).

109 Recorro assim a um pensamento antigo da filosofia da história. Kant fundamentou de modo também antropológico essa dinâmica temporal do acontecimento histórico: com a “sociabilidade associativa” da condução da vida humana (*Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, § 392). Hender abordou igualmente esse fator antropológico do movimento: *Briefe zur Beförderung der Humanität*, n. 122, § 5.

re justamente porque cada oposição representa, para cada pessoa, um doloroso desafio. Toda oposição precisa ser, a cada vez, superada. Pois os homens não têm como simplesmente deixar por isso mesmo. Nessas oposições, é-lhes preciso posicionar-se sempre de novo com relação a si e a todos os outros homens, superar o sofrimento pela busca de felicidade, fazer-se valer.

A temporalidade da vida humana baseia-se, de início, no tempo natural externo (calendário, cronologia), no qual as coisas do mundo aparecem e desaparecem, no qual o homem nasce e morre. Só este tempo já põe um desafio constante à efetivação da vida humana. A esse tempo externo junta-se a temporalidade interna da vida humana. O homem vive um tempo próprio no contato com a natureza, com seu mundo e consigo mesmo. Esse tempo caracteriza sua "natureza" cultural. A inquietude humana exige produzir sentido, com suas intenções, para ir além das circunstâncias dadas da vida concreta, que o fazem (sempre também) sofrer. O homem nunca se dá inteiramente por satisfeito com essas circunstâncias, mas libera a energia da superação do sofrer mediante suas intenções de buscar ser feliz, que o conduzem sempre além das circunstâncias e condições de sua vida. A razão para tanto está no fato de os meios disponíveis ao homem para satisfação de suas carências (materiais, emocionais e intelectuais) nunca bastarem. O homem tem de viver, por conseguinte, em meio a uma assimetria fundamental entre suas carências e as possibilidades de satisfazê-las. Isso vale não apenas para a prática da economia, sempre submetida à pressão contínua de dar conta do superávit de carências com respeito ao déficit dos meios de satisfazer tais carências. Todos os demais setores da vida sofrem de problema análogo de assimetria entre exigência e satisfação. Assim, por exemplo, a constituição social da vida humana está marcada pelo fato de indivíduos e grupos sociais exigirem sempre mais e mais reconhecimento por parte dos outros do que estes estão dispostos a dar.

Isso pode ser demonstrado na estrutura de carências humanas, tanto interna quanto externa. Diversamente dos animais, o homem desenvolve qualitativamente, a partir da satisfação de suas carências, novas carências. Não há como estabelecer um critério que permita classificar as carências entre "naturais" e "artificiais" e, com isso, problematizá-las. A inquietude temporal especificamente humana é ínsita à natureza faustiana do homem: "Que vida! angústias sempre: ora a almejar por gozo, ora inquieto na posse, e do almejar saudoso"¹¹⁰!

110 GOETHE. *Fausto*, verso 3250. A quem isso soe demasiado poético, remeta-se à antropologia histórica de Karl Marx, tal como a expõe no capítulo sobre Feuerbach na *Ideologia Alemã*. Marx chama

É nessa insatisfação do espírito humano com o mundo dado que se situa também a temporalidade especificamente histórica da relação com o espaço de experiência e o horizonte de expectativa. Como essa relação se configura, de modo particular e concreto, obviamente não está definido antropológicamente. Mas que se deva configurar (mesmo se sob condições diversas e em formas distintas) com a participação decisiva do espírito humano, isso vale para todos os tempos.

Agir e sofrer. A relação entre sofrer e agir, contida nas oposições das condições da vida humana, é também antropológicamente universal. Ser posto em um mundo no qual preexiste uma rede de condições tensas de vida constitui um sofrimento que tem de ser visto como especificamente humano. Há aqui uma diferença peculiar com respeito ao sofrimento sob as condições naturais da vida, que o homem compartilha com as demais criaturas. Traço essencialmente humano aqui é a consciência com que o homem se expõe a tal forma ao sofrimento e que o impele a lidar com este mediante a constituição de sentido.

Pode-se dizer que o homem, com suas aptidões mentais a transcender as circunstâncias da vida, tem necessariamente de sofrer consigo mesmo. Desse sofrer surge, por sua vez, sua estrutura propulsora e intencional, capaz de suplantar essas circunstâncias. Nessa estrutura está contido igualmente o fator de sentido, constitutivo do agir humano, o que veda a consideração do agir enquanto mero comportamento. O agir ganha, do sofrer, qualidades de sentido que são perdidas de vista se a reflexão histórica concentrar-se exclusivamente no agir e omitir o sofrimento fundamental. Em tempo: no domínio da experiência histórica não faltam articulações do sofrimento (em particular na religião e na arte). Como esse sofrimento entra, pelo olhar retrospectivo, na constituição histórica de sentido, ou dela é excluído, é uma questão certamente relevante para a teoria da história, para a qual não se encontrou, até hoje, respostas convincentes.

a atenção que a primeira carência satisfeita [de assegurar materialmente a vida, J.R.], “a ação de satisfazer e o instrumento mesmo da satisfação conduzem a novas carências – e essa produção de novas carências é a primeira ação histórica” (edição crítica pela *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, v. 14, 1969, p. 1.199-1.254, cit. p. 1.211). (N.T.): Rüsen cita apenas o verso 3250 da 1^a parte do Fausto (“Und im Genuss verschmacht ich nach Begierde”). O translado poético para a língua portuguesa (eBooks Brasil, 2003), por Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), associa os versos 3249 e 3250 de modo a ser impossível referir apenas o segundo. Pelo conteúdo, os dois versos (que formam uma só frase na fala de Fausto, quadro XIV, cena 1), inserem-se bem no argumento de Rüsen.

Constituição de sentido na rede dos universais. Como fica então, na visão da teoria da história, a constituição de sentido que se realiza dentro dessa rede de universais próprios à condução da vida humana, carregados de tensões, geradores de sofrimento e motivadores do agir? Já é histórica por si mesma a mudança que resulta da temporalidade da vida humana e nela se efetiva? Ou não seria necessário elaborar essas mudanças em um constructo significativo, que só então as qualificaria como históricas? Se a resposta a esta última pergunta for negativa, as mudanças temporais de que se ocupa o pensamento histórico seriam arbitrárias. Poder-se-ia atribuir-lhe então um sentido também arbitrário. Isso contradiz, todavia, a análise da constituição histórica de sentido, baseada em elementos prévios de sentido. Nesses elementos exprime-se o passado (ou melhor: neles o passado sempre se exprimiu), quando se trata de entendê-los historicamente.

É justamente esse “elemento prévio”, esse caráter pré-histórico do passado, que se deve fazer valer na visão de uma antropologia da historicidade humana. Toda reação interpretativa dos homens ao campo de tensões que forma as circunstâncias de sua vida reveste o acontecimento temporal de sua vida prática de um *direcionamento significativo*. Todo acontecimento no tempo é direcionado, à medida que ocorre numa relação entre passado, presente e futuro e que pode ser ordenado em um eixo temporal correspondente. O ordenamento cronológico é extrínseco ao acontecimento. O que há de humano é a consciência com que o homem se defronta com o acontecimento. Mas o direcionamento se ordena temporalmente também no plano interno, pois o sentido mesmo que cada envolvido extrai do acontecimento e a este atribui, como requisito necessário à vida, é sempre temporalmente ordenado. Os homens constituem sentido para lidar com as oposições das circunstâncias de sua vida, de modo a poder viver nelas e com elas. Nesse manejo significativo, nesse “habitar o mundo”, dá-se sempre um superávit para além do que é dado; dá-se uma transcendência fundamental. No olhar histórico para o passado, essa transcendência fundamental está no sentido temporal de uma pendência, de uma esperança, de um almejar. É a conexão com esse sentido temporal e sua elaboração histórica interpretativa (que pode obviamente ser crítica) que tornam históricas as mudanças temporais do passado. Em termos de teoria da história, pode-se resumir assim: *as mudanças do passado só se tornam históricas enquanto evoluções*.

Direcionamentos das mudanças temporais. Como é possível caracterizar tal direcionamento no âmbito da antropologia histórica aqui esboçada?

Toda e qualquer oposição, antropologicamente fundamental e universal, na organização da vida humana, exige uma determinação de sentido que a faça ir além de sua respectiva situação dada. Somente com tal determinação de sentido os homens conseguem aguentar a tensão das oposições, estar contentes, ser até (mesmo se apenas parcialmente) felizes. Esse direcionamento temporal pode ser caracterizado, para toda forma de manejo significativo das dicotomias da vida prática, como segue:

- Na oposição entre natureza e cultura é necessário alcançar um equilíbrio entre a apropriação e a preservação dos recursos naturais. A representação desse equilíbrio – que naturalmente não tem de ser estática, mas pode sem dúvida evoluir dinamicamente – deve estabelecer um ponto médio entre as oposições, no qual elas se superam numa unidade supraordenada. Nessa representação, natureza e cultura são sintetizadas (por exemplo, na representação de uma “natureza generosa” ou da responsabilidade ecológica do homem). Em sua forma temporalizada, essa representação imprime direcionamento à mudança histórica. Isso não implica necessariamente em uma teleologia interna, mas é antes uma hipótese acerca do significado histórico – significado este que não pode ser catapultado para além da experiência, mas tem de levá-la em conta para tornar-se plausível.
- Na oposição entre o acima e o abaixo deve-se dispor de um critério de aceitação – o critério da legitimidade da diferença social. O conceito que corresponde a essa legitimidade é o de justiça. Não há forma de vida humana, seja lá onde for e sob que condições, sem tal critério de legitimidade. Considerada a extensão deste critério no tempo, tem-se um direcionamento que torna históricas as mudanças temporais.
- A tensão entre centro e periferia engendra-se nas relações altamente conflituosas entre distintas comunidades, povos, estados, culturas, e mesmo locais e regiões. Se não se quiser confinar essa tensão no estado natural da guerra de todos contra todos, ou seja, se não se quiser promover o estado de guerra à normalidade, necessita-se de um critério de compensação, de negociabilidade das oposições, de troca e de reconhecimento. As inúmeras formas do direito dos estrangeiros são um exemplo disso. A transformação do inimigo em hóspede, como expressivamente formulado na palavra latina “*hostis*”¹¹¹, aparece como uma relação garantidora da sobrevivência das diversas comunidades. Essas comunidades

111 Há em latim duas palavras para designar hóspede: *hospes*, *hospitis*; *hostis*, *hostis*. Remete ao sentido de alteridade, estranheza, inimizade (derivando tanto para hóspede como para hostil). (N.T.)

podem viver em paz ou em atrito, mas garantem assim a sobrevivência na convivência. O respectivo direcionamento histórico seria a tendência de passar de um monocentrismo na perspectiva espacial da vida para seu desdobramento policêntrico. Essa tendência é formulada por Kant, em termos tão característicos da modernidade, na representação de uma “paz perpétua”. Tudo isso não é uma mera retroprojeção – são prova do contrário as inúmeras utopias nas formas pré-modernas de vida¹¹².

- A tensão entre o interno e o externo caracteriza as formas de vida como pertencimento e demarcação, como identidade pessoal e social. Ela se manifesta nos esforços e estratégias por reconhecimento da diferença.
- A tensão e oposição entre homem e mulher foram, por muito tempo, tomadas por naturalmente dadas e aceitas como tais. Elas precisaram sempre, contudo, de uma interpretação culturalmente legitimadora, na qual critérios fundamentais de reciprocidade desempenharam um papel decisivo¹¹³. Dessa relação de reciprocidade, antropológicamente universal, pode-se deduzir um direcionamento temporal à igualdade¹¹⁴. Também nesse particular se encontram, em tempos de definições patriarcais de gênero, tendências que apontam para além dessa desigualdade. No documento fundacional do cristianismo, o Novo Testamento, por exemplo, já está estipulado que a diferença de gênero é irrelevante perante a igualdade de todos os seres humanos na fé religiosa em Cristo, o “filho do homem”.
- A tensão entre o idoso e o jovem é interpretada, de forma útil à vida, mediante o critério do cuidado mútuo (obviamente em decalagem temporal). Estabelece-se assim uma empatia intra-humana duradoura, que firma um direcionamento temporal universal.
- A tensão entre poder e impotência exige, para que possa ser vivida, critérios de legitimação mutuamente aceitos. Nessa relação mútua encontra-se o direcionamento temporal à reciprocidade política.
- As oposições entre agir e sofrer se realizam, na efetivação da vida humana, como transformação da experiência do sofrimento em chances de agir. A poderosa busca de felicidade, presente nessa transformação, supera ininterruptamente as condições dadas, nas quais e sob as quais se

112 Ver, para uma visão de conjunto, RÜSEN, J.; FEHR, M.; RIEGER, T. W. (Ed.). *Thinking Utopia*.

113 MÜLLER, K. E. *Die bessere und die schlechtere Hälfte*.

114 Ver a obra exemplar de LENZ, I. *Differenzen der Humanität: die Perspektive der Geschlechterforschung*, p. 373-405.

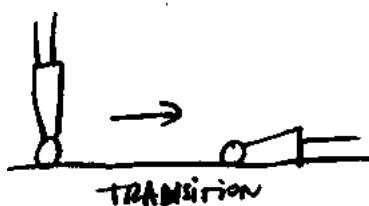
age. Essa busca está amiúde revestida de qualidades transcendentes, que podem ser interpretadas como direcionamento das mudanças temporais (“evoluções”).

- A tensão entre ter de morrer e poder matar pode ser entendida como umas das configurações específicas da oposição entre agir e sofrer. Ela é suportável quando enquadrada em uma representação da vida, na qual esta é especialmente valorizada e na qual matar outrem é submetido a limites estritos. O direcionamento temporal dessa representação do valor da vida se impõe quando ela é universalizada, ou seja, quando deixa de ser restrita à forma própria de vida.
- A oposição entre amigo e inimigo exige critérios de paz, se a vontade de viver de todos os participes não deve ser confinada a uma luta ou guerra imposta pela natureza. Como existe um questionamento contínuo desse confinamento da vontade de viver de todos os participes, o direcionamento temporal da regulação política dessa oposição se refere aqui à garantia de paz (que também pode ser entendida, com Kant, como “paz perpétua”).
- A tensão entre senhor e escravo exige, para poder ser vivida, critérios de compensação social, que podem ser refinados no direcionamento à igualdade.
- A oposição entre pobre e rico torna-se vivível sob a égide da ideia de uma distribuição justa dos bens econômicos. O critério de sentido que está à base desse entendimento é o de adequação. O direcionamento temporal dele decorrente é o da compensação de acordo com critérios de justiça social.
- A oposição entre individualidade e sociabilidade aparece, enquanto constituidora de sentido, em uma representação da subjetividade humana que estabeleça o relacionamento intra-humano com base no princípio do reconhecimento mútuo e se deixe regular por ele. Essa representação também pode ser concebida como uma perspectiva abrangente da evolução histórica.
- A tensão entre fatores conscientes e inconscientes da conformação da vida humana exige uma relação equilibrada da subjetividade consigo mesma. Ela requer uma coerência interna dos impulsos e a formação de uma subjetividade que corresponda a ela e a sublime, capacitando o homem a ser sujeito de empatia, justiça e reconhecimento. A mobilidade temporal da vida humana adquire, com esse domínio, o direcionamento a uma configuração da subjetividade humana que lhe corresponda.

- A tensão entre imanência e transcendência quanto ao mundo, na interpretação do homem e do mundo, é transformada em uma representação supraordenada da ordem do mundo e, dessarte, feita vivível. Os critérios decisivos para tanto podem ser entendidos como temporalmente direcionados, já que vão além do horizonte de experiência das ordens dadas do mundo, ao recorrer à finalidade de um ordenamento ótimo.
- A tensão entre humano e não humano na percepção e interpretação das condições determinantes da existência humana aparece na representação do ser humano dos homens, que têm de viver sob condições não humanas. Nessa tensão, o princípio da autotranscendência desempenha um papel fundamental. Essa autotranscendência pode ser interpretada como direcionamento temporal.
- Enfim, a tensão entre o bem e o mal exige da organização da vida humana o estabelecimento de regulações morais e éticas, nas quais o critério da reciprocidade desempenha um papel decisivo. Com esse critério, a orientação cultural da vida humana se configura, por princípio (e vista a partir da perspectiva do hoje), temporalmente. Supera a oposição dada entre os homens, a "sociabilidade associável" (Kant) que marca o lidar com os outros e consigo próprio. Ela se opõe, contrafatualmente, a uma configuração do mundo humano em que o bem triunfa sobre o mal. Os critérios contrafatuais, indispensáveis à vida, conferem à ética e à moral um direcionamento a algo diverso do que é meramente dado, e tal direcionamento pode ser interpretado temporalmente.

Essa diversidade temporal do direcionamento da constituição cultural de sentido, com a qual o homem torna vivíveis as condições contraditórias de sua vida, não é uma mera construção *a posteriori*. Ela já está presente nos produtos culturais próprios a superar as tensões, na medida em que ultrapassem o horizonte das circunstâncias dadas da vida, ou seja, que tenham por mais importante outro tempo do que aquele em que o homem se encontre. Com seu pensamento histórico, o presente reivindica para si esse outro tempo, tal como foi projetado no passado.

Essa conexão temporal está fundada na correlação intergeracional entre passado e presente. O passado sempre é mediado com o presente de modo intergeracional. Nessa mediação estão sempre inseridas as constituições culturais de sentido do passado – quanto



carentes de explicitação. Por certo, elas têm de ser apreendidas intencional e reflexivamente (e naturalmente não de modo a crítico). Esse processo da constituição de sentido, que se torna então genuinamente *histórico*, efetiva a possibilidade prévia de dirigir-se temporalmente ao presente.

Evolução como sentido histórico. O superávit de sentido de que o homem dispõe, ao lidar com a superação das condições prévias da vida, há muito não era articulado no âmbito da categoria de tempo, tal como ocorre na cultura moderna. Esse superávit aparece sempre na forma de uma clara representação de tempos diferentes. Exemplo disso é a distinção entre o “tempo originário” da instituição mítica de sentido das formas arcaicas de vida, de um lado, e, de outro, a dimensão temporal imanente à vida cotidiana. Pode-se igualmente pensar nas representações utópicas, escatológicas, apocalípticas de tempo, dentre outras, cujo sentido se contrapõe ao tempo real vivido na vida humana prática, no dia a dia¹¹⁵. A constituição histórica de sentido do presente pode conectar-se com esse “outro” tempo. Esse tempo precede o presente, na forma de uma poderosa tradição e nos elementos culturais prévios do pensamento histórico. Não está obviamente determinado previamente como se pode e se deve lidar com ele. Esse manejo se regula de acordo com os critérios próprios de sentido, determinantes do pensamento histórico do presente (por exemplo: da assimetria entre o horizonte de experiência do passado e o horizonte de expectativa do futuro). Esse “sentido próprio” do presente é importante, em particular com respeito à racionalidade metódica do pensamento histórico na instituição “ciência”. Essa racionalidade deve ser incluída na fundamentação do pensamento histórico pela filosofia da ciência, tanto na dimensão de sua relação com a experiência como no ordenamento categorial do campo da experiência. De outra maneira ficaria solta no ar, e a ciência romperia com as fontes essenciais de sentido para seu trabalho cognitivo.

Humanização como integração das evoluções. Com todas essas determinações direcionadoras na mobilidade temporal das formas humanas de vida, a fundamentação antropológica do pensamento histórico, no plano categorial, toma inicialmente uma forma *histórica*: as mudanças tornam-se evoluções direcionadas. A antropologia se torna uma filosofia da história.

Em sua configuração material, essa filosofia da história explicita as determinações direcionadoras encontradas nas mudanças temporais do mundo humano. Ela sistematiza essas determinações e as ordena de

115 Ver, a esse propósito, RÜSEN, J. *Die Kultur der Zeit*, p. 23-53.

acordo com os critérios hierárquicos de suas relações mútuas e de seu entretecimento interno. Equilíbrio, justiça, policentrismo, paz, igualdade, cuidado, legitimidade, felicidade, "boa" vida, compensação social, reconhecimento, subjetividade coerente, autotranscendência, moralidade – como organizar harmonicamente essas determinações direcionadoras na mudança temporal do mundo humano? Como sistematizar suas relações? O critério determinante para tanto está claro: trata-se sempre de tornar vivíveis, ou seja, humanas, as relações de tensão existentes no condicionamento da vida humana. *Humanidade*¹¹⁶, na extensão temporal intergeracional das formas de vida, é o critério superior segundo o qual o campo histórico da experiência é apreendido (melhor dizendo: pode ser apreendido) materialmente pela filosofia da história.

Isso verdadeiramente não quer dizer, contudo, que, por força dos fundamentos categoriais do pensamento histórico do passado, tudo tenha ocorrido sempre humanamente. Uma qualidade normativa do critério superior do ordenamento histórico do passado desse tipo distorce-ria (mesmo com a melhor das intenções) a visão "do que efetivamente ocorreu". Para evitar uma camuflagem humanística, importa argumentar de modo mais diferenciado.

Para começar, deve-se saber que o passado é humano na medida em que se trata do agir e do sofrer dos homens sob condições não humanas. Como o agir e o sofrer lidam (têm de lidar) com essas condições de modo a fazer sentido, eles impregnam as formas de vida com determinações humanísticas de tipo normativo. O presente pode vê-las como direcionadas a si. À luz dessa normatividade direcionada pode-se, e mesmo deve-se, falar de desumanidade, quando se trata de entender historicamente formas concretas de vida e suas mudanças. Uma consideração desse tipo suprimiria o recalque tradicional do sofrimento pelo pensamento histórico. O olhar histórico se tornaria mais realista do que jamais foi. A humanidade, como critério superior de sentido, inspira um modo peculiar de considerar a experiência do passado, que segue esse critério: seria necessário poder mostrar como as coisas deveriam ter efetivamente ocorrido¹¹⁷.

116 O autor utiliza o termo alemão *Menschlichkeit*. A tradução dessa palavra em português é *humanidade*, enquanto qualidade do modo humano de ser. Humanidade designa também o conjunto dos homens (o gênero humano), que em alemão se diz *Menzlichkeit*. (N.T.)

117 Walter Benjamin agravou esse realismo na forma de uma determinação catastrófica do processo histórico do tempo e encolheu sua significância a alguns poucos momentos contingentes. Ele desqualificou a categoria de evolução como parte dessa catástrofe fundamental do histórico e expulsou seu conteúdo significativo para além de um "messianismo fraco". Com efeito, esse sentido é fraco, tão fraco que não pode sustentar um pensamento genuinamente histórico, que leve em conta

7. Aproximações do todo III: a abertura do campo da interpretação

Filosofia material da história versus filosofia formal da história? Ao voltar-se para o campo interpretativo do pensamento histórico, a filosofia da história abstrai do que aconteceu no passado. Ela se concentra nos critérios determinantes da interpretação histórica desses acontecimentos. Ela se torna, assim, uma *filosofia formal da história*. Enquanto teoria do conhecimento do pensamento histórico, ela possui uma rica tradição por trás de si, da qual são notáveis exemplos os nomes de Rickert¹¹⁸, Dilthey¹¹⁹, Simmel¹²⁰, Danto¹²¹ e Ricoeur¹²². Ela se desenvolveu em postura crítica contra uma assim chamada filosofia *material* da história, e elaborou uma lógica própria. Com essa lógica, contudo, ela colocou o pensamento histórico diante de um dilema: as razões determinantes desse pensamento já não se mediariam devidamente com a experiência histórica. Pelo contrário: elas são postas além do que sobressai do passado nas formas culturais da vida contemporânea. Heinrich Rickert, por exemplo, separa totalmente a esfera da experiência da esfera dos valores, que determina e caracteriza como histórico o trabalho feito com os vestígios da experiência passada. Max Weber formulou essa esquizofrenia da filosofia gnosiológica da história com palavras fortes: ela chama as ciências da cultura, com boa razão, de “ciências da realidade”, mas considera meras construções as formas cognitivas determinantes do pensamento histórico. Ela utiliza a imagem marcante do projetor de ideias valorativas, que conferem sentido histórico ao passado e iluminam o obscuro fluxo caótico dos acontecimentos no passado¹²³.

As reflexões que seguem tentam superar essa clivagem entre sujeito e objeto do pensamento histórico. Elas tencionam deter-se na conexão interna entre ambos, sem ignorar a sua diferença. Não se trata, pois,

cognitivamente o todo temporal da cultura humana (BENJAMIN, W. *Über den Begriff der Geschichte*, v. I.2, p. 691-704). Adorno acompanhou Benjamin. Não se pode extrair de sua *Dialética Negativa* qualquer filosofia da história que fosse capaz de produzir o resultado categorial exigido pelo pensamento histórico (ADORNO, T. W. *Negative Dialektik*).

118 RICKERT, H. *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*; RICKERT, H. *Die Probleme der Geschichtsbilosophie*.

119 DILTHEY, W. *Einleitung in die Geisteswissenschaften*.

120 SIMMEL, G. *Die Probleme der Geschichtsbilosophie*.

121 DANTO, A. *Analytische Philosophie der Geschichte*.

122 RICOEUR, P. *Zeit und Erzählung*.

123 “Das Licht, welches jene höchsten Wertideen spenden, fällt jeweilig auf einen stets wechselnden endlichen Teil des ungeheuren chaotischen Stromes von Geschehnissen, der sich durch die Zeit dahin wälzt.” (WEBER, M. *Die “Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*, p. 213 et seq.).

de produzir uma filosofia formal da história como alternativa à material. Pelo contrário, o objetivo é enfatizar a dependência mútua de ambas as formas de pensar no plano categorial do pensamento histórico.

O direcionamento temporal do acontecimento. O direcionamento temporal do acontecimento do passado com relação ao presente não é dado previamente de modo suficiente, mas apenas como superávit quanto ao que foi presente no respectivo passado anterior. O estabelecimento da relação com o presente em que vivem os intérpretes tem de se dar a partir desse mesmo presente. É exatamente isso que a filosofia formal da história reflete. Ela expõe os critérios segundo os quais os elementos prévios do passado são apreendidos pela constituição histórica de sentido no presente e, somente então, transmutados em sentido histórico.

Essa conexão interna entre matéria e forma é concebida, filosoficamente, como representação do fluxo do tempo, que conecta passado, presente e futuro e torna assim possível o pensamento histórico. A filosofia formal da história adquire pois o direito de dar forma à "materialidade" do formatável. Os acontecimentos do passado não são dados sem sentido, não são "meros" fatos ("lixo", disse deles Egon Flaig)¹²⁴, mas trazem em si os vestígios da constituição de sentido que os homens de antanho tiveram de produzir para poder viver.

A representação do fluxo do tempo não é pensável sem uma filosofia material da história. Mas ela não se esgota nessa dimensão da filosofia da história. Precisa ser compatível com a experiência, mesmo que não decorra inteiramente dos acontecimentos do passado, empírica e previamente dados. Ela tem de atribuir, ao superávit de sentido nas formas da vida do passado, o direcionamento temporal ao presente e ao futuro – pelo que é, nesse sentido, "construção". Ela tampouco pode ser inteiramente encontrada nos elementos prévios de sentido do passado ou deles deduzida. Nessa medida ela se insere na dimensão da filosofia formal da história e articula as duas dimensões em um todo coerente.

Os princípios da construção interpretativa. A filosofia formal da história pergunta, pois, pelos princípios de tal "construção" interpretativa. Que princípios são esses? A forma determinante do pensamento histórico é a de uma história, de uma narrativa. Trata-se, por conseguinte, de *princípios que produzem o sentido histórico de um passado, tornado presente pela narrativa e tornado manifesto pela apresentação, no e mediante o tipo do narrar*. Isso se dá quando os acontecimentos do passado são articulados ao longo de uma

124 FLAIG, E. *Versieben und Vergleichen*, p. 262-287; cit. p. 277.

linha do tempo e quando essa “sequência temporal” dos acontecimentos é posta na forma de uma história coerente. Em seu significado categorial para a forma (narrativa), a representação dessa linha do tempo tem de ser concebida como um princípio estruturante e aplicada à apresentação.

A filosofia formal da história é uma teoria dos princípios fundamentais da constituição narrativa de sentido no contexto histórico específico do passado com o presente e de sua projeção ao futuro. Ela inclui tradicionalmente o campo interpretativo do pensamento histórico, sob a forma de uma teoria desse conhecimento, e mais recentemente, porém, como teoria da forma narrativa do conhecimento histórico. A filosofia formal da história tornou-se uma *teoria da narrativa histórica*.

Com isso, demonstra-se que o modo do significado histórico (ou ainda: de atribuir historicamente significado) – que funciona até hoje – preenche um pressuposto necessário da compreensão dos resultados e dos limites do pensamento histórico. A teoria da narratividade tornou-se parte indispensável da teoria da história. Essa teoria não resolve, contudo, o problema suscitado pelos fundamentos categoriais do pensamento histórico. Ela tampouco informa o bastante acerca do que sejam os critérios determinantes da interpretação (formatada narrativamente) dos acontecimentos articulados do passado, chamados “história”. A mera forma do pensamento histórico nada diz sobre seu conteúdo. Quando se trata de poder e dever interpretar como históricos os conteúdos dados no campo de experiência “história”, a filosofia formal da história – como teoria do conhecimento ou como teoria da narrativa – continua devendo uma resposta. A narrativa dá sentido ao tempo, mas os critérios determinantes disso não são dedutíveis apenas da forma narrativa.

A teoria da história exige, por conseguinte, uma filosofia da história que assuma esses critérios e que os explice como pressupostos categoriais dos resultados cognitivos da ciência da história. O *status* dessa filosofia da história necessita uma explicação própria. Essa filosofia pressupõe o esclarecimento, mediante a teoria da narrativa, da forma histórica de pensar¹²⁵ e se debruça sobre os princípios da interpretação histórica determinantes dessa (ainda melhor: nessa) forma de pensar. O que faz o sentido ser histórico? A teoria da história responde a essa pergunta ao transformar a filosofia material da história em uma moldura interpretativa que configura o narrar histórico. É o narrar que confere

125 Quanto a esse ponto, a obra de RICOEUR, *P. Zeit und Erzählung*, é paradigmática. Ela versa sobre o especificamente histórico, no entanto, como um problema à parte e apenas sugere um esboço da correspondente teoria da narrativa historiográfica. Ricoeur não aborda o resultado cognitivo específico da ciência da história.

ao narrado um quadro de significância, produzindo assim o construto de sentido de uma história. A filosofia formal da história, como teoria dessa moldura interpretativa, evoluiu sem rupturas para uma teoria da historiografia. A teoria da historiografia (“Tópica”)¹²⁶ investiga as formas narrativas da constituição histórica de sentido e busca apreender conceitualmente o espaço de atuação dessas formas. A filosofia formal da história se pergunta, pois, pelos critérios de sentido determinantes da forma narrativa da constituição histórica de sentido.

A filosofia formal e a filosofia material da história estão conectadas. A filosofia tradicional (moderna) da história foi prejudicada, durante longo tempo, pelo desenvolvimento, entre suas configurações formal e material, de uma infeliz dialética entre objetivismo e subjetivismo. Essa filosofia se desenvolveu ao final do século XVIII e no início do século XIX como tentativa de ordenar, em perspectiva temporal, os acervos de conhecimento sobre o homem e seu mundo, que se acumulam – nas palavras de Schröder: fazer progredir de “agregado para sistema”¹²⁷. A filosofia da história apareceu aqui como um sistema de ordenamento de descobertas empíricas. Na sequência, a filosofia formal da história se desenvolveu como um sistema de ordenamento de interpretações de descobertas empíricas. Para a filosofia material da história, o conhecimento histórico era uma elaboração cognitiva de fatos temporais prévios. Isso chegou até mesmo à teoria do reflexo no âmbito da concepção marxista-leninista da história. A apreensão do caráter “material” da história fundamentou as pretensões de objetividade do conhecimento histórico. Esse conhecimento tinha de efetivar-se em consonância com o fato, ser consistente com ele, algo que, como acontecimento dotado de caráter histórico, o precede e sustenta.

A filosofia formal da história, diversamente, enfatizou o especificamente histórico nas operações cognitivas relacionadas a conteúdos empíricos (acontecimentos no passado), que os torna históricos justamente por essa relação. O decisivo no caráter histórico do conhecimento histórico era (na forma mais antiga, pré-narrativista) uma “relação valorativa” do sujeito cognoscente aos fatos objetivos de seu mundo¹²⁸. Não se falava mais, então, de um elemento valorativo prévio que determinasse o sentido da experiência histórica em sua interpretação. Esse subjetivismo foi exacerbado até a ideia de que o fenômeno “história” só surgiria pelas

126 Ver adiante p. 189 et seq.

127 SCHLÖDER, A. L. *Vorstellung einer Universalhistorie* (1772/73), p. 14 et seq. Kant adotou essa formulação: *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, § 408.

128 Ver, por exemplo, WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, p. 252 et seq.

operações subjetivas de constituição de sentido na narrativa. “Em si”, ou seja, como dado empírico, não haveria história alguma.

Essa oposição entre filosofia material da história, visando objetividade, e filosofia formal da história, visando subjetividade, se baseia em uma premissa gnosiológica que parte de uma clara distinção entre sujeito e objeto do conhecimento. Uma conexão prévia entre ambos é sempre deixada de lado, quando se trata de caracterizar e determinar o conhecimento apto à verdade como relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Com a predominância gnosiológica dessa premissa tal conexão perdeu-se também na filosofia da história.

Superação da clivagem gnosiológica entre sujeito e objeto. A clivagem gnosiológica entre sujeito e objeto tem de ser superada, a fim de escapar-se de tal impasse na filosofia da história. Isso acontece quando a filosofia material da história consegue identificar um elemento prévio de constituição de sentido no conhecimento histórico, com o qual a filosofia formal pode conectar-se. É exatamente isso que ocorre na filosofia da história apresentada no item anterior. A lista detalhada dos fundamentos antropológicos da forma humana de vida já fornece os critérios da interpretação histórica.

Além disso, como condição de possibilidade da história, a atividade humana de constituir sentido culturalmente desempenha um papel essencial na mobilidade temporal das circunstâncias da vida humana. Essa atividade é o ponto de ancoragem do pensamento da filosofia da história, quando se trata de explicar o caráter evolutivo dos movimentos temporais do mundo humano. Numa representação abrangente do fluxo do tempo, que articule todas as evoluções na unidade do mundo histórico da experiência, por fim, os processos temporais “materiais” do acontecer no passado passam a um novo âmbito interpretativo. Esse âmbito é suposto como relacionado à experiência, mas carece de explicitação e de realização cognitiva, que vão além dos limites da filosofia material da história. Elas se dão no campo da filosofia formal da história.

O entendimento dessa conexão, constitutiva para ambas as partes, entre o caráter material e o caráter formal do pensamento da filosofia da história, não é nova. Pelo contrário: nas primeiras versões da filosofia da história, essa conexão desempenha um papel importante. Para Kant, por exemplo, ela confere à filosofia da história um caráter “quiliástico”, tornando-a fator do processo mesmo da história real¹²⁹. Para Humboldt, é o próprio espírito humano que constitui o caráter histórico de seu

129 *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, § 404.

mundo e determina o conhecimento histórico desse caráter. Ele fala de uma “coincidência originária prévia entre sujeito e objeto”¹³⁰. No conhecimento histórico, o processo histórico ganha uma forma reflexiva. Sob essa forma, o conhecimento histórico torna-se um fator do próprio processo conhecido.

É justamente a essa figura do pensamento que se deve recorrer quando se quer superar a falsa oposição entre subjetivismo e objetivismo no pensamento histórico. Essa oposição não existe nos fundamentos antropológicos da temporalidade humana. Esses fundamentos são os mesmos para o passado interpretado e para o presente interpretante. Presente e passado compartilham as mesmas intenções, decisivas para a vida cultural, de dar conta das contradições e tensões que põem e mantêm em movimento essa temporalidade. Naturalmente, as constituições concretas de sentido variam muito conforme o tempo e o espaço, mas sua intenção básica, de organizar a vida “humanamente” ou “bem” (no sentido aristotélico), se mantém pelos tempos afora.

Essa comunidade entre passado e presente é a-histórica (melhor: pré-histórica); ela abstrai sistematicamente de qualquer configuração e de toda mudança que importe para o caráter histórico da experiência. No entanto, o recurso às condições de possibilidade, de uma história ou de um conhecimento histórico, não basta para lograr o que se quer saber, desse conhecimento, no âmbito de uma filosofia da história. O passo argumentativo decisivo tem de estar na temporalização da igualdade temporal entre passado e presente, no apreender a extensão de ambas as dimensões temporais, ou seja, no tempo das mudanças, no qual se situa o campo da experiência histórica apreendido categorialmente pela filosofia material da história.

O duplo arco temporal entre passado e presente. Nesse arco temporal aberto, o passado se conecta com o presente, com todas as diferenças e mudanças das formas da vida humana entre ontem e hoje, de dupla maneira: (a) por um lado, trata-se da forma de uma cadeia, estendida no tempo, de condições e condicionamentos (usualmente chamada de “cadeia causal”); o fluxo do tempo nessa cadeia inclui os potenciais de sentido do pensamento histórico, mas permanece externo a eles. Existe também, no entanto, (b) uma conexão interna entre os tempos, na qual esses potenciais de sentido se realizam e efetivam. Trata-se da transformação de orientações culturais efetivadas para além da sucessão das gerações. Com elas, o passado se transpõe para as interpretações produ-

130 HUMBOLDT, W. von. *Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers*, p. 596 et seq.

zidas no presente, ainda sem aparecer, em sua especificidade e distanciamento, enquanto passado, ou seja, enquanto tempo genuinamente "histórico". Essa transformação do sentido através dos tempos atua de modo mais claramente reconhecível nos processos psicológicos profundos, nos quais a subjetividade humana se constitui intergeracionalmente¹³¹.

Tais fluxos temporais significativos são condições necessárias para que as circunstâncias da vida atuais se orientem historicamente por recurso ao passado, a fim de dar conta, intelectualmente, da temporalidade das relações dessa vida. Os elementos prévios e objetivos de sentido sempre precisam ser convertidos subjetivamente. Nisso, passam por uma mudança fundamental: enquanto condicionamentos causais, são tácitos. São expressos apenas quando formulados nos discursos da orientação histórica. Ganham, assim, outra posição relativa, mais do que uma mera condição ou elemento prévio. Põem-se em movimento, tornam-se vivos e, com isso, tornam-se também, ao menos em princípio, mutáveis. O pensamento histórico não percorre essa cadeia da conexão interna e externa com o passado como uma simples marcha a ré. Certamente ele precisa olhar para trás e levar em consideração o direcionamento temporal da cronologia ao constituir sentido. Ele olha, na realidade, para a cadeia temporal que conecta o presente ao passado, sem necessariamente cobrir toda sua extensão. Antes, ele recorta determinados excertos, especialmente importantes no horizonte atual de problemas percebidos e considerados relevantes para a satisfação de carências de orientação. A cadeia temporal não é rompida, mas sequenciada. Ela é transposta para a consciência na forma de determinadas histórias. (Que essas histórias, por sua vez, estejam prefiguradas numa filosofia da história, na qual se apreenda a totalidade temporal do mundo humano, é outra questão).

Contextos de sentido. No entrelacimento objetivo do passado com o presente mantém-se os critérios de sentido do pensamento histórico, e isso de duas perspectivas:

(a) Digamo-lo mais uma vez: passado e presente fundem-se na configuração fundamental do trabalho interpretativo cultural da vida humana, com respeito às intenções de viabilizar a vida em meio às tensões e contradições, antropológicamente dadas, das condições da vida humana. Naturalmente, essas intenções tomam formas temporalmente específicas. Não obstante, o tempo posterior recorre inelutavelmente a um tempo anterior de maneira sempre de algum modo crítica com res-

131 Ver SCHNEIDER, C.; STILLKE, C.; LEINEWEBER, B. *Das Erbe der Napaia*. RÜSEN, J.; STRAUB, J. (Org.). *Die dunkle Spur der Vergangenheit*.

peito aos potenciais de sentido que lhe advenham ou sejam previamente trazidos do passado. O tempo está permanentemente relacionado ao passado, mas necessita ainda efetivar essa relação mediante interpretações próprias, ativas.

Para a *filosofia formal da história*, isso significa que a cultura humana, em suas diversas configurações temporais e espaciais, se dota de um indexador temporal, com o qual ela se relaciona com o presente, como se os homens do passado apenas antecipassem a interpretação deles feita pelo presente posterior.

(b) Inicialmente, tudo isso não passa de uma mera qualidade temporal formal das constituições passadas de sentido, com a qual estão disponíveis para ser trabalhadas na cultura do presente. Esse tempo formal, contudo, não está totalmente vazio de conteúdo, pois, em razão dos fundamentos antropológicos da vida humana, válidos em todos os tempos, ele se caracteriza por uma orientação estrutural, de tipo intencional, destinada a tornar possível viver em meio ao campo de tensões e contradições básicas. Essa configuração é explicitada, em pormenor, pela *filosofia material da história*. As intenções de tornar possível a vida são, por certo, extremamente diversas no tempo e no espaço. Em seu encadeamento temporal, no entanto, elas encerram em si uma significância histórica universal: trata-se da humanidade estendida ao longo da história universal. No fundo, história é história da humanidade. Enquanto processo evolutivo supraordenado, ela pode ser interpretada como uma ampla humanização do homem. Ela tem de ser pensada, por conseguinte, "humanamente" (em um sentido renovado, "humanisticamente")¹³².

O pensamento histórico aplica essa perspectiva histórica universal às circunstâncias concretas e sempre específicas da vida atual. A constituição histórica de sentido atual conecta-se, assim, com os elementos temporais prévios, que os esforços de humanização da cultura humana produziram, desperdiçaram ou negligenciaram. Isso é necessário, na medida em que esses elementos prévios são transpostos para o futuro (e, com isso, tendencialmente também para o presente) mediante a transcendência produzida nos significados culturais das circunstâncias da vida. Sem essa tradição não há história, muito embora história seja sempre mais do que a explicação da tradição.

Características das interpretações históricas. Com essa transposição, a interpretação produzida pelo pensamento histórico ganha um perfil

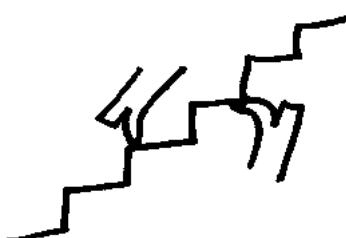
132 Desenvolvi um esboço dessa consideração humanística da história em RÜSEN, J. *Humanism: Anthropology – Axial Times – Modernities*.

cognitivo próprio. Esse perfil pode ser explicitado com as seguintes *características formais da narrativa histórica*¹³³:

(a) Todas as interpretações históricas são *retrospectivas*. No narrar, o passado é tornado presente, de modo que o “ser passado” não desapareça simplesmente e leve à perda da qualidade temporal do narrado. Pelo contrário: ele está presente na vivacidade de sua apresentação *enquanto* passado. É justamente nisso, nessa presentificação do passado, produzida narrativamente, que está o fascínio do histórico. A narrativa histórica confere ao presente, assim, uma profundidade temporal.

(b) Todas as interpretações históricas são *perspectivadas*. Elas não são meras reproduções do passado, mas dão-lhe uma moldura temporal, na qual ele se distingue do presente e, ao mesmo tempo, com ele se relaciona. A organização narrativa puxa o fio do tempo, ao longo do qual o acontecer do passado é presentificado narrativamente. Esse fio do tempo acompanha, naturalmente, a ordem cronológica dos processos temporais, o que não basta para caracterizá-lo. Com ele, é necessário extraír e destacar da massa dos acontecimentos uma sequência que possa ser sistematizada na unidade de uma história. Essa unidade emerge de um duplo movimento temporal: (1) ela provém do passado para o presente. Só é efetivamente presentificado pela narrativa o que de fato conduz ao presente, na medida em que pertença aos acontecimentos que formam as circunstâncias atuais da vida. (2) Simultaneamente, porém, a unidade de uma história é constituída por um movimento do presente em direção ao passado. Só é efetivamente presentificado pela narrativa o que conduza à autocompreensão do presente. Em outras palavras: só se aborda o que interessa, o que é tido por importante.

Direcionamentos temporais da perspectiva. Ambos direcionamentos temporais dependem intimamente um do outro. Se o interesse pelo passado passar ao largo daquilo que dele subsiste, no contexto real dos acontecimentos atuais, resulta em nada e malbarata a experiência histórica do acontecimento real, de que a história precisa para poder compreender-se no horizonte de sua temporalidade. Inversamente, o fato de o presente ser um resultado, de



133 Recorro aqui às considerações de FÜSSMANN, K. *Dimensionen der Geschichtsdarstellung*, p. 27-44, esp. p. 32-35.

ser-lhe próprio decorrer de acontecimentos passados, tem de ficar claro quando esses acontecimentos são narrados. A perspectiva narrativa da historiografia baseia-se também no condicionamento das circunstâncias atuais da vida pela evolução do passado. Uma perspectiva genuinamente histórica é uma síntese de ambos direcionamentos.

(c) Todas as interpretações históricas são *seletivas*. Isso decorre necessariamente de seu caráter perspectivista. Somente entram na representação narrativa aqueles acontecimentos que estejam afinados com a respectiva perspectiva. Toda narrativa é sempre também um calar-se. Todo acontecimento presente encobre outro acontecimento. Os critérios de importância são decisivos para a escolha do que será narrado. Convergem com eles tanto a pressão da experiência, com a qual o passado força o presente a elaborar suas interpretações (ou, eventualmente, o seduz a fazer isso), quanto o interesse do presente em um futuro vivível. O pensamento histórico encontra-se aqui com as aspirações, as esperanças e os medos que acompanham sempre a expectativa de futuro na interpretação do passado.

(d) Todas as interpretações históricas são *sequenciais*. Elas apresentam o passado sempre apenas como parte de um fluxo temporal abrangente, que articula passado, presente e futuro em um todo temporal. As histórias, entre seu início e seu fim, cobrem arcos de tempo que aparecem como parte de um fluxo temporal abrangente, e só podem ser entendidas assim. O tempo da história é sempre maior do que pode ser narrado. Antes de cada início já há sempre outra história. E cada final pode ser pensado como o início de uma nova história. A unidade do tempo só pode ser pensada, por intermédio da narrativa histórica, como uma multiplicidade de histórias. Isso impõe à historiografia a difícil tarefa de remeter à possibilidade de muitas outras histórias, em cada sequência específica, em cada história particular que narre. Essas muitas histórias, junto com a narrada, formam a unidade de um processo temporal abrangente, que vincula o presente ao passado, com vistas ao futuro.

(e) Cada interpretação histórica é *particular*. Ela só consegue recuperar a experiência do passado no âmbito, restrito por princípio, do sistema de relações de seu significado histórico. Como os homens não se submetem pura e simplesmente às condições e circunstâncias de sua vida, mas lidam com elas pelo agir e no sofrer, o passado sedimentado nessas condições e circunstâncias se configura sempre diversamente, de acordo com os impulsos e intenções seguidos pelo agir e pelo sofrer. É um fato antropológico básico, que os homens se relacionam de modo específico com seu mundo e consigo mesmos e têm de posicionar-se. Segue daí que

a transposição do passado sedimentado nessas circunstâncias para um saber histórico orientador se dá também de modo diversificado. Não existe, por conseguinte, a e única história a ser contada quando se quer saber em que mundo se vive. Há nesse mundo muitas histórias.

(f) Enfim, todas as interpretações históricas são *comunicativas*. Não se quer dizer com isso apenas que a narrativa é sempre um ato comunicativo, que se dá entre o narrador e seus destinatários. Diz-se mais. Diz-se que a narrativa mesma é constituída comunicativamente e se relaciona (direta ou indiretamente) com outras histórias. Ela leva adiante, modifica, rejeita, substitui, etc., histórias culturalmente prévias. Ela só pode ser entendida e adquirir sentido em tais relações.

(g) A interpretação histórica opera com um princípio especial de formatação, quando esteja sujeita ao entendimento de ciência próprio à ciência da história. A historiografia marca *argumentadamente* seu caráter comunicativo. Ela não é uma mera utilizadora de resultados de pesquisa. Ela remete a eles, refere-se expressamente a eles, toma parte ativa nos debates nos quais a pesquisa se efetiva. Isso ocorre de modo e em grau muito diferenciados, de acordo com a forma escolhida de apresentação. Uma monografia científica (por exemplo: uma tese) se define por uma participação intensa desse tipo, enquanto uma apresentação destinada a um público mais amplo coloca indicações e sugestões referentes ao conteúdo à frente de fundamentações discursivas. Essas escolhas, no entanto, são naturalmente fluidas.

Esquema das características das interpretações históricas

| | |
|----------------|---|
| Restrospectiva | O passado é presentificado enquanto passado |
| Perspectivista | O passado ganha uma moldura temporal mediante o fio condutor da narrativa |
| Seletiva | Narra-se segundo critérios de importância ou significado; todos os demais acontecimentos são deixados de lado |
| Sequencial | O tempo narrado aparece sempre como parte de um processo temporal abrangente |
| Particular | A história narrada é apenas uma dentre muitas outras (possíveis) e, por isso, não é exaustiva nem definitiva |
| Comunicativa | Toda história refere-se (implícita ou explicitamente) a outras histórias |
| Argumentativa | Histórias especificamente científicas referem-se a pesquisas como fundamento de sua pretensão de validade |

Uma síntese entre filosofia formal e material da história é necessária. A filosofia formal e a filosofia material da história relacionam-se de forma manifestamente tensa. Com sua indiscutível competência especializada, a ciência da história assumiu a pretensão de poder julgar, com fundamento empírico, sua “materia”, ou seja, o conteúdo do pensamento histórico. Questões filosóficas (ou categoriais) de princípio são exiladas para o campo da especulação e a relevância destas para o conhecimento histórico é questionada em seus próprios fundamentos. A filosofia reagiu a seu exílio do mundo da experiência histórica ao assumir a perspectiva formal. Sua explicação narrativista da peculiaridade do pensamento histórico domina hoje a reflexão sobre os princípios desse pensamento, cuja relação com a realidade se perdeu ao meio do caminho. A teoria da narrativa que, com seu estilo apodítico, à maneira de “pronunciamento”, ocupou o espaço da filosofia formal da história, chega até a deduzir o conteúdo da “história” do estilo mesmo da narrativa que se ocuparia do acontecimento real no passado. “Em si” não haveria história, apenas acontecimentos no passado, cujo caráter especificamente histórico surgiria apenas quando estes são revestidos pela representação narrativa¹³⁴.

Com tudo isso a tarefa de uma filosofia material da história parece encerrada. No entanto, ela permanece na agenda da teoria do pensamento histórico por força da questão referente ao que torna acontecimentos passados narráveis e a como estes se articulam com a experiência, sem cuja integração a narrativa histórica fica sem sentido.

Relativamente a essa terceira dimensão de tal pensamento, na qual se desenvolvem suas funções de orientação da vida prática, a diferença entre a apreensão material ou formal do campo histórico parece secundária, artificial mesmo. Nas orientações temporais, em que a vida humana acontece, de um jeito ou de outro, o passado, com o peso de sua concretude, sempre está presente; sempre é interpretado e influente. Conteúdo da experiência e forma da interpretação são aqui uma só coisa. Formam uma síntese prévia, que amiúde desaparece da consideração reflexiva do pensamento histórico. Essa síntese precisa ser objeto de uma análise mais acurada, pois somente assim fica claro que as duas formas de pensar não se opõem, mas são dois lados distintos da mesma moeda.

134 Um exemplo marcante: “História [...] surge somente mediante a estruturação narrativa do texto” (FULDA, D. *Strukturanalytische Hermeneutik*, p. 39-60, cit. p. 45).

8. Aproximações do todo IV: a abertura do campo de orientação

Para entender efetivamente o que é história, necessita-se mais do que apenas uma análise do conteúdo e da forma do pensamento histórico. É preciso levar sistematicamente em conta também sua função. Sem conhecer a “situação na vida”, própria ao pensamento histórico, não se consegue identificar suficientemente a especificidade do seu desempenho cultural. E ainda menos se conseguirá demarcar o espaço específico que a ciência da história ocupa na orientação cultural do presente respectivo. Indiscutivelmente, o pensamento histórico científico afastou-se das carências práticas de orientação de seu contexto político e social, para, nesse afastamento e a partir dele, defender e tornar plausíveis a expansão do saber histórico e suas pretensões específicas de validade. É igualmente indiscutível que a ciência da história está intimamente conectada a essas carências de orientação e não tem como ser entendida sem a relação que guarda com a sua contemporaneidade.

Ambas as situações – a proximidade e a distância quanto à orientação prática da vida humana – determinam o pensamento histórico em sua configuração científica. Sua distância sempre foi o ponto de partida para criticá-la como autossuficiente, intelectualmente estéril e alheia à vida. O exemplo mais evidente dessa crítica é a segunda consideração intempestiva de Friedrich Nietzsche, “Da utilidade e desvantagem da história para a vida”¹³⁵. Nos debates recentes sobre a orientação temporal da vida humana prática os temas “lembraça” e “memória” dominaram. Seu papel altamente relevante na cultura foi oposto à ciência da história, à qual não (mais) incumbiria essa tarefa de orientação, pois ela seria incompatível com as práticas de presentificação do pensamento metódico e com as pretensões de objetividade deste decorrente. Essa contraposição da lembrança viva e do conhecimento morto¹³⁶ não se mantém, quando se considera o condicionamento funcional do pensamento histórico em geral e sua configuração científica em particular.

Filosofia funcional ou prática da história: a teoria da formação histórica. Abre-se assim o espaço de reflexão de uma filosofia funcional ou prática da história, de uma pragmática do pensamento histórico. Ela sempre fez também parte das filosofias clássicas da história¹³⁷, sem nunca constituir

135 NIETZSCHE, F. *Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben* [1874], p. 243-334.

136 Ver, por exemplo, NORA, P. *Zwischen Geschichte und Gedächtnis*. Com toda clareza em FLAIG, E. *Verteilen und Vergleichen*, p. 262-287.

137 Por exemplo, em Kant, quando fala de “quilismo” da filosofia da história. Ele entende que a determinação final do processo universal de evolução da cultura humana é fomentada praticamente

um campo próprio da filosofia da história. Isso conduziu a uma subvalorização do significado fundamental que a “situação na vida” possui para o pensamento histórico. Se essa “situação” for tornada como um campo próprio da argumentação da filosofia da história, esta ganha um caráter particular perante as filosofias material e formal da história. Trata-se então de uma *teoria da cultura histórica* ou *teoria da orientação histórica*. Numa configuração especial, ela se apresenta como teoria da formação histórica.

Paradigmas de uma tal teoria da formação histórica podem ser encontrados junto à obra de pensadores da história como Humboldt e Herder, especialmente nas ideias de ambos sobre a formação do homem como processo de individualização da humanidade. Johann Gustav Droysen adotou essa teoria da formação ao tomar a “apresentação didática” como um tipo próprio, ou melhor, como o mais elevado tipo de historiografia, fazendo dela um elemento essencial na formatação do pensamento histórico especificamente científico¹³⁸. Na filosofia marxista da história, essa pragmática desempenhou um papel essencial. Ela concebia o pensamento histórico como a apreensão da legalidade inerente da evolução histórica. Com tal entendimento, conferiu ideologicamente aos protagonistas do agir político (o partido comunista) a autoconsciência de serem os agentes da evolução histórica real.

Um imperativo categórico do pensamento histórico. O direcionamento do pensamento histórico às determinações finalísticas do agir (sobre tudo político) pertence ao programa clássico do conhecimento histórico institucionalizado como disciplina acadêmica. Isso pode ser demonstrado sem maiores esforços nos representantes do historicismo. Vale não apenas para os historiadores reconhecidamente políticos, como Gerinus, Sybel, Treitschke e outros, mas igualmente para a configuração do historicismo clássico, que mantém, intencionalmente, certa distância da influência da política cotidiana sobre a orientação histórica. Esta posição é assumida por ninguém menos do que Leopold von Ranke¹³⁹. As premissas filosóficas de sua historiografia foram explicitadas por ele apenas esporadicamente. Embora a estrutura sistemática dessa historiografia seja plenamente demonstrável, tais premissas estão nela quase

pela explicação filosófica desse processo, ou seja, pela própria filosofia da história (*Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*, § 403).

138 DROYSEN, J. G. *Historik I*, ed. Leyh, p. 251 et seq.

139 Ranke viu essa orientação na conexão íntima entre conhecimento histórico e ação política. É “tarefa da história expor a essência do Estado a partir dos dados anteriores e conduzir a seu entendimento; a [tarefa] da política, contudo, é desenvolvê-lo e aperfeiçoá-lo mais, após o conhecimento adquirido e o entendimento alcançado.” (RANKE, L. von. *Über die Verwandtschaft und den Unterschied der Historie und der Politik*, p. 288 et seq.)

sempre implícitas. Encontra-se em Ranke, todavia, uma surpreendente afirmação, que aborda a filosofia prática da história, aqui tratada, como uma diretriz essencial de seu pensamento histórico: “Na condução das diversas nações e do indivíduo à ideia de humanidade e de cultura, o progresso é incondicional”¹⁴⁰.

Considero essa afirmação uma remissão frutuosa à maneira de conceber uma teoria da orientação histórica ou da cultura histórica. Ela encerra em si um princípio da razão prática do pensamento histórico. Pode-se deduzir dela um *imperativo categórico do pensamento histórico*, que vale ainda hoje. Com sua conhecida formulação, de que toda época se relaciona diretamente a Deus¹⁴¹, Ranke já imprimira ao imperativo categórico de Kant uma virada histórica. Basta recordar a formulação de Kant para esse imperativo: todo homem é sempre mais do que mero meio para os fins de outros homens; é sempre fim em si mesmo e tal condição é uma dignidade que lhe cabe irrestritamente, por princípio¹⁴². É dessa dignidade que fala Ranke (e, antes dele, sobretudo Herder) e, com ambos, o historicismo, como paradigma do pensamento histórico moderno, se refere ao homem, nas mais diversas formas históricas de vida, utilizando o princípio de que o valor de cada época reside “em sua existência mesma”. Com base nessa “dignidade dos tempos”, presente na diversidade e na diferença das culturas humanas, é possível interpretar como imperativo categórico o postulado rankeano de um progresso incondicionado para a ideia da humanidade. Pode-se entendê-lo como expressão da *razão prática histórica*: pensa historicamente de tal modo que a finalidade em si do homem (sua dignidade), se realize em cada forma de vida, e que essa forma de vida seja articulada, temporal e espacialmente, com todas as demais, em um contexto temporal abrangente, que apareça como orientação intelectual universal na relação ao futuro de todo e qualquer presente.

A “ideia da humanidade e da cultura” possui aqui um duplo sentido: um empírico e um normativo. Empiricamente, ela inclui o campo inteiro das mudanças temporais das formas humanas de vida. Normati-

140 RANKE, L. von. *Über die Epochen der neueren Geschichte*, p. 80.

141 “Toda época se relaciona diretamente com Deus, e seu valor não está do que dela decorra, mas em sua própria existência, em seu próprio ser. Com isso, a consideração da história, e da vida individual na história, ganha um atrativo especial, no qual, pois, cada época tem ser vista como algo válido em si mesmo, cuja consideração aparece como altamente meritória.” (RANKE, L. von. *Über die Epochen der neueren Geschichte*, p. 59 et seq.).

142 “Somente o homem, considerado como pessoa, isto é, como sujeito de uma razão prática-moral, se superpõe a qualquer coisa. Enquanto tal, o homem (*homo noumenon*) não é um mero meio para seus semelhantes, nem mesmo para seus próprios fins, mas deve ser exaltado como fim em si mesmo, ou seja: possui uma dignidade (um valor interno absoluto), por força da qual exige respeito de todos os outros seres racionais do mundo, com os quais se mede e se encontra em pé de igualdade” (KANT, I. *Metaphysik der Sitten*, § 93).

vamente, ela determina esse campo com o princípio regulativo da dignidade humana enquanto diretriz da compreensão histórica¹⁴³.

Filosofia da história como teoria da formação. Na teoria clássica da formação no humanismo alemão, a representação, pela filosofia da história, de uma humanidade temporalizada (como ideia de uma história universal), possui uma relação prática fundamental com a educação dos homens. Cada homem em particular deve formar-se como representante da humanidade, e todas as instituições educacionais devem organizar-se em função dessa finalidade superior da subjetividade humana ("personalidade"). Nessa concepção da formação o pensamento histórico (com sua relação substantiva à prática) desempenha um papel decisivo.

Essa filosofia prática da história da formação humanística foi criticada como sendo uma espécie de música de fundo da emancipação burguesa. Foi-lhe denegada a faculdade de inspirar os processos nos quais a cultura de uma sociedade moderna se desenvolve e mantém, ao longo da troca de gerações. Se for pensado, no entanto, que a dinâmica temporal das condições modernas da vida tem de ser articulada com as finalidades da vida em comum, que requerem adesão, uma filosofia da história continua necessária, na prática, enquanto teoria da formação. Sem ela, não se consegue direcionar para o futuro a vida prática atual. É nela que deve valer a articulação dinâmica entre presente e passado, de que a filosofia formal e a filosofia material da história tratam, cada qual à sua maneira.

Não é somente na evolução do indivíduo para a condição de sujeito, apto a agir no contexto das formas modernas de vida, que a filosofia da história desempenha um papel prático. Também em todos os demais contextos ela é requerida quando se trata de introduzir argumentadamente perspectivas abrangentes de futuro nos entendimentos dos diversos agentes (em conjunto ou em concorrência entre si). Nessa

143 Com essas formulações, vou decididamente além da autocompreensão de Ranke (mantendo, contudo, os critérios que Ranke, no contexto de sua época, só pode aplicar limitadamente). Para Ranke, o espaço de experiência do pensamento histórico restringe-se aos países ocidentais (incluída a pré-história egípcia). Hoje, isso (e não só isso) é naturalmente insustentável. No entanto, não há razão para considerar igualmente restrita a "ideia da humanidade e da cultura" de Ranke no plano da lógica de sua filosofia da história. O mesmo vale para suas implicações normativas. Elas são tributárias do mesmo humanismo moderno que Kant exprimiu com sua categoria da dignidade. Ranke deu a esse humanismo uma forma religiosa. Desvinculando-se de seu momento temporal o conteúdo material dessa forma, ter-se-ia o cerne humanista do pensamento histórico na origem de sua modernidade. Simultaneamente percebe-se o problema irresolvido da relação entre humanismo e religião. Nas condições de hoje, no âmbito do pensamento científico, só se pode atribuir à "dignidade do tempo" ("diretamente a Deus") um significado secular. É uma questão em aberto saber se pode ser esgotado, no horizonte semântico desse secularismo, o potencial de sentido com o qual se houveram o humanismo moderno e também o historicismo, com sua dependência histórica das tradições religiosas.

medida, toda filosofia da história é sempre política, em seu dimensionamento funcional¹⁴⁴.

Ciência como orientação? O que isso significa para o *status* da ciência na orientação histórica da vida social? Enquanto ciência, ela não se define como mera fornecedora de um saber politicamente oportuno (embora esteja continuamente confrontada com esse oportunismo e não raro se submeta a ele). A ciência da história possui um *status* peculiar como agente específica da orientação histórica, enquanto condiciona essa orientação a uma fundamentação racional. Para ser capaz de elaborar essa fundamentação, a ciência precisar traduzir a carência de orientação de seu contexto social em um interesse por conhecimento. “Conhecimento” implica, então, presentificar o passado já não mais pelos critérios de sua desejabilidade. Antes, a ciência deve apresentar-se – à luz de sua relação de princípio com o presente – na forma de um saber obtido metodicamente e garantido argumentadamente.

A conexão interna entre *filosofias material e formal da história*, de um lado, e *filosofia prática da história*, de outro, caracteriza-se por uma assimetria estrutural na relação entre conhecimento e ação. As determinações finalísticas do agir não podem ser concebidas, de modo suficiente, como passado historicamente presentificado, como “história pensada”. Nos processos reais da vida humana prática o futuro sempre se projeta para além do passado. No entanto, essa determinação futura fica subestimada sem uma indicação, historicamente fundamentada, de tal direcionamento.

Em que consiste, então, a determinação da função prática do pensamento histórico? Nos pontos de ruptura entre o passado e o presente, e entre o presente e o futuro, o tempo precisa ser nivelado pelo pensamento. Somente então se abre uma perspectiva de futuro, mediante a práxis do presente, a partir da experiência do passado. Nessa perspectiva são (podem ser) inseridas as determinações finalísticas do agir humano. Essa formulação é muito abstrata, mas abstrações são incutíveis na determinação categorial do pensamento histórico. Não obstante, as pontes temporais lançadas pelo agir humano precisam tocar problemas práticos reais, que necessitam ser igualmente enunciados. A realidade desses problemas reside no significado, para a vida prática, da representação do fluxo temporal elaborada pelo pensamento histórico. O ímpeto da experiência histórica é transferido para a dinâmica de um agir determinado por

144 Isso fica claro no uso do hifen entre “histórico” e “político” nas formulações como “formação histórico-política”, que pertence ao repertório da didática da história e da política (sem que esse contexto seja assim tão claro quanto muitos parecem supor).

fins. Essa transferência põe o agir diante de seus fins e intenções, torna-o consciente deles e entrega-os a ele. De acordo com o tipo da constituição histórica de sentido em questão, pode tratar-se de certezas tradicionais, de regras do agir baseadas na experiência, de projetos de mudança e, por fim, de distanciamento das imposições da experiência histórica.

Pensamento histórico e a questão da identidade. O direcionamento temporal da vida humana prática operado pelo pensamento histórico somente é eficaz quando *erraizado nas profundezas da subjetividade humana*. Trata-se aqui da temporalidade interna do homem enquanto indivíduo e enquanto membro de uma comunidade. Tudo o que já se foi tem de ser mediado com o que se gostaria de ser, de modo que se lance uma ponte temporal sustentável entre o passado e o futuro, na autopercepção e autointerpretação do sujeito. Usualmente, essa ponte é chamada de “identidade”¹⁴⁵. Esse conceito é altamente polêmico, embora remeta a um fato elementar da vida humana. Talvez fosse melhor falar de “ato de fazer”, em vez de “fato”. Trata-se de procedimentos mentais que têm de ser ativados quando é necessário responder à pergunta sobre quem sou eu (uma vez mais: como pessoa e como membro de uma comunidade). Essa pergunta é posta forçosamente quando se deve dar conta, sempre e sempre de novo, das experiências da contingência, com as quais a vida humana está permanentemente confrontada, em suas dimensões interna e externa. Que eu permaneça eu mesmo, ou que nós permaneçamos nós mesmos, ao longo das mudanças no tempo, com relação à configuração social da vida humana, nada tem de óbvio. Trata-se muito mais de uma atividade permanente do espírito humano, com respeito às circunstâncias culturais e às situações próprias à vida.

A questão da identidade é um dado elementar da cultura humana. Ela se põe e tem de ser respondida. O pensamento histórico é um meio essencial dessa resposta. A questão da coerência interna do indivíduo, de seu pertencimento a outros e de sua demarcação com relação aos outros, é formulada de modo distinto em tempos diversos. Atualmente, ela surge com força e intensidade no plano categorial do pensamento histórico, com relação à humanidade, diante da desumanidade experimentada e da humanização almejada. Identidade é uma questão de humanidade, pois, nas condições modernas da vida em meio ao processo de globalização, a humanidade se impõe inelutavelmente como grandeza de referência do pertencimento e da demarcação. Eu compartilho com todos os demais homens o meu “ser humano”, e sou, apesar disso, diferente deles. No

145 Ver adiante, p. 261 et seq.

vasto âmbito da tensão entre essa comunidade e essa diferença constituem-se as autoavaliações das pessoas, indispensáveis à vida, assim como os pertencimentos e as demarcações dos agrupamentos sociais.

A experiência histórica foi durante muito tempo mobilizada para atribuir valores positivos a essa autoavaliação e condição de pertencimento. Tais valores eram assumidos do próprio passado, adequando-os à determinação do agir. A alteridade dos outros, na óptica desses valores, aparece como deficiente. Os outros aparentariam possuir qualidade humana própria inferior, ou mesmo antagônica. Tal etnocentrismo é uma grandeza determinante da consciência histórica humana, dotado de significado básico e de eficácia¹⁴⁶. Enquanto grandeza determinante foi assumido pelas "narrativas mestras", que apresentam aos homens sua identidade cultural.

Fim das narrativas mestras? Na era da globalização, porém, as apresentações identitárias históricas, estruturadas etnocentricamente em sentido tradicional, tornaram-se amplamente problemáticas. Chegou-se mesmo a falar do fim das narrativas mestras, em meio ao excesso de autocrítica quanto à atribuição do paradigma de humanidade à própria cultura (do Ocidente)¹⁴⁷. Há para isso uma boa razão: na qualidade normativa das definições de si e da determinação dos outros, na qual a humanidade desempenha um papel essencial como grandeza normativa, predomina uma assimetria, da qual se engendra a desumanidade.

O fim da narrativa mestra, no entanto, não resolveria esse problema, pois não existe subjetividade humana sem coerência entre relação pessoal a si e o dimensionamento social da vida. Essa coerência necessita, entretanto, ser articulada (sempre também) narrativamente, com respeito a sua amplitude temporal. Na lógica do pensamento histórico, importa elaborar uma resposta à questão da identidade que lide com a desumanidade dos homens, tal como concretamente experimentada. Essa questão se põe, objetivamente, com respeito às experiências traumáticas da desumanidade humana, que ocorrem sob as condições correntes da vida. Eelco Runia cunhou para isso uma formulação marcante. Quem somos nós, para que isso possa ter ocorrido? (Who are we that this could have happened?)¹⁴⁸. Segundo o tipo de envolvimento nessa experiência histórica (como perpetrador, vítima, aproveitador, espectador, cúmplice, contemporâneo, opositor, etc.) a questão da identidade

146 Ver adiante, p. 266 et seq.

147 LYOTARD, J.-F. *Das postmoderne Wissen*, p. 14 et seq.

148 RUNIA, E. *Burying the dead, creating the past*, p. 313-325, cit. p. 317. Ver também adiante p. 275.

recebe respostas diferentes. Essas respostas nunca bastam a si mesmas. Elas estão sempre entrelaçadas no contexto atual de comunicação da humanidade, como fatos culturais de primeira ordem. Por esse motivo, tais respostas devem ser novamente debatidas, de modo comunicativo, com aqueles que na mesma conjuntura histórica assumiram posicionamentos diversos. Assim as próprias respostas são respondidas.

No plano lógico de uma *filosofia prática da história*, a questão da identidade é incontornável. Igualmente incontornável é o efeito causado por respostas que instauram uma relação assimétrica entre o próprio eu e os outros. Incontornáveis são também o caráter problemático dessas respostas e a necessidade de superar essa assimetria. Categorialmente, a humanidade representa uma chance dessa superação, ao ser entendida (humanisticamente) da seguinte maneira: por pura e simples força do seu *ser humano*, cada ser humano possui um valor intrínseco, que, em princípio, compartilha com todos os demais seres humanos. A diversidade e a diferenciação culturais, que aparecem necessariamente nos processos mentais da formação da identidade, devem ser pensadas dentro dessa comunidade, como sua própria manifestação. Para poder viver, qualquer um, como pessoa e como ser social, precisa haver-se com sua alteridade, com seu "ser outro". Deve, pois, haver-se com os outros de modo a tornar possível a vida em comum. Com efeito, é isso o "quiliasmo" da filosofia da história em sua configuração cosmopolita, de que falara Kant.

9. Interpretar em contexto: teorias históricas

As categorias históricas abrem os domínios da consciência histórica e abrangem o campo do pensamento histórico. Materialmente, esse campo permanece indeterminado. Seus fenômenos são cognoscíveis em sua qualidade de realidades históricas, mas sua ocorrência concreta e sua configuração não aparecem de forma imediata. (É por isso que a reflexão categorial não é assim tão frequente no trabalho cognitivo das historiadoras e dos historiadores profissionais). Para ser possível aproximar-se da forma concreta de ocorrência do passado (em sua historicidade apreendida categorialmente), é necessário um passo reflexivo, que traz a experiência histórica para mais perto. Trata-se do passo próprio à reflexão categorial em concepções teóricas da interpretação histórica.

A transição das reflexões muito genéricas e fundamentais acerca do que seja "história" para o trabalho concreto com fenômenos históricos é, naturalmente, fluida. Não obstante, é possível distinguir logicamente dimensões ou níveis da apreensão cognitiva do campo experiencial da

história. As *categorias* abrem o campo da experiência em geral, as *teorias* o ordenam por dentro. *Conceitos* permitem, enfim, reconhecer pormenores nessa ordem. Os três modos de pensar dependem intimamente um do outro, mas podem ser claramente distinguidos entre si.

Pensamento histórico – apto ou não à teoria? Afinal: o pensamento histórico é mesmo apto à teoria? O debate em torno dessa questão acompanha o pensamento histórico da Antiguidade até o presente. Aristóteles, por exemplo, afirmou que a poesia é “mais filosófica e significativa do que a historiografia”, pois

a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. O universal é o que tal categoria de homens diz ou faz em determinadas circunstâncias, segundo o verossímil ou o necessário. Outra não é a finalidade da poesia, embora dê nomes particulares aos indivíduos; o particular é o que Alcibiades fez ou o que lhe aconteceu¹⁴⁹.

A análise gnosiológica do pensamento histórico adotou e confirmou essa distinção. Contestou, por consequência, o *status teórico* das sentenças históricas. Quando se chegou à virada narrativista na teoria da história, considerou-se ser peculiar ao pensamento histórico seguir uma lógica totalmente diferente (notadamente a lógica da constituição de sentido mediante a narrativa) daquela seguida pelas ciências aptas à teorização. A meta gnosiológica dessas ciências é a conformidade dos fenômenos observáveis a leis gerais (com o efeito prático de sua controlabilidade técnica). Por atraente que possa ter sido adaptar a ciência da história a esse tipo de conhecimento, pouco sucesso teria a empreitada, por força do perfil particular dos fenômenos históricos e do pensamento histórico.

Da apreensão da estrutura narrativa do saber histórico decorre, necessariamente, que esse saber não é apto àquela teoria que repousa sobre regularidade (e, com isso, sobre o princípio da previsibilidade e da aplicabilidade técnica) ou sobre a matematizabilidade. Mas o que significa dizer que o pensamento histórico, por princípio, não seria apto à teoria? Será que a ciência da história teria de renunciar, em sua auto-compreensão, a uma característica essencial da científicidade? Isso só

¹⁴⁹ *Arte poética* IX, 3-4. Tradução: Paulo Costa Galvão. (N.T): Adotou-se a tradução de Galvão, em domínio público: <<http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Arte-Poetica/pdf/view>>, ao invés de traduzir da versão alemã, citada por Rüsen (edição bilíngue grego-alemão, de Olof Gigon. Stuttgart: Reclam, 1981).

ocorreria se, ao se falar de teoria, só se cogite daquele tipo de pensamento próprio às ciências que enunciam leis. Onde se chega, contudo, com essa declaração? Ela permite explicitar diferenças na configuração lógica das disciplinas científicas. Ao mesmo tempo, porém, tal definição de teoria obscurece a apreensão de que o pensamento histórico, em sua configuração científica, trabalha igualmente com generalizações e não se satisfaz com a mera presentificação narrativa de sequências temporais de eventos concretos isolados.

Ninguém duvida de que haja talas generalizações no pensamento histórico, nem de que a ciência da história não tenha como abrir mão delas. Isso pode ser exemplificado facilmente com o caso da periodização.

a) Do todo às partes: a periodização

Periodizações são passos reflexivos necessários ao ordenamento do campo experiencial da história como um todo. Elas dotam a experiência histórica de uma moldura temporal, tornando só assim especificamente históricos os acontecimentos do passado, em um nível muito genérico de pensamento. Como já disse mais de uma vez: os eventos do passado não são históricos só porque aconteceram. Eles se tornam históricos somente quando inseridos em um contexto temporal no qual o presente e o passado tanto se distinguem quanto mediam sua diferença. Periodizações enquadram a representação de tempo determinante do pensamento histórico, de modo que o acontecimento do passado ganhe significado específico para o entendimento do presente.

Periodizações conferem às circunstâncias atuais da vida uma dimensão histórica profunda e, com isso, uma perspectiva de longo alcance ao futuro. Periodizações não são simplesmente aprendidas dos acontecimentos do passado. Elas resultam de atribuições de significado a esses acontecimentos, decorrentes de uma articulação temporal ampla com o presente. Elas põem em perspectiva o “tornar-se histórico” das formas atuais de vida, sem o qual seriam impossíveis as perspectivas de futuro baseadas na experiência.

Aqui não é o lugar para se examinar em pormenor o problema da periodização no pensamento histórico. Basta expor que é como generalizações com caráter especificamente histórico são possíveis, necessárias mesmo, para levar adiante o negócio do conhecimento histórico. Tomemos dois exemplos: o da periodização da história da humanidade e o da periodização dos meios da constituição cultural de sentido.

Dois exemplos: pensar a humanidade e constituição cultural de sentido. O “ser humano” dos homens desempenha, em todas as formas de vida e em todos os tempos, um papel importante como fonte e ponto de referência das constituições culturais de sentido. A caracterização própria do ser humano, diante da natureza e das dimensões supra-humanas (transcendentais) do mundo, é antropologicamente universal¹⁵⁰. Daí decorre um critério para uma história universal da humanidade, na qual se trata da comunidade e da diferença das culturas¹⁵¹. Essa história universal pode ser periodizada de acordo com este critério: a quem e de que maneira é ou não é atribuída a característica de ser humano. Uma primeira época da evolução cultural da humanidade pode ser caracterizada como a que privilegia ou mesmo atribui a qualidade humana exclusivamente aos integrantes do próprio grupo. A humanidade é determinada e vivida particular e exclusivamente. A esta segue uma segunda época, na qual essa qualidade é universalizada, ou seja, em princípio é atribuída a todos os membros da espécie biológica, ainda que com uma distinção clara entre o seu próprio ser humano e o dos outros. Ao ser humano próprio atribui-se uma qualidade normativa superior; os outros, regra geral, são desvios negativos. A humanidade é determinada e vivida universal e exclusivamente. Segundo Karl Jaspers, o limiar dessa época pode ser caracterizado como um “tempo axial”¹⁵². A terceira época, que inclui o presente, caracteriza-se então pela superação dessa assimetria e por a qualidade humana tornar-se grandeza de referência da comunicação intercultural sob o critério do reconhecimento crítico. A humanidade é determinada e vivida universal e inclusivamente. O limiar dessa época pode ser pensado como o início da modernidade. No âmbito dessa periodização ela poderia ser concebida como um segundo tempo axial.

Uma periodização histórica universal na perspectiva da evolução do meio da comunicação cultural está clara. O historiador belga Albert D’Haenens a descreveu com um trinômio fortemente expressivo: “oralidade, escribalidade, eletronicalidade”¹⁵³. Essa diferença epocal é, com efeito, universal. Ela é aplicável a todos os fenômenos do mundo em que vivem os homens, pois tudo o que os homens fazem ou sofrem se dá em interação e comunicação com outros – e, para seu efeito sobre cada forma de vida, os respectivos meios são decisivos. Essa periodização, no

150 Ver ANTWEILER, C. *Mensch und Weltkultur*.

151 Ver RÜSEN, J. *Klassischer Humanismus: eine historische Ortsbestimmung*, p. 273-315.

152 JASPER, K. *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*; EISENSTADT, S. N. (Org.). *Kulturen der Achsenzeit*, partes I, II e III; ARNASON, J. P.; EISENSTADT, S. N.; WITTRICK, B. (Org.). *Axial Civilizations and World History*.

153 D’HAENENS, A. *Oralität, Schriftlichkeit, Elektronik*.

meu entender, é assim tão convincente porque pode ser verificada nas experiências do cotidiano. Com ela, é possível trabalhar o pensamento histórico universal, paradigmaticamente, já com crianças, no ensino escolar de história. Esse exemplo deixa claro que a sequência das épocas não significa a dissolução de uma na seguinte. Trata-se, antes, de uma transição, na qual a época anterior não desaparece, mas persiste, sob a prevalência da subsequente. Nessa medida, a oposição de tempos, baseada em periodizações, como no caso da difundida contraposição entre formas modernas e pré-modernas de vida, não é propriamente falsa, mas enganosa, pois negligencia a duração do antigo no novo (obviamente de maneira modificada). O assíncrono não se desfaz ao longo do tempo, mas se insere no seguinte, sendo, de certa maneira, tendencialmente sincrônico em cada presente.

Tais periodizações caracterizam longos espaços temporais do passado. Para proceder a maior diferenciação no interior deles, e para concretizá-los, necessita-se de meios cognitivos apropriados: as *teorias*. São elas que, mediante aproximações especificadoras, colocam em evidência estruturas e evoluções e as tornam cognoscíveis.

b) O que são teorias históricas?

Jürgen Kocka deu a essa pergunta uma resposta convincente: teorias históricas são “sistemas explícitos e consistentes de conceitos e categorias, que servem para apreender e explicar determinados fenômenos e fontes históricas, sem poder ser contudo suficientemente derivados das fontes”¹⁵⁴. Kocka enfatiza o caráter construtivo das teorias, mas também (indiretamente) sua relação à experiência. Com as teorias, como exposto acima, o próprio passado é fator do significado delas na interpretação posterior de sua correlação histórica com o presente. No plano da teoria da narrativa, as teorias históricas são enredos (*plots*) – isto é: estruturas atribuidoras de sentido – das narrativas históricas. Sua relação para com os pormenores narrados é a de uma teoria para com os dados empíricos. De um lado, isso quer dizer que as teorias históricas possuem seu fundamento no processo mesmo de narrar. De outro lado, porém, nem toda narrativa é assim tão “teórica” como aparece à abordagem científica. Teorias efetivas somente se tornam enredos quando explicitadas conceitualmente como tais e quando operáveis metodicamente. Com isso, ingressa no narrar um elemento cognitivo-construtivo. Ele possui

154 KOCKA, J. *Theorien in den Sozial- und Gesellschaftsgeschichte*, p. 9-42, cit. p. 9.

algo de particular e pertence às características do pensamento histórico especificamente científico.

Há muitos exemplos disso¹⁵⁵. Pode-se remeter ao período clássico do historicismo, com o ensaio de Ranke sobre "As grandes potências", que expõe sua concepção interpretativa da formação do estado moderno¹⁵⁶. O próprio Ranke não hesita em falar de "leis", sem atribuir com isso à forma das teorias nas ciências naturais um significado paradigmático para a ciência da história. Concepções teóricas semelhantes – igualmente com a conceituação da regularidade por leis – encontram-se em seu opositor Georg Gottfried Gervinus. Outros exemplos (mais recentes) apresentam a teoria dos ciclos agrários medievais. No período moderno, deve-se mencionar a teoria da modernização, nas suas mais diversas configurações, em especial sua capacidade de generalização e seu enrijecimento como teoria da globalização. É também possível demonstrar, na história da historiografia, que esta pode perfeitamente trabalhar, pertinentemente, com concepções teóricas¹⁵⁷.

Exemplos particularmente instrutivos da elaboração de uma teoria especificamente histórica podem ser encontrados na obra de Max Weber. Sua representação, por exemplo, dos "três tipos de dominação legítima", que possui implicações histórico-universais, pode ser empregada, com grande proveito cognitivo, na interpretação e compreensão das mais diversas formas de relação de dominação¹⁵⁸. Um exemplo bem recente é a *História Social dos Alemães* (*Deutsche Sozialgeschichte*), de Hans-Ulrich Wehler. A introdução a essa obra imponente explicita com clareza sua concepção interpretativa, isto é, teórica¹⁵⁹.

O problema teórico da comparação histórica. Comparações históricas apresentam um problema teórico particular. Comparar seguindo que parâmetros? Teríamos um etnocentrismo metodológico se for tomado um caso para medir outro. Precisa-se, antes, de parâmetro aplicável a ambos os casos, de forma que suas diferenças apareçam como manifestações específicas de um mesmo fenômeno mais geral. A necessidade de um parâmetro abrangente desse tipo é óbvia, quando se trata de

155 O tema da elaboração e do uso de teorias na ciência da história foi aprofundado por mim, para além das indicações sumárias feitas aqui, em RÜSEN, J. *Historische Orientierung*, p. 82-115.

156 RANKE, L. von. *Die grossen Mächte. Politisches Gespräch*.

157 Busquei demonstrá-lo a propósito da relação entre iluminismo e historicismo e a respeito dos problemas metodológicos da comparação intercultural: *Konfigurationen des Historismus*, p. 29-94 ("Do iluminismo ao historicismo – uma tese genético-estrutural"); *Geschichte im Kulturprozess*, p. 231-266 ("Aproximações teóricas da comparação intercultural").

158 Tem-se uma excelente demonstração desse emprego frutuoso na análise do tipo "dominação carismática" na obra coletiva NIPPEL, W. (Org.). *Virtuosen der Macht*.

159 WEHLER, H.-U. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*, v. 1, p. 6-31.

comparações interculturais. Tomou-se nesse ponto, por longo tempo, a evolução do Ocidente como medida, levando em consideração de modo restrito ou fragmentado o peso específico das evoluções não ocidentais com respeito ao modelo ocidental.

Encontrar um parâmetro comparativo que satisfaça em conjunto os casos comparados é um problema teórico de primeira ordem. É necessário, para tanto, desenvolver referências conceituais interpretativas que não contenham, desde o início, a especificidade da respectiva cultura. Quando se trata de macrocomparações interculturais, necessita-se então de uma explicação, em forma de teoria, dos universais antropológicos. Comparações mais específicas exigem construtos teóricos complexos, que analisam os diversos componentes dos fatos históricos abordados, desde a perspectiva de uma fundamentação antropológica dos elementos que lhes são comuns. Ademais, esses construtos tornam compreensíveis as particularidades enquanto constelações específicas de fatos. Isso pode ser demonstrado por meio da tipologia weberiana da dominação legítima, que em princípio abrange todas as formas de legitimação da dominação. Os três tipos ocorrem em configurações, ponderações e constelações muito diversas, em todas as formas de dominação do homem pelo homem. A forma historicamente específica pode ser identificada, a cada vez, como uma dessas configurações, ponderações ou constelações¹⁶⁰.

As comparações podem ser feitas sincrônica ou diacronicamente. Nas comparações diacrônicas, a medida é fornecida por processos evolutivos de tipo genérico, concebidos de forma teórica (por conseguinte, metodicamente aplicáveis). Nesse caso, evoluções particulares não devem ser incluídas de modo a determinar a medida. Isso torna difícil a construção de tal medida. Essas dificuldades podem ser resolvidas se for adotado como ponto de partida da construção de tal medida a dinâmica evolutiva geral dos processos históricos, elaborada com base nos universais antropológicos.

10. Entender a questão: conceitos históricos

Categorias e teorias exigem a linguagem dos conceitos claros. A caracterização empírica de fatos apreendidos categorialmente e interpretados teoricamente, no âmbito de um conhecimento que procede por pesquisa metódica, também não é possível sem conceitos. Mas o que são conceitos históricos? Com eles não se trata de abstrair a particularidade

160 WEBER, M. *Die drei Typen der legitimen Herrschaft*, p. 475-488.

dos acontecimentos do passado; pelo contrário, eles a devem colocar em evidência. Como é isso possível, se os conceitos têm de caracterizar os fatos através de todas as diferenças temporais e não podem exprimir a respectiva especificidade temporal?

Conceitos são designações linguísticas de estados de coisas (fatos), mediante as quais estes são distinguidos de outros estados de coisas. Conceitos *históricos* têm, por conseguinte, de dotar os referidos fatos do passado (eventos e complexos de eventos) com uma qualificação temporal que vá além de sua mera condição de acontecimento. Isso significa, pois, que os conceitos têm de ser enquadrados em teorias históricas para poder exprimir a temporalidade especificamente histórica dos fatos por eles referidos.

Está claro que os conceitos que nós utilizamos para referir conjuntos de fenômenos das condições atuais da vida não produzem essa qualificação temporal. Deveria estar igualmente claro que tampouco produzem as designações dadas pelos homens do passado aos fenômenos de sua forma própria de vida. A conceituação histórica se situa bem no meio desses dois polos. Ela os conecta com uma filigrana temporal que, por sua vez, conecta intelectualmente os fatos referidos com as configurações de tempos anteriores e posteriores. Temos então as construções narrativas.

O caráter construtivo dos *conceitos históricos* é descrito, usualmente, pela expressão "tipo ideal". O "típico" é o construtivo, ou seja, o resultado de um desempenho cognitivo por parte dos intérpretes. O "ideal" remete ao caráter especificamente histórico da configuração material particular do que é designado conceitualmente. Não é fácil descrever precisamente essa especificidade. Precisa-se, com efeito, realizar ambas as coisas: a relação empírica aos fenômenos do passado e a relação significante desse passado com o presente. Hoje em dia, essa relação é entendida, pelo presente, como atribuição unilateral de significado ao passado. Nisso negligenciam-se os pontos de referência, do passado, que se estendem até o presente. O sentido próprio da fala do passado é emudecido, ou melhor: submerso na fala significante do presente. Ora, trata-se de preservar ambas as falas, quanto ao "ideal", com o qual o presente relaciona a si o passado, e quanto à relação íntima das constituições passadas de sentido com o presente. Somente quanto ambas estão juntas é que se pode falar em "história" – como exposto anteriormente – enquanto evolução ou tempo ordenado, na dinâmica das condições da vida humana.

Tipos ideais. Nesta perspectiva, é necessário reinterpretar a definição weberiana dos conceitos históricos como tipos ideais. Segundo Weber, o tipo ideal, enquanto conceito histórico,

é obtido mediante a acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número, e mesmo faltar por completo, e que se ordenam pelos pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. Torna-se impossível encontrar esse quadro empiricamente na realidade, em sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. A atividade historiográfica defronta-se com a tarefa de determinar, em cada caso particular, a proximidade ou o afastamento entre a realidade e o quadro ideal [...]”¹⁶¹.

Temos aqui um desempenho cognitivo decisivo da compreensão do passado operado totalmente no presente. O passado tem de “ordenar-se”, o que soa quase ameaçadoramente, como se nada tivesse a dizer acerca de seu significado para o presente. Esse significado, por outro lado, não é extraído sem mais das manifestações empíricas do passado. Ele não pode ser obtido sem que se conheça a linguagem de sentido produzida pelas formas de vida, culturalmente determinadas outrora. Para usar a linguagem de Weber: o caráter “utópico” do significado histórico do passado só se torna verdadeiramente histórico quando se estabelecer, retrospectivamente, uma relação temporal interna dos elementos “utópicos” das constituições históricas de sentido (com as quais as respectivas formas de vida lidam com o aqui e agora de suas circunstâncias e condições concretas) com as interpretações produzidas no presente. Weber contrapõe a realidade dos eventos passados ao caráter “ideal” (construtivo) de seu significado presente. Ao transformar os dois em contradições, ele os compõe a um impasse. Ele já não consegue mais tornar plausível empiricamente o significado histórico do passado. (Aqui a ruptura gnosiológica entre sujeito e objeto tem consequências perversas, que ignora a interdependência da construção histórica e do ser construído historicamente).

Deve-se reter que tipos ideais são conceitos *narrativos*, que têm de seguir a lógica da relação narrativa entre passado e presente. (Max Weber chamou os tipos ideais de “genéticos”, com o que apontou para seu caráter narrativo; no entanto, ele tem diante de si a teoria neokantiana do conhecimento, que já separa significado e conteúdo, antes mesmo de olhar para sua dependência mútua).

A expressão “construção” não deve ser mal-entendida como construtivismo, pois na construção são assumidas as designações próprias do passado, enquanto elementos da assim chamada “linguagem das fontes”.

161 WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, p. 191. (N.T.): para as citações mais longas de Weber feitas pelo autor, adotou-se a tradução brasileira de Amélia e Gabriel Cohn (São Paulo: Ática, 2003, 7. ed.).

No entanto, está claro que a “linguagem das fontes” não basta para apresentar o significado histórico do que elas dizem, pois esse significado não pode ser pensado sem que se recorra ao que vem mais tarde, de que as fontes não podem, obviamente, ter conhecimento.

O papel da semântica histórica. Para elaborar tal linguagem conceitual reconstrutiva do conhecimento histórico, a história dos conceitos, ou mais genericamente, a *semântica histórica*, é indispensável. O conteúdo significativo dos conceitos históricos deve incluir a própria história desses conceitos. Por certo, a história dos conceitos também necessita de conceitos, o que põe forçosamente a questão de sua historicidade. Essa questão não pode ser respondida com a história dos conceitos da história dos conceitos, pois assim se cai em uma cadeia reflexiva ao infinito, que significa cada vez menos e acaba por desembocar em um nada semântico. Para evitar essa consequência, deve-se obter os conceitos da história dos conceitos a partir dos conceitos-chaves da interpretação do mundo atual, mediante o entendimento do que sua semântica absorveu de evoluções passadas. Essas evoluções devem ser, por sua vez, flexibilizadas no trabalho metódico de reconstrução. O ponto de partida está, por conseguinte, no presente, e o passado “e-volui” dele para tornar-se a evolução em direção a ele.

Funções dos conceitos históricos. Conceitos históricos são construídos narrativos, elaborados e empregados em função da racionalidade metódica do conhecimento histórico. Eles possuem, pois, primariamente, uma função cognitiva. O conhecimento histórico se apresenta, todavia, historiograficamente, ou seja, desenvolve-se em apresentações nas quais fatores não cognitivos ou pré-cognitivos de constituição de sentido desempenham um papel essencial. A historiografia media conhecimento histórico. Para o poder fazer, transcende a dimensão cognitiva do saber histórico e passa às dimensões estética e retórica da apresentação histórica. O que acontece, então, com esses conceitos? Naturalmente eles não desaparecem, mas se tornam elementos de um duto narrativo, que transpõe a interpretação do passado para a vivacidade de sua apresentação. Essa vivacidade encontra, assim também, sua expressão linguística. Nessa expressão os conceitos ganham uma significância que alcança além dos limites do cognitivo.

Poder-se-ia falar de um “retorno” da linguagem histórica à vivacidade da história, antes da fixação conceitual que se dá na cultura histórica do respectivo presente. As construções conceituais do conhecimento histórico se dão sempre a partir do que já está construído – são, pois, dependentes de elementos de sentido previamente dados. Esses elementos prévios são rationalizados, construtivamente, pelo processo

cognitivo e seus procedimentos metódicos. A historiografia ainda faz valer os elementos narrativos não cognitivos (estéticos, imaginativos e retóricos), atuantes nos elementos prévios de sentido. Por certo eles atuam constantemente no processo do conhecimento, mas não explicitamente nos procedimentos cognitivos. Eles aparecem então na escrita, na apresentação. Somente então o processo do conhecimento se completa.

O que se ganhou afinal com todo o esforço da construção cognitiva? No processo do conhecimento, os elementos prévios, não cognitivos, do sentido histórico, não são meramente reproduzidos, mas sim modificados, por assim dizer "corroborados" pela blindagem da pesquisa metódica. O sentido histórico aumenta, assim, sua racionalidade explicativa. Poder-se-ia falar de um ganho de orientação pelo incremento da argumentação intersubjetiva.

Isso tudo pode ser demonstrado em pormenor quando o pensamento histórico é remetido aos processos da lembrança e às estruturas da memória e é distinguido de ambos¹⁶². Pelo pensamento, a lembrança é tanto ratificada quanto modificada e mesmo criticada pela análise crítica. Isso só pode vir a ser lamentado como perda de sentido, quando se creia dever renunciar ao entendimento para conferir ao passado a honra de ser atuante na cultura do presente.

O construto conceitual do conhecimento histórico. A linguagem do conhecimento histórico não pode ser pensada sem o elemento da conceituação. Com esse elemento, a historiografia ganha precisão semântica e força explicativa. Essa conceituação aparece nas formas e funções as mais diversas, abordadas neste capítulo de modo apenas esquemático. No âmbito deste esquematismo, foram distinguidos dois planos do emprego do termo "conceito": categorias como conceitos básicos e conceitos como designações de fatos históricos determinados. Teorias (tal como foram explicitadas aqui) são constelações de conceitos e elaboraram uma conceituação própria, supraordenada, muito mais abstrata. A diferenciação entre categorias e conceitos de primeira ordem e supraordenados é simples demais para decifrar, mesmo que parcialmente, o construto conceitual do conhecimento histórico. Essa diferenciação precisa ser completada com outros dois formatos de conceito: os *tipos* e as *normas*. Tem-se então o seguinte esquema da conceituação histórica, mesmo que de modo ainda incipiente:

162 Ver adiante, p. 219 et seq.

Conceituação histórica

| Forma cognitiva | Resultado | Exemplos |
|-----------------|---|--|
| Categorias | Designam fundamentos antropológicos, "cultura" em movimento temporal, campos da experiência histórica | "geradores antropológicos de tempo" ¹⁶³ , "história cultural" como um todo; economia, tensionada entre ricos e pobres (analogamente, outros âmbitos da experiência em outros campos de tensão) ¹⁶⁴ |
| Tipos | Demarcam e ordenam temporalmente casos particulares da experiência nos campos de experiência | Periodizações; (no campo da experiência da economia): economia de subsistência, economia de mercado, economia de planejamento, capitalismo, mercantilismo |
| Conceitos | Designam constelações maiores de eventos | Determinações de épocas; (no campo da experiência da economia): capitalismo europeu moderno, ciclos agrários medievais |
| Nomes | Designam acontecimentos concretos | A Revolução Francesa; (no campo da experiência da economia): o "take off" do capitalismo moderno na Alemanha |

Os limites entre essas distinções são fluidos.

Nesse esquema, a qualificação significativa do que é designado conceitualmente não está devidamente explicitada, nem tampouco a normatividade, sempre atuante na conceituação histórica. Ela atravessa as quatro formas elencadas.

Essas poucas linhas podem apenas apontar para o fato de que há uma conceituação histórica (mais ou menos altamente) diferenciada. Ao mesmo tempo, porém, deve ter ficado claro o quão insuficiente é esse esquematismo, e quanto trabalho ainda deve ser feito a fim de que se possa ter uma aproximação, teórica e metodológica, da linguagem das apresentações históricas cientificamente fundadas, de modo que seu conteúdo cognitivo fique suficientemente claro. Dificilmente se pode duvidar de que exista esse conteúdo. Seria subestimá-lo, se não se quiser ou poder perceber, na linguagem da historiografia, as marcas dos resultados cognitivos de que a história, como ciência, é capaz.

163 Ver p. 121.

164 Ver p. 119 et seq.

11. O que significa: explicar historicamente?

a) A rationalidade do explicar

A formação dos conceitos e das teorias confere ao pensamento histórico um caráter racional. Com esse caráter, o pensamento ganha uma força explicativa que não se pode alcançar sem os resultados cognitivos construídos. Mas o que significa explicar historicamente¹⁶⁵? Essa questão fez do potencial de racionalidade e da pretensão de científicidade do pensamento histórico objeto de um amplo debate no âmbito da filosofia analítica da ciência.

Esse debate tornou como base a representação da racionalidade científica obtida do paradigma daquelas ciências naturais cujo objetivo cognitivo é a regularidade por leis universais e, quanto possível, matematizável. Explicar significa remeter ocorrências observáveis a regularidades gerais, de forma que a ruptura de um fio torne-se inteligível pela indicação de sua resistência ao esforço. O charme do modelo explicativo assim desenvolvido está em poder incluir, em sua lógica, a capacidade de previsão do saber à base de regularidade por leis. Esse explicar com uso de regularidades foi declarado, assim, sem maiores cuidados, "racional". Essa declaração o distinguiu de todas as demais formas de responder à pergunta "por quê?", superestimando-o.

Esse modelo explicativo pode ser aplicado ao pensamento histórico. Ele não o contradiz. No entanto, ele não é adequado para colocar em evidência o modo particular de pensar pelo qual o pensamento histórico se distingue daquele modo que visa a regularidade por leis. O vivo debate aconteceu sobretudo entre filósofos e mal chegou aos historiadores profissionais. Estes últimos viram esse debate como um jogo de contas de vidro¹⁶⁶, de pouca utilidade para esclarecer a lógica do pensamento histórico. Buscou-se então descobrir a peculiaridade desse pensamento mediante outros modelos explicativos. Essa busca conduziu, afinal, a uma compreensão fundamental, para filosofia formal da história, de que a explicação de uma história possui, ela mesma, caráter explicativo. Com a introdução do argumento da narratividade na teoria da história, o debate acerca do que é uma explicação histórica chegou ao seu fim. Ao mesmo tempo, todavia, a questão da racionalidade do pensamento his-

165 Mais pormenores em RÜSEN, J. *Grundzüge II*, p. 22-47. Dentre a abundante bibliografia sobre o assunto, remeto apenas a LORENZ, C. *Konstruktion der Vergangenheit*.

166 O autor utiliza o termo *Glauperlenspiel*, que lembra o título do romance de Hermann Hesse que lhe valeu, em 1946, o Prêmio Nobel de Literatura. O enredo do romance versa sobre a meta de uma ciência e de uma linguagem universais. (N.T.)

tórico foi calada. Isso é lamentável, pois a virada promovida pela teoria narrativista não resolveu o problema da racionalidade, apenas o afastou.

Trata-se pois de manter a questão acerca da racionalidade explanatória do pensamento histórico – e, com isso, acerca de sua científicidade – sem abandonar a compreensão da estrutura narrativa da explicação histórica. Para tanto é útil proceder a uma distinção clara entre os diversos tipos de explicação e das relações entre eles.

b) Três tipos de explicação

Dependendo daquilo a que a pergunta “por quê?” se dirige, a estrutura das respostas pode ser diferente. Pode-se distinguir três tipos de explicação como resposta à pergunta “por quê?” (Não afirmo que outras formas não existam, mas esses três tipos são os que desempenharam um papel especial no debate da filosofia analítica e da teoria da ciência sobre a explicação). Esses tipos permitem levar parcialmente em conta a complexidade das explicações no pensamento histórico. Essa complexidade consiste no fato de que os três tipos ocorrem no trabalho cognitivo das historiadoras e dos historiadores. A particularidade de uma explicação especificamente histórica pode ser evidenciada na delimitação com respeito aos dois outros tipos¹⁶⁷.

Explicação nomológica. O primeiro tipo é o da *explicação nomológica*. Nesse tipo a regularidade geral por leis desempenha o papel decisivo. Ela explicita o contexto – usualmente chamado de “causal” – entre dois processos ou fatos temporalmente distintos (“causa” e “efeito”) de forma altamente generalizada (no caso clássico das ciências naturais, de forma matematizada). O pensamento histórico não recorre a tais regularidades para explicar evoluções históricas, pois dessa forma tais evoluções teriam de ser demonstradas como casos particulares de uma regularidade geral por leis. Seria justamente em uma situação dessas que se perderia a compreensão da particularidade que caracteriza o caráter especificamente histórico dos processos temporais examinados.

Isso não quer dizer, entretanto, que o pensamento histórico renuncie ao saber nomológico. Pelo contrário. Ele o utiliza frequentemente, elabora mesmo teorias que recorrem a regularidades, evidenciadas em geral ou em contextos temporais específicos (por exemplo: ciclos agrários e oscilações conjunturais na história econômica). Mas não são essas regularidades que interessam, em última instância, aos processos evolu-

167 Abordo as estruturas lógicas dos tipos de explicação apenas sumariamente. Elas são expostas com pormenor no capítulo respectivo dos *Grundzüge II* (p. 22-47).

tivos da história. Teorias da revolução, por exemplo, chamam a atenção para processos semelhantes em revoluções diferentes em tempos distintos, explicando-os. Tais explicações abstraem, contudo, da especificidade temporal dessas revoluções. É justamente tal especificação que o pensamento histórico tem de deixar clara, se quiser apresentar argumentadamente o significado de tais ocorrências para o presente. Nisso busca-se responder também à pergunta crucial quanto à identidade, sob a forma de um “por quê”: por que somos como somos, na forma específica de nossa vida? Na dimensão histórica da cultura humana não se discute a forma de vida humana em tese, mas sim que e como essa forma se configura e modifica diversamente nos processos evolutivos temporais. Por isso tais teorias universais não têm como servir para tornar os processos históricos domináveis e para fazer prognósticos (como ocorre no caso do domínio técnico da natureza explicada nomologicamente).

Explicação intencional. Um segundo tipo de explicação se ocupa da forma específica da vida humana, na qual as intenções marcadas pelo sentido determinam o agir humano. Trata-se do *tipo da explicação intencional*. A questão sobre por que os homens fazem ou deixam de fazer alguma coisa pode ser respondida pela apresentação do que seencionava com esse fazer ou não fazer. Tal explicação pode ser chamada também de “compreensão”.

Já à primeira vista fica clara a relevância desse tipo de explicação para o pensamento histórico. Pois interessam a esse pensamento sobretudo o que os homens fazem e o que produzem, transformam ou destroem ao agir. No âmbito desse tipo de explicação pode-se trabalhar, sem dificuldades, com o saber teórico (acerca da estrutura motivacional do agir humano). É duvidoso, no entanto, que se dê conta, dessa maneira, da estrutura temporal particular dos processos históricos (revoluções). Pode-se demonstrar que obras historiográficas inteiras, que tratam de ações fortemente necessitadas de explicação, são tributárias desse tipo de explicação no modo de sua constituição de sentido¹⁶⁸. Malgrado isso, esse tipo não prevalece, e é mesmo enganoso quanto à explicação histórica de eventos e processos significativos do passado. Seria possível explicar, por exemplo, um processo tão significativo como a industrialização, mediante esse esquema? Quem seria então o sujeito da ação, qual seria sua intenção identificável? Enfim: o caráter especificamente histórico das transformações temporais do homem e de seu mundo não

168 Um exemplo marcante é a interpretação histórica do Holocausto por GOLDHAGEN, D. *Hitlers willige Vollstrecker*. Ver minha análise em RÜSEN, J. *Zerbrechende Zeit*, p. 263-278.

estaria também no fato de acontecerem como efeitos involuntários do agir intencional, o que impediria de entendê-las no horizonte das finalidades determinantes do agir? (Ironicamente, pode-se lembrar a troça atribuída a Wilhelm Busch, de que na história tudo acontece primeiro diferentemente do que, depois, se pensa).

Explicação narrativa. Somente o terceiro tipo de explicação permite entender o que é formular uma questão decididamente histórica e o que é responder a ela de modo decididamente histórico. Trata-se – como não podia deixar de ser – do tipo da explicação narrativa. Esse tipo ocupa-se de explicar as mudanças temporais pela narração do processo de transformação. A lógica dessa explicação é completamente diferente dos outros dois tipos. Ela determina igualmente o papel e o modo de aplicação dos outros tipos de explicação no pensamento histórico. Explicações nomológicas e intencionais só são admissíveis e exigíveis quando aplicáveis narrativamente, sem contudo determinar a lógica de sua aplicação.

A narratividade da explicação histórica não torna obsoleta a racionalidade de uma argumentação científica. Antes, ela ganha uma configuração específica.

c) A explicação narrativa é racional?

O ponto de partida do pensamento histórico é a experiência de uma diferença temporal, que engendra uma questão especificamente histórica: por que as coisas do mundo se tornam diferentes do que eram? E ainda, bem diretamente: por que nós somos como somos, ou somos diferentes do que éramos? Como dito introdutoriamente, o pensamento histórico busca suplantar uma diferença temporal desafiadora pela representação de um processo temporal sustentado na experiência, de maneira que circunstâncias da vida atual possam ser entendidas no fluxo temporal entre passado e futuro e a vida humana possa ser vivida, nesse fluxo, com sentido. Trata-se de uma coerência forte para a orientação nas diferenças temporais da vida humana. Se essa coerência se dá por força de uma constituição construtiva de teorias e conceitos, então nada impede que se fale de uma racionalidade histórica explicativa. Essa racionalidade consiste, de um lado, em que os potenciais de racionalidade dos outros tipos de explicação sejam plenamente utilizados. De outro lado, porém, trata-se de uma racionalidade própria ao narrar, cujo caráter discursivo diz respeito à alta complexidade presente na síntese de diversas formas de comunicação. Há aqui formas de pensamento categoriais, tipológicas, teóricas e conceituais que se exprimem na narrativa de uma história. Elas estão determinadas por pretensões de validade que

precisam ser resolvidas discursivamente. A rationalidade da narrativa histórica não se restringe, todavia, a isso. Existem práticas discursivas também em outras dimensões de sua constituição de sentido, nas quais se enunciam pretensões de plausibilidade que podem ser resolvidas de acordo com critérios específicos de sentido. Em tempo: no centro da rationalidade especificamente científica estão os procedimentos metódicos do pensamento histórico. É por eles que as categorias, as tipologias, as teorias e os conceitos adquirem sentido e podem desenvolver sua força explicativa.

Esquema dos três tipos da explicação (racional)

| Tipo de explicação | Explicação por meio de |
|--------------------|-------------------------------|
| Nomológica | Regularidade por leis |
| Intencional | Intenções |
| Narrativa | Processos temporais narráveis |

Capítulo V: Metodologia – as regras do método histórico

1. A peculiaridade metódica do conhecimento histórico

Categorias, tipos, teorias e conceitos só valem, na ciência da história, enquanto puderem ser aplicados metodicamente. São as categorias que decidem, por princípio, a peculiaridade do método histórico no manejo da experiência histórica. Tipos, teorias e conceitos esmiúçam, então, esse manejo.

O plano categorial é tratado pela filosofia formal da história. Nesse plano, como foi dito, é possível explicitar o modo de proceder do pensamento histórico ao lidar com a manifestação empírica do passado. Isso exige, antes de tudo, distingui-lo do modo de proceder das ciências “duras”, notadamente as matemáticas e experimentais, preservando o caráter metódico do conhecimento histórico. Trata-se, por conseguinte, de uma delimitação clara e permanente dos tipos de método. Isso já tem sua tradição: a *compreensão* histórica foi distinguida da *explicação* das ciências naturais (Droysen, Dilthey), o pensamento *idiográfico* distinguido do *nomotético* (Windelband), ou o procedimento *individualizante* do *generalizante* (Rickert, Weber). Mais recentemente e até os dias de hoje, o debate acerca da peculiaridade do pensamento histórico está dominado pela discussão do caráter narrativo do saber histórico. Isso levou a um esclarecimento bastante convincente da lógica intrínseca ao saber histórico. Por outro lado, os aspectos metódicos do pensamento histórico foram gradualmente deixados de lado. Recoloca-se a pergunta, com nova radicalidade, de se saber se o pensamento histórico é ou não apto a ser científico.

Para se responder adequadamente a essa pergunta seria totalmente equivocado tomar como medida uma ciência altamente desenvolvida, que seja vista como especialmente científica, como por exemplo, a física ou a biologia, e medir a ciência da história por elas. Uma comparação desse tipo acaba conduzindo sempre (por motivos lógicos) a resultados negativos. Ao invés disso, as diferenças das disciplinas ou instituições estabelecidas para a produção de conhecimento (que se autoproclama “ciência”) podem ser escrutinadas a partir de caracterizações comuns, a ponto de aparecerem como configurações distintas de um mesmo “espírito científico” comum.

Esse espírito aparece em determinadas características do saber e do conhecimento. Ofereço aqui uma lista das mais importantes.

Características determinantes do conhecimento científico. O primeiro ponto a chamar a atenção é a constatação genérica de uma *terminologia conceitual* especializada. Ela sempre impressiona os leigos, quando não lhes causa estranheza. Trata-se da utilização de construtos cognitivos fundados em procedimentos abstrativos. Esses procedimentos abstrativos podem – embora não necessariamente tenham de – conduzir a teorias explícitas. Necessitam, contudo, determinar o manejo das matérias tratadas. Abstração significa escapar da imediatez das impressões das experiências, mas exclusivamente com o fito de conhecê-las melhor. Se textos historiográficos forem comparados com os que são típicos de outras ciências, como as matemáticas, por exemplo, chama logo a atenção a presença, nos primeiros, de um grau comparativamente menor de terminologia conceitual especializada. A historiografia não tem como deixar de utilizar intensamente a linguagem dominante na cultura histórica de seu tempo, praticada fora dos discursos das disciplinas especializadas. Isso decorre do fato de os princípios da constituição de sentido, determinantes do pensamento histórico, conectarem o conhecimento científico diretamente com a vida prática. Se o conhecimento histórico científico, pela linguagem, se apartasse totalmente dessa práxis, perderia sua relação com a prática, a qual é elemento essencial de um conhecimento significativo. Por outro lado, o caráter científico da ciência da história surge e decai também em função da sua capacidade de se distanciar das questões que lhe são postas pela vida no mundo. Esse distanciamento tem o sentido de proporcionar que se possa responder a tais questões (ou, em termos mais comedidos, que se possa contribuir para uma resposta) de modo particularmente objetivo, desembaraçado da pressão exercida pelas carências históricas de orientação. Além do

mais, a ciência também põe questões que não procedem da vida prática, mas que resultam de um interesse cognitivo distanciado.

A segunda propriedade essencial, compartilhada pela ciência da história com todas as demais ciências, é uma *relação*, por princípio, com a *experiência*. Essa relação se caracteriza por duas propriedades: (a) no âmbito específico da ciência, as experiências históricas são expandidas e aprofundadas, ilimitadamente, pela pesquisa. Essa relação com a experiência vai muito além do que é usual fora do manejo profissional do passado humano. Para tanto, é preciso, por certo, que (b) o passado, vivente e influente nas orientações culturais do presente, seja “objetivado” e transformado, metodicamente, no acervo de informações obtidas sobre fatos. (Cabe ressaltar que a possibilidade de recuperar a facticidade do saber empírico na vivacidade da lembrança histórica é outra questão – questão essa que vai além da metodologia da pesquisa, alcançando os problemas básicos da apresentação historiográfica).

Um terceiro elemento essencial do pensamento histórico especificamente científico é seu caráter procedural quanto *argumentação*. Suas pretensões de validade têm, por princípio, de (poder) ser fundamentadas. Essas fundamentações se dão de modo argumentativo em práticas discursivas. Tais práticas podem ser evidenciadas na linguagem especializada utilizada aqui e analisadas (criticamente) quanto a seu teor metódico. As linguagens especializadas, malgrado todas suas diferenças, possuem determinadas propriedades cognitivas comuns: têm de possuir coerência lógica e consistência formal-racional.

Ciência como pesquisa. Essas três propriedades convergem numa quarta: a *pesquisa* regulada metodicamente, quanto processo cognitivo. De forma breve e simples: ciência é método. Ela submete o pensamento a uma regulação, com a qual é possível produzir sempre um novo saber. A pesquisa metódica habilita a ciência para o progresso cognitivo. Com esse caráter metódico, o saber especificamente científico adquire ainda mais uma propriedade: a *controlabilidade intersubjetiva*. Isso vale também para o conhecimento histórico, embora este dependa de modo todo particular da subjetividade daqueles que se servem dele (que querem sabê-lo). De quem se trate, a cada vez, tem menos a ver com o que os homens têm em comum enquanto sujeitos, mas com o que os distingue em suas vidas concretas e na respectiva dinâmica. O saber histórico possui a faculdade de distinguir, constituindo identidades. Isso levou, com demasiada frequência, a que o saber histórico só fosse tido por ver-

dadeiro por aqueles a que se dirige ou que deles se servem¹⁶⁹. Foi atribuído a tal pensamento um partidarismo (ou posicionamento) fundamental, em direta contradição com o entendimento usual de objetividade, que restringiria fortemente suas pretensões de validade, se é que não as prejudicaria de vez¹⁷⁰. Objetividade histórica, contudo, é outra coisa. Ou seja: é uma determinada forma de tornar efetiva a subjetividade peculiar capaz de distinguir sujeitos, ou seja, de não excluí-los, mas de levá-los em conta. A peculiaridade dessa relação subjetiva consiste no fato de ela efetivar-se de modo plenamente reconstituível, vinculando-se, portanto, discursivamente a fundamentos (ou ao menos se apresentando como fundamentável). Essa relação pode ser trabalhada argumentadamente por todos a quem o saber histórico diz respeito.

Com as propriedades anteriormente mencionadas (terminologia conceitual, relação com a experiência, caráter argumentativo e pesquisa regulada metodicamente), o saber histórico produzido nos processos investigativos da ciência da história adquire um caráter especificamente científico. Por tal a ciência da história é efetivamente uma ciência. Essa qualidade não lhe deve ser subtraída pelo fato de outras ciências ressaltarem ser a história peculiar e diversificada.

2. A unidade do método histórico

O método histórico é a suma de todas as regras que determinam o pensamento histórico enquanto processo de pesquisa. Pesquisa guiada por regras confere ao conhecimento histórico justamente aquela capacidade de fundamentar que o caracteriza como ciência. Dificilmente se pode pôr em dúvida a existência de tais regras. Menos diretamente perceptível é, todavia, a existência de uma correlação sistemática entre essas regras que se possa chamar de "o método histórico".

Em que consiste essa unidade? "Método" significa, originalmente, "caminho". Tomando-se essa acepção do termo, a unidade do método consistiria no itinerário a ser percorrido pelo pensamento, a fim de obter

169 É assim para Droysen, cuja teoria da história eu cito sempre como um paradigma. A problemática fundamental desse tipo de entendimento da objetividade foi ressaltada por Wilfried Nippel de forma bem clara (*Das forschende Verstehen, die Objektivität des Historikers und die Funktion der Archivs*, p. 337-377). Ver também (com uma análise bem mais diferenciada): RIES, K. (Org.). *Johann Gustav Droysen*.

170 O texto clássico a esse respeito é BEARD, C. A. *That noble dream*, p. 74-87. Peter Novick retomou essa argumentação e buscou torná-la plausível mediante uma investigação empírica de grande porte: NOVICK, P. *That Noble Dream*. Fica a questão de se saber se os resultados dessa pesquisa também pertencem ao "sonho" ou se pretendem ter alguma validade.

conhecimento fundamentável. Tal itinerário pode ser assim descrito: no início, está a pergunta histórica e, no final, a resposta a essa pergunta. O primeiro passo do pensamento histórico consiste em extrair perguntas das orientações temporais prévias da vida prática atual e do acervo de conhecimento histórico disponível – perguntas que podem ser postas à experiência histórica e respondidas a partir dela. No final, tem-se a resposta às perguntas. Esse final seria, por certo, a apresentação histórica. Essa apresentação não pertenceria, então, ao processo de pesquisa? Certamente o pensamento histórico se completa na apresentação, na formulação de seus resultados de pesquisa. Por outro lado, a apresentação não obedece, primariamente, a critérios cognitivos. Ela não é regulada metodicamente como a pesquisa. Ela pressupõe a pesquisa, mas não a inclui enquanto tal. Ela predispõe a pesquisa na perspectiva da apresentabilidade de seus resultados, embora não seja parte da própria pesquisa, mas, antes, um modo de lidar com os resultados da pesquisa. Faz sentido, por conseguinte, malgrado a íntima relação de interdependência da pesquisa e da apresentação, distingui-las metodologicamente.

O pensamento histórico, em sua configuração científica (ou seja: como processo de pesquisa), consiste em um procedimento cognitivo que começa com uma pergunta. Ele faz essa pergunta aos dados empíricos, nos quais o passado está presente; obtém desses dados informações sobre o que, onde, como e porque foi o caso no passado. Em seguida, organiza essas informações em um contexto de acontecimentos, que explica os acontecimentos particulares em sua sequência temporal. O final desse procedimento é aberto. Ele só se completa na representação narrativa desse contexto temporal, em consequência da pesquisa.

O método histórico é a regulação desse processo cognitivo, que torna seus procedimentos cognitivos (ou etapas reflexivas) particulares (distinguíveis artificialmente uns dos outros) reconstituíveis, controláveis e, com isso, criticáveis. Esse método pode ser explicitado enquanto unidade das três formas de pensamento ou estratégias cognitivas: *heurística, crítica e interpretação*.

Essa é a “metodologia” tradicional da ciência da história, tal como desenvolvida inicialmente pela Sistemática de Droysen¹⁷¹ e tornada então canônica por Bernheim¹⁷² e outros autores.

171 DROYSEN, J. G. *Historik*, ed. Leyh, p. 65-283, 399-406. Nesta versão, original, da sua teoria da história, Droysen ainda incluía a apresentação (apodeixis) no domínio da pesquisa. Nas versões posteriores, Droysen passaria a tratar a apresentação como operação à parte, sob o título de “Tópica”.

172 BERNHEIM, E. *Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (cuja primeira edição em Leipzig, 1889, se intitulava: *Lehrbuch der Historischen Methode*).

As reflexões a seguir são tributárias dessa forma canônica da metodologia histórica. Elas se concentram, pois, na sequência das etapas reflexivas e em sua regulação interna. "Método" é assim pensado de forma monológica e não comunicativa. Ficam postas de lado, intencionalmente, etapas de reflexão na apreensão e na interpretação da experiência histórica, em contexto comunicativo com outros processos da constituição histórica de sentido, que seguem critérios diferentes. Isso pode parecer uma deficiência, mas representa, ao final, uma vantagem, pois isolar artificialmente os procedimentos cognitivos permite colocar em evidência a regulação metódica do pensamento histórico que define o caráter disciplinar da ciência da história. É óbvio que os procedimentos metodicamente regulados do conhecimento histórico no processo da pesquisa são formulados comunicativamente. Como se trata, no entanto, de caracterizar a pesquisa como um processo metódico (relativamente) fechado de obtenção de conhecimento, os elementos comunicativos que condicionam e influenciam o processo de pesquisa não atuam diretamente sobre o método.

Reflexões prévias sobre os princípios metódicos do pensamento histórico. No que segue, trato exclusivamente de descrever os princípios metódicos do pensamento histórico que determinam o processo da pesquisa. Essa descrição tem de ser abstrata, pois princípios somente podem ser pensados abstratamente. Deixo de lado a imensidão de procedimentos de pesquisa consagrados, para concentrar-me nos critérios que determinam sua regulação metódica. Isso tem a desvantagem de não abordar os muitos itinerários reflexivos da pesquisa histórica e as diversas "escolas" que deles decorrem, em sua diversidade. O historicismo clássico, a escola dos Annales, a história social, a antropologia histórica e tantas outras configurações da pesquisa procedem de modo diferenciado e concorrem entre si com concepções metódicas rivais. No que diz respeito aos procedimentos metódicos em si, entretanto, nenhuma dessas tradições de pesquisa deixa pairar qualquer dúvida. Todas elas pressupõem o caráter investigativo do pensamento histórico, pois de outra forma sequer poderiam concorrer entre si – temos então configurações pragmáticas diversas dos princípios metódicos, sem que se contestem esses princípios como regulação da pesquisa.

Tais configurações diversas caracterizam a ciência da história também quando essa, por sua especialização, atravessa em diagonal todos esses paradigmas concorrentes. Ela formata a especialização desses paradigmas por meio de diferenciações internas. Pode-se citar como exemplos, dentre muitos outros, a diferenciação setorial entre campos

de conhecimento (como entre história política e história econômica) ou a diferenciação regional (que trabalha com diferenças geográficas, como entre história europeia e história chinesa), ou ainda a diferenciação temporal (como entre história antiga e história moderna). Essas diferenciações conduzem às distinções metódicas correspondentes aos dados próprios a cada campo de estudos. Uma metodologia da ciência da história que tencione abordar as práticas concretas da pesquisa precisa sistematizar essas diferenciações e destacar seu caráter dinâmico. Afinal, essas diferenciações se modificam à medida que mudam os interesses e as perguntas que se voltam para determinados conteúdos do passado.

Esse tipo de metodologia não é o que se busca aqui. Ele pertence às teorias especiais da história dedicadas a campos específicos da ciência da história assim como – não se deve esquecer – à autorreflexão de outras ciências, que também se ocupam de fenômenos históricos¹⁷³. Trata-se, pois, como foi dito, da multiplicidade de estratégias de pesquisa com base nos denominadores comuns – ou seja, de fazer ver a floresta, ao invés de só árvores isoladas. Com essa metodologia, pode-se analisar a multiplicidade e a diferenciação das estratégias de pesquisa. Ela fornece critérios com os quais essas estratégias podem ser ordenadas, comparadas e (obviamente também) criticadas.

3. Heurística

O procedimento metódico¹⁷⁴ da *heurística* se divide em duas partes: a busca investigadora da experiência histórica e a descoberta dos conteúdos experenciais necessários a uma possível resposta.

a) Buscar: a pergunta histórica

No início da pesquisa está a pergunta histórica. O resultado do manejo investigante das fontes depende da fertilidade da pergunta que enseja esse manejo. O perguntar já está metodicamente regulado? É possível fornecer critérios obrigatórios para garantir que as perguntas históricas produzam pesquisas bem sucedidas? Tais critérios podem,

173 Assim, por exemplo, no caso da história da arte. Ver BADT, K. *Eine Wissenschaftslebtre der Kunstgeschichte*; SCHNEIDER, N. *Kunst und Gesellschaft*, p. 244-263. Ou ainda na arqueologia – ver EGGERT, M. K. H. *Archäologie: Grundzüge einer Historischen Kulturwissenschaft*.

174 As formulações que seguem foram elaboradas inicialmente no item "Regulações da pesquisa", no texto sobre "Método histórico" que escrevi em conjunto com Friedrich Jaeger (ver RÜSEN, J. *Historische Orientierung*, p. 116-129). Uma apresentação bem mais pormenorizada da operação metódica da pesquisa histórica se encontra em *Grundzüge II*, p. 87-147 (Reconstrução do Passado).

com efeito, ser elencados, tanto de forma positiva como negativa. Negativamente, a pergunta histórica deve ser submetida à exigência de inovação. Ela tem de ser libertada da inércia impositiva das questões habituais, da obrigação de obedecer às rotinas consagradas de pesquisa. Ela deve estar aberta ao fascínio do inaudito, do estranho, do intrigante nunca antes examinado, do enigma do óbvio – enfim, deve estar aberta a tudo o que esteja além dos campos já apreendidos pela pesquisa da experiência histórica.

Três regras da heurística. Essa regra heurística da desregulação pode levar, facilmente, a um perguntar histórico puramente arbitrário. Um tolo sempre pode perguntar muitíssimo mais do que é capaz de responder. Evita-se, porém, tal tolice ao vincular a pergunta histórica a dois critérios metódicos positivos: (a) o valor de inovação de uma pergunta histórica não é medido por o quanto além vai do saber histórico já acumulado. Trata-se, antes, de que dimensões e conteúdos empíricos do passado são abertos e apreendidos, e que significado essas dimensões e conteúdos possuem para a satisfação das carências de orientação que o pensamento histórico suscita no mundo em que vivem os historiadores. (b) Tal produtividade do perguntar, naturalmente, não é possível sem se levar em consideração o saber histórico acumulado. Inovação não significa, por certo, ignorância dos acervos disponíveis do saber, mas reflexão sobre o ainda-não-sabido. Isso supõe familiaridade com o estado da arte da pesquisa tematicamente pertinente assim como com as concepções teóricas e procedimentos metódicos que lhe subjaz.

A regra negativa, que se abre ao espaço indisponível das intuições, ganha duas regras positivas. Uma faz reconhecer a força mobilizadora dessas intuições surgidas das carências de intuição e das experiências da contingência do tempo atual: pergunta de modo que tuas pesquisas levem a resultados que correspondam às carências insatisfeitas de orientação de teu tempo. (Lacunas não são impulsos de pesquisa especialmente inovadores). A outra regra articula a força mobilizadora das intuições disponíveis com o acervo de manifestações empíricas do passado humano: dirige tuas perguntas históricas originadas na carência de orientação do presente de modo que possam ser respondidas pela pesquisa. Isso quer dizer que perguntas históricas têm de tornar as fontes acessíveis (de fazê-las falar). Uma pergunta histórica tem de desembocar em um movimento de busca, que se dirige ao material no qual o passado está presente.

O que significa empiria? O termo “material” designa um modo determinado de o passado estar presente: seu estar dado empiricamente

nos assim chamados vestígios ou fontes. Seria, porém, um equívoco de consequências fatais para as historiadoras e os historiadores considerar esse estar dado como a única forma em que o passado está presente. O passado já está presente, de maneira altamente eficaz e vivaz, nas circunstâncias do próprio pensamento histórico, enquanto resultado de evoluções passadas. Isso vale também para todas as formas da lembrança e da memória. Essa presença vivaz do passado, contudo, não é a empiria a que se dirige a pergunta histórica. Empiria é o passado objetivado. Dito de maneira drástica, o passado vivo nas circunstâncias da vida presente teria de ser morto metodicamente, para poder ser visto enquanto passado. Só assim o passado aparece, tanto em sua diferença temporal quanto na especificidade e diferenciação com respeito ao presente. Heuristicaamente, o passado vira "coisa", conteúdo material da manifestação empírica da vida humana passada. Ele só se torna objeto de pesquisa em sua forma coisificada. O perguntar histórico da heurística tem de proceder a essa objetivação (ou seja: haver-se com a poeira dos arquivos), sem o que respostas pertinentes não serão obtidas.

A regulabilidade do perguntar. A pesquisa histórica cuida dessa materialidade do saber e do conhecimento. Na tradição da teoria da história, isso fica claro em muitos manuais antigos de metodologia, em cujo início logo aparece a classificação de todos os materiais possíveis em que o passado está empiricamente presente. É enganoso, porém, começar metodicamente uma pesquisa pela operação de coligir e percorrer material das fontes¹⁷⁵. O que é fonte depende, pura e simplesmente, do que eu quero saber. E o que eu quero saber depende, por sua vez, de minhas perguntas. Reguladas metodicamente, as perguntas se tornam problematizações explicitadas. Sua plausibilidade pode ser controlada de dupla maneira: de um lado, pela carência de orientação do presente e, de outro, pelo acervo de saber acumulado. As perguntas históricas não podem ficar aquém do atual acervo acumulado. Elas têm de ir além dele, mas não em uma direção qualquer, mas na forma de contemporaneidade sensibilizada e de conjecturas concretas. É isso uma regra metódica? Se "regra" significa que os historiados se obrigam a satisfazer uma carência de orientação que lhes é repassada (seja lá por quem for), isso seria heuristicamente contraprodutivo. Isso conflitaria com a obrigação, anteriormente enunciada, de libertar o perguntar histórico da pressão conformista das rotinas consagradas, e submeteria a pesquisa histórica a um partidarismo politicamente organizado, contrário à ciência. Por

175 Ver, por exemplo, HOWELL, M. PREVENIER, W. *Werkstatt des Historikers*.

outro lado, a produtividade de uma problematização histórica específica não é desprezada, pois ela pode ser discutida. Para tal discussão, são determinantes critérios de coerência que dizem respeito à relação de cada problematização com o acervo de saber da especialidade e, além dele, com a cultura histórica do tempo e da vida.

A plausibilidade de uma problematização histórica se baseia em sua capacidade discursiva. A garantia metódica dessa capacidade está em que as perguntas postas se referem explicitamente ao discurso especializado respectivo e podem ser fundamentadas (criticamente) com respeito ao saber atual e ao desafio de ir além dele. Isso assegura que não se fiquem aquém dos padrões de capacidade discursiva das problematizações já alcançados no espaço público interno da especialidade. Esses padrões também podem ser superados. Para tanto, necessita-se estabelecer relações entre os discursos especializados e a cultura histórica, que determinam, por princípio, as possibilidades e os limites discursivos da consciência histórica. Problematizações históricas, que vão além desses limites e tencionam expandir essas possibilidades e que podem tornar plausível tal intenção pela crítica dos resultados cognitivos obtidos até agora, caracterizam-se por uma alta produtividade heurística.

Problematizações particulares podem surgir também a partir de constelações interdisciplinares. Os problemas e os conhecimentos de outras ciências, que se ocupam do homem e de seu mundo, têm condições de provocar a heurística da ciência da história e mesmo, eventualmente, de influenciá-la maciçamente. Isso vale, em tempos recentes, sobretudo para a etnologia¹⁷⁶. Anteriormente, valia para as ciências sociais, a sociologia e a economia. Todas propiciaram novas perspectivas históricas.

No passo em direção à empiria do passado, as perguntas e problematizações históricas demonstram sua fertilidade heurística ao assumir a forma (regulada metodicamente) de conjecturas (hipóteses) fundamentadas. Nessa forma, o questionamento da heurística que vai além do *status* atual conecta-se sistematicamente com o acervo de saber prévio, cuja expansão e aprofundamento objetiva promover. Esse acervo é expandido quando as perguntas deixam intactos o acervo de saber prévio e as estratégias cognitivas que o embasam. Esse acervo é aprofundado quando as perguntas problematizam e modificam as estratégias cognitivas, e quando organizam os acervos de saber em conjuntos históricos de

176 Ver o artigo clássico de Hans Medick: "Missionare im Ruderboot? Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte", p. 295-319.

sentido. Com isso não é só o olhar a ser dirigido a fatos novos, mas eles mesmos aparecem em luz nova. O próprio olhar é modificado.

b) Descobrir: a resposta da empiria

Em sua segunda etapa, heurística diz respeito à “descoberta” (*beureka*, em grego, significa: descobri, achei, encontrei). Para poder descobrir, é necessário primeiramente buscar. (Sempre é possível topar com dados; não obstante é bem necessário haver começado a caminhar). Assim é que pertencem à heurística as regulações que dizem respeito à produtividade do perguntar histórico e à plausibilidade das problematizações históricas. No início da pesquisa está o esclarecimento metódico do que deve ser sabido. A pesquisa ficaria suspensa no ar, se em seguida não passasse ao esclarecimento metódico do que pode ser sabido. A heurística torna-se, dessarte, o método da descoberta das fontes, cujo conteúdo informativo é necessário e suficiente para responder às perguntas históricas postas, para a solução dos problemas históricos formulados.

Com essa etapa operativa da pesquisa, a heurística passa do reino etéreo (embora também intelectual) das perguntas inovadoras e das conjecturas bem fundadas ao vasto reino terra a terra da documentação, com suas muitas disciplinas especializadas, as quais possuem, para a pesquisa histórica, o estatuto de disciplinas auxiliares indispensáveis (por exemplo: a arquivologia). O (sempre crescente) potencial dos apoios técnicos para descobrir o material pertinente das fontes só é menosprezado por historiadores cujas respostas empíricas são ruins demais para a elevada arte do perguntar historicamente. O profissionalismo especializado se revela, porém, apenas quando a formulação de perguntas históricas se faz no horizonte das respostas possíveis e com sentido. Boas perguntas históricas conduzem à apreensão do conteúdo informativo dos resquícios do passado ainda subsistentes e que podem dizer o que, quando, onde, como e por que algo aconteceu. Para tanto, esses resquícios devem ser coletados, examinados e preparados, sistematicamente, para uso na pesquisa. Trata-se de operações heurísticas, que transformam a produtividade do perguntar histórico na plausibilidade das respostas recheadas empiricamente.

c) Tradição e vestígio

Para a pesquisa histórica, possui significado decisivo o que seja historicamente relevante em meio à grande vastidão do que ainda resta do passado humano. Segundo que critérios são obtidos e avaliados os

dados das fontes que informam sobre o especificamente histórico do passado humano?

Na heurística, esse problema é debatido na distinção entre tradição e vestígio, como qualificação dos acervos de fontes. As fontes possuem a qualidade de vestígio quando sua manifestação do passado se dá não intencionalmente, ou seja, não está dotada de produções específicas de sentido que poderiam ser incorporadas no conteúdo significativo da lembrança futura (por exemplo, restos de lixo, que testemunham os hábitos alimentares). Ao revés, as fontes possuem a qualidade de tradição quando essas características de sentido já lhe foram inculcadas intencionalmente (por exemplo, monumentos ou relatos históricos). *Vestígios* são extrínsecos às determinações de sentido com as quais processos temporais foram qualificados como histórias, mediante interpretação histórica. *Tradições* contêm em si ou sustentam essas determinações de sentido. *Vestígios* são traços da vida passada; tradições são suas pegadas, que conduzem ao presente, não por mera cronologia, mas intelectualmente. Sem os elementos do tradicional (vale dizer: como simples vestígio), as manifestações do passado são sem sentido. Com esses elementos, elas se apresentam como portadoras de significado para a orientação temporal no presente.

Possibilidades e limites dos elementos prévios de sentido. Por princípio, critérios prévios de sentido são dados à pesquisa histórica. Com eles, as experiências do passado são interpretadas e, mediante essa interpretação, transformadas em história(s). É tarefa da pesquisa tornar empiricamente plausíveis essas determinações de sentido de processos temporais e as dotar da força de convencimento da experiência trabalhada. A distinção heurística entre tradição e vestígio lida com as possibilidades e os limites de tal dotação empírica e da consolidação dos contextos históricos de sentido. Segundo a direção tomada pela pergunta histórica, a mescla de tradição e vestígio no *corpus* das fontes varia. Caso se trate de extrair da experiência do passado potenciais de sentido para a orientação existencial no presente, trabalha-se empiricamente com as tradições. Caso se trate, inversamente, de distanciamento crítico de modelos históricos de orientação, culturalmente influentes, ou de abertura de novas possibilidades de determinação temporal de sentido da vida prática, prevalece a qualidade de vestígio da experiência histórica que ainda não tenha sido absorvida nos elementos prévios de sentido. As fontes manifestam, então, fatos cujo sentido ainda tem de ser descoberto interpretativamente, enquanto no primeiro caso as fontes dão testemunho do sentido enquanto fato.

A distinção entre tradição e vestígio é relativa. A pesquisa vive da convicção que, por princípio, todas as tradições, mediante os acervos de fontes, possuem caráter de vestígio, ou seja: apresentam-se em forma material-objetiva, e podem ser examinadas, nessa forma, de acordo com os critérios da pertinência empírica. Inversamente, todos os vestígios dão testemunho dos sujeitos que os deixaram ou que, pelo menos, os marcaram de alguma maneira. Sem ser relacionados às determinações de sentido relevantes para o agir desses sujeitos, tais vestígios não são historicamente qualificáveis.

A pesquisa histórica lida com essa tensão heurística prévia entre sentido e fato, entre significado e experiência, no trabalho com as fontes. Não são as fontes que decidem sobre que história pode ser escrita em resposta significativa a cada pergunta histórica. O critério de sentido ín-sito à pergunta histórica precede todas as informações das fontes. É esse critério que decide a qualidade informativa que as fontes podem ter. Por outro lado, a heurística direciona a presunção de sentido da pergunta histórica aos acervos de fontes do passado humano de modo a dotar a respectiva resposta de todas as qualidades experienciais de que as fontes dispõem – ou seja: de modo a ser formulada na forma de um saber histórico empiricamente bem fundamentado.

4. Crítica

A crítica das fontes é a primeira etapa de tal saber empírico. Ela consiste no procedimento de pesquisa pelo qual se obtêm, a partir dos resquícios do passado, informações confiáveis e controláveis sobre o que, quando, onde, como e (dentro de certos limites) porque foi o caso. Depois de a heurística reunir o acervo de fontes (com sua complexa qualidade de tradição/vestígio) relevantes para a resposta à pergunta histórica, começa – com a crítica das fontes – sua avaliação. Os fatos do passado são extraídos, controladamente, de suas manifestações empíricas no presente.

A crítica das fontes pode ser dividida em três procedimentos metodicos:

1. A *crítica externa das fontes* investiga o caráter de fonte de um estado de coisas. Ela esclarece a questão quanto a se um determinado vestígio é ou não fonte; por exemplo: se se está diante de uma falsificação. A expressão clássica “crítica da autenticidade” diz bem do que se trata aqui. Não deve negligenciar, contudo, que mesmo falsificações são fontes, embora não no sentido que aparecem ser. Antes, elas revelam

o que tentam esconder ou camuflar (algo sobre intenções de seus autores, estratégias de engodo ou fraude, critérios específicos de um tempo quanto à plausibilidade, dentre outros).

2. A *crítica interna das fontes*, após ter sido constatado o caráter de fonte do material sob exame, investiga a qualidade de suas informações. Isso se dá de acordo com dois critérios distintos: proximidade temporal e possibilidade objetiva. Ambos os critérios servem para estipular as estimativas de probabilidade. A *proximidade temporal* possui significado especial no âmbito de uma estratégia de pesquisa que busque documentar eventos e cadeias de eventos. Como se sabe, a confiabilidade da lembrança decresce com o afastamento temporal do lembrado. Assim, em princípio, a plausibilidade de uma documentação aumenta com a proximidade com o tempo do documentado. Na edição crítica de relatos e documentos, a ciência da história desenvolveu uma sofisticada arte de reconstrução de textos originais a partir de versões tardias e, não raro, divergentes.

3. O critério da *possibilidade objetiva* controla o teor das fontes quanto a sua coerência com o saber histórico comprovado e, para além dele, com os acervos cognitivos empíricos de outros saberes atuais. Sabe-se que as fontes podem estar marcadas por um entendimento da realidade totalmente distinto daquele dos historiadores que com elas trabalham. Para a plausibilidade do que uma fonte relata como fato, é decisivo, no caso de dúvida, não o que diz a fonte, mas a compreensão da realidade pelo historiador.

O que é real? É um problema ontológico de primeira ordem, para a história, saber se o entendimento de realidade no presente não deve ser, por sua vez, historicizado. Se a resposta for um sim incondicional, e se ademais historicização for entendida como relativização das pretensões de validade, a crítica das fontes como operação metódica do conhecimento histórico seria apenas perda de tempo. A passagem do mito à história seria assim radicalmente cancelada. No marco da crítica pós-colonial da ideologia, esse fundamento epistemológico da crítica das fontes é visto como dependente das culturas¹⁷⁷. Ele representaria uma forma péruida de dominação ocidental, resultante do processo de modernização, sobre outras formas históricas de pensar. Com esse argumento, suprime-se, de maneira relativista, o controle da experiência no conhecimento histórico. Não haveria mais então um discurso histórico especializado supraorde-

177 Ver, por exemplo, SETH, S. *Reason or Reasoning? Clio or Siva?*, p. 85-101.

nado às culturas (sobrariam apenas lutas interculturais pelo poder). No entanto, a acuidade crítica dessa postura volta-se contra si mesma. Pois sobre que experiência se poderia basear alguém ao buscar tornar enunciáveis discursivamente as diferenças culturais no conhecimento histórico mediante recurso a critérios transculturais de validade e, simultaneamente, rejeitar pretensões ilegítimas de dominação? Se a objetividade da experiência histórica for dissolvida no interminável jogo dos significantes, cessam de existir acontecimentos constatáveis no passado, desaparecendo qualquer controle experiencial dos enunciados históricos. O passado se dissolve na perspectividade de sua consideração¹⁷⁸.

Tendo em vista esse argumento, cumpre identificar e analisar teoricamente certas *tendências de desenvolvimento transculturais* mesmo quando, na definição de fontes e no manejo destas, se recorre a modos de pensamento culturalmente específicos. Tais tendências abrangentes podem ser valorizadas como pressupostos de uma comunicação intercultural produtiva e, naturalmente, também crítica¹⁷⁹. O mesmo pode ser feito com o manejo da multiplicidade de perspectivas históricas. Enquanto sobrar alguma coisa do passado nas perspectivas, estas podem ser comparadas entre si e postas criticamente em relação.

Agregados complexos de fatos. As operações da crítica externa e interna das fontes, amplamente valorizadas e expostas pelas metodologias tradicionais da pesquisa histórica¹⁸⁰, são seguidas por uma terceira, característica da pesquisa histórica moderna: a constituição de *agregados complexos de fatos*. Trata-se de reconstruir fatos a partir de informações das fontes. Esses fatos, enquanto tais, não estão diretamente documentados nas fontes, pois como fatos não estão situados no horizonte de tempo das fontes, sendo reconstruídos apenas *a posteriori*, com base em elementos isolados das informações das fontes. Trata-se então de fatos de ordem superior, obtidos mediante procedimentos analíticos de pesquisa (em particular mediante métodos de quantificação), como taxas de natalidade, taxas de crescimento do produto interno bruto, ciclos agrários, fatores mentais de uma cultura política e assim por diante.

Ciências auxiliares. A ciência da história reuniu, para o procedimento da crítica das fontes, um rico arsenal de procedimentos metódicos

178 Ver, por exemplo, GOERTZ, H.-J. *Unsichere Geschichte*; GOERTZ, H.-J. *Was können wir von der Vergangenheit wissen? Paul Valéry und die Konstruktivität der Geschichte heute*, p. 692-706; também do mesmo autor: *Geschichte – Erfahrung und Wissenschaft*, p. 19-47.

179 Ver RÜSEN, J. *Was ist Geschichte? Versuch einer Synthese*, p. 134 et seq.

180 Ver, por exemplo, FEDER, A. *Lehrbuch der historischen Methodik*; BAUER, W. *Einführung in das Studium der Geschichte*.

cos e meios técnicos auxiliares, cujo alcance e diferenciação correspondem à amplitude e diversidade do que vale como fonte, no espaço entre tradição e vestígio, para responder perguntas históricas. Esses meios auxiliares ficaram conhecidos pela expressão “ciências auxiliares” (no sentido estrito, especializado, de um grupo de disciplinas particulares da ciência da história). Trata-se da cronologia, que torna solúveis problemas de datação, da paleografia, que torna legíveis escritos, da diplomática, que examina o conteúdo informativo de documentos, da genealogia, que esclarece os vínculos de parentesco, e de heráldica, esfragística e numismática, que tornam inteligível a “linguagem” particular dos brasões, dos selos e das moedas. Tome-se ademais a geografia histórica, que obtém das fontes informações sobre dados espaciais. As técnicas modernas de pesquisa da quantificação elevam a estatística ao nível de uma importante ciência auxiliar. Com sua ajuda a crítica das fontes pode obter dados quantitativos. Acresça-se a todas essas ciências um grande número de outras ciências, cujos acervos de saber e estratégias de pesquisa são utilizados pela crítica das fontes. Em princípio, todas as demais ciências podem ser utilizadas como auxiliares da ciência da história, quando disponibilizem procedimentos mediante os quais se possam extrair conteúdos factuais do material histórico (assim, por exemplo, a biologia, a física e a astronomia para estabelecer dados cronológicos ou a genética para determinar relações de parentesco entre povos)¹⁸¹.

Quanto eu saiba, não existe uma metodologia da crítica das fontes, organizada sistematicamente e tão completa quanto possível, que corresponda à prática atual da pesquisa da ciência da história. Isso se deve ao fato de a ciência moderna da história ter desenvolvido estratégias de pesquisa para obter informações extremamente diferenciadas, que não podem ser facilmente sistematizadas – diversamente dos procedimentos canônicos do século XIX para o trabalho com as fontes. As estratégias modernas se referem a diversos gêneros de fonte, que vão do lixo dos homens primitivos até a entrevista de um contemporâneo, da análise do pôlen de resquícios arqueológicos até a autobiografia de protagonistas de eventos do passado, de fotografias aéreas de antigas ocupações humanas até levantamentos de opinião e motores de busca da internet. Em princípio, todos esses procedimentos podem ser descritos como formas de obtenção e garantia de fatos, cujo conhecimento é necessário para se poder responder empiricamente uma pergunta histórica.

181 Quanto à genética, ver CAVALLI-SFORZA, L. L. *Gene, Völker und Sprachen*.

A questão da objetividade. A crítica das fontes garante, com esses procedimentos, a *objetividade* dos enunciados históricos que se baseiam sobre o conteúdo factual de histórias. Essa *objetividade* é fundamental e essencial para a pretensão de científicidade da ciência da história e naturalmente também para o prestígio cultural que a caracteriza. Por certo, essa pretensão de *objetividade* tem seus limites, em dois aspectos. O primeiro diz respeito à certeza do saber histórico acerca da *facticidade* do passado. A crítica das fontes nem sempre produz *facticidades puras* (e quanto mais remotos os fatos estiverem, no tempo, tanto mais difícil), ou seja: informações sobre o que ocorreu exatamente onde, exatamente quando, exatamente assim ou exatamente por que razão. Em geral, o exame crítico dos enunciados das fontes produz apenas um saber exato sobre o que e com que grau de certeza (ou seja: com base em que dados empíricos e na forma de que controles) podemos saber ou não.

O outro aspecto diz respeito à medida da *objetividade* alcançável pela crítica das fontes. No fluxo de informações que corre das fontes para os que perguntam historicamente, constatam-se fatos controláveis pela crítica das fontes (com graus diferentes de certeza). Sua *facticidade* é, contudo, abstrata, pois ela não atinge diretamente os contextos históricos específicos subsistentes entre os fatos particulares. O trabalho de pesquisa propriamente histórico, a interpretação, que repousa sobre o trabalho prévio da crítica das fontes, tem esses contextos por objeto.

O caráter histórico dos fatos. Os fatos obtidos pela crítica das fontes ainda não possuem, em sua pura *facticidade*, caráter especificamente histórico. Tornam-se históricos apenas quando postos em relação com outros fatos, em contexto temporal com sentido e significado. Adquirem sua historicidade de duas maneiras: por sua posição no ordenamento com outros fatos e por sua posição no âmbito de uma representação do fluxo temporal que abrange o presente e o futuro. Pode-se chamar a primeira historicidade de *objetiva*, e a segunda de *subjetiva*. Decisivo é que ambas constituem aquilo que é especificamente histórico no acontecimento factual do passado. Por esse motivo, os modos analítico e hermenêutico de pensamento pertencem, inseparavelmente, ao processo histórico de conhecimento¹⁸². Pertence ao contexto cronológico objetivo a explicabilidade do posterior pelo anterior. Esse caráter explicativo do

182 As consequências desse contexto interno para a metodologia da pesquisa histórica não podem ser desenvolvidas aqui mais pormenorizadamente. Ver, a esse respeito, minhas considerações sobre as "operações substanciais" da pesquisa histórica (*Grundzüge II*, p. 117 et seq.; *Reconstrução do passado*). Falta aqui ainda uma análise mais detida da unidade entre analítica e hermenêutica. A razão determinante dessa unidade é a filosofia da história no contexto sistemático de suas três dimensões (ver p. 114 et seq.).

contexto temporal dos fatos históricos lança a ponte entre essas duas dimensões: a objetiva e a subjetiva (em outras palavras: entre o tempo natural e o tempo cultural)¹⁸³. A determinação desse contexto não é mais assunto da crítica das fontes, mas da interpretação.

5. Interpretação

A interpretação é uma operação da pesquisa histórica que, *de forma intersubjetivamente controlável, conecta os fatos do passado obtidos pela crítica das fontes em sequências temporais, as quais estão investidas de uma função explicativa e podem ser apresentadas como histórias*. É, pois, somente a interpretação que torna históricos os fatos. Os contextos históricos, nos quais se encontram os fatos obtidos metodicamente junto às fontes, não podem ser apreendidos das fontes enquanto tais, pois as fontes não têm como saber o que ocorreu depois delas. Com o que testemunham, não têm como manifestar o que, historicamente, vem a ser perguntado. Esse contexto só pode ser percebido *post festum*, mas não pode ser documentado *in actu*. A contextualização, todavia, não é apenas acrescida aos fatos de fora para dentro, pois estes já lhe são inerentes, posto que se situam sempre em um acontecimento temporal abrangente. A interpretação se dirige a esse acontecimento. Ela não tem como o obter dos fatos, pois estes estão conectados de inúmeras maneiras com outros fatos. Uma apreensão abrangente de todas as conexões é impossível (e mesmo indesejável). A interpretação filtra apenas os contextos que sejam importantes para a resposta à perguntaposta historicamente.

O entendimento pré-moderno da ciência da história viu esse trabalho de conexão na própria historiografia, no processo de escrever histórias. A questão da metodização foi posta também no âmbito desse processo. Método era, então, forma de apresentação. Seu critério determinante era a inteligibilidade e a aplicabilidade (moral) da apresentação¹⁸⁴.

A construção do conhecimento histórico. Com a científicização do conhecimento histórico, a operação de pesquisa da interpretação se insere entre a crítica das fontes (desenvolvida metodicamente desde o início da Idade Moderna, com as técnicas das ciências auxiliares) e a formatação historiográfica do saber histórico. Como foi dito, a interpretação consiste em obter, empiricamente, a partir das informações das fontes, os con-

183 Ver p. 40 et seq.

184 Um exemplo notável disso é a obra de Jean Bodin: "Methodus ad facilem historiarum cognitionem", de 1566 (BODIN, J. *Method for the Easy Comprehension of History*).

textos temporais com os quais a pergunta histórica pode ser respondida. Em toda pergunta histórica se encontra (no modo de uma conjectura) a representação de um processo temporal que abrange os fatos particulares, ou seja: a ideia de uma possível história. A pesquisa transforma essa ideia de uma possível história em uma história real. A crítica das fontes fornece os "materiais de construção" dessa realidade. A interpretação, enfim, monta esses materiais de construção (para ficar com essa metáfora) de acordo com determinados projetos de construção da realidade histórica. Projetos de construção são representações de processos temporais abrangentes, nos quais os fatos podem ser inseridos. O modo da contextualização, operado pela interpretação, é narrativo. Explorando ainda a mesma metáfora, pode-se dizer que o narrar é o cimento da obra. É preciso, contudo, lembrar que o resultado da interpretação não é a pura e simples ratificação empírica da ideia de uma possível história desenvolvida construtivamente. Regra geral, ocorre aqui uma modificação de tal monta que, ao cabo da interpretação, emergem elementos que a abordagem conjectural das fontes não pode antecipar nem imaginar.

Produzido interpretativamente pela pesquisa, o saber histórico acerca dos contextos temporais dos fatos obtidos pela crítica das fontes tem de poder ser narrado na forma de histórias. Se assim é, põe-se então naturalmente a pergunta: o que há propriamente de pesquisa na interpretação? O que torna uma interpretação histórica controlável? Não é a mera facticidade dos fatos elaborados interpretativamente (e, com isso, tornados históricos), pois – como se disse – a crítica das fontes e a constatação metódica dos fatos ainda não dizem respeito a seus contextos especificamente históricos.

A forma metódica do uso interpretativo da teoria. O processo de conexão interpretativa é regulado metodicamente quando a representação determinante de um contexto temporal abrangente pode ser relacionada, de maneira controlável, às informações obtidas das fontes. Isso só funciona se essa representação for explicitada como elemento do saber e relacionada, enquanto construto intelectivo específico, aos fatos particulares. Nessa relação, ela adquire, com respeito aos fatos, um *status teórico* e *explicativo*. Esse *status* consiste em que essa representação do processo temporal, com respeito aos momentos temporais cristalizados nos fatos, formula algo genérico, que se concretiza nos fatos. No processo intelectual de tal particularização, os fatos nada perdem de sua facticidade, mas só então se tornam *fatos históricos* – adquirem historicidade como qualidade temporal própria. São assim carregados do sentido e do significado que possuem no contexto narrativo de uma história.

Uso narrativo da teoria. O método da interpretação histórica pode ser descrito como um processo, no qual as representações das sequências temporais, em contraste com os fatos obtidos pela crítica das fontes, são explicitadas como elementos gerais e abrangentes do saber (“abrangendo” igualmente os fatos)¹⁸⁵. Elas são, simultaneamente, relacionadas aos fatos, de maneira que estes se conectam em um processo temporal pleno de experiência. A interpretação é uma operação complexa de pesquisa, na qual os contextos históricos são teorizados e os fatos obtidos pela crítica das fontes, historicizados. Nesse processo, as representações interpretativas das sequências temporais não absorvem a unicidade e particularidade dos fatos, não os dissolvem em uma regularidade legal abstrata universal. Antes, elas colocam em evidência a qualidade temporal dos fatos, justamente o que é histórico neles. Teorias históricas desempenham uma função particularizadora no processo da interpretação. Com elas pode-se estabelecer o que, dos fatos do passado, é típico ou próprio de determinado tempo.

A forma metódica do uso interpretativo da teoria e da historicização teórica dos fatos do passado ainda não está suficientemente explicada, de maneira sistemática, quanto à regulação que lhe serve de base.

As representações abrangentes das sequências temporais, com as quais os contextos históricos são obtidos e tornados plausíveis, mediante a pesquisa nas informações das fontes, são construtos *narrativos*, *tramas*¹⁸⁶ de narrativas. Seu emprego na operação de pesquisa da interpretação pode ser qualificado como *uso narrativo da teoria*. Até o presente, contudo, o trabalho com elementos teóricos do saber, na pesquisa histórica, ainda não adquiriu o *status* de um procedimento metódico padronizado. Em vez disso, ainda se trabalha com representações implícitas de contextos temporais abrangentes, historicamente explicados. Enquanto prevalecer esse procedimento, a interpretação e sua regulação metódica permanecerão um problema em aberto. Isso não quer dizer, naturalmente, que os critérios determinantes de tal ou qual interpretação histórica não possam ser controlados criticamente quanto a sua consistência interna, à medida e intensidade de sua relação com a experiência e à sua capacidade de inserir fatos em contextos históricos plausíveis (explicativos).

Também estas considerações sobre o método histórico são “monológicas”. Trata-se da lógica do procedimento pelo qual uma cadeia de informações cronologicamente ordenadas se torna um contexto tempo-

185 A teoria da ciência fala de “covering laws”, com as quais a sequência de fatos obtida pela pesquisa adquire caráter explicativo.

186 Em inglês no original: *plots* (N.T.).

ral coerentemente narrável. As representações de sequências temporais, aqui determinantes, são explicitadas como construtos narrativos teorizáveis. Naturalmente, o uso de tais construtos se situa no contexto comunicativo de uma argumentação, na qual eles são relacionados a outros construtos semelhantes. A interpretação é sempre – para usar um conceito da teoria da literatura – “intertextual”, ou seja, ela se refere a outras interpretações e adquire, nessa relação e por ela, seu sentido histórico particular e sua capacidade funcional na cultura histórica.

6. Da interpretação à representação

A interpretação histórica desemboca em uma forma de saber, na qual a facticidade do acontecimento passado se torna narrável; ou seja, estende-se na forma de apresentação de uma história. As duas coisas não podem ser separadas, exata e absolutamente, em sua sequência (como a metodologia tradicional, por exemplo, a de Bernheim, costumava fazer). Mesmo assim, trata-se de dois processos distinguíveis. A interpretação é um *processo cognitivo* genuíno e, enquanto tal, também regulável metodicamente. A representação, por sua vez, obedece a critérios que não são puramente cognitivos. Por tal razão, para analisá-la a teoria da história precisa recorrer não só aos critérios de um método de pesquisa, mas também a critérios “literários” (*poéticos, estéticos e retóricos*) da produção de textos¹⁸⁷.

A conexão abrangente entre as duas operações é a *trama*, ou seja, a representação da sequência temporal que a interpretação utiliza no procedimento metódico da explicação interpretativa de ocorrências históricas concretas e que, na apresentação, toma a forma de uma história narrada. Nos debates recentes da teoria da história, a dimensão cognitiva dessa forma organizacional da narrativa histórica mal foi levada em conta. Não resta dúvida, contudo, de que toda interpretação histórica de acontecimento passado se dá em âmbito interpretativo que pode ser explicitado e analisado criticamente como construto cognitivo (e é isso o que ocorre, argumentadamente, nos discursos especializados das historiadoras e dos historiadores). Que forma historiográfica essa grade analítica assume não decorre obrigatoriamente de sua estrutura cognitiva, nem de sua função interpretativa. Esse quadro pode ser explicitado e fundamentado reflexivamente, mas também pode ficar escondido como implicação de um duto narrativo. Merece então questionamento pró-

187 A diferença entre interpretação e representação e a peculiaridade desta são tratadas com rigor por ANKERSMIT, F. *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation*.

prio e investigação, saber se e como o conhecimento histórico obtido pela pesquisa deve evidenciar ou não os traços dos procedimentos metodicos de que é tributário.

Esquema das operações metodicas da pesquisa histórica

| Métodos | Operações | Regulação, critérios |
|----------------|--|--|
| Heurística I | Elaboração de perguntas que apreendam determinado campo da experiência histórica | Inovação com respeito ao acervo de saber |
| Heurística II | Achar, identificar e apreender a documentação do acontecimento no passado, pertinente à pergunta | Nova apreensão de fontes conhecidas; obtenção de novas fontes |
| Heurística III | Distinção entre tradição e vestígio como qualidades da manifestação de acontecimento passado | Separação analítica entre determinação de sentido e facticidade |
| Crítica | Obtenção de informações controláveis sobre o acontecimento do passado na documentação do presente Crítica externa das fontes: controle da autenticidade; descoberta de falsificações Crítica interna das fontes: controle da confiabilidade do conteúdo informativo das fontes | Constatação de fatos com auxílio de ciências especializadas ("ciências auxiliares") Autenticação de origem, contemporaneidade da linguagem, etc. Proximidade temporal, possibilidade objetiva ¹⁸⁸ , compatibilidade com o acervo de saber |
| Interpretação | Conectar os fatos obtidos criticamente em sequências temporais narráveis e capazes de explicar | Teorização de representações de sequências temporais; critérios reflexivos de significância |

188 Isto é: examinar a questão de saber se o relatado, de acordo com o saber atual, pode ter acontecido.

Capítulo VI: Tópica – formas e processos da historiografia

1. A peculiaridade do escrever

A historiografia é um procedimento peculiar da constituição histórica de sentido. Isso fica claro não apenas nas diversas formas e maneiras como é tratada no âmbito de uma teoria da história, mas também no trabalho cotidiano das historiadoras e dos historiadores. Antes de os resultados da pesquisa serem fixados por escrito, tais resultados precisam ter sido obtidos. Isso não quer dizer, contudo, que esses resultados devam estar completos para assumir a forma de texto. É justamente o contrário que ocorre: os resultados só ficam completos e passam a ser vistos como tais por seus autores quando enfim devidamente formulados. Formular pertence também ao processo de conhecer, embora se distinga da elaboração metódica do saber histórico obtido da experiência do passado. O escrever insere nos resultados de pesquisa algo que ainda não está presente na interpretação.

Escrever e pensar. O escrever não se agrega ao pensar como algo que lhe seja extrínseco. Pelo contrário, é ele uma continuação do pensamento por outros meios (que não meramente cognitivos). Tampouco se pode dizer, inversamente, que a pesquisa apenas fornece os materiais do conhecimento histórico, sua matéria prima, cuja forma só se dá com a apresentação escrita. Enfim, um dos resultados mais importantes da interpretação consiste justamente em explicar processos temporais no



acontecer do mundo humano – e a explicação é, ela mesma, uma forma (lógica). Nisso tudo não se esgota, entretanto, o trabalho intelectual decisivo, com o qual o passado humano se torna presente, pelo conhecimento. O pensar se estende da formulação à apresentação e somente com esta se completa. Ao mesmo tempo, o formular está determinado por critérios e práticas mentais que não possuem caráter exclusivamente cognitivo. Com esses critérios e práticas, o sentido histórico do passado é determinado, mediante elementos e dimensões da significância que estão aquém e além do pensamento conceitual e explicativo.

Essa dualidade de elementos e fatores cognitivos e não cognitivos tem de ser levada em conta. Leopold von Ranke formulou-a com precisão:

A História se distingue das demais ciências por ser, também, arte. Ela é ciência: ao coletar, encontrar, escrutinar; ela é arte: ao dar nova forma, ao apresentar o achado, o conhecido. Outras ciências se satisfazem em designar o encontrado simplesmente como encontrado; no caso da História, tem-se a faculdade de reconstituir¹⁸⁹.

Coletar, encontrar e penetrar são as três operações metódicas da pesquisa histórica (heurística, crítica e interpretação). Mas elas certamente não bastam para elaborar o caráter especificamente histórico que o passado adquire, no manejo interpretativo, tornando-se história.

“A faculdade de reconstituir” significa uma faculdade que torna o espírito humano capaz de tornar presente o passado; uma faculdade que não se realiza apenas pelo pensamento. Essa faculdade precisa da arte. Ranke não se detém muito em diferenciar o desempenho da arte do desempenho das ciências. Ele considera essa diferenciação como dada, realizável e não carente de análise específica. Para a competência do historiador, o decisivo é a “ciência”: “A arte basta a si mesma. Sua existência prova sua validade. Por outro lado, a ciência necessita ser plenamente desenvolvida, com toda clareza, até seu conceito e sua mais profunda especificidade”¹⁹⁰. Essa posição é típica



189 RANKE, L. von. *Vorlesungs-Einleitungen*, p. 72 et seq.

190 Idem.

de uma teoria da história que se ocupa, primariamente, da científicidade do pensamento histórico. A científicidade teve de ser historicamente afirmada e sustentada contra uma tradição especulativa quanto à história e ao pensamento histórico, na qual a retórica era a forma determinante da argumentação. A ciência moderna da história constituiu-se por uma opção nitidamente antirretórica. Também aqui Ranke encontrou formulações marcantes, ao explicar lapidarmente, em sua obra tornada clássica sobre a análise e crítica das fontes na historiografia em inícios da Idade Moderna, o que interessa fazer: “A verdade nua, sem qualquer adorno; investigação profunda de cada caso; o que mais Deus mandou; mas nada de poesia, nem mesmo um pouquinho; nada de fantasia”¹⁹¹.

Esse giro realista para a análise investigativa da experiência histórica nunca levou a que a especificidade da historiografia fosse desconsiderada por completo. Mas, em comparação com o peso então concedido ao método histórico, não se pode deixar de notar que faltou acuidade analítica à discussão sobre a escrita da história. Na evolução mais recente da teoria da história dá-se o contrário. Os procedimentos não cognitivos da constituição histórica de sentido – tal como aparecem claramente na historiografia – estão agora em primeiro plano, lançando sombra sobre a marca cognitiva do pensamento histórico.

A questão decisiva de uma teoria da historiografia consiste, pois, em corresponder adequadamente a ambos os elementos: à *pertinência cognitiva*, que o pensamento histórico adquire ao se basear em pesquisa, bem como à *forma estética* e ao *efeito retórico*, com os quais o pensamento histórico torna presente o passado.

Narrar – literariamente. Para tanto requer-se considerar os fenômenos relevantes, ou seja, reservar à historiografia um lugar próprio na teoria da ciência da história. Entram aqui, por conseguinte, as *práticas do narrar histórias* e os modos determinantes de sua formatação. Trata-se, então, de elaborar a especificidade da historiografia e suas diferenças para com as muitas outras práticas de narrar. Obviamente, essa distinção tem de ser estabelecida levando-se em conta a arte do narrar, tal como prevalece na literatura. É a literatura que, se não estipula, ao menos influencia fortemente os critérios culturalmente dominantes do “bem” narrar. Esses critérios funcionam, desde o início, como princípios de formatação da historiografia, que também é avaliada com base neles. No essencial, é com os modos de pensar da teoria literária que a historiografia, como forma específica de narrar histórias, é analisada e

191 RANKE, L. von. *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber*, p. 24.

tornada inteligível. Assim, tacitamente, o narrar literário, enquanto empreendimento artístico – ou seja: como aquilo que usualmente se chama de narrativa ficcional – é tomado “como sendo, com efeito, a única forma ‘correta’ do narrar”¹⁹². Com isso, entretanto, a historiografia corre o risco de ser tomada por um mero caso especial e não mais por um modo autônomo do narrar. Em contraposição a tal tendência, cumpre entender o narrar historiográfico a partir de sua função prática de orientação histórica da vida e deixá-lo assumir seu lugar natural na cultura do narrar.

Os limites da ficção. Não se deve transformar a exuberância ficcional da narrativa literária em critério de avaliação da narrativa historiográfica. Interessa muito mais enxergar a autonomia desta no vínculo entre a imaginação ficcional e a relação com a experiência que é própria ao pensamento histórico. Não é verdade que o narrar, enquanto procedimento intelectual de superação da contingência humana, seja sempre e primariamente ficcional. Contra essa acepção tem-se a incomensurável quantidade de narrativas cotidianas, que servem à mediação e à articulação da experiência. A produção imaginativa de mundos ficcionais mediante a narração de histórias é um caso tão especial quanto a produção historiográfica de um mundo do passado na consciência do presente. Ambos os casos especiais precisam, a partir do seu substrato antropológico, ser tanto reconhecidos em sua diversidade quanto percebidos e entendidos em seus elementos comuns.

Esse substrato antropológico da narração está, como foi dito, ligado à superação intelectual de uma experiência temporal altamente significativa para a vida prática: a contingência¹⁹³. Acontecimentos contingentes são, mediante sua integração a uma história, conectados temporalmente com outros acontecimentos de modo a fazer sentido e a ser inseridos no horizonte interpretado da experiência da vida prática atual. Os acontecimentos perdem, assim, seu caráter extraordinário, com que atraíram a atenção da faculdade interpretativa do espírito humano. Preservam, contudo, seu caráter próprio de evento, sua situação temporal inconfundível na ordem do mundo. O narrar submete a singularidade dos eventos à ideia de um tempo ordenado. Com essa ideia se inscreve

192 JAEGER, S. *Erzähltheorie und Geschichtswissenschaft*, p. 237-263, cit. p. 250, a propósito de considerações de Fludernik. (FLUDERNIK, M. Towards a “Natural” Narratology. In: FLUDERNIK, M. *New Wine in Old Bottles? Voice, Focalization and New Writing*, p. 619-638). Sobre a lógica da narrativa histórica ficcional, ver a análise pormenorizada de NÜNNING, A. *Von historischer Fiktion zu historiographischer Metafiktion. v. 1: Theorie, Typologie und Poetik des historischen Romans; v. 2: Erzäh lungsför men und Entwicklungstendenzen des historischen Romans in England seit 1850*.

193 Ver p. 38 et seq.

um sentido nos acontecimentos que ocorrem nas situações da vida humana. Eles adquirem a marca do significado, com o qual se encaixam em tais situações da vida. O poder dos eventos que ameaçam esmagar a vida humana é domesticado para servir à vida. É nisso que consiste o desempenho cultural do narrar.

2. Imaginação, ficção, experiência

O narrar transpõe o caráter de evento, dos acontecimentos que ocorrem no horizonte da experiência da vida humana prática, para a representação de um contexto de acontecimentos ordenado temporalmente. Isso pode ocorrer das mais diversas formas. O narrar cotidiano integra os acontecimentos do dia a dia em seu contexto de sentido. Nisso se interpretam e mediam experiências comunicativas. Está claro desde já que podem ocorrer alterações no caráter dos acontecimentos, que se podem a serviço do interesse em lidar com a própria vida. Nenhum acontecimento pode ser representado e mediado pela narrativa de modo "puro", porque está conectado interpretativamente com outro(s) acontecimento(s). Aqui sempre intervêm interesses quanto ao que poderia ou deveria ter acontecido. Não obstante, um tal narrar é "empírico". Seu sentido decorre de o narrador e seus ouvintes partilharem a convicção de que o narrado efetivamente ocorreu.

A interpretação narrativa de acontecimentos recorre à presentificação imaginativa. Na representação produzida pela narrativa os acontecimentos não se reproduzem pura e simplesmente. Ganham, isso sim, a qualidade de significado. Esse significado não lhes é meramente atribuído, ou seja, não lhes é agregado "construtivisticamente" ou *a posteriori*. Ele decorre de um contexto complexo e dinâmico que se forma entre significado prévio e significado atribuído. No contexto prévio de sentido da vida prática, os acontecimentos narrados não são sem sentido, mas estão sempre impregnados de sentido. Isso não quer dizer, por certo, que eles deixem de ganhar, pela narrativa, seu sentido "verdadeiro", propriamente histórico. Tornam-se "verdadeiros" no sentido de serem significantes para a vida prática, ou seja: integrados ou inseridos no horizonte de sentido da vida prática. O narrar não faz o narrado ser meramente o que foi enquanto acontecimento, mas faz dele um portador de sentido no contexto dos acontecimentos da vida prática como um todo, a partir do qual e para o qual se narra¹⁹⁴.

194 O peso próprio dos acontecimentos narrados pode ser ilustrado com o fato de acontecimentos traumáticos poderem bloquear sua presentificação narrativa ou impor silêncio. Algo semelhante ocorre com as experiências de ir além do sentido dado.

A “atribuição” da carga de sentido que o narrado adquire mediante o narrar vai além da facticidade do narrado. Ela se insere na representação de um contexto de acontecimentos que possui sentido e significado para o narrador e seus ouvintes. A inserção em tal representação chama-se *imaginação*. Ela produz uma “ação” (“imagin-ação”), com a qual se transcende a facticidade, o puro “haver acontecido” do que é narrado. No processo de transcendência produzido pelo narrar, o sentido do acontecimento se torna cheio, inteligível, comunicável. Naturalmente, a *imaginação* não só agrupa algo ao narrado, mas também deixa algo de fora – tudo o que foi experimentado como insignificante, assim como exclui o que impede, destrói, distorce possíveis atribuições de significado. No caso de distorção, a apresentação narrativa serve para vivenciar seu recalque. Em casos extremos, já não se narra mais, mas cala-se eloquente: o acontecimento experimentado é excluído do contexto de sentido da vida prática, narrativamente apresentável, e abandonado às forças da destruição inconsciente do contexto de sentido.

Ficção. O acontecimento efetivo ganha, com a *imaginação* do narrar, uma significância que (ainda) não possui em seu puro acontecer. Para que seja possível distinguir (artificialmente) da facticidade do acontecimento esse ganho de significado do narrado, é necessário recorrer ao conceito de *ficção*. Isso pode, contudo, levar a grandes mal-entendidos e a um obscurecimento dos conteúdos. Lançar a *ficção* contra a facticidade só faz sentido, no plano da teoria do conhecimento, se for excluído do acontecimento factual tudo o que age sistematicamente de fato, nele, em termos de sentido e significado. Assim, seria fictício tudo o que perfaz o sentido e significado do narrar. Tal entendimento de *ficção* deixa de lado, entretanto, justamente os elementos de sentido e significado realmente presentes nos acontecimentos. Pode-se chamar esse conceito de *ficção*, empregado frequentemente na teoria da história, de “positivista”, pois se baseia na premissa de que a facticidade pura do acontecer no mundo humano nada possui de sentido ou significado. Esses só lhe são agregados pela constituição cultural de sentido produzida pelo homem (nesse caso: mediante o narrar). Esse positivismo, contudo, é manifestamente irrealista. Os acontecimentos não são, de forma alguma, sem sentido em si mesmos. Só aparecem como sem sentido se forem tomados em sua facticidade pura (que, porém, nunca ocorre na vida prática). Facticidade como oposição estrita à ficcionalidade é uma abstração, um construto mental, que não corresponde à fenomenalidade do acontecer, à sua realidade viva. Tal ficcionalidade não passa, dessarte, de uma *ficção*, resultante da abstração de elementos essenciais do acontecido.

Ficção e imaginação. Deve-se, por isso, utilizar o conceito de *ficção* exclusivamente para designar aquelas propriedades da narrativa que lhe são agregadas pelo narrar. "Fictícias" são as propriedades da narrativa que lhe são agregadas pela atuação direta do narrador (e, indiretamente, de seus ouvintes). Esse ganho insere a narrativa no horizonte de significado no qual se processa o narrar; mas exatamente: no horizonte que se efetiva por força do próprio narrar. *Imaginação* não é reprodução, mas sim uma transposição, uma transformação, na qual o acontecido é elaborado interpretativamente – e com isso perde em qualidade de experiência para ganhar em qualidade de significado.

Como o narrar jamais se satisfaz com uma mera reprodução do acontecido – nem poderia satisfazer-se, em sentido estrito, pois o acontecido nunca pode ser narrado integralmente – ele contém sempre uma dose de ficção. No narrar, a imaginação insere o acontecido em um horizonte de significado, aberto ou atualizado pela narrativa. Sendo o narrar uma elaboração comunicativa da experiência, esta vai além do experimentado, a fim de articulá-lo imediatamente com outras experiências em um contexto interpretativo. Com esse contexto, e nele, o narrar consegue produzir a orientação real desejada para a vida humana prática.

O conceito de ficção pode então receber um significado singular, ao designar essa transcendência para além de toda e qualquer experiência (e nada mais). Tudo o que esse conceito ressalta, na imaginação produzida pela narrativa, e que não tenha ocorrido no acontecimento narrado, serve a essa interpretação. A arte adota essa transcendência como um modo próprio. Ela imagina, narrativamente, um mundo que se distingue, enquanto possível, do mundo experimentado. Ao fazê-lo, ela destaca no mundo imaginado qualidades ausentes no mundo real, mas que possuem um significado especial para os homens.

Se tal narrativa for promovida a paradigma do narrar em si mesmo e incluir a própria historiografia – ao que tendem muitas teorias da narrativa elaboradas por teóricos da literatura¹⁹⁵ – incorre-se em um erro categorial. Tornar autônoma a transcendência imaginativa anula a relação com a experiência, constitutiva do pensamento histórico. Para se poder entender a narrativa historiográfica, é preciso retornar ao conceito mais original e fundamental, e também mais sóbrio, de narrativa. Ele se refere à mediação interpretativa entre ocorrências, tal como se deram no horizonte da vida humana prática, as quais, como tais, precisam ser interpretados.

195 Ver, por exemplo, a antologia FULDA, D.; TSCHOPP, S. S. (Ed.). *Literatur und Geschichte*.

Narrativa histórica. A narrativa histórica não lida com ocorrências que tenham acontecido em continuidade temporal ininterrupta até o presente, mas sim com ocorrências que trazem em si marcas peculiares de um passado significativo. O passado abriga, em seu distanciamento temporal do presente, um potencial de significado com o qual se deve lidar, de maneira própria, de forma a constituir sentido (mediante a narrativa histórica).

Tal narrativa só produz resultados – como todo narrar – por intermédio da imaginação humana. É nesta que o narrado se torna vivo, no contexto comunicativo da narrativa. A narrativa se vale da força significante da imaginação. Tem-se ainda, no entanto, mais um fator: como se trata de um acontecimento cujo significado depende diretamente de sua condição de ser passado, o processo narrativo torna presente o passado do narrado. A narrativa histórica se caracteriza, por conseguinte, por dar ao passado um segundo presente. É nisso que pensou Ranke, ao falar da “reconstituição”.

3. Ordenamentos do campo historiográfico

A quantidade e a diversidade das apresentações historiográficas es-
capam a qualquer visão de conjunto. Isso também vale para a mudança histórica e para a marca cultural que impregna a apresentação histórica. Os critérios de análise apresentados até agora valem para a historiografia em geral (inclusive o aspecto mencionado por último, do caráter argumentativo-discursivo). Não dizem, portanto, respeito à multiplicidade das formas historiográficas concretas. Delimitam como um todo o campo que a historiografia ocupa, no âmbito da orientação cultural da vida humana. Com isso, no entanto, esse campo não é apreensível em sua multiplicidade e diversidade. Abrangê-lo em seu conjunto é um problema específico que se põe à teoria da ciência da história: como então abranger essa multiplicidade e como ressaltar o modo e a maneira específicos que caracterizam uma historiografia comprometida com o caráter científico da história? Para tanto, pode-se recorrer a diversas estratégias.

Historicização. (1) Pode-se proceder historicamente e caracterizar a evolução da historiografia desde seus inícios até os dias de hoje com critérios genéticos. O ponto de fuga de tal gênese seriam as propriedades, listadas anteriormente¹⁹⁶, da historiografia (moderna), sobretudo

196 Ver p. 139 et seq.

em sua constituição genética de sentido e em sua relação com a ciência. Para o que interessa à relação da historiografia com a ciência, são determinantes os critérios prevalentes de garantia de validade. O risco de tal forma de ordenar o campo historiográfico consiste, entretanto, em medir a historiografia do passado com os padrões do presente. Subtrai-se dessa historiografia, então, o sentido próprio que possui enquanto fenômeno cultural de seu tempo. Isso significa uma perda de entendimento histórico. Não obstante, o entendimento da racionalidade intrínseca à narrativa histórica ao longo do tempo, como na multiplicidade das culturas, é um ganho cognitivo. Esse entendimento se presta à historicização própria à racionalidade metódica da ciência da história. É-lhe de bom alvitre, então, relativizar a função de padrão dos critérios atuais da historiografia científica com relação às especificidades dos tempos, sem abandonar a pretensão de validade do padrão metódico alcançado. (Esse último ponto tem de ser especialmente observado por aqueles que sublinham o "caráter ocidental" da historiografia moderna e deduzem daí a relativização da validade).

Em perspectiva histórica, as mudanças que a historiografia sofreu ao longo do tempo podem ser identificadas e descritas tanto como ganho quanto como perda. Uma representação unilinear de progresso não corresponderia ao caráter complexo do ganho de racionalidade na escrita da história. Por outro lado, não é possível renunciar ao critério abrangente de uma evolução, quando se trata da (auto)afirmação do pensamento moderno de uma história científica, no campo da cultura histórica. Esse critério é plausível: retomando as reflexões, já apresentadas¹⁹⁷, sobre uma filosofia material da história, pode-se relacioná-la a uma constatação antropológica fundamental – todos os homens, para orientar-se em sua vida prática, precisam, de um jeito ou de outro, estabelecer relações significantes com a experiência do passado e enunciar pretensões de validade. Com tal reflexão, a própria ciência estabelece, em si mesma, uma relação humanística em perspectiva temporal. Ademais, essa argumentação poderia demonstrar a grande fragilidade da rejeição, hoje tão comum, do padrão metódico do pensamento humanístico como suporte ideológico da dominação ocidental sobre as culturas não ocidentais. (Esse desprezo pelo padrão metódico não se sustenta sem um universalismo pressuposto, somente a partir do qual se pode caracterizar o ocidental como particular e, com isso, ideológico).

197 Ver p. 117 et seq.

Características histórico-filosóficas. (2) Outro quadro de referência para a análise do campo historiográfico oferece a filosofia da história em sua tríplice conformação (material, formal e funcional)¹⁹⁸.

(2a) A historiografia poderia ser ordenada de acordo com as *concepções de história*. Nesse caso, tomar-se-ia como básica a distinção entre história universal e história particular e proceder-se-ia a subdivisões dessa distinção inicial. Assim, seria possível diferenciar o campo da *história universal* em história geral, história global ou histórias universais de fatores particulares da vida humana (cultura, trabalho, dominação, gênero, etc.). As histórias particulares poderiam ser diferenciadas em um sem-número de conteúdos singulares. Os parâmetros da apresentação seriam aqui tribos, povos, reinos, religiões, nações, paisagens, regiões, construções locais, etc.

(2b) O ordenamento da historiografia de acordo com a *forma de conhecimento*, enquanto critério da filosofia da história, tomaria como base as diversas maneiras de apresentar: cronística, cronológica, tabular, catequética, narrativa, ensaística, documental (por exemplo: edição de fontes), entre outras. Aqui deve-se mencionar também as formas não narrativas de apresentação, como as descriptivas (como, por exemplo, *A cultura do Renascimento na Itália*, de Jacob Burckhardt), para deixar claro que o caráter narrativo do pensamento histórico é mais do que uma mera forma de apresentação. Tal listagem permite caracterizar as formas específicas da apresentação científica: artigos especializados, resenhas, relatórios de pesquisa, edições de fontes, textos teóricos e metodológicos sobre a história, monografias sobre temas especiais, apresentações gerais, antologias, ensaios, etc.

Porém, a relação com a ciência não deve limitar-se apenas a essa forma extrínseca, mas sim ser identificada e descrita sempre como modo de narrar nela presente. Assim, a distinção entre uma forma narrativa aberta ou fechada, entre um modo narrativo autoral ou pessoal, possui um significado fundamental¹⁹⁹. Essa análise da apresentação histórica poderia ser muito frutífera se realizada em perspectiva intercultural. Segundo o contexto cultural, as várias formas de apresentação são valorizadas diversamente. O pensamento histórico chinês, por exemplo, estabelece os “Anais de Primavera e do Outono”, redigidos por Confúcio, como paradigma da apresentação histórica, que, por seu duto claramente narrativo, pode ser distinguido, dentro de uma tipologia da

198 Ver p. 114 et seq.

199 Ver STANZEL, F. K. *Theorie des Erzählers*; LÄMMERT, E. *Bauformen des Erzählers*.

cultura, das apresentações historiográficas clássicas da Antiguidade²⁰⁰. Naturalmente, há também anais no Ocidente, que não valem exatamente, todavia, como grandes destacadadas ou fontes de orientação temporal da vida prática, o que é justamente o caso no mundo do confucionismo. Comparações culturais que se valem desse meio da teoria da historiografia ainda estão, infelizmente, em seus começos (embora promissores).

(2c) No horizonte de uma filosofia prática da história ou de uma pragmática do pensamento histórico, a multiplicidade da historiografia pode ser ordenada de acordo com critérios relacionados à *utilidade para a vida*. Trata-se aqui da proximidade ou distância dos interesses práticos, do modo de transpor os interesses em formas de conhecimento, do ganho de orientação mediante distanciamento, da inserção da reflexão sobre posicionamentos na apresentação em vez da aparência de haver escrito a única história verdadeira, e assim por diante. Para os objetivos da teoria da história, a *distinção entre pretensão de científicidade e função ideológica* é de particular importância. Os critérios de racionalidade precisam ser equilibrados pelos critérios de relevância. O próprio significado prático do distanciamento da práxis historiográfica tem de ser demonstrado. Na relação entre distanciamento e proximidade da práxis pode-se estabelecer uma escala que registre, não sua oposição, mas as diversas conformações e graduações entre ambos e, em especial, o modo como são mediados. Com a ajuda dessa escala pode-se elaborar distinções analiticamente produtivas dentre *tipos de historiografia*. Essa diferenciação valeria então como diferenciação funcional da própria cultura histórica²⁰¹.

Cientificidade como critério. (3) Pode-se ordenar o vasto campo da historiografia, do ponto de vista sistemático, também de acordo com os critérios de sua *cientificidade específica*, ou de sua relação com a científicidade enquanto princípio formatador. Essa relação pode ser identificada e esclarecida a partir de notáveis características extrínsecas. Surpreendentemente, isso mal foi levado em conta nas investigações da historiografia moderna quanto à teoria da narrativa. A nota de rodapé, por exemplo, enquanto elemento integrante da narrativa especificamente científica, não mereceu a consideração de que (ainda) goza no estudo da história como processo de produção de competência profissional²⁰².

200 Ver as pesquisas altamente proveitosas de MUTSCHLER, F.-H. *Vergleichende Beobachtungen zur griechisch-römischen und altchinesischen Geschichtsschreibung*, p. 213-253; MUTSCHLER, F.-H. *Sima Qian and His Western Colleagues: On Possible Categories of Description*, p. 194-200.

201 Ver adiante, p. 229 et seq.

202 Ver RIESS, P.; FISCH, S.; STROHSCHNEIDER, P. (em parte bem divertido): *Prolegomena zu einer Theorie der Fussnote*; GRAFTON, A. *Die tragischen Ursprünge der deutschen Fussnote ("The footnote")*.

Ao invés disso, a narratologia fixou-se no capricho de escamotear de seu quadro analítico as formas acadêmicas da narrativa histórica²⁰³. Todo o contexto próprio, em que a historiografia acadêmica aparece sob as formas discursivas consagradas na pesquisa (por exemplo: a crítica das fontes), é negligenciado, embora as obras historiográficas a serem examinadas não possam ser entendidas sem esse contexto. O conceito de intertextualidade, próprio à teoria da literatura, não dá conta do recado; é óbvio que uma historiografia sempre recorre a outra historiografia, mas igualmente a arquivos, escavações, documentações que, mesmo que possam ser articuladas para servir à apresentação narrativa, enquanto tais, não estão compostas narrativamente.

Já se remeteu às *formas narrativas especificamente científicas*. Do ponto de vista de uma teoria da historiografia, essas formas podem ser caracterizadas e analisadas como discursividade intrínseca à narrativa histórica. Seria necessário perguntar, por assim dizer, pela “nota de rodapé interna” no duto linguístico da apresentação histórica. Isso coloca a *linguagem dos historiadores* no centro da análise. Sua dimensão conceitual precisa ser considerada, desde o ponto de vista da especificidade científica, e distinguida da mera metáfora (de que sempre e necessariamente se faz uso). Abandonar os conceitos em benefício de uma metafórica cativante aparece então não apenas como ganho de plasticidade e acuidade da apresentação, mas também como abandono da intenção de dirigir-se às faculdades intelectuais e críticas dos destinatários.

A estética da recepção estabeleceu importantes evidências de que a relação a uma recepção possível, e também buscada, (co)determina a maneira de escrever textos. Desde essa perspectiva, a especificidade científica da escrita historiográfica consiste não em representar a significância do passado presentificado narrativamente de forma definitiva (ou de enunciá-lo unilinearmente), mas em fazer participar o leitor da geração do significado, mediante o modo de se dirigir a ele. Isso não quer dizer, necessariamente, que a capacidade de recepção dos textos historiográficos acabe reduzida. Pelo contrário! Quanto mais o procedimento da historiografia for multiperspectivista, por exemplo, tanto mais aumenta a atratividade da leitura como o desafio ao leitor, de posicionar-se por si mesmo quanto à divergência das perspectivas. (Será que existe, na historiografia do tempo presente, um equivalente, em complexidade de

203 O fato de que as notas de rodapé também sejam empregadas nas histórias fictícias como recurso literário não depõe contra seu significado enquanto limitador da invasão ficcional na relação da historiografia como experiência. É possível, regra geral, distinguir o caráter de referência real das notas de rodapé de seu uso ficcional.

perspectivas, ao romance de Günter Grass “A passo do caranguejo”²⁰⁴? Essa complexidade não é apenas compatível com os padrões da racionalidade acadêmica. Ela é mesmo obrigatória para esses padrões, de modo a que se possa explicitar a especificidade geracional das interpretações históricas, tornando possível transparecer a historicidade intrínseca à historiografia). Multiperspectivismo não está entre as virtudes da historiografia acadêmica, embora já tenha sido demonstrado, pela didática da história, que o mesmo é um princípio formal indispensável às apresentações históricas (quando se trata de atualizar a experiência histórica nos processos de aprendizagem).

4. Tipologia da narrativa histórica I: Droysen, Nietzsche, White

O mais importante esquema de ordenação para se apreender o campo da historiografia é uma *tipologia*. Ela resume a multiplicidade das apresentações historiográficas em algumas formas básicas, que sumarizam as propriedades características de maneira tal que abarcam tanto a unidade quanto a diversidade do campo historiográfico. Para compor uma tipologia, são importantes os critérios segundo os quais os tipos são definidos. Os tipos precisam summarizar os diversos elementos de formatação em uma *forma básica*, mediante a qual se pode distinguir claramente os vários setores da apresentação historiográfica. Os diversos setores precisam então ser articulados para cobrir todo o campo das formas historiográficas de apresentação. Para a definição desses setores, são decisivos, naturalmente, os princípios da constituição histórica de sentido, que estão à base de todos seus diversos aspectos (os materiais, os formais e os funcionais). Trata-se aqui dos princípios de formatação determinantes para a narrativa histórica. Tais princípios são, assim, concebidos como algo de fundamental, constitutivo e determinante para uma miríade de fenômenos, os quais podem ser agregados e entendidos mediante sua aplicação.

No que segue, selecionei três tipologias que se distinguiram por um impacto marcante no pensamento sobre historiografia. Johann Gustav Droysen, Friedrich Nietzsche e Hayden White analisaram tipologicamente a historiografia de modo muito diferente. (Se quisermos, poderíamos falar aqui de três tipos de tipologia historiográfica). Gostaria, a seguir, de caracterizá-las, brevemente, antes de passar a uma proposta própria.

a) Johann Gustav Droysen

Droysen distingue a *apresentação investigativa, narrativa, didática e discutidora da história*²⁰⁵. A primeira e a última decorrem do caráter investigativo do pensamento histórico. A primeira descreve o processo cognitivo da heurística à interpretação, formatando a historiografia, pois, como relato de pesquisa. A última aborda um problema específico de pesquisa e o trata como matéria de discussão especializada. A apresentação *narrativa* insere os resultados da pesquisa em uma história do processo histórico. Ela amplia o ângulo de pesquisa mediante uma síntese dos resultados da investigação e faz o saber histórico adquirido enunciar-se na forma de uma apresentação da evolução histórica que acompanha o processo temporal. A terceira enfim, a apresentação *didática*, abarca a miríade dos pormenores históricos e das diversas evoluções e elabora um processo temporal abrangente. Trata-se de uma história total, na qual e a partir da qual cada ocorrência faz sentido e possui significado. Aqui, a filosofia material da história se transpõe para a forma de uma apresentação histórica com o caráter de uma “*narrativa mestra*”.

Relação à pesquisa e sentido unitário. Essa tipologia articula o aspecto investigativo do pensamento histórico ao quadro de referência da interpretação histórica na mais ampla das perspectivas, para situar a multiplicidade das apresentações históricas no arco que vai de um detalhe histórico à história universal. Fica patente o significado particular que possuem a relação à pesquisa da historiografia, de um lado, e, de outro, sua determinação pela representação de um processo temporal abrangente, instituidor de sentido. Com isso, a tipologia de Droysen se funda claramente no pensamento histórico moderno, em suas pretensões cognitivas de validade e em sua formatação teórica na forma de uma concepção abrangente da temporalidade de todas as formas humanas de vida. Ela se torna cognoscível enquanto versão distintiva da natureza cultural própria ao homem enquanto ser-espécie em meio à multiplicidade de diversas manifestações e de suas modificações ao longo do tempo.

É notável, nessa tipologia, a representação, pressuposta, de uma significância fundamental do acontecimento temporal no mundo humano. O sentido histórico não evolui para uma tipologia de características, concepções e ideias basicamente diferentes. A tipologia de Droysen mostra apenas diversas estratégias de apresentação no vasto campo entre processos metódicos para a obtenção do saber histórico e representa-

²⁰⁵ DROYSEN, J. G. *Historik*, ed. Leyh, p. 217-233.

ções temporais abrangentes, que impregnam esse saber com sua índole characteristicamente histórica.

b) Friedrich Nietzsche

A tipologia de Nietzsche²⁰⁶ se baseia em uma crítica radical à constituição científica especializada e ao formato do pensamento histórico. Essa crítica mensura o trabalho dos historiadores profissionais pelo *serviço [utilidade] para a vida*, que deve ser atribuído, por princípio, ao pensamento histórico. Nietzsche recusa essa utilidade à ciência da história e a confronta com três formas (tipos) possíveis da utilidade para a vida da representação histórica. A forma *monumental* inspira a vida humana com grandes paradigmas de um ordenamento temporal do mundo humano. A forma *antiquária* dirige o interesse dos homens pelo passado à miríade de seus resquícios como desafios à sua apropriação interpretativa do detalhe concreto. Isso, por sua vez, abre, em sua particularidade e por ela, espaço para as possibilidades humanas na formatação do mundo e na compreensão da cultura humana. A forma *crítica*, enfim, cria no mundo humano, pela rejeição dos ordenamentos historicamente prévios, espaços para novas formatações. O presente ganha perspectivas de futuro para a vida prática mediante o distanciamento de todos os elementos prévios impositivos do passado.

Limites. Essa tipologia é meramente funcionalista e, ademais, determinada pelo fato de o pensamento histórico moderno nela não encontrar lugar. Não está caracterizada tipologicamente sua lógica de uma temporalização por princípio do mundo humano, nem seu significado prático para a articulação da identidade histórica (na época de Nietzsche, identidade, sobretudo, nacional), nem tampouco se apropria do conjunto dos fenômenos²⁰⁷. Nessa medida, trata-se de uma tipologia que propõe distinções de grande relevância para a cultura história, mas negligencia todo um amplo setor do pensamento histórico e sua peculiaridade no contexto da modernidade.

206 NIETZSCHE, F. *Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben*, p. 243-334, esp. p. 258-270.

207 A posição de Nietzsche, fundamentalmente antimodernista, impede-o de perceber a função política da historiografia de seu tempo, em particular seu significado – dificilmente subestimável – para a formação da identidade nacional. Ela o impede ainda de refletir sobre o significado político de sua própria representação da utilidade da história para a vida como puramente estética. A estética funciona como substituta da política – um elemento altamente problemático da cultura histórica (influente até hoje).

c) Hayden White

A tipologia de White²⁰⁸ se ocupa exclusivamente do caráter linguístico-literário da historiografia. White elabora um roteiro analítico da historiografia altamente complexo, contribuindo assim fortemente para destacar a escrita da história como fenômeno central da cultura histórica e da teoria da história. Ele apresenta uma poética refinada da apresentação histórica. Essa poética firma o sentido de textos historiográficos, mediante diversas formas de articulação dos acontecimentos temporais, em unidades narrativas (histórias) e expõe sistematicamente os meios de síntese narrativa que determinam essa articulação, desde seu início. Narrativas historiográficas distinguem-se, de acordo com essa concepção, por seu caráter *explicativo*.

Essa tese se baseia no entendimento que histórias explicam ao narrar. Seu modo explicativo é explanado, tipologicamente, como um modo narrativo. A historiografia explica pela maneira com que organiza a narrativa segundo modelos literários (*emplotent*). Ademais, ela explica mediante *argumentações formais* e, enfim, por *implicações político-ideológicas*. Os três modos explicativos podem ser explicitados tipologicamente. O modo narrativo *literário* divide-se em romanesco, trágico, cômico e satírico. A *argumentação formal* em formalista (que ressalta a singularidade dos acontecimentos), mecanicista (que trabalha com regularidades causais), organicista (que opera com a representação de totalidades históricas) e contextualista (que explica os eventos a partir de seu contexto). O modo *político-ideológico* da narrativa explicativa é distinguida, tipologicamente, em anarquista, radical, conservativa e liberal.

No plano fundamental da síntese narrativa, *tropos* retóricos determinam que sentido abrangente as narrativas históricas possuem. Enquanto fórmulas discursivas, os tropos prefiguram linguisticamente o caráter histórico específico dos conteúdos apresentados, constituindo, assim, o campo interpretativo da história. Quatro desses tropos, segundo White, são determinantes da diversidade das concepções historiográficas de sentido: *metáfora*, *metonímia*, *sinédoque* e *ironia*.

Poética da historiografia. Esses critérios funcionais de sentido são figuras de linguagem (formas do discurso) que atribuem aos conteúdos enunciados um sentido que vai além deles. *Metaforicamente*, um acontecimento remete a outro; *metonimicamente*, uma parte remete a um todo;

208 WHITE, H. *Metahistory*, Introduction (em português: *Meta-História: A imaginação histórica do século XIX*).

sinedoquicamente, um elemento do acontecimento remete ao acontecimento todo; *ironicamente*, o sentido suposto é refletivo criticamente.

White elaborou sua tipologia como roteiro para a análise da historiografia (ocidental) do século XIX, sem enunciar qualquer pretensão de universalidade. Mesmo assim, essa tipologia chega bem perto de tal pretensão. Os modos narrativos, enquanto tais, não aparecem como específicos de um tempo, como tampouco a argumentação formal e as implicações políticas. Somente a subdivisão tipológica dos três modos da explicação narrativa se restringe ao campo de experiência do século XIX no Ocidente. Pode ser, contudo, a qualquer momento, expandida ao ponto de valer para outros campos de experiência. Tropos, enquanto figuras de linguagem, são universais.

Com efeito, a poética da historiografia de White, por força de seu refinamento analítico e de sua complexa sistematização, serve de instrumento metódico para investigar as formas historiográficas. Com seu auxílio, pode-se caracterizar, com precisão, os formatos da historiografia. Ela sofre, entretanto, de uma séria lacuna: é fato que os tropos conferem aos eventos apresentados, linguisticamente, um sentido que vai além de sua pura facticidade. No entanto, eles nada dizem acerca do que e do como essa remissão linguística formula quanto ao contexto especificamente temporal dos acontecimentos, que é o que interessa ao pensamento histórico. Os tropos não são, pura e simplesmente, tipicamente históricos. Não se põe em dúvida seu significado para a formatação literária da apresentação histórica, pelo contrário. Mas com eles não se consegue caracterizar e analisar, com exatidão, o que distingue a historiografia das narrativas literárias. A relação à experiência, constitutiva do pensamento histórico, não é alcançada pela constituição de sentido mediante tropos. A especificidade da história desaparece nessa poética da historiografia.

5. Tipologia da narrativa histórica II: os quatro tipos da constituição histórica de sentido

No que segue, gostaria de elaborar uma tipologia que enceta caminhos diferentes dos esboçados anteriormente²⁰⁹. Ela se distingue da de Droysen por não colocar em seu centro a relação da historiografia à pesquisa. Além disso, ela não se restringe a caracterizar o pensamento

209 Já apresentei essa tipologia em diversas ocasiões. A versão mais completa (mesmo se aqui revista em algumas passagens) está em RÜSEN, J. *Die vier Typen des historischen Erzählens*, p. 148-217.

histórico moderno a partir de suas formas de apresentação, mas busca tratar do pensamento histórico em si. Deixa de lado, pois, aspectos específicos nos quais Droysen se detém, ainda que, todavia, também pretendendo elaborar os critérios determinantes da apresentação para as formas de apresentação sistematizadas por Droysen.

De maneira semelhante à de Nietzsche, minha abordagem de uma diferenciação funcional pretende igualmente abranger a totalidade do campo do pensamento histórico. Ela não exclui, no entanto, seu formato especificamente moderno, mas busca demonstrar tipologicamente a peculiaridade deste. No cruzamento de ambas as tipologias, encontra-se apenas um tipo comum: a narrativa crítica. Além do mais, Nietzsche não se ocupa, primariamente, das formas de apresentação, mas dos critérios de sentido que as determinam já em seu fundamento, critérios estes que caracterizam a dimensão cognitiva e a estético-retórica.

Diversamente de Hayden White, não cuido da forma literária da historiografia. Antes, busco sistematizar os critérios que determinam o manejo interpretativo do passado humano como especificamente histórico. São eles elaborados como tipos de narrativa, demonstráveis em qualquer apresentação histórica enquanto princípios formais. Esses quatro tipos pretendem, como dito, abranger a totalidade do campo de representação histórica do passado. Sua diversidade e sua articulação sistemática devem começar por demarcar esse campo enquanto tal. Ao mesmo tempo, porém, e sobretudo, eles devem recorrer a modelos de base para esclarecer a incommensurável massa de possibilidades de manter ou tornar vivo o passado nas orientações culturais do presente. Com eles, é possível ordenar sistematicamente essa massa. Os tipos estão, pois, situados em um plano analítico acima do sentido histórico em geral ou de princípio, mas abaixo de sua conceituação, que precisa ser elaborada para dar conta de denominar as formas de apresentação (que chegou a ser esboçada por Droysen).

Trata-se de *tipos ideais*, ou seja: de características lógicas particulares do sentido da história. Eles são obtidos intencionalmente, por meio de abstração, dos conjuntos concretos de fenômenos e elaborados como construtos narrativos de sentido, em si “puros”. Enquanto formas lógicas da constituição histórica de sentido, são atuantes e demonstráveis nas formatações concretas da cultura histórica. No entanto, manifestam-se apenas raramente, ou nunca, em sua diversidade própria nos conjuntos concretos de fenômenos. A utilidade prática dessa tipologia está no fato de tornar cognoscíveis e demonstráveis os princípios determinantes das estruturas específicas de sentido presentes nas formatações historiográficas e mesmo no pensamento histórico em si mesmo. Seu valor analí-

tico reside igualmente em sua diferenciação lógica clara e no espaço de possibilidades que abre para os contextos complexos que abrange.

Quatro tipos da narrativa histórica. Há quatro possibilidades de tornar presente o passado humano, no construto de sentido de uma história, enquanto fator de orientação cultural. A história pode ser *narrada de modo tradicional, exemplar, genético e crítico*.

No modo *tradicional*, a história é apresentada de modo a fazer ver que o sentido nela elaborado (atribuidor de significado e orientador prático) é uma qualidade una e duradoura dos eventos apresentados, através de todas as mudanças por que passaram. O sentido histórico ganha aqui o formato de uma eternidade intratemporal: o que sustenta internamente o mundo aparece, na evolução dos tempos, como significância duradoura, como duração de um ordenamento da vida. Essa significância intrínseca ao mundo humano é firmada historicamente nas origens dos ordenamentos do mundo e das formas de vida. Essas origens não são, todavia, meros começos. São, igualmente, o primeiro e o último de todos os tempos. Estão firmes como fontes de sentido da vida humana prática, abaixo da distinção entre outrora e agora, entre hoje e amanhã. Elas fundem essas duas dimensões na permanência da continuidade de sentido.

Apresentações históricas que seguem essa lógica servem para confirmar e reforçar essa continuidade. A representação do fluxo temporal determinante da *narrativa tradicional* é a da duração na mudança. Comunicativamente, tais histórias tradicionais são tratadas no modo de um entendimento sempre reproduzido, e a reproduzir, acerca da validade do ordenamento do mundo das origens. Em termos de constituição da identidade, funcionam como incitação a assumir ordenamentos do mundo originário, previamente dados. Elas conformam mimeticamente a subjetividade humana. Tais histórias são relativamente pobres de experiência, pois recorrem somente aos conjuntos de experiência válidos para a respectiva comunidade humana, abstraindo, por conseguinte, de todas as demais possibilidades de formulação diversa do mundo da vida humana. O sem-número de transformações do acontecimento temporal do mundo humano é paralisado na duração de um acontecimento normativo-paradigmático (o tempo originário)²¹⁰.

Constituição exemplar de sentido. Diversamente da tradicional, a constituição *exemplar de sentido* abre o horizonte de experiência do

210 Klaus E. Müller descreveu a concepção de sentido que fundamenta esse tipo como "ser sem tempo", fornecendo assim um paradigma histórico-universal da constituição tradicional de sentido. MÜLLER, K. E. *Sein ohne Zeit*, p. 82-110.

pensamento histórico e transforma as experiências nele acumuladas em suportes das orientações atuais do agir. Em princípio, o olhar histórico se volta para tudo o que aconteceu no mundo humano passado. O pensamento histórico se debruça sobre esse acontecimento como uma miríade de ocorrências, que correspondem a casos concretos em sua diversidade espaço-temporal, os quais, por sua vez, demonstram *regras gerais de comportamento com validade supratemporal*. Aqui, o tempo não é confinado dentro de si mesmo pelo sentido histórico, mas adquire uma qualidade supratemporal. A história funciona como mestra da vida (*historia vitae magistra*)²¹¹. O fluxo contingente do tempo do acontecimento histórico real adquire seu sentido na medida em que esse acontecimento documenta as regularidades que comandam o agir, para além de qualquer diferença temporal. No âmbito dessa maneira exemplar de narrar, o pensamento histórico constrói sua capacidade de julgar: a história ensina a gerar, a partir de casos particulares, regularidades universais do ordenamento da vida humana e as aplicar aos casos concretos dos acontecimentos atuais²¹². Nas palavras de Jacob Burckhardt: a história não torna alguém astuto por um momento, mas sábio para todo o sempre²¹³. Ela faz adquirir competência para agir. Comunicativamente, ela se realiza socialmente mediante uma argumentação, na qual a faculdade de julgar se pode efetivar e se deve afirmar. A identidade histórica se determina enquanto competência regulativa. Na perspectiva das regras do agir válidas supratemporalmente, o acontecimento do passado se efetiva no vasto espaço de diversos processos. Em termos metafóricos, pode-se dizer que a *narrativa exemplar espacializa o tempo, como sentido*, no âmbito de um acontecimento histórico, que deixa assim o confinamento de uma ordem do mundo previamente dada e passa a orientar o agir humano por meio do entendimento, obtido reflexivamente, das razões gerais da determinação desse agir.

De modo diferente da narrativa tradicional, também a exemplar paralisa o tempo, mas no plano superior do *entendimento válido atemporalmente*.

211 CICERO. *De oratore II*, 36.

212 É esse modo de pensar que determina a concepção de história de Shakespeare, mencionada anteriormente (ver p. 30). Um exemplo mais recente: "A história mostra que fatores políticos podem ser importantes, quando se trata de estimar se um devedor soberano – ou seja, regra geral, um estado – está em condições e disposto a cumprir suas obrigações". Entrevista de Moritz Krämer, responsável da Standard & Poor's pela avaliação de estados, em *Die Zeit*, 22 set. 2011, n. 39, p. 4 ("Nós somos apolíticos". Um analista se explica: porque a agência de avaliação Standard & Poor's duvida da capacidade de a Itália reformar-se).

213 BURCKHARDT, J. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. Historisch-kritische Gesamtausgabe, p. 31 [BURCKHARDT, J. *Gesamtausgabe*, v. 7: *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, p. 7].

Constituição genética de sentido.

A lógica da *narrativa genética* consiste em que, agora, o que faz sentido é a mudança. A narrativa genética temporaliza a história. Os eventos do passado, em sua mobilidade temporal, não aparecem mais como fixados em regularidades práticas imóveis da forma humana de vida. Manifestam, isso sim, uma dinâmica da mudança, que vence o receio, na evolução da vida humana no mundo, de abalar o valor de eternidade de normas em vigor. Ao revés, a mudança é tornada uma forma de vida própria ao ser humano. O passado passa a ser visto como mudança, que conecta sua própria forma de viver a outras, temporalmente anteriores, de modo que a alteridade apareça como possibilidade de viver. É própria a esse tipo de narrativa a *representação temporal de uma evolução*, na qual as formas de vida se alteram, a fim de colocar-se na dinâmica do duradouro. Histórias narradas geneticamente argumentam com diferenças temporais, que orientam o agir humano para projetos de futuro, ainda não dados previamente no passado. Em uma relação assimétrica, a experiência do passado é inserida na expectativa do futuro.

No âmbito de uma constituição histórica de sentido assim dinamizada, abrem-se à identidade humana possibilidades de individualização. Temporalização significa mudança com sentido. Ela subtrai à subjetividade humana a fundamentação de sua identidade em regras fixas. Tal constituição de sentido coloca a identidade diante da necessidade de formar-se por decisão própria (tornando-a neurótica), mas abre-lhe também espaço de criatividade para lidar consigo mesma. Esse espaço é efetivado mediante a *formação*. Formação é – vista formalmente – subjetividade temporalizada. Essa forma preenche-se com conteúdos da experiência histórica, na qual se tem a evolução das formatações do sentido do acontecimento histórico. O exemplo clássico de tal individualização, no plano da identidade coletiva, articulado com a concepção histórica de uma humanidade temporalizada, é o conceito moderno de nação.

Em resumo, pode-se dizer que, na constituição genética de sentido, o tempo é temporalizado enquanto sentido.

Constituição crítica de sentido. O quarto tipo da narrativa histórica, o *crítico*, tem uma posição especial. Ele não funciona por si só, mas atua, mediante uma relação de negação, sobre os três outros. A *narrativa crítica* destrói e desconstrói os modelos interpretativos *tradicional, exemplar*



e genético previamente disponíveis. Sua relação à experiência refere-se a acontecimentos que colocam em questão orientações históricas vigentes. A representação de tempo que lhe é determinante é a *das rupturas, descontinuidades e oposições*. Na incorporação comunicativa de histórias narradas criticamente trata-se de assumir posições divergentes, de delimitar, de rejeitar, da força modificadora do "não". Na pragmática histórica da constituição da identidade, é convicção que se forma na narrativa crítica. O construto de sentido de uma história se caracteriza pela possibilidade de julgar (negativamente) o passado que se lhe apresenta.



WORLD BACK

O que se ganha com essa tipologia? Essa tipologia é antropológicamente fundamental e pensada para valer universalmente. Com efeito, em princípio, todos os tipos podem ser encontrados em todos os tempos e nos mais diversos contextos culturais. Neles estão resumidas as possibilidades de constituição de sentido do pensamento histórico que o determinam em todos os planos de suas manifestações, tanto no cotidiano quanto nos píncaros da cultura histórica sofisticada. Ao se olhar os fenômenos, fica evidente o fato de que cada tipo nunca aparece puramente só em si, estando sempre conectados entre si nas mais variadas constelações.

Tais constelações podem ser elaboradas também como perspectivas de mudanças históricas abrangentes e, como tal, testadas. Considerada do ponto de vista puramente lógico, a *narrativa tradicional* estabelece as condições de possibilidade dos três outros tipos. A *exemplar* transcende, como se disse, o horizonte de experiência aberto pela *tradicional*. A *genética* reintroduz o tempo na dimensão supratemporal de sentido da *exemplar*. A *narrativa crítica* manifesta-se como meio de transição (quando não remanesce no horizonte de sentido de outros três tipos e, neste, viabiliza alternativas, como por exemplo tornar uma tradição substituível por outra). De forma bem esquemática, a tipologia pode ser mesmo construída como esboço de uma história universal da constituição de sentido²¹⁴. É uma vantagem do caráter abstrato desse esquematismo poder atravessar todas as culturas e, em princípio, ser demonstrado em cada uma delas. As perspectivas nele desenvolvidas não devem ser entendidas, por certo, como se uma forma de narrativa substituisse a outra. Ao invés disso, elas se superpõem e interpenetram, gerando assim uma grande variabilidade de possibilidades.

214 RÜSEN, J. *Die vier Typen des historischen Erzählers*, p. 200 et seq.

Esquema: Os quatro tipos da constituição histórica de sentido

| Tipo da constituição histórica de sentido | Relação ao presente | Representação do fluxo temporal | Forma de comunicação | Constituição de identidade | Sentido do tempo |
|---|--|---|---|---|--|
| Tradicional | Origens dos ordenamentos do mundo e das formas de vida | Duração na mudança | Adesão | Adoção de ordenamentos prévios do mundo ("imitação") | O tempo é eternizado enquanto sentido |
| Exemplar | Eventos, que demonstram regras gerais do agir | Validade supratemporal das regras do agir, que abrangem formas de vida temporalmente diversas | Argumentação com força de julgar | Competência regulativa em situações do agir ("astúcia") | O tempo é especializado enquanto sentido |
| Genético | Mudanças, que se inserem nas formas próprias de vida, oriundas de outras formas ou alheias | Evolução, nas quais as formas de vida se alteraram, a fim de ajustar-se à dinâmica do duradouro | Relacionamento discursivo de posições e perspectivas divergentes | Individualização ("formação") | O tempo é temporalizado enquanto sentido |
| Critico | Acontecimentos, que questionam orientações históricas vigentes | Rupturas, descontinuidades, oposições | Tomada consciente de posição em distanciamento quanto a outras posições | Rejeição de formas sugeridas de vida ("convicção") | O tempo torna-se julgável enquanto sentido |

6. Tipologia da narrativa histórica III: sentido e entendimento

No âmbito de uma teoria da história, uma tipologia da narrativa não pode deixar de abordar também o *caráter especificamente científico do conhecimento histórico*²¹⁵. Isso ocorre quando se demonstram e ressaltam os princípios determinantes do pensamento científico em cada tipo narrativo. O caráter científico da narrativa histórica não é um tipo em si, mas consiste em determinada configuração dos tipos. Embora a racionalidade científica esteja constituída neles em sua relação com o mundo da vida, ela carece ainda de uma elaboração particular, que conduz a uma configuração própria dos tipos.

Os tipos de narrativa, cada um por si e todos juntos nas suas constelações cheias de variantes, tornam-se especificamente científicos quando adotam *elementos argumentativos* na apresentação histórica, baseados na pesquisa. A historiografia está então determinada pela *conceituação*, pela *relação à experiência*, pela *dinâmica da pesquisa* e pela *controlabilidade intersubjetiva*. Com essas propriedades, essenciais ao pensamento científico, os tipos adquirem um perfil peculiar.

História como ciência é um fenômeno da modernidade. O pensamento histórico moderno está determinado pela constituição *genética* de sentido. No entanto, nem todas as formas genéticas de narrar são modernas ou possuem caráter científico. Ademais, os outros tipos não desaparecem do campo dominado pelo pensamento *genético*, mas articulam-se com o *genético* de modo tal que este lhes permite assumir uma forma moderna.

Também o tipo *crítico* de narrar possui alta afinidade com a ciência. Quando pretende ser científico, todo pensamento histórico está, sabidamente, obrigado a apresentar como controláveis seus enunciados sobre o que aconteceu no passado. A narrativa de acontecimentos históricos tem de deixar claro, por princípio, o quanto seu narrar possui fundamento confiável, que dúvidas ainda persistem e que alternativas podem ser consideradas. Isso pode perturbar o duto narrativo, mas a coesão deste não pode ser obtida às custas de excluir as incertezas do saber histórico. A crítica torna-se, assim, determinação da forma.

215 Ver mais pormenores em RÜSEN, J. *Die vier Typen des historischen Erzählens*, p. 219-230.

Por mais que o pensamento crítico seja determinante para a ciência, o *tipo narrativo crítico* não é automaticamente científico. Sua negação das orientações históricas prévias está, usualmente, determinada de maneira fortemente normativa. Os acontecimentos históricos narrados no modo crítico servem para tornar novas normas empiricamente plausíveis, recorrendo para tanto à negação de normas vigentes, que são fragilizadas através da lembrança de experiências históricas contradizentes. A própria ciência versa criticamente sobre os elementos normativos prévios aqui em jogo. Ela rejeita uma seleção unilateral de conjuntos históricos de experiências, com respeito a sua coerência interna, com base em experiências não tão claras, e quem sabe mesmo contraditórias ou relativizadas. Espera-se dela ponderar, em determinado contexto de acontecimentos, o significado de eventos particulares que possam relativizar seu significado normativo para o esvaziamento de orientações históricas. A unilateralidade das apresentações históricas formatadas criticamente é notória. Ela coloca em dúvida um princípio metódico do pensamento histórico: o de que a apresentação dos acontecimentos passados tem de corresponder à multiplicidade das determinações de sentido, neles presentes por causa dos protagonistas. Nesta perspectiva, uma neutralidade estrita não é alcançável. A estrutura perspectivista das apresentações históricas diz respeito também à determinação interpretativa da relação entre posições diversas dos protagonistas. Por certo, quando – na construção historiográfica da perspectiva de apresentação – toma-se apenas uma das muitas posições dos protagonistas, entrelaçadas no acontecimento, tem-se uma unilateralidade digna de crítica.

Tradição e ciência. Em sua forma especificamente científica, a narrativa *tradicional* submete a validade dos legados da tradição a um controle crítico quanto a sua plausibilidade empírica. Ele despe de sua qualidade temporal mítica as origens valorizadas como fonte da tradição, que conseguiram manter-se através de todas as mudanças históricas. É fato que se mantém ainda a representação de uma duração das formas vinculantes de vida ao longo do tempo. A narrativa tradicional não tem como escapar, contudo, da abordagem das transformações temporais no contexto de cada duração. Naturalmente ela não pode contentar-se, com respeito a suas funções orientadoras, em meramente motivar seus destinatários a adotar uma atitude mimética quanto às formas de vida humana apresentadas. Em perspectiva funcional, isso afinal suprimiria a atitude crítico-reflexiva quanto ao passado, constitutiva do pensamento científico, inclusive em sua articulação historiográfica.

A qualidade de eternidade do sentido histórico concebido tradicionalmente, em princípio, não é suprimida pelo caráter argumentativo de uma forma narrativa especificamente científica, mas sim modificado em seu caráter temporal. O pensamento histórico científico é o pensamento histórico moderno, e isso está determinado, na tipologia da narrativa, pelo narrar genético. A duração intrínseca ao tempo torna-se uma grandeza antropológica. A historiografia não tem como excluir a mudança temporal da qualificação dos ordenamentos tradicionais da vida. Ela tem de evidenciá-la neles mesmos. Somente assim é possível entender plausivelmente os princípios tradicionais de ordenamento resistentes à mudança. A dinâmica da gênese tem de ser projetada, reflexivamente, para dentro da própria ordem tradicional. Isso é possível, por princípio, porque o acontecimento histórico se move em um âmbito antropológico que demonstra as determinações normativas da qualidade cultural de ser humano, que se mantêm em todas as transformações temporais.

Pensamento exemplar e ciência. A narrativa histórica *exemplar* está guiada pelo papel que desempenha nela a capacidade de julgar, fundada em distanciamento reflexivo, e própria ao pensamento científico. Ela passa por uma alteração de forma, decorrente da especificidade científica. Isso ocorre, sobretudo, quando se trata de extraír da miríade dos acontecimentos históricos do passado uma regularidade geral do comportamento humano. O pensamento histórico científico obedece, em sua configuração moderna, à seguinte regra hermenêutica: não se faz justiça ao passado humano quando não se interpretam os acontecimentos e as formas de vida considerados no horizonte da autocompreensão dos homens que agem e sofrem. Com isso não se suprime, certamente, a validade supratemporal do entendimento histórico do comportamento humano, obtido exemplarmente. Esta é, sim, dinamizada temporalmente. As estruturas comportamentais gerais do homem são conectadas a seus contextos, sistematicamente, em sua apresentação exemplar. Com isso a generalidade das estruturas encontradas e as posições normativas tornam-se abstratamente cognoscíveis e concretizáveis por articulações temporais abrangentes dos acontecimentos (representações das evoluções).

O pensamento histórico *genético* fornece o fio condutor narrativo (a estrutura da trama) das apresentações históricas especificamente científicas. Isso, porém, não basta para que todas as apresentações organizadas geneticamente sejam especificamente científicas. Tal somente ocorre quando o uso argumentativo do entendimento humano se engaja também na apresentação do acontecimento do passado e na descrição de seu significado para o presente.

Cientificidade e riqueza de formas. Como todos os tipos estão sistematicamente articulados, as modificações da constituição de sentido, produzidas pela racionalidade do pensamento científico, relacionam-se para produzir uma complexa tessitura de possíveis modalidades da narrativa histórica. Cientificidade em nada significa empobrecimento da historiografia. Pelo contrário, ela produz uma acentuação de sua complexidade própria. Na demonstração, pela teoria da história, dessa complexidade, tem-se não uma pretensão de regular as apresentações históricas, mas a incitação a enfrentar, efetivamente, essa complexidade. Tal ocorre em formas literárias, que na teoria da história não tem como regulamentar. Uma teoria da história que se apresente como poética normativa da historiografia infringe o próprio princípio de abertura para a argumentação. A riqueza de formas da historiografia deve ser fundamentada e não restrinuida normativamente. Não se pode prescrever que formas literárias e que meios da realização da força própria de entendimento da constituição histórica de sentido devam ser levados em consideração. Pode-se apenas incitar a que sejam explicitadas as razões de adoção de formas e meios. Abundam na literatura exemplos da possibilidade de narrativas, que possuam abertura às fundamentações argumentativas. Entretanto, não se encontra nela a estrutura de fundamentação que a história, enquanto ciência, elaborou. É aqui que está a oportunidade de a historiografia profissional abordar tais formas literárias e as inserir em uma narrativa histórica. A historiografia não deve perder seu entendimento na estética e na retórica, mas fazê-lo valer.



Capítulo VII:

Os fundamentos da cultura histórica

1. Cultura histórica como práxis social

O tema da “cultura histórica” remete a teoria da história ao ponto de partida de suas reflexões: à origem do pensamento histórico na vida humana prática. Ela tomou esse ponto de partida para permitir ao pensamento histórico emergir das carências de orientação e caracterizar assim sua peculiaridade. Em seguida, a teoria da história abordou as possibilidades de satisfazer tais carências de orientação. Ao fazê-lo, colocou no centro de suas reflexões a particularidade do manejo científico do passado humano. Agora, ela estende o arco de suas reflexões à esfera da vida humana prática, a fim de investigar a função do saber histórico, obtido pelo pensamento e apresentado pela narrativa. Ao mesmo tempo, busca descobrir e descrever o papel específico desempenhado pela história nos contextos práticos de aplicação do saber histórico.



Cultura histórica é o suprassumo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana. Ela abrange as práticas culturais de orientação do sofrer e do agir humanos no tempo. A cultura histórica situa os homens nas mudanças temporais nas quais têm de sofrer e agir, mudanças que – por sua vez – são (co)determinadas e efetivadas pelo próprio agir e sofrer humanos. A cultura histórica é capaz de orientar quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro.

Essa definição amplia, naturalmente, o olhar reflexivo da teoria da história para além da especificidade da ciência da história. Esquecida essa amplitude, a cultura histórica se reduziria a assunto de um grupo particular de atores: as historiadoras e os historiadores, os especialistas. Sem questionar o papel protagônico desse grupo, deve-se manter presente, desde o inicio, o contexto social em que se faz história. É somente nele que pode surgir a profissionalização do pensamento histórico. É ainda nele que a prática profissional se efetiva – seja lá de que maneira for. Trata-se, por conseguinte, de colocar o pensamento histórico em evidência, na amplitude e na profundidade da orientação cultural da vida humana, e de o descrever (exemplarmente).

A quem pertence, afinal, a história? Eis aqui uma pergunta perfeitamente legítima²¹⁶. O significado fundamental, que a consciência humana do tempo e sua versão enquanto consciência histórica possuem para cada homem e para sua maneira de levar a vida, admite somente uma resposta: a história pertence a cada um. “Cada um é seu próprio historiador”, diz um mote consagrado²¹⁷. Uma “propriedade” universal é um problema teórico de grande alcance, pois ela só pode existir em meio a uma variedade infinda de pertencimentos reais. Essa “propriedade” se manifesta como multiplicidade e como oposição em contextos dinâmicos, plenos de tensão, de perspectivas quanto ao passado. É nessa multiplicidade que a ciência da história tem de encontrar seu lugar e sua missão. Tal lugar e tal missão só podem ser delimitados com precisão quando se pergunta não apenas sobre os resultados, mas também sobre os limites da ciência.

A quem pertence a história? É fácil dizer que a constatação de que a história pertence a todos pode democratizar o pensamento histórico. Esse pensamento passa assim de algo constituído por privilégio (amizade próximo ao poder) a algo que é objeto de debates públicos (e naturalmente também privados). Em tal amplitude, porém, é certo que o pensamento histórico perde seus contornos, dissolve-se nas mais variadas formas de articulação e torna-se um joguete de interesses diversos. A intenção de democratizar pode então conduzir a uma anarquia, cujo espraiamento não se tem como antecipar. Obviamente não é possível partir da ideia de que todas as formas históricas de lidar com o passado sejam equivalentes. Todas, contudo, pretendem valer – por isso o fundamento de cada uma pode ser tratado com argumentos e contra-argumentos. Isso



216 FONER, E. *Who owns History? Rethinking the Past in a Changing World*.

217 BECKER, C. *Every Man His Own Historian*, p. 233-255.

traz a ciência da história de novo para o primeiro plano, pois é ela que elabora o modo mais sofisticado de fundamentar o manejo do passado. A ciência da história sustenta energicamente, enquanto instância social própria, uma fundamentação específica, racional. Ela se legitima pela relação com a experiência mediada pelos conceitos, pelo controle crítico da experiência, pela argumentação explicativa e pelo progresso cognitivo mediante pesquisa. Com tal desempenho, ela se alça acima das opiniões levadas por interesse e as trata criticamente. É certo que ela corre o risco de se superestimar e de negligenciar seu próprio enraizamento na vida prática concreta das historiadoras e dos historiadores. Assim, ela pode vir a tomar suas perspectivas de interpretação como as únicas verdadeiras ou pelo menos como as mais dignas de valer, e a rejeitar as demais como irrelevantes. Ela não sucumbe sempre, porém, a esse risco.

No que segue, trato de examinar a função cultural da ciência da história no âmbito de um exame geral dos resultados obtidos pela consciência histórica na vida humana e de expor suas principais características. Para tanto, requer-se considerar o significado da *memória* e de suas manifestações culturais para a consciência histórica, seu papel cultural e sua formatação.

2. Consciência histórica e memória

A orientação cultural da vida humana prática, mediante a experiência interpretada do passado, é uma atividade criativa dos seres humanos. Ela se conecta sempre com interpretações prévias, inseridas efetivamente nas circunstâncias da vida humana. Esse caráter prévio do passado, nos esforços do presente por haver-se com ele, é evidente. Isso fica claro, de imediato, quando se considera o desempenho básico da consciência humana ao lidar com o tempo. A consciência humana do tempo é uma imbricação complexa de memória e expectativa²¹⁸. O horizonte temporal da vida humana abarca da experiência do passado à expectativa de futuro. Um dos direcionamentos do arco temporal entre passado e futuro é, pois, constituído pela memória. Ainda que seja inseparável de outro direcionamento, o que aponta para o futuro costuma ser tratado, no discurso habitual das ciências da cultura sobre a memória, como um fenômeno autônomo.

218 Ver RÜSEN, J. *Die Kultur der Zeit*, p. 23-53.

Pode-se discutir se a cultura histórica é um fenômeno da memória ou não. Conforme se estenda o arco da memória, ele ou abarcará o campo da cultura histórica em toda sua amplitude ou circunscreverá apenas o passado vivo na consciência de determinados indivíduos. No entanto, mesmo nos termos restritos de uma memória pessoal e individual, não há como excluir um passado que se estenda para além da duração da vida de cada pessoa. Seja lá do que for que os homens se lembrem, isso inclui sempre acontecimentos que eles próprios não viveram. Esses acontecimentos estão vivos na memória como fatores conformadores, condicionantes das próprias vivências ou como um passado assumido pela consciência temporal dos indivíduos por haver sido contado por outros. A categoria “consciência” possui, pois, um significado fundamental para a compreensão da consciência histórica humana. É com ela que fica claro que as atividades peculiares da consciência histórica humana surgem de uma base mental sobre a qual o passado, interpretado, exerce influência.

O tema *memória*²¹⁹ mereceu uma atenção intelectual toda especial nos últimos vinte anos. Na reflexão sobre o significado da história para a vida humana, esse discurso se distingue nitidamente do entendimento de história que foi usual no século passado. Até então, a história vinha sendo entendida como o produto do pensamento histórico profissional. Esse pensamento é uma representação do que aconteceu no passado humano, resultante de procedimentos específicos do entendimento humano. A história aparece nele como distante, fundamentalmente distinta, do presente e das características marcantes da cultura que determina os seres humanos.

A memória foi então tratada como parte da vida atual da cultura. Com isso, fenômenos até então ausentes do campo de análise do pensamento histórico passaram a nele aparecer: aqueles fenômenos nos quais o passado se torna parte integrante da cultura atual. O passado aparece, por conseguinte, não mais apenas como algo tornado presente exclusivamente mediante o trabalho metódico do pensamento histórico profissional. Ele é visto como algo sempre manifesto no presente. O acervo cognitivo histórico e sua produção profissional foram rigorosamente distinguidos dos conteúdos que possuem em si mesmos significado histórico, em virtude do qual influenciam a cultura. Sua situação na vida é localizada como “lugares de memória”. E o passado, como que

²¹⁹ Ver ASSMANN, J. *Das kulturelle Gedächtnis*; ASSMANN, A. *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*, 1999; ASSMANN, A.; FREVERT, U. *Geschichtsvergessenheit – Geschichtswesensheit*; FLAIG, E. *Soziale Bedingungen des kulturellen Vergessens*, p. 31-100; WELZER, H. *Das kommunikative Gedächtnis*.

atualmente “cristalizado” nesses lugares, veio a ser descrito como acervo próprio de fenômenos²²⁰. Ressaltou-se assim a vivacidade e a influência do passado que lhe seriam subtraídas ou descartadas, se o passado fosse um conteúdo restrito à pesquisa acadêmica e à historiografia.

Memória versus história. Dessa forma, a memória e a história acabaram por ser contrapostas. A atratividade da memória consistia nessa vivacidade prévia do passado, constante dos processos culturais da orientação prática da vida. Em contrapartida, reduziu-se a atratividade do significado que a história pode entregar ao presente. Enquanto a memória torna ou mantém atual o passado, a história o colocaria na distância da diferença temporal, conferindo-lhe traços de alteridade, de diferenciação para com o presente. Assim, a cultura histórica adquiriu um novo perfil, enquanto cultura da memória. Ela passou a ser vista e qualificada como efeito do passado atualizado nas orientações culturais prática, eficazes no presente. A própria ciência (que é a que tematiza essa cultura da memória) não se reservou “lugar de memória” algum. Ela funcionaria apenas como guia em seu próprio território. Isso implica atribuir-lhe o estatuto de consciência alienada e alienante. O entusiasmo com que a ciência da história se entregou aos lugares de memória, por sua vez, dá testemunho de sua busca por fontes de renovação de sua atratividade cultural. Grata, ela se voltou para as instituições culturais, com suas fontes borbulhantes de memória viva.

Pode-se explicar, dessa maneira, o novo significado que a categoria “memória” ganhou para a compreensão dos resultados obtidos pela consciência histórica humana e para os efeitos e formatos da cultura histórica. A melhor forma de ilustrar essa situação é acentuar sua diferença com respeito ao entendimento de história no meio profissional da academia, em termos ideal-típicos. Torn-se, assim, as seguintes oposições:

A memória aparece como originária e a história como deduzida e artificial. A memória é subjetiva e a história se distingue dela, no reflexo das estratégicas de pesquisa da ciência da história, por sua pretensão de validade intersubjetiva, que se poderia resumir (mesmo com o risco de um mal-entendido) com o termo “objetividade”. A memória está carregada de sentimentos, é emocional; ao revés, a história está “marcada pela palidez doentia do pensamento” – pelo que a memória motiva muito mais a ação do que a história, pois a memória é espontânea, impulsiva, sem travas. Em comparação, a história aparece – por causa dos procedimentos metódicos do conhecimento histórico – como entrevada. Se se

220 NORA, P. Zwischen Geschichte und Gedächtnis.

quiser: ela aparece como subordinada às coerções do pensamento racional e da argumentação discursiva. A memória segue critérios estético-retóricos de aceitação, ao se articular e comunicar intersubjetivamente. Diversamente, para o pensamento histórico valem critérios de pertinência empírica e explicativa. A memória é formalmente (imaginariamente) coerente, sem estar obrigada a obedecer ao mandamento da correção material. Esse mandamento, todavia, é imperativo para a história. A memória se caracteriza pelo manejo dos conteúdos da experiência, por um espírito humano, cujas aptidões estão determinadas por anseios. Por outro lado, a história tem de submeter-se às coerções da racionalidade argumentativa, em especial quanto ao controle estrito da experiência.

Esquema das oposições ideal-típicas entre memória e história

| Memória | História |
|--|---|
| Originária | Deduzida, artificial |
| Subjetiva | Objetiva |
| Carregada de sentimentos | Carregada de reflexão |
| Motivadora do agir | De baixa motivação |
| Espontânea, impulsiva, sem travas | Controlada racionalmente |
| Critérios estético-retóricos de aceitação | Critérios de pertinência empírica e explicativa |
| Formalmente coerente | Materialmente correta |
| Manejo das faculdades intelectuais por anseios | Coerções da racionalidade argumentativa |

Contextos. Com o entendimento das aptidões e desempenhos da memória, o pensamento sobre a história ganhou um acesso novo às energias mentais, nas quais e com as quais o passado participa da vida humana, integrando-se até às energias vitais da própria cultura. A suposta oposição entre memória e história teve grande sucesso estratégico no debate, mas é pouco convincente na perspectiva de uma teoria da história. (Isso teria se tornado rapidamente evidente, se o discurso da memória tivesse levado em conta o discurso mais antigo sobre a consciência histórica)²²¹. O construto de sentido “história” recorre, em prin-

221 Isso não ocorreu porque a consciência histórica foi tratada como tema pela didática da história, campo que não interessou em primeira linha os historiadores profissionais, como tampouco o tema “cultura”, tão caro às ciências humanas. A bibliografia especializada não tem como ser listada aqui. Remeto apenas a JEISMANN, K.-E. *Geschicht als Horizont der Gegenwart*; BORRIES, B. von;

cípio, aos mesmos critérios de sentido que, na memória, sustentam o passado e lhe atribuem significado. De modo puramente lógico, uma distinção absoluta entre memória e história não se sustenta. Isso não quer dizer que uma se reduza à outra, ou que nenhuma distinção possa ser feita entre elas. O fenômeno “história” – quanto a isso o discurso sobre a consciência histórica não deixa dúvidas – se caracteriza, antes de mais nada, por resultados cognitivos que não pertencem necessariamente à memória. As forças não cognitivas da memória estão subestimadas nesse discurso. Inversamente, o discurso da memória subestimou tanto a remissão da consciência histórica ao futuro quanto os elementos cognitivos da crítica racional. É decisivo, contudo, que a memória e a história recorram à mesma fonte da constituição cultural de sentido, quando se trata de fazer valer o passado como grandeza da orientação cultural.

Mas o que vale a memória como fonte da eficácia cultural do pensamento histórico? Em princípio, trata-se da atratividade do passado para o horizonte de sentido do presente, como se tem ressaltado insistente. Essa atratividade fica evidente na memória *pessoal*. Toda memória pessoal – como afirma expressamente Maurice Halbwachs²²² – se dá, por sua vez, em contextos sociais, nos quais estão inseridas relações com o passado. O passado está, manifestamente, presente nessas relações. É isso que acontece, muito especialmente, nas fortes convicções de pertencimento e demarcação e nas regulações normativas da própria vida. Por isso, toda memória possui uma dimensão social, toda memória pessoal é condicionada pela memória social.

Com a memória *social* e com a atuação, nela, de elementos coletivos de memória, amplia-se notavelmente o horizonte temporal da memória. Com essa memória ultrapassa-se sistematicamente o tempo de vida próprio a cada indivíduo. Ela se estende às profundezas do passado, para assegurar uma perspectiva promissora de futuro.

A dimensão da humanidade. Uma terceira dimensão (ao lado das dimensões pessoal e social, ou com elas) deveria – ao menos de forma tentativa – ser acrescida à determinação da memória como fonte de sentido histórico: a dimensão da humanidade. Todo indivíduo representa de certo modo – socialmente mediado – a humanidade. Todo produto da me-

PANDEL, H.-J.; RÜSEN, J. (Org.). *Gedächtnisbewusstsein empirisch*; BORRIES, B. von; RÜSEN, J. (Org.). *Gedächtnisbewusstsein im interkulturellen Vergleich*; RÜSEN, J. (Org.). *Gedächtnisbewusstsein. Psychologische Grundlagen, Entwicklungskonzepte, empirische Befunde*. KÖLBL, C. *Gedächtnisbewusstsein im Jugendalter*; SEIXAS, P. (Org.). *Theorising historical consciousness*.

²²² HALBWACHS, M. *Das Gedächtnis und seine sozialen Bedingungen*; HALBWACHS, M. *Das kollektive Gedächtnis*. Ver também WELZER, H. *Das kommunikative Gedächtnis*.

mória sempre contém critérios que podem ser vistos como antropológicamente fundamentais e universais²²³. O que isso significa, em pormenor, não pode ser reduzido a um denominador comum. Mesmo assim, entre as formas da memória social, sempre se encontram relações a qualidades humanas, a propriedades do ser humano, que marcam as manifestações culturais concretas e que, nessas manifestações, se mantêm vivas. Assim, por exemplo, as histórias das origens da humanidade pertencem às antigas narrativas mestras tradicionais, que articulam a memória social. Eis um fato que pode ser visto como *tópico* exemplar de orientação histórica manifestamente social, mediante recurso à categoria “humanidade”: as pessoas atribuem a si ou ao próprio grupo o *status* de humanidade (por exemplo: um elevado grau de civilização ou uma relação privilegiada com o mundo divino), enquanto desvalorizam os outros. Com isso, uma comunidade se distingue de outra em benefício próprio (para ficar com o mesmo exemplo: a outra é apresentada como bárbara e qualificada como estereótipo na antropologia do cotidiano da vida normal)²²⁴.

O significado do inconsciente. Algumas dimensões da memória se desenvolvem e precisam mesmo ser distinguidas teoricamente, quando se estabelecem graus distintos de consciência. Não foi preciso esperar as investigações da psicanálise para descobrir o poder do passado sobre o presente, no reino do inconsciente²²⁵. Interessa em particular a dimensão do inconsciente na perspectiva da própria humanidade. Sigmund Freud aproximou-se da questão ao lançar mão da etnologia e da crítica da religião²²⁶. No entanto, foi C. G. Jung quem apreendeu a dimensão de humanidade da constituição de sentido, com sua psicologia analítica do inconsciente coletivo, que apresenta sem dúvida uma dinâmica histórica própria²²⁷. Para a teoria da história, essas camadas inconscientes da constituição histórica de sentido continuam a ser um campo ignoto, embora não se duvide do poder dos impulsos inconscientes do comportamento humano.

Três estágios da memória. Obviamente, a memória não se restringe à articulação dessas três dimensões, intimamente conexas. Ela se articula também, nas mais diversas formas de seu relacionamento comunicativo, com seu poder de influenciar a cultura histórica. Três estágios de manifes-

223 Ver ANTWEILER, C. *Mensch und Weltkultur*.

224 Ver adiante, p. 266 et seq.

225 RÜSEN, J.; STRAUB, J. (Org.). *Die dunkel Spur der Vergangenheit*.

226 FREUD, S. *Der Mann Moses und die monotheistische Religion. Schriften über Religion*; FREUD, S. *Totem und Tabu*.

227 JUNG, C. G. *Die Beziehungen zwischen dem Ich und dem Unbewussten*; ver também NEUMANN, E. *Urpriungsgeschichte des Bewusstseins*.

tação da memória na cultura histórica podem ser distinguidos com grande proveito empírico: a manifestação *comunicativa*, a *social* e a *cultural*²²⁸.

Essa distinção permite identificar e analisar os processos evolutivos nos quais se constituem as formas de memória relevantes para a cultura histórica. Em uma graduação refinada ideal-típicamente, no início desse processo evolutivo está uma comunicação aberta sobre as múltiplas e diversas formas e conteúdos da memória e da lembrança (*memória comunicativa*). Na etapa evolutiva seguinte, pode-se falar de um segundo grau, em que se consolidam algumas formas e conteúdos de maior relevância social. Essa *memória social* apresenta aqueles elementos do passado a que se referem as comunidades, quando se pensam enquanto comunidade e se distinguem das demais. A memória social pode então evoluir para uma *memória cultural*. Ela se estabelece como quadro de referência para a integração das várias memórias sociais e para a diferenciação quanto a outras memórias²²⁹. Os três graus podem ser entendidos como uma consolidação duradoura ou como resistência à mudança. Essa diferenciação ideal-típica entre diversos tempos internos às funções da memória confere à cultura histórica uma marca ou configuração temporal própria.

Dois modos da memória. Para a práxis mental e para a eficácia da memória é necessária ainda outra distinção fundamental: a memória pode ser tanto *involuntária* e *receptiva* quanto, ao contrário, *intencional* e *construtiva*. No primeiro caso, o passado se impõe ao presente e mobiliza as energias mentais da consciência humana para ser domesticado, interpretado e elaborado. Nesse modo de memória, o passado invade, desafia, força o presente. O passado é, por assim dizer, “invasivo”. O sentido aqui é recebido ou, se assim se quiser, experimentado ou apreendido. Os potenciais de sentido da consciência humana podem ser abordados, assim, de diferentes formas. Em casos extremos, como a superação do sentido de uma experiência religiosa ou estética, ou como destruição do sentido por uma experiência traumática²³⁰.

O outro modo é justamente o contrário: lida-se aqui intencionalmente com o que sobrou do passado, na memória presente. O sentido é constituído intencionalmente. Contam-se histórias, organizam-se interpretações, constroem-se poderosas narrativas mestras. Tradições são

228 Sigo aqui Aleida Assmann (ver nota 219).

229 A título de exemplo, veja-se o tema “Holocausto” na cultura histórica alemã. De início, era um tema dentro outros. Depois adquiriu um perfil próprio e uma importância política crescente. Enfim, tornou-se parte integrante do leque de temas históricos relevantes para a identidade alemã.

230 Ver adiante, p. 275 et seq.



ajustadas às novas circunstâncias da vida, elementos normativos prévios influentes sobre a memória podem ser modificados, rejeitados ou mesmo substituídos por outros. Da memória comunicativa passa-se à memória social e, desta, à memória cultural. Efetivam-se também todas as práticas mentais com as quais o passado rememorado é tornado compatível com a vida. E, sobretudo: arranca-se da memória o espinho do sofrimento. Perpetradores podem tornar-se vítimas, derrotas podem tornar-se vitórias. Culpa pode ser negada e transferida para outros, etc. Naturalmente encontram-se também recalques e, com eles, o poder dificilmente controlável da dimensão inconsciente da memória.

A memória espontânea ou “invasiva” acontece de modo contingente. Ela pode irromper quase subitamente, provocada no mais das vezes por experiências sensíveis. Essa memória é, essencialmente, *receptiva*. Em comparação, a memória intencional, construtiva, é *produtiva*, um produto de formatação consciente. A memória espontânea articula-se literariamente como reflexo de uma inocência perdida (conectada usualmente com a metáfora da infância), de uma origem perdida, enquanto promessa de felicidade de um “outro estado” (Musil)²³¹. No ensaio de Kleist sobre o teatro de marionetes²³², esse passado é descrito, de maneira impressionante, como saudade atual. Como promessa de felicidade, ela quer se perpetuar, enraizar o lembrado na duração. Como ocorrência produtiva, ela espera ser elaborada; como fonte de sentido, aproveitada. Como fonte de temor, da destruição traumática de sentido, ela aspira ser rejeitada, transformada, revertida. Ela desafia a aliviar as condições e os constrangimentos da vida. Em todo caso, ela impulsiona as atividades mentais. Enseja, pois, outro modo da memória, o *produtivo* ou *construtivo*. Trata-se de restaurar, nas circunstâncias da vida atual, a felicidade, prometida pela lembrança, ou ainda de recuperar a inocência perdida (o terceiro estágio no teatro de marionetes de Kleist). A domesticação do sentido se realiza por tentativas de canalização e integração. A experiência (traumática) da destruição do sentido é transposta para movimentos de busca de fontes impolutas e inesgotadas de potenciais sustentáveis de sentido. A destruição do sentido é transformada, mediante um intenso esforço mental, em ganho de sentido.

Em resumo, pode-se ainda contrapor os dois modos da seguinte maneira: o primeiro, o modo *receptivo*, serve-se do poder do inconsciente;

231 No romance *O homem sem qualidades*, Robert Musil (1880-1942) descreve o “outro estado” (“anderer Zustand”), como uma utopia mística, expressa por “um sentimento maravilhoso de liberação e de perda de limites por dentro como por fora, comum ao amor e à mística” (p. 781). (N.T.)

232 KLEIST, H. von. *Über das Marionettentheater*, p. 338-345.

o segundo, o modo *produtivo*, contrapõe ao primeiro a força do esclarecimento. O primeiro é irreflexivo, o segundo reflexivo. Ambas as formas de efetivação da memória estão, por certo, intimamente conexas – uma não pode ser pensada sem a outra. Juntas, constituem o que se pode chamar de formatação de uma cultura da memória. “Formatação” é própria a ambas: como impressão prévia e como resultado de uma atividade.

Memória e história não são a mesma coisa. No entanto, não se pode pensar adequadamente a história sem a memória. Por outro lado, a memória, sem a história, fica isolada dos desdobramentos que lhe seriam próprios e em direção dos quais evolui. Uma teoria da cultura histórica tenciona explicitar os potenciais da memória, pois esta carrega a consciência histórica com a energia vital de um passado sempre presente. No entanto, não se pode deixar de lado o trabalho da consciência, que vai além da relação com a experiência e das possibilidades de articulação da memória, transformando esta em história. É justamente nesse passo que se reconhece culturalmente a história como ciência.

A consciência histórica, enquanto lugar mental da cultura histórica, baseia-se na memória, mas é, todavia, “mais histórica” na complexidade de sua relação temporal e, especialmente, em suas capacidades e procedimentos cognitivos. A consciência histórica se articula com o caráter produtivo da memória. A consciência expande a memória pela recuperação sistemática da experiência histórica e mediante a aplicação sistemática de modelos reflexivos de interpretação. Nas etapas evolutivas da cultura da memória, cabem à consciência histórica funções essenciais para estabelecer as memórias sociais e culturais. Uma narrativa mestra é um exemplo extraordinário do desempenho da cultura histórica. A memória coletiva da nação não teria sido pensável sem o desempenho da respectiva historiografia nacional (sobretudo no século XIX).

Consciência histórica e ciência. Com respeito à constituição peculiar da consciência histórica por meio das atividades que fazem da história ciência, os elementos cognitivos da cultura da memória desempenham naturalmente um papel decisivo. Como se dá isso? Cinco procedimentos e as características que lhes correspondem podem ser distinguidos: (1) o desenvolvimento e o refinamento sistemático dessa cultura, mediante os métodos de pesquisa e as estratégias discursivas da historiografia, levam à caracterização do construto cultural autônomo chamado “ciência especializada”. Esse construto é o resultado de um processo de racionalização abrangente e fundamental. Nesse processo, a relação da memória com a experiência se expande e se aprofunda, tornando-se um procedimento cognitivo próprio. (2) O passado é transferido (trans- pos-



to), assim, de sua presença viva na memória para um conjunto de acontecimentos temporalmente distantes. O passado é objetivado, tornado conteúdo informativo das fontes, capaz este de ser apreendido metodicamente. (3) Nessa forma objetiva, o passado torna-se conteúdo de um processo de conhecimento. Esse processo garante um ganho cognitivo duradouro, mediante a pesquisa. (4) Os acervos cognitivos disponíveis tornam-se autônomos quanto a seu uso para fins de orientação e emergem-se em fins em si mesmos no profissionalismo da produção histórica de conhecimento. (5) Essa nova conformação do saber histórico acarreta uma conformação igualmente nova do teor de sentido. Esse teor se desprende dos conteúdos prévios e evolui para um processo de interpretação reflexiva. Essa dinâmica da produção de saber é acompanhada pela dinâmica de perspectivas e processos de interpretação que se modificam.

Esquema: Consciência histórica e ciência

| Processos na consciência histórica | Resultados |
|--|-------------------------------------|
| Os elementos cognitivos são sistematicamente desenvolvidos e refinados | História como ciência especializada |
| O passado torna-se objeto distante de pesquisa | Apreensão metódica das fontes |
| Conhecimento torna-se processo de pesquisa | Ganho duradouro de saber |
| Acervos de conhecimento tornam-se autônomos | Conhecimento como fim em si mesmo |
| O teor de sentido do saber é refletido | Construção de perspectivas |

Nessa forma especializada de manejo racionalizado do passado humano, a consciência histórica perde sua inserção mental na moldura temporal do agir e do sofrer atuais. Ela se afasta da utilidade para os fins práticos da vida, sem, contudo, perder seu lugar na vida. Nesse terreno, com efeito, a consciência histórica perde a tão decantada utilidade sobre a qual tanto refletiu e que tanto buscou em sua evolução histórica. Isso é compensado por um ganho tanto em conteúdo cognitivo quanto em prestígio cultural. As pretensões formadoras da história são mesmo justificadas pela referência à sua inutilidade (no quadro de tal pensamento puramente instrumental-utilitarista). Aparente futilidade pode fazer sentido (se existir uma cultura estabelecida, na qual o conhecimento é considerado valioso). Em termos de teoria do conhecimento, tal aparente falta de propósito do pensamento histórico racionalizado é caracterizada como “memória de armazenamento”. O conhecimento

histórico produzido cientificamente torna-se “entreposto de estoque” de elementos cognitivos recuperáveis, conforme necessário, a (possível) serviço dos mais diversos fins culturais. Ser *fim em si mesmo* foi originalmente a marca de um dos mais significativos produtos cognitivos do espírito humano, a *metafísica*. Da perspectiva da cultura da memória, a *metafísica* perdeu seu brilho. Todavia, posta a questão de saber que sentido possui, então, o saber que o discurso sobre a cultura da memória certamente produziu e continua a produzir, o assunto assume outra feição (desde que não se queira cair na autocontradição performativa sob o império do critério de *vivacidade*).

3. Cinco dimensões da cultura histórica

Cultura histórica, como fonte original e campo de atuação do pensamento histórico, está determinada por fatores diversos e múltiplos, como qualquer cultura. Pensar, saber, conhecer, valorizar, sentir, esperar, atemorizar-se e crer são esses fatores. *Como caracterizar a ciência da história em meio a esse feixe de fatores da cultura histórica? Como caracterizar sua condicionalidade sob esse contexto e sua influência sobre esse contexto? Necessita-se, para tanto, analisar os elementos cognitivos da constituição histórica de sentido em sua articulação com outros elementos, distintos desses. De outra maneira, não se consegue caracterizar sua peculiaridade, a qualidade cultural de sua científicidade.* Diante da diversidade e da capacidade evolutiva do pensamento histórico e, em particular, diante do desafio atual que lhe é posto pelas múltiplas tradições culturais, não se pode dispensar a análise e a explicitação, em base antropológica, dos fatores mentais decisivos da cultura histórica.

Cinco fatores. Com essa base, é possível distinguir cinco fatores determinantes fundamentais, com alguma chance de generalização: (1) pensar, (2) sentir, (3) querer, (4) valorizar e (5) crer. Partindo-se deles, pode-se estabelecer cinco dimensões da cultura histórica e seus respectivos contextos: (1) a *cognitiva*, (2) a *estética*, (3) a *política*, (4) a *moral* e (5) a *religiosa*. Esse dimensionamento possui um caráter ideal-típico, isto é, deve-se a uma abstração refinada e a uma contraposição lógica rigorosa. Ele exclui, por conseguinte, outros dimensionamentos que pretendam ser, mesmo com boas razões, autônomos e originários, igualmente passíveis de generalização (em graus diversos). Isso vale, por exemplo, para o dimensionamento ideológico (embora esse possa ser incluído como configuração específica da dimensão cognitiva), como para o psicológico. Esse último é

particularmente interessante, pois se trata de uma dimensão pouco investigada pela teoria da história, a do inconsciente coletivo²³³.

A análise das cinco dimensões e das formas e critérios de sentido que as determinam está, naturalmente, influenciada pela problemática atual da cultura histórica na sociedade moderna. Para situar a instituição “ciência da história” na cultura histórica, as três primeiras dimensões (*cognitiva, estética e política*) são decisivas. Hoje em dia, a especificidade e os resultados da ciência da história só podem ser pensados no contexto da cultura laica de uma sociedade civil. Com isso, a dimensão *religiosa* se reveste de um *status* especial. Não resta dúvida quanto a seu significado histórico e quanto a sua inegável influência atual (no debate pró e contra o caráter secular da ciência moderna). Ademais, a distinção entre secular e religioso não é assim tão nítida como parece à primeira vista (por exemplo, com relação ao confucionismo). Assim, a dimensão religiosa não pode ser omitida, ao se tratar do lugar e da função da ciência da história na cultura histórica de seu tempo. No caso da dimensão *moral* tem-se algo semelhante. Na autocompreensão de sua especialidade, a ciência da história considera-se liberada dos mandamentos de uma avaliação moral do passado, embora tais mandamentos desempenhem um papel importante na própria cultura histórica. Entretanto, a “neutralidade axiológica” da ciência da história em nada significa que fatores normativos não desempenhem papel algum nela.

Cinco dimensões. Interessa-me, no que vem adiante, tratar primeiro as cinco dimensões uma a uma e então caracterizar os critérios determinantes de seu sentido, bem assim sua configuração no quadro cultural de orientação da vida humana prática. Em seguida, abordo sua articulação sistemática. Começa-se com a questão particular sobre se e, caso sim, como os diversos critérios cognitivos, estéticos, políticos, morais e religiosos de sentido convergem na unidade própria à respectiva realidade cultural específica²³⁴.

233 Ver ERDHEIM, M. *Die gesellschaftliche Produktion von Unbewusstheit* (esp.: Adoleszenz und Kulturreichweitung, p. 271-367); RÜSEN, J.; STRAUB, J. (Org.). *Die dunkle Spur der Vergangenheit*.

234 Essa questão está mais desenvolvida em RÜSEN, J. *Was ist Geschichtskultur?*, p. 211-234. Diferenças adicionais foram propostas por KARLSSON, K.-G. *The Holocaust as a Problem of Historical Culture*, p. 9-58; a esse respeito, ver minha complementação em RÜSEN, J. *Interpreting the Holocaust*, p. 35-62. Acerca da relação do pensamento científico secular com a religião, mediante o exemplo da relação da ciência da história com a teologia, ver RÜSEN, J. *Faktizität und Fiktionalität – Sinnbewegungen des historischen Denkens in der Nachbarschaft zur Theologie*, p. 119-133.

(1) A dimensão *cognitiva* da cultura histórica se caracteriza pelo saber e pelo conhecimento sobre o passado humano. Seu critério decisivo de sentido é a *verdade*, isto é, a capacidade de fundamentar todas as sentenças sobre o passado humano com respeito a seu teor empírico, teórico e normativo. Sem essa pretensão cognitiva de verdade, a cultura histórica não pode ser pensada, nem mesmo enquanto não tenha chegado à forma da científicidade (moderna).

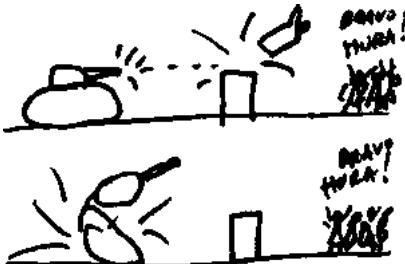
(2) A dimensão *estética* da cultura histórica é própria à percepção das apresentações do passado (nos diversos meios de comunicação). Tradicionalmente, o critério decisivo de sentido é, aqui, chamado de “*beleza*”. Pensa-se aqui na capacidade de tal apresentação de falar ao espírito e à sensibilidade de seus destinatários. Estes, por intermédio da forma apresentada, adotam as representações e as inserem no quadro de orientação da vida prática. É decisivo, para a qualidade dessa forma, a propriedade da consistência. Com respeito a seu caráter narrativo, próprio a todo saber histórico, pode-se falar de *coerência narrativa* na forma da apresentação do saber ou do conhecimento histórico. Em sua configuração moderna, no contexto de uma estética que se torna autônoma, esse princípio da forma possui um significado especial. Ele “atua” entre a sensibilidade e a razão, ao relacionar os elementos prévios determinantes em ambos os campos (a pressão da sensibilidade dos impulsos naturais, as restrições empíricas ao entendimento e os pressupostos normativos de uma natureza intelectual), de maneira a abrir espaço para uma subjetividade humana livre. É ainda possível utilizar a distinção estabelecida por Sigmund Freud, entre o superego, o eu e o id²³⁵. Assim, a dimensão estética pode ser caracterizada como o lugar em que se obedece à diretriz freudiana (ou pelo menos se poderia obedecer), segundo a qual o eu surge no conflito entre superego e id. Com sua particularidade, a dimensão estética, mediante o pensamento histórico, abre chances de humanização ausentes das demais dimensões.



235 FREUD, S. *Das Ich und das Es* (1923), p. 273-330.

(3) A dimensão *política* da cultura histórica lida com o papel desempenhado pelo pensamento histórico nas lutas pelo poder, em meio às quais os seres humanos, nas relações entre si e consigo mesmos, têm de viver. Poder é (segundo Max Weber) a perspectiva de promover obediência a uma ordem dada²³⁶. Poder mandar e dever obedecer são duas formas elementares da vida humana. Elas se excluem mutuamente, mas também necessariamente se condicionam. Não se pode pensar uma sem a outra, embora sua abordagem seja totalmente diversa. Diversamente da volúpia de poder mandar, o dever obedecer está marcado por uma forte abjeção. O pensamento histórico é uma forma cultural na qual essa relação social tensa é apresentada, com respeito ao passado, como vivível e suportável. A convivência humana depende da circunstância de os mandantes poderem esperar que os destinatários obedeçam às ordens. Os obedientes precisam igualmente ter motivos para agir assim. Essa convicção da *legitimidade* das relações de poder e dominação, sob as quais os seres humanos têm de viver, caracteriza o teor de sentido de sua relação política entre si, na qual se dá todo o jogo político. É a legitimidade que torna essas relações vivíveis. É nela que convergem as subjetividades de mandantes e obedientes na unidade de um tenso existir como ser humano. (Mediante legitimidade, poder e dominação tornam-se humanizáveis)²³⁷.

O pensamento histórico desempenha um papel essencial nessa legitimização. Ele organiza a experiência do passado, que é sempre uma experiência de poder e dominação (tendencialmente desumana). Isso se dá de maneira que a possibilidade e a carência de legitimização sejam pensáveis e significáveis enquanto sentido intrínseco ao agir político existente nos acontecimentos passados trazidos ao presente. A exigência de legitimidade que as relações de dominação têm de originar, a fim de manter-se duradouramente, é muito forte. Sem essa dimensão interna da duração, qualquer dominação corre riscos. Temos aqui uma das mais importantes fontes de legitimização da profissão de historiador. Isso vale



236 WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*, p. 38.

237 Uma legitimidade pode ser chamada de humanística quando seus critérios de reconhecimento da dominação (mas também, implicitamente, de sua crítica) são hauridos do modo humano de ser e podem ser fundamentados no princípio da dignidade da pessoa humana.

também para a ciência da história como fornecedora de saber histórico. (Sem a carência de legitimação histórica dos estados modernos não se teria o ensino de história organizado nas escolas). Tem-se com isso também um decidido interesse político, dos detentores do poder, pelo agir dos historiadores²³⁸. Nas relações autoritárias de dominação, os historiadores estão constantemente sob suspeita de contestar a legitimação, pois são capazes de apresentar experiências de desumanidade conectadas com problemas de dominação ou relações de dominação alternativas, mais humanas. Nos sistemas políticos em que o exercício do poder e da dominação dependa da adesão de sujeitos livres (cidadãs e cidadãos), o pensamento histórico assume a função legitimadora de manter viva a liberdade humana. Temos aqui um das razões políticas mais importantes para considerar necessária a científicidade do pensamento histórico.

(4) A dimensão *moral* da cultura histórica trata da valorização do acontecimento passado de acordo com normas éticas e morais válidas na cultura atual. É decisivo aqui o critério de sentido da distinção entre o *bem* e o *mal*. Toda atualização do passado pela cultura histórica ganha significado ao ser interpretada segundo os critérios dessa distinção. Isso vale para o pensamento histórico em geral: sua configuração narrativa não é pensável sem elementos normativos. Esses elementos se inserem nas perspectivas de acesso à experiência do passado pela posição adotada pelo sujeito do pensamento histórico na vida prática atual. Essa posição também está sempre determinada por uma relação ao sistema de normas e valores, no contexto do pensamento histórico.

Pode-se mesmo identificar uma ética especificamente histórica na cultura histórica contemporânea. O critério de sentido decisivo, para ela, é a responsabilidade histórica²³⁹. Com esse critério, a moralidade do pensamento histórico progride, de uma consideração externa ao acontecimento histórico, para uma conexão interna com ele. A moral da história é externa quando os critérios de valor do presente são aplicados para julgar os acontecimentos passados. O sujeito judicante do presente relaciona-se externamente ao sujeito julgado do passado e a seu agir, omitir ou sofrer (como um juiz com relação ao acusado em um processo transparente). Essa relação pode transmutar-se numa relação interna. Nesse caso, o homem do presente sente-se responsável pelo que ocorreu no passado.

238 "Historians are dangerous people. They are capable of upsetting everything. They must be directed." Nikita S. Chruschtschow (citado em HEER, N. W. *Politics and History in the Soviet Union*, p. 11).

239 Ver TILLMANNS, J. *Was heißt historische Verantwortung?* Ver também: KÜHBERGER, C.; SEDMAK, C. *Ethik der Geschichtswissenschaft*.

Responsabilidade histórica. O discurso da *responsabilidade histórica* é, hoje em dia, muito difundido, mas a questão de saber como alguém pode ser responsável por algo que, individualmente, não fez (ou deixou de fazer) não é fácil de responder. Quando se fala de responsabilidade, entra-se em uma relação íntima com o passado acontecido. Nessa relação, a subjetividade do pensamento histórico se estende à subjetividade dos atores no passado (e à de suas vítimas). Essa relação íntima caracteriza as relações intergeracionais entre avós, pais, filhos e netos. Nessas relações a geração de uns se insere na geração dos outros e influencia a formação de suas disposições mentais. Tal trivialidade psicanalítica carece indiscutivelmente de análise em termos de teoria da história. Isso porque uma tal relação entre as gerações, uma tal subjetividade intergeracional não conhece limites temporais (como a psicanálise, ela se instala em um intervalo de três gerações). Trata-se da dimensão temporal da identidade histórica, que vai além da duração de vida de cada sujeito e de seus respectivos pertencimentos sociais. Quanto mais ela se estende passado adentro, tanto mais se abre a perspectiva de futuro das intenções atuais de agir e as interpretações do mundo em que se baseiam.

As pessoas do presente podem, então, relacionar-se com os acontecimentos do passado, como se tivessem sido eles mesmos os atores desses acontecimentos. É essa responsabilidade moral pelo passado que desperta um interesse crescente pelo manejo político das interpretações históricas. Nesse processo, já há algum tempo prefere-se ser contado entre as vítimas e não entre os perpetradores de um acontecimento passado repreensível. Enquanto, anteriormente, era preferível ser contado entre os vencedores, a vitimização tornou-se hoje uma tendência dominante na história recente da cultura histórica. Tal posicionamento atribui à própria identidade histórica a marca da inocência e a supervaloriza, em contraste nítido com os descendentes dos perpetradores.

(5) A dimensão *religiosa* da cultura histórica procede das profundezas da subjetividade humana, onde se relaciona com o fundamento último do sentido da vida. Esse fundamento de sentido é religioso quando experimentado, crido e vivido como transcendente – ou seja, quando se supera a finitude do sujeito humano e todas as experiências negativas com ela conexas (sobretudo o sofrimento e a morte)²⁴⁰. O critério decisivo aqui é o da *salvação* do ser humano de sua finitude, fonte de sofrimento. Esse critério se torna uma determinação dimensional do pensamento histórico quando essa salvação, essa intervenção da trans-

240 OTTO, R. *Das Heilige*. Ver também ESSEN, G. *Geschichte als Sinnproblem*, p. 321-333.

cedência, instituidora e garantidora de sentido, é pensada como uma intercorrência nesse acontecimento. Nesse acontecer, a figura histórica de um salvador desempenha um papel decisivo. É possível também, todavia, projetar o acontecer temporal do mundo humano numa tela de significação transcendente, na qual seu todo ganhe a profundidade salvífica de sentido. Isso pode ocorrer de modos diversos: a história pode conformar-se em um todo de sentido, no qual o próprio acontecer do mundo se manifesta (escatologicamente quanto ao fim, mas igualmente como *kairós*, em diferentes momentos²⁴¹). Ou ainda: esse todo de sentido se dá (apocalipticamente) para além do acontecer do mundo, como negação de seus déficits de sentido. De qualquer modo, o sentido histórico fica impregnado de transcendência e ganha, assim, uma qualidade espiritual. Com essa qualidade, o espírito humano vai além ou fica aquém de sua capacidade de dar sentido a seu próprio mundo, com a intenção de alcançar a plena significância na própria totalidade.

Cinco dimensões da cultura histórica

| Dimensão | Fundamento antropológico | Críterio dominante de sentido |
|-----------|--------------------------|-------------------------------|
| Cognitiva | Pensar | Verdade |
| Estética | Sentir | “Beleza” |
| Política | Querer | Legitimidade |
| Moral | Valorizar | Bem e mal |
| Religiosa | Crer | Salvação |

Enredamento das dimensões. A relação intrínseca entre as cinco dimensões e seus critérios dominantes de sentido está marcada por outra relação, repleta de tensões, entre contraposição e interdependência. As tendências de instrumentalização e os esforços de compensação determinam a dinâmica interna de uma rede complexa de relações.

Em princípio, os respectivos critérios de sentido não se excluem mutuamente, mas articulam-se mesmo em algumas constelações. Na práxis da cultura histórica, contudo, encontram-se sempre assimetrias e relações de subordinação. Assim, o conhecimento histórico tende a ver a estética de sua formatação como mero meio para a articulação de suas pretensões

241 Na mitologia grega, a medida de tempo era expressa por dois conceitos: o do tempo linear, cronológico, externo (*cronos*) e o do tempo intenso, interno, existencial (*kairós*). O autor refere-se aqui ao caráter existencial do tempo experienciado em momento(s) intenso(s). (N.T.)

de verdade e para reduzir sua coerência narrativa a uma argumentação bem-sucedida²⁴². Em casos extremos, pode-se mesmo chegar (no plano metateórico) a preferir a edição de fontes à historiografia. Paul Fridolin Kehr (1860-1944), por exemplo, viu a completude do processo de pesquisa na edição crítica de fontes e não em uma apresentação histórica²⁴³. Mesmo assim, porém, o saber histórico não fica livre de sua estrutura narrativa, e ainda menos da função de selecionar os critérios de significância.

Com respeito à dimensão *política*, uma relação de dominação, por parte da dimensão cognitiva, consiste em considerar o próprio conhecimento histórico como orientação política, ou – o que é pior – em travessar orientação política com forma cognitiva e a transformar em ideologia. A dimensão *moral*, sob a alegação de neutralidade axiológica, pode vir a ser deixada cognitivamente de lado. Isso não quer dizer que ela perca sua influência, apenas passaria a influenciar inadvertidamente. Por causa do caráter secular do pensamento moderno, a dimensão *religiosa* poderia ser vista como obsoleta. Mascarar-se-ia assim um marco de sentido do conhecimento histórico. Existem, no quadro de referências da orientação cultural da vida humana prática, expectativas de sentido que não podem ser satisfeitas secularmente, e que tampouco podem ser excluídas dos processos de constituição de sentido na cultura.

A dimensão *estética* pode absorver a *cognitiva*, ao transformar os acontecimentos do passado em joguetes da imaginação (como, por exemplo, nos filmes de Hans Jürgen Syberberg)²⁴⁴. O saber histórico torna-se assim uma mina: seus veios são usados para criar “imagens” do passado, cuja consistência aparenta uma validade que não é sustentável empírica e teoricamente. A dimensão *política* pode dominar a *estética* a um ponto tal em que esta é instrumentalizada como mero meio de propaganda. Ademais, a dimensão *política* pode servir-se da *cognitiva* para defender incondicionalmente determinada legitimação de dominação como a única concepção interpretativa possível.

A dimensão *moral* pode, mediante ideologização, absorver a *cognitiva*, justificar pretensões políticas de dominação e dissolver as expectativas religiosas de salvação em imanência mundana sem salvação. Enfim, a dimensão *religiosa* pode mesclar os limites entre crer e saber, restringir

242 É o caso, por exemplo, de Ernst Bernheim, para quem a “tarefa da apresentação” consistiria em “inserir os resultados obtidos pela pesquisa, o quanto intocados possível, na comunicação” (BERNHEIM, E. *Lehrbuch der historischen Methode*, p. 512; na 5^a edição, de 1908, p. 778).

243 Ele não considerava mais a historiografia como ciência, mas como jornalismo. PARAVICINI, W. *Die Wahrheit der Historiker*, p. 15.

244 Outros exemplos podem ser encontrados em FRIEDLÄNDER, S. *Kitsch und Tod*.

o saber em benefício do crer ou impor ao saber uma função salvífica irrealizável. Ela pode desumanizar teocraticamente a dominação e desvalorizar a moral como instrumento coercitivo da salvação.

O papel da ciência. Tudo isso não passa ao largo da ciência da história. Em uma distorção cognitivista, a ciência da história pode lidar com tendências políticas implícitas na interpretação histórica como se fossem mandamentos cognitivos e atribuir-lhes as respectivas pretensões de validade. Tendências divergentes e suas perspectivas são então qualificadas como objetivamente falsas (e a tendência própria é tida como a única objetivamente mandatória). Ela pode desprezar o peso estético próprio da apresentação histórica e considerar a abundância de notas de rodapé como prova de alto teor de racionalidade na historiografia.

Não se pode deixar de lado que a historiografia possua discursividade própria, derivada do modo mesmo com que é formatada (por exemplo, pela multiplicidade de perspectivas e pela respectiva dinâmica relacional). Isso teria, então, consequências sobre o potencial de receptividade dos destinatários da historiografia (e não apenas no âmbito do consumo literário, mas também no da formação e da educação). A historiografia especificamente científica pode mascarar suas implicações morais de modo científica, fugindo assim ao mandato da crítica das perspectivas, sob a alegação de sua pretensão de validade intersubjetiva. Enfim, sob o pretexto de seu caráter secular, pode ignorar a peculiaridade do religioso e, malgrado isso, defender cognitivisticamente um sucedâneo alienado de religião como requisito do conhecimento (como ocorre em algumas variantes do marxismo ou da recepção de Benjamin).

Equilíbrio. Como evitar tais críticas, restrições, exclusões e falseamentos? A articulação entre as cinco dimensões e seus critérios de sentido teria de ser determinada teórica e praticamente de maneira a validar-se mutuamente. Essa coerência articulada abriria à cultura histórica inúmeras possibilidades de desenvolvimento, com as quais ela poderia dar conta, convincentemente, de suas tarefas específicas no campo da orientação cultural da vida humana prática.

Em que consiste essa coerência articulada? Comecemos com a explicação de como se constitui a unidade interna das dimensões em um construto coerente de sentido. Trata-se sempre de tornar o tempo vivível. A unidade das dimensões está sempre onde a subjetividade humana tem de orientar-se mediante atividade mental-intelectual no tempo. O tempo externo (tempo natural, concretude dos acontecimentos) tem de ser transformado no tempo interno, como síntese de experiência interpretada e expectativa intencional. Dessarte, o eu humano (pessoal e

social) conquista seu tempo próprio e torna-se senhor de si enquanto tempo. É esse tempo que fornece o critério de sentido, no qual as dimensões da cultura histórica convergem e com o qual se constituem.

Integração mediante tempo significado. Tradicionalmente, esse critério foi concebido e praticado religiosamente. Durante largo tempo, a religião foi a instância integradora da cultura histórica. No divino fundiam-se a verdade cognitiva (“Eu sou o caminho, a verdade e a vida”)²⁴⁵, a consistência formal (“Deus é belo”)²⁴⁶ e a legitimidade do poder (“a mim foi dado todo o poder”)²⁴⁷. O tempo divino infunde sentido na história. Na modernidade tornou-se necessário transcender e relativizar os critérios religiosos de sentido em benefício de modos seculares de vida. Convém registrar que esses critérios não desapareceram, mas continuaram ativos. Continuaram ativos de diversas formas: de modo implícito, enquanto pressupostos²⁴⁸, e de modo explícito, enquanto (pseudo)religiosidade secular (como em certos casos de nacionalismo, do marxismo ou de ideologias racistas)²⁴⁹. Em todo caso, estabeleceu-se uma metaordem secular demarcada da religião, que a “civiliza” e vincula sua validade a um padrão de humanidade supraordenado a quaisquer crenças²⁵⁰. Essa secularização é um pressuposto necessário ao estabelecimento da história como ciência.

O ser humano como fonte de sentido. Hoje em dia – dadas as diferenças culturais e a comunicação intercultural – é razoável buscar no ser humano o sentido integrador da história. Essa razão não se põe, pois isso seria uma auto-outorga antropocêntrica, um modo de dominação cuja legitimidade estaria fora de si. Antes, essa razão está posta desde sempre, na condição prévia de ser, enquanto natureza e criatura, que o ser humano encontra em si mesmo. É-lhe necessário lidar com esse elemento de forma que tudo faça sentido. Repousa sobre a naturalidade de tal compreensão de si o critério decisivo de sentido na cultura moderna. (Como se trata sempre de transcender os elementos naturais prévios na vida humana, tal critério encerra necessariamente em si a transcendência. Dessa forma, os sentidos secular e religioso não se excluem). A capacidade de constituir sentido a partir de si mesmo é uma qualidade

245 Jo. 14,5.

246 KERMANI, N. *Gott ist schön.*

247 Mt. 28, 18.

248 Ver HARDTWIG, W. *Geschichtsreligion – Wissenschaft als Arbeit – Objektivität*, p. 1-32; RÜSEN, J. *Historische Methode und religiöser Sinn – Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denken in der Moderne*, p. 9-41.

249 Ver KÜENZLEN, G. *Der neue Mensch.*

250 Para aprofundar, ver RÜSEN, J. *Zivilgesellschaft und Religion – Idee eines Verhältnisses*, p. 222-239.

cultural do ser humano, que articula as diversas dimensões da cultura histórica e que vale como tempo do eu humano.

Esse sentido da cultura aparece, naturalmente, sob formas diversas e mutantes. Se pensarmos essa multiplicidade de manifestações como uma só e mesma capacidade cultural do ser humano de ser criativo, que revela assim seu fundamento antropológico, teremos encontrado então o princípio elementar da base fundamental e abrangente da cultura histórica. Immanuel Kant assim o formulou: todo ser humano não é mero meio para os fins de outros seres humanos, mas sempre fim em si mesmo, e ser fim em si mesmo constitui sua dignidade²⁵¹. Essa dignidade tem de ser reconhecida, por princípio, a todo e qualquer ser humano – seja lá em que modo de vida for. (Coube à filosofia da história desenvolver essa qualidade de sentido da vida humana em sua dimensão histórica específica). O critério dessa dignidade sintetiza as diversas dimensões da cultura histórica em uma dimensão única, a própria dimensão humana abrangente.

As diversas dimensões da cultura histórica deveriam estar interconectadas, de modo que a humanidade do ser humano se realize plenamente. Como se dá isso? Os respectivos critérios de sentido têm de ser estabelecidos (1) com relativa autonomia e (2) com reconhecimento e efetivação nos resultados interpretativos da consciência histórica. Esses critérios têm de exercer (3) sua função de orientação na realidade social. (4) Dentro de tal contexto produtivo, os critérios de sentido limitam seu próprio alcance e (5) criticam as incursões instrumentalizadoras nos campos uns dos outros. Com essas cinco perspectivas, as cinco dimensões podem ser articuladas em uma unidade complexa e coerente.

Os novos meios de comunicação. Para uma teoria da cultura histórica, os novos meios de comunicação põem um problema particular. Esses meios constituem um desafio especial para a ciência da história, enquanto constituição histórica de sentido em forma cognitiva. Em nossos dias, a humanidade vivencia e opera uma mutação comparável apenas à transição da oralidade à escrita. Essa mutação transforma a prevalência da escrita (que sustenta plenamente o trabalho da ciência da história e determina sua lógica) em uma prevalência dos novos meios. Obviamente, a escrita não desaparece com isso, mas tem de renovar seu modo de expressar o sentido instituído e de o simbolizar – ela permanece relacionada às novas formas de articulação e práticas da significância imaginativa e dependente delas. Nesse processo devem surgir novas regras de cognição e estética. Nos novos meios, a cultura histórica fica marcada

251 KANT, I. *Metaphysik der Sitten* [1797], § 93.

pela simultaneidade abrangente de todos os que são historicamente diferentes. Ela se caracteriza assim pela imediatez esmagadora da percepção sensível, pelo excesso e pelo fluxo impressionante de informações, sem sentido que as ordene cognitivamente ou que as diferencie temporalmente. No longo prazo, isso deverá ter consequências notáveis sobre o que entender por história e sobre como fazer valer a compreensão da história como orientadora cultural.

Como o uso da escrita tornou-se um recurso natural, a teoria da história só veio a interessar-se pela nova problemática muito hesitadamente. É certo que o significado das imagens, como fonte, sempre foi reconhecido pelo conhecimento histórico e utilizado nos procedimentos metódicos. No entanto, dificilmente se encontrava alguma pergunta sobre a racionalidade intrínseca da presentificação imaginativa do passado, enquanto possibilidade de emprego especificamente científico dos novos meios. Independentemente da resposta que seja dada a ela, o princípio científico da argumentação, baseada na experiência e formatada por conceitos, ainda tem de demonstrar sua sustentabilidade na evolução estrutural, na época atual, dos meios da comunicação cultural.

4. Orientação e crítica: a tarefa da ciência da história

Na cultura histórica, a ciência da história tem uma tarefa específica, descriptível por uma só palavra: crítica. "Crítica" significa que os saberes sobre o passado humano, necessários à orientação prática, têm de (poder) ser submetidos a controle de plausibilidade, a fim de consolidar-se e de ser empregados como argumentos, com chance de êxito, no conflito dos múltiplos interesses.

Todos os modos de orientação da cultura histórica contêm saberes sobre o passado. Esses saberes constituíram-se e atuam, por certo, de modo diverso. Entretanto, a orientação da vida humana prática em meio às mudanças temporais de suas circunstâncias e condições não é possível sem componentes cognitivos. Sem saber o que foi e como foi, o presente não pode ser entendido. A história como ciência surge dessa dimensão cognitiva da orientação temporal prática. Ela está e permanece enraizada na vida prática – por mais que se possa ter afastado dela em muitos setores de seus campos e de suas práticas de pesquisa. Naturalmente nem todos os resultados de suas pesquisas repercutem nas práticas culturais de orientação temporal. Ela tem de se contentar em fornecer um saber que (também) possua valor prático de uso. Não é a ciência, porém, que decide sobre esse valor de uso, mas sim as carências práticas da vida social.

A utilidade do conhecimento para a vida. A ciência serve à vida, ao dotar esse valor de uso da pretensão de validade que lhe é própria. Dito de modo mais pretensioso: sua tarefa cultural prática consiste em fornecer um saber útil aos fins de orientação, que resista ao controle crítico de seu conteúdo empírico, de sua consistência e capacidade explicativa teóricas, de suas implicações normativas e de suas configurações. Incumbe-lhe, igualmente, a tarefa de rejeitar proposições sobre o passado que não resistam ao controle empírico ou cuja inserção explicativa em articulação abrangente com outros fatos não corresponda aos padrões de uma explicação histórica²⁵². Na realização dessa tarefa, a ciência da história está sempre em uma relação tensa com a política²⁵³. Dito de modo mais contundente: ela confronta o poder com a verdade. Essa confrontação não representa uma relação extrínseca entre conhecimento e poder. Essa relação, própria ao pensamento histórico, está diretamente imbricada em ambas as dimensões da vida humana prática. Entende-se assim, por conseguinte, que a utilidade do conhecimento histórico para a vida, por causa de sua configuração (tendencialmente) crítica, representa um risco permanente, para a ciência da história, de ser corrompida ou de atrair medidas de opressão.

A ciência da história introduz o fator de validade na cultura histórica. Isso se dá tanto pela produção de acervos de saber úteis quanto (e sobretudo) pela peculiaridade de seu pensar. Ela exerce sua função crítica, em particular, quando lida com acervos precisos de saber: isso se aplica especialmente aos processos e às formas da orientação cultural, ao próprio pensamento histórico em geral. Não se trata apenas de (poder) submeter, ao crivo da pertinência racional, sentenças sobre o que, quando, onde como e por que algo foi o caso no passado, mas principalmente de algo fundamental: da função crítica que é insita ao caráter cultural da orientação histórica.

Ciência como crítica da ideologia. Trata-se de uma das funções mais importantes do pensamento histórico, para a vida prática, no âmbito da cultura histórica: ela se posiciona criticamente quanto a qualquer tipo de ideologia. Entendo por “ideologia” uma cosmovisão, cognitivamente fundada, de grande influência na orientação. Ela pode estar presente em interpretações que mais camuflam do que desvelam as circunstâncias reais da vida. Essa camuflagem serve à manutenção de tal interpretação,

252 O tratamento da escravidão na cultura histórica africana e no pensamento pós-colonial é um exemplo crasso. Ver FLAIG, E. *Weltgeschichte der Sklaverei*.

253 Ver p. 232.

em benefício dos que dela tiram proveito. A ideologia seria então uma consciência falsa da realidade da vida humana sob as condições sociais. Diante de uma ideologia que camufla a realidade, compete à ciência da história, com base em sua relação com a experiência, uma função crítica esclarecedora. Essa função consiste em inserir no construto condicionante da vida prática atual, mediante a experiência histórica, os fatos e as interpretações que a ideologia camufla sob a aparência de outra realidade. (Naturalmente, essa função ideológica de camuflagem também pode atuar em nome da ciência. Foi assim que o marxismo passou a falar de uma assim chamada ciência "burguesa" da história. Tem-se aqui, contudo, uma publicidade enganosa).

Existe outro conceito de ideologia, sobre o qual não se aplica a pecha da falsa consciência. Ele se constitui a partir da estrutura formal de uma interpretação do mundo abrangente, usualmente articulada com a pretensão de científicidade. Essa interpretação abrange todo o horizonte no qual acontece a vida prática. Trata-se das representações do mundo concebidas cognitivamente. Elas prometem orientação segura em meio aos contratempos da vida. Tais representações do mundo são, em geral, "fechadas" e organizadas segundo critérios de sentido atrativos. Hoje em dia, elas estão amiúde dotadas de pretensão de "totalidade", que ultrapassa ou ignora a heterogeneidade e a contraditoriedade da configuração temporal da vida humana. Elas subtraem à experiência histórica a resistência de sua alteridade e velam o olhar sobre a contingência das mudanças temporais na vida humana. Resistem à experiência, sendo incapazes de aprender e têm aversão a admitir modos alternativos de pensar e interpretar. Sua lacuna principal reside em estreitar o espaço do movimento e da mudança discursiva no espectro interpretativo do pensamento histórico. Elas cristalizam a história e levam a crer em uma orientação confiável, obtida ao preço de um enrijecimento dogmático e de uma indigência experiencial.

Ideologias paralisam a dinâmica das orientações culturais ao estabelecer concepções fixas de sentido. Ao revés, a ciência da história pode introduzir na cultura histórica uma dinâmica discursiva, com a qual as experiências venham a ser enquadradas e não tenham de ser renegadas. Ela faz valer a riqueza das experiências históricas da alteridade e abre, assim, ao agir e ao sofrer humanos, espaços para a possibilidade de articular as chances da vida (nem que seja por contraste com sua denegação de fato).

A razão prática da ciência. Tal resultado da crítica útil à vida, obtido pela ciência da história no plano da cultura histórica, baseia-se, ao fim e

ao cabo, em *critérios da razão prática*. Esses critérios determinam a configuração cognitiva e poético-retórica do pensamento histórico. Trata-se de critérios humanísticos, com os quais as experiências históricas são interpretadas e tornadas aptas a orientar (efetiva ou potencialmente). É por intermédio deles que a subjetividade das historiadoras e dos historiadores, enquadrada metodicamente e dinamizada discursivamente, se faz valer. Essa atitude os coloca à frente de seus contemporâneos (ou pelo menos os deveria colocar).

O humanismo da ciência. As determinações práticas da razão da ciência podem inserir-se nos critérios de sentido empíricos, teóricos, normativos e narrativos do pensamento histórico. São elas que tornam necessárias e eficazes, em termos de cultura histórica, as conquistas cognitivas do pensamento histórico especificamente científico. Entendido o “humanismo” como um pensamento que se apropria sistematicamente desse princípio antropológico²⁵⁴, pode-se conceber o papel da ciência da história, na vida cultural de seu tempo, como uma forma do humanismo institucionalizado. A função crítica, no plano da cultura histórica, pode ser reduzida a um critério determinante: trata-se sempre e por princípio da crítica à desumanidade do ser humano. Ela se aplica sempre que se busca, no quadro cultural de orientação da vida prática atual, alcançar algum equilíbrio no conflito interno entre seus princípios e forças.

Immanuel Kant, como mencionado anteriormente, deu a esse critério humanístico da constituição cultural de sentido seu formato moderno: todo ser humano é fim em si mesmo, sendo assim, por princípio, sempre mais do que um mero meio para os fins de outros, e devendo como tal ser reconhecido. É no ser fim em si mesmo que reside a dignidade do ser humano²⁵⁵.

Em última análise, a atividade intelectiva do pensamento histórico, em sua configuração científica, repousa sobre essa dignidade enquanto fundamento antropológico²⁵⁶. Ela se exprime na capacidade do ser humano de servir-se de seu entendimento sem a tutela de nenhum outro (para usar novamente uma formulação kantiana), sem deixar de comunicar com os outros. Os outros também se servem de seu entendimento, ao interpretar as experiências históricas no horizonte temporal da vida humana prática.

254 Para aprofundar, ver RÜSEN, J. *Klassischer Humanismus – eine historische Ortsbestimmung*, p. 273-315.

255 Kant: ver nota 251.

256 Ver RÜSEN, J. *Vom Geist der Geisteswissenschaften*, p. 25-31.

A cultura histórica está sempre movida pelas lutas pelo poder. A ciência da história introduz, nessas lutas, as pretensões da razão prática do conhecimento histórico. Ela confronta assim a luta pelo poder interpretativo da história com o critério da legitimidade do pensar, determinante para o homem enquanto fim em si mesmo, para sua dignidade. Isso pode ocorrer de diversas formas. É decisivo, todavia, que o saber histórico utilizado para orientar contenha sempre em si a marca do humano: seu fracasso na desumanidade desafiadora, mas também seu êxito nos atos de humanização, portadores de futuro.

5. O papel da neutralidade axiológica

As reflexões apresentadas até agora, sobre o papel da ciência da história na cultura histórica de seu tempo, parecem – à primeira vista – contradizer um critério essencial à história como ciência: o da *neutralidade axiológica*. Durante longo tempo, esse critério influenciou, com boa dose de sucesso, a autocompreensão da ciência da história: o pensamento histórico científico se caracterizaria pela neutralidade axiológica, mediante a qual se liberaria da determinação normativa da cultura histórica. Estando o pensamento histórico submetido a elementos normativos prévios, então seguiriam graves consequências relativistas. Sua pretensão de validade ficaria restrita aos destinatários que se apropriassem ou quisessem apropriar-se desses elementos. Isso não é, porém, compatível com o caráter científico da ciência da história. Abandonado o postulado da neutralidade axiológica, o pensamento histórico seria rendido ao relativismo cultural, que seria incompatível com os critérios de uma racionalidade metódica especificamente científica.

Esse argumento põe a teoria da história diante de um dilema gnosiológico: pode ela preservar essa racionalidade e afirmar, ao mesmo tempo, a razão prática? Pode o conhecimento histórico marcado por essa racionalidade atuar na cultura histórica de seu tempo? Parece que estamos diante de uma contradição básica na lógica do pensamento histórico.

No entanto, essa contradição é apenas aparente. A função prática nas orientações culturais marcadas por valores, de um lado, e uma “neutralidade axiológica” na racionalidade metódica da pesquisa histórica, de outro lado, não se contradizem necessariamente. Ambas estão mediadas, no complexo processo do conhecimento histórico, e dependem uma da outra.

Ciência e mundo da vida. Para tornar plausível tal compreensão, é preciso olhar de novo a matriz disciplinar. Enquanto articulação de dife-

rentes critérios de constituição de sentido, ela determina a peculiaridade do pensamento histórico e logra oferecer uma solução. As duas dimensões estão relacionadas sistematicamente. De um lado, tem-se o mundo da vida, do qual emergem as perguntas decisivas postas ao pensamento histórico. Do outro lado está a ciência. Enquanto acontecimento próprio de natureza cognitiva, ela se distingue do mundo da vida e das atividades mentais da orientação cultural. Ela não está, pois, determinada exclusivamente pelas carências de orientação.

Critérios normativos atuam, sem dúvida, na dimensão de cotidiano do pensamento histórico. Sem o efeito de normas, o discurso semântico da simbolização não pode ser pensado. É nele que se decide o sentido que o passado possui (e deve possuir), enquanto história. Na produção científica do saber histórico, é certo que esses critérios são transformados em outra forma de pensar: na da elaboração metódica da experiência do passado segundo os critérios universais da garantia de validade. Elementos normativos prévios são reelaborados na forma de perguntas e perspectivas. A resposta a estas e sua concretização material incluem a empiria. Ela é necessária enquanto repositório das informações exigidas pela produção do saber histórico confiável. A normatividade da heurística, a facticidade e o manejo explicativo da experiência histórica não se contradizem. Pelo contrário: completam-se na unidade do processo histórico de pensar.

Não se deve esquecer que o próprio caráter científico do pensamento histórico possui uma qualidade normativa: para ele, a forma determinante da argumentação, enquanto referida à experiência formulada conceitualmente, organizada explicativamente, expressa e finalizada discursivamente, representa uma base valorativa incontornável do pensamento científico. É ela que se torna (ou pode tornar-se) atuante praticamente, quando o saber histórico, obtido pela ciência da história mediante pesquisa, é utilizado no quadro cultural de orientação da vida prática.

Capítulo VIII:

História prática – aprender, compreender, humanidade

1. Fundamentos da didática da história na teoria da história

a) O significado da teoria da história para a didática da história

Um dos campos mais importantes da aplicação prática do conhecimento histórico é o ensinar e aprender a história²⁵⁷. Por certo, isso diz respeito, sobretudo, ao ensino de história nas escolas. Outras instituições, contudo, podem ser consideradas como "lugares de aprendizado" do pensamento histórico: os museus históricos, os monumentos culturais, os memoriais, o vasto setor da educação de adultos assim como a mídia moderna.

O ensinar e aprender história são da alçada de uma disciplina especializada, a didática da história. Essa disciplina se desenvolveu como campo acadêmico autônomo, com debates teóricos e métodos de pesquisa próprios²⁵⁸, que não podem mais ser ignorados

pela academia. Essa disciplina deve sua especialização peculiar a um requisito funcional da vida cultural: sempre que se institucionalizam pro-



257 Para o que segue, ver RÜSEN, J. *Historisches Lernen*.

258 Ver, por exemplo: HASBERG, W. *Empirische Forschung in der Geschichtsdidaktik*.

cessos de aprendizagem que envolvem o pensamento histórico, exige-se determinada competência no ensino. A didática da história é a área em que essa competência é analisada cientificamente e na qual são elaboradas estratégias e práticas de sua obtenção. Poder ensinar história com competência pressupõe, naturalmente, familiaridade com as formas e os conteúdos especializados próprios ao pensamento histórico. Esse pressuposto não esgota, todavia, o tratamento científico da aprendizagem histórica. Com efeito, a história é aprendida também nas instituições acadêmicas da ciência da história (afinal, é no espaço acadêmico que os especialistas são formados). Essa aprendizagem não está, no entanto, incluída no objeto específico do pensamento histórico (abstração feita da própria história da aprendizagem histórica).

A didática da história possui, assim, um campo próprio de tarefas a trabalhar, que a distingue, substantivamente, do campo da ciência da história. Ela é a ciência da aprendizagem histórica. Produz de modo científico (especializado) o conhecimento necessário e próprio à história, quando se necessita compreender os processos de aprendizagem e lidar com eles de modo competente.

Qual o papel da teoria da história na didática da história? Difícilmente se poderia contestar que a teoria tenha um papel a exercer no campo da didática. Afinal, todo conhecimento acerca do que seja a aprendizagem histórica requer o conhecimento do que seja história, daí que consiste a especificidade do pensamento histórico e da forma científica moderna em que se expressa. No cerne da questão está a capacidade de pensar historicamente, a ser desenvolvida nos processos de educação e formação.

A função fundamentadora da teoria da história. A teoria da história possui uma função básica, fundamentadora, no campo da didática da história. Essa função é exercida, de modo usual, na formulação da pergunta “O que é história?” e na resposta a ela. As respostas são, usualmente, transpostas sem restrições próprias às formulações técnicas dos profissionais de história ou buscadas em representantes da especialidade, tornados clássicos e renomados. Nesse procedimento, remete-se ao conteúdo empírico chamado “história” ou ao manejo cognitivo deste. A tessitura complexa das relações entre essas duas dimensões do “histórico” não é, regra geral, objeto de uma reflexão detida. No entanto, a questão está justamente aí: a aprendizagem se dá como um processo mental. Ou seja: a especificidade da aprendizagem histórica só pode ser entendida se forem entendidos também os respectivos processos e as formas

de lidar com a experiência do passado. Pois é somente por intermédio desses processos que o passado se torna história. Em que consiste essa experiência, entretanto, é outra questão. Ela remete à história como um acontecimento temporal específico no mundo humano. Um processo não pode ser suficientemente explicado sem o outro.

É justamente aqui que entra a *função fundamentadora* da teoria da história para a didática da história. Ela acrescenta às duas dimensões do "histórico" (a *material* e a *formal*) uma terceira: a *funcional*, sem a qual a aprendizagem, enquanto prática cultural, não tem como ser entendida²⁵⁹. As três dimensões convergem na consciência histórica humana. *Consciência histórica também é, por conseguinte, uma categoria básica da didática da história*. Esta reflete sobre a aprendizagem histórica como processo da consciência histórica. As reflexões da teoria da história referentes a esse processo são consideradas, nesse caso, do ponto de vista da teoria e da prática do aprendizado. Em termos de *teoria do aprendizado*, examinam-se os processos da constituição histórica de sentido; em termos de *prática do aprendizado*, investigam-se as possibilidades de influenciar, quando não de conduzir esses processos.

Toda reflexão sobre a didática da história tem de começar, pois, com a análise dos processos mentais da constituição histórica de sentido. As abordagens e os argumentos necessários são postos à disposição pela teoria da história. É óbvio que os fatores e elementos *cognitivos* dessa constituição de sentido desempenham um papel relevante. Para a didática de história, ademais, é de importância decisiva não restringir o processo de aprendizagem a suas meras dimensões cognitivas. (Infelizmente isso ainda ocorre com frequência, menos entre os especialistas, mas muito nos debates em um público mais amplo, acerca do que e de como se deve aprender algo nas aulas de história. A medida do sucesso do aprendizado quase nunca vai além da medida do que se aprendeu das informações históricas). O significado extraordinário da dimensão *estética* da constituição histórica de sentido (e não apenas na era das novas mídias ou somente entre crianças e jovens) acaba por ser amiúde marginalizado, embora sua significação dificilmente pudesse ser superestimada. Em comparação com



259 Ver p. 143 et seq.

essa situação, a dimensão *política* não fica de fora por uma razão evidente: o estado e a sociedade sempre tiveram interesse em tornar a cultura política útil para o futuro, para as sucessivas gerações, reforçando, assim, os critérios determinantes da legitimização histórica do poder.

Também as duas demais dimensões – a *moral* e a *religiosa* – possuem relevância para a didática da história e precisam ter sua função didática devidamente analisada pela teoria da história.

Moral e religião como fatores da aprendizagem histórica. Com relação à dimensão *moral*, três conteúdos são especialmente importantes para a didática da história: (a) primeiro, o papel desempenhado pelo pensamento histórico na orientação cultural da vida humana prática; (b) em seguida, o manejo distanciado e crítico do pensamento histórico, com pretensões normativas, que é construído na relação ensino-aprendizagem da história, no âmbito dos respectivos contextos sociais; (c) por fim, a hermenêutica do sentido normativo próprio do passado, distinguido do presente, de que decorre a historicização (e não a relativização) dos fundamentos normativos da vida prática contemporânea.

[Sobre (a)]: elementos *normativos* não caem do céu sobre o pensamento histórico, mas constituem grandes determinantes de seus processos cognitivos e de suas funções práticas. Ao mesmo tempo, contudo, a ciência da história possui pretensões de validade fundadas em um distanciamento das cobranças normativas que decorrem – no mais das vezes por motivos políticos – do respectivo contexto. As pretensões de validade referem-se a dois aspectos: de um lado, à normatividade interna do pensamento histórico e, do outro, ao distanciamento que este toma em relação às normas e valores vigentes na vida social de modo a lhes poder examinar criticamente. Ambos os aspectos necessitam ser levados em conta por qualquer argumentação específica da didática da história quanto à normatividade do aprendizado e do ensino de história. É nesse contexto que a didática da história exerce sua função de propedêutica científica: não se trata apenas de introduzir à racionalidade própria à ciência, mas igualmente de fazer valer suas pretensões racionais como fator de orientação cultural da práxis.

[Sobre (b)]: a isso se conecta a oportunidade de aprendizagem que é própria ao fator “crítica”. A ciência da história insere esse fator na cultura histórica do tempo respectivo (dito mais cuidadosamente: ela poderia ou deveria introduzi-lo).

[Sobre (c)]: sem tomar distância da pressão exercida pelo sistema atual de normas e valores é impossível entender formas passadas da

vida humana, dentro do horizonte mesmo da autocompreensão dos que viviam à época. A tipologia da historiografia apresenta, com a constituição *exemplar* de sentido, um modo histórico de pensar cujo cerne é fortemente didático. Exemplo disso é a conhecida fórmula de Cícero, de que a história é a mestra da vida. Esse modo de pensar continua a exercer influência sobre a aprendizagem e o ensino de história, por força de sua intenção didática. Ele forma a aptidão da faculdade de julgar e, já por esse motivo, é incontornável. Não obstante, a didática da história não pode deixar de lado o modo de pensar *genético*, que difere do exemplar. A capacidade de compreender as formas da vida humana no horizonte de sua autocompreensão só pode ser desenvolvida se a lógica da faculdade do juízo for superada mediante a temporalização dos princípios morais e das concepções éticas. O caráter de validade normativa supratemporal das regras de comportamento, ensinadas e aprendidas de modo exemplar, precisa ser transformado em uma representação temporalizada da evolução dos princípios morais e éticos.

Com relação à dimensão *religiosa*, a didática da história se vale do esclarecimento, quanto ao caráter secular do pensamento histórico no contexto da modernidade, provido pela teoria da história. Nesse ponto é decisivo que se tenha consciência de que esse caráter secular não deve ser contraposto às convicções religiosas, mas sim que se leve em consideração, ao lidar com a experiência histórica, as lógicas diferentes das constituições religiosa e secular de sentido.

Experiência e interpretação, ao invés do saber. Relativamente ao desempenho cognitivo da consciência histórica recorre-se, com demasiada frequência, ao acervo de saber da disciplina especializada enquanto referência. Para tanto, procede-se a incontáveis reduções e simplificações, sem questionar sua necessidade. O “saber” permanece, assim, como o cerne do que se deve aprender. Temos aqui uma tarefa importante da teoria da história: ela tem de esclarecer à didática da história quanto ao que há de relevante neste saber. Não é uma tarefa assim tão simples quanto possa parecer à primeira vista (e que poderia, com isso, ser facilmente executada). O saber histórico é o resultado de uma síntese entre experiência e interpretação, operada pelo ser humano. Experiência e interpretação têm de ser aprendidas enquanto tais. Enquanto operações mentais fundamentais, elas não podem desaparecer ou perder-se na aprendizagem e na reprodução do saber. Outros dois componentes essenciais associam-se ainda ao saber, enquanto síntese de experiência e interpretação: a força de orientação e de motivação do sabido. Trata-se, pois, de quatro operações mentais. Reduzida essa complexidade à unidi-

mensionalidade do mero acervo cognitivo, o foco da didática da história perde algo que lhe é essencial: justamente o aprendizado dessas quatro operações mentais da consciência histórica.

Aprendizado histórico e competência narrativa. Além da acuidade analítica com que a teoria da história trata das operações mentais da consciência histórica, ela pode contribuir com outras abordagens do ensinar e aprender história. Dito de forma simples: trata-se de aprender a pensar historicamente do modo correto. Esse “modo correto” é chamado, na especialidade didática, de “competência”. Aprendizagem histórica significa, pois, aquisição de competência²⁶⁰. Competência para o que? É essa a questão crucial das determinações normativas dos processos históricos de aprendizagem. É na teoria da história que se encontram os elementos decisivos: em suma, a competência histórica consiste em uma pessoa estar apta a narrar as histórias de que tem necessidade para dar conta da dimensão temporal de sua própria vida prática. A competência histórica é a competência narrativa na relação específica com a experiência do passado. A interpretação desse passado possibilita o entendimento do presente e uma avaliação das próprias chances no futuro²⁶¹. Os diversos fatores dessa competência e sua correlação sistemática são explicitados pela teoria da história.

A didática da história não analisa, por certo, somente as competências que são (ou devem ser) adquiridas mediante a aprendizagem histórica. Ela tem de pensar os processos mentais da constituição histórica de sentido, enquanto inseridos também em um *movimento* da aprendizagem, entendido como uma evolução. A teoria da história contribui igualmente com elementos substantivos para essa análise. De início, ela expande o olhar para as quatro operações da consciência histórica próprias à constituição histórica de sentido: *experimentar* ou *perceber*, *interpretar*, *orientar*, *motivar*.

Cada uma dessas capacidades representa uma dimensão específica da competência histórica. Obviamente cada uma depende imediatamente da outra. No entanto, somente quando são distinguidas analiticamente uma da outra é que se pode avaliar adequadamente seu peso específico na constituição histórica de sentido e nos processos de aprendizado. Para tanto, as clarificações da teoria da história são necessárias, pois de outra forma a visão do processo da aprendizagem histórica se diluiria em um processo difuso da aquisição de saber e das aptidões

260 Ver SCHREIBER, W. et al. (Org.). *Historisches Denken*.

261 Ver BARRICELLI, M. *Schüler erzählen Geschichte*.

necessárias a ela. A *função de orientação* desse saber (por exemplo) seria pressuposta, mas não mais percebida como uma qualidade inerente ao saber a ser aprendido. Para lidar com ela requerem-se processos de aprendizado específicos, cuja efetivação é também específica. A *função de motivação* pode facilmente derrapar para a endoutrinação, com o que se perderia uma oportunidade de aprendizado. As oportunidades de aprendizado da percepção, enfim, são levadas suficientemente em conta somente no âmbito de uma análise da dimensão estética da simbolização semântica e da representação histórica.

A teoria da história não é, entretanto, a mesma coisa que a didática. A teoria se debruça sobre os procedimentos da constituição histórica de sentido. Os procedimentos do aprendizado têm de ser analisados de modo especificamente didático. De certa maneira incumbe à didática da história retomar os resultados da teoria da história no desempenho da consciência histórica. Não se trata então da constituição do pensamento histórico, mas sim de como esse pensamento pode ser *aprendido*. Tudo isso pressupõe o entendimento de sua constituição. Nessa perspectiva, a didática da história depende da teoria da história.

Não são apenas as quatro operações da constituição histórica de sentido (experimentar, interpretar, orientar, motivar) que podem ser reconhecidas didaticamente como processos de aprendizagem mediante competências específicas. No campo da didática da história, também e com mais propriedade, os quatro tipos da constituição histórica de sentido (*tradicional, exemplar, genético, crítico*)²⁶² valem como formas de aprendizagem. É inerente à lógica desses tipos – mais precisamente, à lógica da sua correlação sistemática – poderem ser interpretados na perspectiva de uma *lógica evolutiva*. A teoria da história pode oferecer à didática da história, assim, um fundamento teórico a partir do qual se desenvolvem as concepções empíricas e pragmáticas dos processos de aprendizagem histórica.

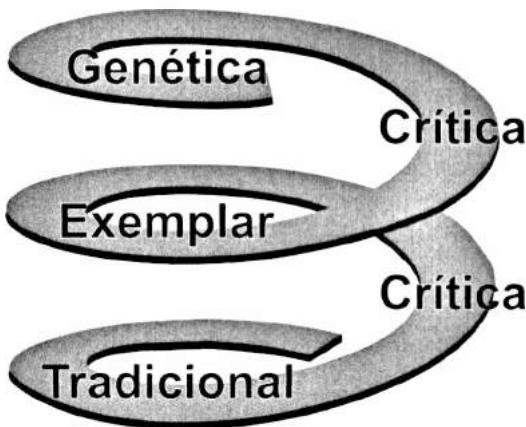
b) Elementos de uma teoria do desenvolvimento da competência histórica

A teoria da história decifra a ordem lógica da constituição histórica de sentido. Suas análises dizem respeito, naturalmente, a todas as formas da consciência histórica humana. Isso vale igualmente para a evolução ontogenética de tal consciência. A tipologia da constituição histórica de sentido contribui decisivamente para tal esclarecimento. Os

262 Ver p. 205 et seq.

tipos podem ser entendidos como níveis de desenvolvimento da consciência histórica. Esse nível é tradicional, genético e exemplar. O pensamento crítico desempenha um papel fundamental na passagem de um nível ao outro. Com essas reflexões dá-se um pequeno passo na proposta de uma teoria do desenvolvimento das competências históricas. Essa teoria ordena os graus ou níveis de representação (hipótese) de uma transformação dinâmica. Essa transformação pode ser representada por uma espiral.

Esquema dos níveis de competência no aprendizado histórico



A forma mais originária e antiga, com isso também a forma primeira (e intelectualmente mais profunda) de interpretação histórica do passado está marcada, por certo, pelo tipo tradicional de constituição de sentido. Isso vale só no âmbito de uma teoria genérica do processo evolutivo do pensamento histórico em dimensão universal. Tal constatação se aplica igualmente aos processos mentais, nos quais a consciência histórica se constitui, ao longo da vida de uma pessoa (ontogênese). Com o incremento das competências cognitivas, pode-se alcançar e operar um nível (logicamente) mais elevado de constituição histórica de sentido. Este é o nível próprio ao tipo exemplar de constituição de sentido. Ele requer um desenvolvimento da faculdade humana de julgar, ou seja, das competências cognitivas, cuja gênese foi amplamente investigada pela psicologia evolutiva²⁶³.

263 Remeto, de modo geral, às obras de Jean Piaget e de Lawrence Kohlberg. Para o complexo temático, ver KÖLBL, C. *Geschichtsbewusstsein im Jugendalter*. Desde a perspectiva de uma teoria

Déficits da psicologia evolutiva. A psicologia evolutiva das competências cognitivas raramente deu atenção à consciência histórica humana. No mínimo ela nunca se deu ao trabalho de esclarecer os níveis de competência e seu encadeamento no manejo da experiência histórica como fez com as consciências do tempo e da moral. Ela ficou parada na ideia de que a competência normativa e a capacidade de generalização com ela conexa constituem a forma mais desenvolvida do pensamento humano para lidar com a orientação (moral) da vida. A isso corresponde, no âmbito da consciência histórica, a constatação de que o pensamento *exemplar* é dominante nos processos da educação e da formação históricas, nos quais se trata justamente de obter uma competência normativa geral. Não obstante, este nível cognitivo pode e deve ser transposto para um nível mais elevado, no qual predomina o *tipo genético da constituição de sentido*. Somente esta forma de interpretação leva adequadamente em conta o pensamento histórico especificamente moderno.

A constituição *crítica* de sentido não define um nível cognitivo específico, mas atravessa as três outras. Cabe-lhe a função, incontornável, de tornar possível a passagem de um nível ao outro, na medida em que problematiza a capacidade interpretativa do nível anterior ou mais antigo em benefício do novo. A sequência dos níveis de competência e sua inter-relação são, sem dúvida, complexas. Um tipo não desaparece, simplesmente, no nível do outro. Ele adquire apenas outra posição relativa na tessitura das operações mentais da consciência histórica. Assim, por exemplo, o pensamento tradicional não se torna disfuncional no horizonte do pensamento exemplar nem se desfaz nele. O tradicional permanece (sem tradições ativas não há cultura histórica), mas já não dita os critérios dominantes de sentido no manejo do passado. Cada tipo possui sua função específica de orientação, que necessita sempre ser efetivada, mesmo se isso ocorre em estruturas muito diversas da orientação histórica. Na cultura histórica, formas de pensamento tipologicamente diferentes articulam-se de modos variados e em constelações muito diversas. Consequentemente, os processos e as formas do aprendizado e do ensino de história são complexos. A teoria da história fornece à didática os meios teóricos para esclarecer tal complexidade, propiciando-lhe assim oportunidade de organizar-se racionalmente.

Tomemos apenas um exemplo. Os direitos do homem e do cidadão são um tema central do aprendizado histórico. Este aprendizado

do sentido, a psicologia evolutiva das convicções religiosas pode contribuir relevantemente para o esclarecimento da ontogênese da consciência histórica. Ver FOWLER, J. W. *Stufen des Glaubens*, e NOAK, C. *Stufen der Ich-Entwicklung und Geschichtsbewusstsein*, p. 9-46.

é tão mais bem sucedido quanto seja reconhecida a alta relevância do tema como cláusula pétreas das tradições históricas efetivas. No entanto, não se sustenta a tese de um corpo normativo fixo para as relações políticas e sociais da vida, válido em sua forma atual, fixada para todo futuro. Essa ideia não basta. O corpo normativo atual requer uma dinamização temporal. Somente assim levam-se em conta os requisitos das condições mutáveis da vida. Esta representação da carência evolutiva dos direitos do homem e do cidadão está conexa com sua historicização, decorrente da compreensão do quanto eles dependem do contexto de sua formulação e de sua evolução subsequente. É fácil apresentar de forma historicamente plausível o caminho percorrido por essa evolução, de suas dificuldades até seus sucessos iniciais. No final do século XVIII, os debates relativos ao tema já apontavam nessa direção. Isso fica claro, sobretudo, com relação à questão de como os direitos humanos possibilitam, socialmente, uma participação política ativa²⁶⁴.

Em um plano bem abstrato da argumentação, este exemplo demonstra a ideia do que deve ser aprendido quando se lida interpretativamente com o passado humano. Trata-se de entender a capacidade mesma de produzir tal interpretação, de entender sua forma lógica e sua evolução. Esse entendimento pode ser elaborado, pela didática da história, em teoria do aprendizado histórico. Em hipótese alguma, porém, essa tarefa deve ficar restrita ao círculo dos especialistas de didática da história. Pelo contrário, ela deve ser refletida e realizada, intencionalmente, nos próprios processos de aprendizado. Que isso seja possível, está fora de dúvida. Pode-se tomar e analisar situações da vida cotidiana em que a questão aparece, mesmo que ainda não tenham sido incorporadas no material didático previamente disponível. Com isso, elementos fundamentais da lógica do pensamento histórico podem ser trabalhados já nos primeiros anos do ensino de história nas escolas, e sempre retomados mais adiante²⁶⁵.

Fica a cargo dos docentes aprofundar e desenvolver esses elementos, não abstratamente para si próprios, mas em conexão com os conteúdos históricos previstos nos planos de ensino. Para tanto, é obviamente necessário conhecer suficientemente os itens da teoria da história que são relevantes para o ensino de história. (Nada é mais prático do que

264 Ver FRÖHLICH, K.; RÜSEN, J. *Menschenrechte im Systemkonflikt*; RÜSEN, J. *Die Individualisierung des Allgemeinen – Theorieprobleme einer vergleichenden Universalgeschichte der Menschenrechte*, p. 188-231.

265 RÜSEN, J. "Das Gute bleibt – wie schön!", p. 144-159.

uma boa teoria! Isso vale também para a prática do ensino e para todas as demais formas da apresentação histórica)²⁶⁶.

2. Critérios do juízo histórico – compreensão e moral

Que valores? Toda orientação cultural é determinada por normas. Elas estipulam os objetivos do agir orientado para o futuro. É a esses objetivos que o passado vem a ser relacionado pela interpretação histórica. Resulta daí, quase automaticamente, que o saber histórico aplicado aos fins de orientação é relacionado a valores que determinam o ordenamento da vida atual. O passado é julgado, dessa maneira, no âmbito de orientação da cultura histórica, de acordo com valores que não correspondem à especificidade histórica desse passado. Por assim dizer, o passado é expurgado de sua especificidade normativa. Quando se trata, pois, do uso prático do conhecimento histórico produzido pela ciência, valem as normas do presente e não as do passado. Que, no passado, tenham valido outras normas é uma circunstância que se põe entre parênteses. A função de orientação que compete, por princípio, ao saber histórico, ameaça, assim, desistoricizar o passado. Ela poderia, sem mais, destruir justamente o esforço cognitivo que a compreensão genuinamente histórica exige. Pois a essa compreensão pertence também a autocompreensão dos agentes e dos pacientes do passado.

A teoria da história se vê, pois, confrontada ao dilema de dever defender a especificidade histórica do passado contra os fundamentos normativos da cultura atual, sem questionar radicalmente esses fundamentos. Se o fizesse, aniquilaria, no final das contas, o efeito orientador do saber histórico. É possível conciliar essas tendências normativas contraditórias da constituição histórica de sentido? – Já que somente assim seria possível uma orientação temporal da vida prática sem prejuízo da historicização do passado. Como resolver esse dilema?

Desvalorização estética e valorização histórica. Para solucionar tal dilema, uma estratégia recorrente – irrefletida, porém – consiste em atribuir à especificidade do passado um significado estético próprio ao presente. Essa correlação pode ser estabelecida sem maiores problemas. Escapa-se assim do dilema normativo mediante o recurso da estetização²⁶⁷.

266 Para aprofundar, ver RÜSEN, J. *Historisches Lernen – Grundlagen und Paradigmen*, esp. p. 70-114.

267 Um exemplo típico disso, de acordo com minha experiência, é o modo como se apresenta a cultura indígena dos aborígenes na Austrália. Algo semelhante ocorre com diversas tentativas lati-

Pode-se atribuir ao passado, contudo, um significado não apenas estético para o presente, na medida em que, historicamente, deixa-se de lado o respectivo sistema normativo. Tomemos o seguinte exemplo: o sacrifício ritual de uma menina inca de quatorze anos é apresentado como “glória da humanidade”²⁶⁸ no Museu dos Santuários Andinos, em Arequipa, no Peru, que expõe sua múmia em bom estado de conservação. Em resposta a uma questão específica posta por mim, a guia do museu justificou essa valorização afirmando que cada época deve ser julgada de acordo com seus próprios critérios. Como se trata aqui de um passado pré-colombiano, utilizado em uma política da história em oposição ao passado do colonialismo europeu, esse tipo de hermenêutica do sentido próprio da história da identidade, específica de hoje, é muito bem-visto na América Latina.

Não é apenas nesse exemplo particular que o passado e o presente são distinguidos de uma maneira usualmente chamada de “historicista”. Não se pode, no âmbito do pensamento histórico moderno, levantar objeções de base ao princípio hermenêutico que assevera que cada época deve ser compreendida a partir de si mesma. Tal não deve, contudo, mascarar o fato de que esse princípio rompe com a interdependência temporal subsistente entre passado e presente. Sabida essa interdependência (e só assim pode constituir-se a consciência histórica), cabe impedir o relativismo valorativo sob pretexto de uma historicização rigorosa no manejo do passado. Na forma estetizante, essa interdependência temporal perde toda importância. Ela dissolve as diferenças temporais da vida real na bela aparência de seu significado cultural. O fluxo do tempo da história é assim congelado. A orientação histórica não passaria então da construção de um refúgio diante da intuição acerca do que os homens fariam uns aos outros, apoiados na diferença das regulações normativas de suas vidas práticas.

Toda época está (apenas) em “relação direta com Deus” (Ranke)? Costuma-se recorrer a essa conhecida frase de Ranke quando se tenciona argumentar em favor desta historicização, segundo a qual cada época está em relação direta com Deus. O próprio Ranke não pensava, porém,

no-americanas de atribuir à cultura pré-colombiana um valor normativo próprio (enfraquecendo ou relativizando, assim, o legado europeu).

268 Assim é dito, literalmente, no filme introdutório que todo visitante deve assistir. No folheto em alemão disponível para os visitantes (29 out. 2010), tem-se: “Juanita [a menina sacrificada] exige de nós [...] hoje como amanhã, tratar com respeito nosso rico legado cultural.” O problema de se e como se devia mostrar respeito pelo ritual do sacrifício humano não parece ter preocupado o redator desse folheto. Em vez de respeito pela matança ritual de uma pessoa humana dever-se-ia nutrir empatia com a vítima.

em tal relativismo. Para ele não se tratava de uma estetização da experiência histórica, como se pode ver em sua defesa explícita da conexão entre o antes e o depois (e, com isso, da conexão intrínseca entre passado e presente). O pensamento propriamente histórico, para ele, conecta os dois polos em um *duto narrativo coerente*²⁶⁹. O que significa isso para a divergência moral entre épocas diversas e para sua conexão intrínseca? Ambos se fundem, quando se historicizam os padrões morais do passado à luz dos padrões do presente e quando essa historicização se exprime na representação de uma conexão temporal e evolutiva abrangente. Tudo isso é não apenas possível, mas recomendável, no âmbito da fundamentação tanto do pensamento histórico pela filosofia da história quanto da teoria da evolução cultural pela psicologia evolutiva²⁷⁰. A representação relativista da historicização repousa sobre uma premissa duvidosa em termos de filosofia da história. Mais exatamente: essa representação se baseia no pressuposto de que o pensamento histórico, com seu justificado direcionamento hermenêutico para o sentido próprio do passado, pode abandonar uma premissa decisiva da filosofia da história, ou mesmo simplesmente esquecê-la. De que premissa se trata? Devendo-se pensar historicamente, de fato, esse sentido próprio requer ser inserido no horizonte temporalizado do sentido do presente. Abandonar ou esquecer esse requisito expulsa a história do mundo humano e de sua historicidade. Temos aqui, aliás, um grande potencial de risco dos novos meios de comunicação. Diante do excesso de representações do passado em uma simultaneidade arbitrária, o sentido e a especificidade da história podem perder-se nas aparências de suas imagens.

269 Vale a pena transcrever mais extensamente essa passagem: "Cada época está em relação direta com Deus, e seu valor não repousa de forma alguma no que ela produz, mas em seu próprio existir, em seu próprio ser. Dessarte, a reflexão sobre a história, assim como sobre a vida individual na história, se reveste de um atrativo peculiar, na medida em que cada época precisa ser vista como algo válido por si, digno de reflexão. [...] Em segundo lugar, cabe levar em consideração a diferença entre as diversas épocas que se sucedem, assim como a necessidade intrínseca a essa sucessão. [...] Não se deve negar o progresso, mas não gostaria de afirmar que ele evolui linearmente, mas como uma corrente, que abre caminho a seu modo." (RANKE, L. von. *Über die Epochen der neueren Geschichte*, p. 58 e seguinte, 60, 62).

270 Reflexões de princípio a esse respeito encontram-se em Günter DUX, G. *Historisch-genetische Theorie der Kultur*. Outras referências importantes estão em OESTERDIEKHOFF, G. W. *Traditionales Denken und Modernisierung*. Esse autor desenvolveu e refinou sua teoria da evolução cultural em numerosas pesquisas, sendo um dos poucos teóricos da evolução que concebe a evolução natural dos homens em surpreendente proximidade ao conceito tradicional de progresso. Assim, por exemplo, em OESTERDIEKHOFF, G. W. *Die Humanisierung des Menschen*, p. 221-256. Ver também PINKER, S. *Gewalt. Eine neue Geschichte der Menschheit*.

3. Política da memória e identidade histórica

O significado prático do pensamento histórico para a constituição da identidade humana está fora de dúvida. A vida humana está condicionada a que cada pessoa, por si e na relação com as demais, possua um mínimo de densidade e continuidade no processo temporal de sua vida cotidiana. Essa permanência temporal do eu humano consiste, de início, na simples continuidade natural do próprio corpo entre nascimento e morte. A mera duração física, contudo, não basta. Ela precisa ser emol-durada por uma duração cultural; precisa ser “humanizada”. (Nesse particular, a duração cultural pode ir além da física). Essa densidade do eu é uma questão de operações mentais, de uma relação constante consigo, de lidar – emocional e intelectualmente – consigo mesmo. A duração do sujeito humano na evolução do tempo, como condição de sua capacidade de viver, é chamada, usualmente, de “identidade”. Identidade é uma propriedade essencial da subjetividade humana, em perspectiva tanto pessoal quanto social.

Identidade mediante história. Nos processos mentais em que o sujeito humano obtém a certeza de si, para além de todas as mudanças temporais de sua vida, o pensamento histórico – como foi dito – desempenha um papel fundamental. Não se pode responder à pergunta sobre “quem sou eu”, sem se contar uma história sobre a própria vida. A identidade pessoal está conexa com a consciência de assumir mais ou menos conscientemente a própria biografia, de vivê-la e de poder contá-la. Ela se projeta no futuro – esperando, desejando, temendo e tremendo. Vale o mesmo para a identidade social: o pertencimento direto a uma formação social é articulado, confirmado e, naturalmente também, modificado ou mesmo rejeitado mediante histórias. Esse sentido de pertencimento é impensável sem a consciência histórica, pois vive da poderosa representação emocional de uma afinidade com outras pessoas, que persiste através de toda mudança temporal, e que marca uma diferença em relação a outros tantos.

A formação da identidade é, pois, uma das funções mais importantes, se não a mais importante de todas, do pensamento histórico na vida prática de cada época²⁷¹. Esse fato indiscutível é, contudo, objeto de controvérsia quando se trata desse conceito de identidade histórica.

271 Hermann Lübbe chamou a atenção para esse ponto, de modo claríssimo, em *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse*.

a) O que é identidade histórica?

A questão do conceito de identidade discutida aqui não se refere ao processo meramente lógico de que algo (seja lá o que for) é o que é, e não alguma outra coisa. Trata-se de abordar o processo mental no qual um sujeito humano constitui a relação a si mesmo²⁷², chamada “subjetividade”, que determina fundamentalmente sua vida humana enquanto fator mental-intelectual²⁷³.

O sujeito humano relaciona-se sempre com algo fora de si (em termos psicológicos, chamado usualmente de “objeto”). Isso pode ocorrer de diversas formas. Uma forma de relacionamento pode consistir em identificar-se com algo que não se é, apropriando-se dele. Com essa apropriação (em termos psicológicos chamada também de “introjeção”), o eu ganha perfil, forja suas características individuais. A forma mais intensa dessa apropriação é o amor (mas também seu contrário, o ódio). A subjetividade humana forma-se em uma miríade de diferentes identificações, com intensidade diversa e com alto grau de variação. Ela se constitui, por assim dizer, em inúmeras identificações pelo mundo afora. Essa realidade trivial serve, a alguns teóricos, para rejeitar uma identidade humana única. A pessoa teria não apenas uma, mas muitas identidades, contraditórias mesmo. Essa ideia distorce a questão relativa ao conceito de identidade. Trata-se justamente de constatar que um mesmo eu se manifesta e sai vencedor, em meio à diversidade, dinâmica, mutabilidade e contraditoriedade dessas diferentes identificações e dos pertencimentos com ela conexos. *Identidade é o retorno das identificações ao sujeito que se identifica.* O sujeito não se perde na multiplicidade das identificações. Pelo contrário. Ele se constitui nelas e por elas, forjando assim suas características individuais. Isso vale, de início, para as pessoas individualmente, mas se aplica também, em princípio, a unidades sociais. Estas se constituem pela consciência do pertencimento como uma

272 Kierkegaard enunciou essa relação a si mesmo de maneira marcante: o ser humano é uma relação que se relaciona a si próprio (*Die Krankheit zu Tode*, p. 13).

273 A bibliografia sobre esse ponto é incomensurável. Remeto aos trabalhos de Jürgen Straub (por exemplo, STRAUB, J. *Identität*, p. 277-303). Straub trabalha com um conceito restrito de identidade, da psicologia moderna, tal como elaborado, por exemplo, por Erik Erikson. Aborda-se aqui uma autorrelação psíquica específica ao ser humano, que resulta das circunstâncias particulares da condução da vida no contexto da modernidade. Nessa medida Straub afirma que cada um deve evitar universalizar antropológicamente o conceito de identidade. Com que conceito operar, então, quando se quer abordar a qualidade universal e fundamental do ser humano, de precisar e dever relacionar-se consigo mesmo enquanto sujeito moralmente responsável e temporalmente coerente? É justamente essa universalidade antropológica que me interessa, quando trato da identidade, no que segue. Ver também ASSMANN, A.; FRIESE, H. (Org.). *Identitäten*.

forma específica de identificação do sujeito com outros sujeitos, incluída a distinção para com todos os demais.

Identidade como produto da consciência. A identidade é também o resultado de um processo mental em que a identificação de um eu ou sujeito com algo fora dele é integrada na relação desse eu ou sujeito consigo mesmo. Essa integração é produto da consciência humana (incluído o inconsciente). Ela pode falhar, acarretando perturbações comportamentais na relação consigo e com os demais. Ela tem de dar certo em um patamar mínimo, de modo que os respectivos sujeitos sejam ou se tornem aptos a agir. A identidade requer, pois, um mínimo de coerência na diversidade das relações de um sujeito humano no mundo. (Isso vale igualmente para a concepção pós-moderna de identidade como "mosaico" [patchwork], pois seus elementos precisam ser reunidos e mantidos juntos).

Como as representações identitárias se conectam amiúde com comportamentos agressivos, a concepção de identidade sofreu críticas maciças. Isso vale, em primeiro lugar, para as concepções essencialistas da identidade. Nestas, o sujeito é substantivamente separado dos outros, com os quais só existe uma relação de exterioridade. A concepção essencialista define a identidade "objetivamente" (por exemplo, por relações de parentesco, ou seja, "de sangue") ou "quase-objetivamente" (por exemplo, pela ascendência étnica ou mesmo por uma relação racial). Mesmo o gênero foi determinado assim por longo período. Por causa desse essencialismo, a representação de uma identidade definidora (no sentido de delimitadora, separadora, isoladora) da subjetividade humana foi submetida a críticas fundamentais²⁷⁴. Rapidamente o contraconceito de "híbridismo" foi enunciado e ganhou popularidade intelectual. Essa contraposição é esclarecedora enquanto crítica do essencialismo. Tomada como construto cultural, a identidade humana (pessoal como social) é, então, submetida a todas as transformações por que passam a temporalidade própria e a capacidade evolutiva de quaisquer formas humanas de vida. Pode-se admitir, com boas razões, uma evolução histórica universal da determinação da identidade humana de objetiva a subjetiva (sem que a primeira se desfaça ou desapareça na segunda)²⁷⁵. Não obstante, a tentativa de pluralizar a identidade humana (ninguém é um, mas muitos), por princípio não convence, pois ignora a questão da coerência²⁷⁶.

274 Ver, por exemplo, NIETHAMMER, L. *Kollektive Identität*.

275 Ver GIESEN, B. (Org.). *Nationale und kulturelle Identität*; GIESEN, B. *Die Entdinglichung des Sozialen*.

276 Ver STRAUB, J. *Personale und kollektive Identität*, p. 73-104.

Relação dinâmica a si. Identidade é, pois, qualquer coisa, menos algo fixo e dado. Ela é uma disposição múltipla, dependente do contexto e mutável. As representações tradicionais da identidade sublinham, com frequência, seu caráter essencial, por exemplo, o pertencimento a uma categoria social, a um grupo (clã, tribo, gente), a um gênero, a uma língua ou a um determinado local, e assim por diante. Ela é vista como algo quase natural. Essa fixação não mais se sustenta, sob as condições atuais da vida. A crítica (pós-moderna) a uma tal representação da identidade valoriza, com razão, a diversidade, a mutabilidade e a dependência do contexto das concepções de identidade que determinam a vida. Até a metáfora de uma "identidade-mosaico" faz sentido. Entretanto, essa crítica joga fora, não raro, o bebê junto com a água do banho, colocando em dúvida a existência e a eficácia prática de uma relação estável e coerente do sujeito humano para consigo mesmo. (Pode-se falar, de boca cheia, que o "eu" não existe, mas então confrontado à pergunta sobre afinal quem está falando, o falante acaba por ficar calado, embaraçado). A relação a si é elementar e obviamente evidente, por exemplo, na certeza de ser eu quem sente a dor, gosta ou não gosta de tal fragrância ou sabor, ou prefere essa ou aquela cor. Seria possível flexibilizar tal relação, ou mesmo dissolvê-la discursivamente? Isso resultaria certamente na morte psíquica da pessoa em questão. Isso não quer dizer, contudo, que a relação para consigo só se constitua de forma estática. Pelo contrário, ela está na base de *todas* as formas flexíveis, como relação transcendental ao sujeito.

O eu no fluxo do tempo: identidade histórica. Identidade histórica é o suprassumo de uma diversidade de identificações articulada coerentemente em perspectiva temporal. Ela integra acontecimentos, pessoas e fatos do passado na relação de um sujeito pessoal ou social para consigo mesmo. O critério dessa coerência é uma concepção do tempo que viabiliza a consistência e a vida do eu humano em sua extensão temporal. O decisivo, aqui, é que esse eu permaneça, por assim dizer o mesmo "eu" através de todos os processos de sua mudança temporal (em termos metafóricos: que o eu humano não se afogue, mas sobrenade no fluxo do tempo).

Nessa extensão temporal, o eu humano unifica o ser-agora com a concretude do ter-sido e unifica ambos, por sua vez, com a aspiração do querer tornar-se e com a realidade do dever tornar-se. O que, afinal, produz a necessária síntese operacional entre empiria e normatividade da vida prática humana? Ela é produzida pela narração de histórias.

A identidade histórica sintetiza, pois, o ter-se tornado de um sujeito ou de uma unidade social com os respectivos projetos de futuro. Ela

centra essa síntese na prática da vida atual, na efetivação subjetiva da relação pessoal e social dos sujeitos consigo mesmo e com outros sujeitos. Sintetiza também experiência e expectativa, facticidade e normatividade, produzindo, na relação pessoal do ser humano consigo, uma representação vital da extensão no tempo da vida de cada um. Nesse processo, os limites da duração do tempo de vida individual são, regra geral, ultrapassados. E isso não ocorre só no caso da identidade social. A formação social, constituidora de identidade – como por exemplo uma tribo, uma comunidade religiosa, uma nação e, ainda melhor, uma cultura inteira – alcança, aquém da duração da vida de uma pessoa, o passado e, além dela, o futuro. Nas narrativas mestras, de grande influência na articulação de pertencimentos e diferenciações, essa extensão temporal abrange largos períodos de tempo. Elas podem incluir o tempo universal da espécie humana e, no caso de certas identidades religiosas, a totalidade do cosmos. Por princípio, pois, as narrativas históricas da formação de identidade produzem uma expansão temporal do horizonte do eu humano. Elas amenizam o temor de sua própria mortalidade. As concepções temporais da identidade individual também podem produzir tais superações do limite da duração da própria vida. São exemplos disso as ideias de reencarnação, de ressurreição, de imortalidade e assim por diante.

b) A luta pela identidade

A formação histórica da identidade é uma circunstância eminentemente política. Ela está carregada de pretensões de poder e de conflitos, e representa, para o horizonte cultural da vida humana, um foco constante de inquietação. A identidade não surge, assim, do nada. Ela requer esforços ingentes, de modo a poder ser vivida e ser eficiente no relacionamento (individual) de cada pessoa e de cada sociedade, assim como na relação (social) de uma sociedade a outra. É nela que se anoram as relações previamente presentes na vida, a serem interpretadas na profundezas da subjetividade humana mesma. Nesse “aprofundamento”, tais relações carregam consigo seu potencial de conflito e lidam com ele na formação do eu humano.

É assim que a legitimação das relações de dominação política, por exemplo, se espraia na profundidade do sujeito humano. A constituição (interna) da subjetividade na tensa relação mútua entre superego, ego e id está determinada por relações (externas) de dominação. A situação do sujeito na estrutura das tensas contradições da vida prática também forma sua subjetividade. Cada pessoa, em seu íntimo, na construção de si, como agente e paciente, tem de relacionar-se com essa estrutura e

situar-se nela. Inversamente, a marca da situação de vida se inscreve na estrutura psíquica de cada um e o desafia constantemente a lidar com ela, de forma a produzir sentido. A ciência da história é a forma institucionalizada desse desafio. Com seus resultados cognitivos, ela atua como instrumento de legitimação da dominação, mas pode também atuar como instância crítica dessa legitimação.

c) Potencial racional da formação da identidade

A ciência da história não cria sentido nem identidade. Ela é, contudo, um elemento importante nos processos mentais e culturais de instituição de sentido e de formação da identidade. Enquanto ciência, com sua vocação para a pesquisa metódica e para a fundamentação argumentativa, a história produz chances de racionalidade nas funções de orientação cultural. Sua contribuição à cultura consiste em tornar práticas as formas determinantes do saber e de seu manejo argumentativo. Tendo em vista os processos de formação da subjetividade humana, essa praticidade pode ser concebida e efetivada como *humanização do ser humano*.

Tornar humano o ser humano. Não resta dúvida de que a capacidade do ser humano de pensar racionalmente (ou seja: argumentada, fundamentadamente) ao lidar com a realidade, consigo mesmo e com os demais seres humanos, é intrínseca à qualidade de ser humano. A ciência depende dessa razão. Se a razão faz o homem ser humano, então a ciência pode ser concebida como fator de humanização na cultura histórica. A razão do pensamento histórico também pertence ao processo histórico de que torna conhecimento. À sua maneira, ela produz a articulação interna dos processos temporais da vida humana com um processo supraordenado de evolução cultural. Sua contribuição para a possibilidade de se conseguir viver a vida não é nada negligenciável.

Ela sustenta a orientação fundamental da vida para a produção de sentido. O ser humano torna-se mais forte na experiência, e mais consciente dos valores mediante a determinação de sentido de sua temporalidade própria. Não se obtém nada disso sem esforço mental. A força da experiência pressupõe o esforço de integrar experiências (próprias) negativas. Também as experiências “sombrias” da própria história precisam ser abordadas e elaboradas. (Sem esse esforço não se logra firmeza identitária). A força da experiência ganha, com isso, capacidade normativa. Ela se nutre da força de convencimento (obtida pela argumentação e pela reflexão) dos valores adotados na formação da identidade. Tudo isso exige, contudo, inelutavelmente, um controle (auto)crítico da aptidão desses valores à generalização. Pela aplicação prática dos critérios racio-

nais determinantes do pensamento científico, o eu humano aumenta sua própria significância para si e para os outros.

4. A superação do etnocentrismo pelo humanismo histórico

O ser humano é o seu próprio centro. O potencial de racionalidade do pensamento histórico exposto acima permite abordar um dos maiores problemas normativos na cultura histórica: o etnocentrismo. Trata-se de uma forma de pensamento que é fundamental para os procedimentos de formação da identidade humana, além de universalmente difundida²⁷⁷. Em que consiste sua problemática? Deve-se constatar, primeiramente, que toda identidade histórica é “autocentrada”. Trata-se aqui simplesmente do centro da subjetividade humana, de sua identidade, do eu do ser humano como qualidade central de seu ser humano. Em si, essa centralidade não é problemática, mas se realiza de forma tal que acarreta consequências de monta para o potencial de conflito na cultura histórica. Isso decorre de o “eu” ou o “nós” (como fatores determinantes da orientação histórica) requerer uma autoafirmação normativa fundamental. A referência pessoal na relação do ser humano com o mundo, consigo mesmo e com os outros seres humanos exige uma carga normativa positiva. Isso faz parte da capacidade de viver da própria vida humana. A exclamação marcante do gato Garfield, personagem de quadrinhos, exprime isso de forma cristalina: “Se eu não fosse eu, não gostaria lá muito de mim”²⁷⁸. A autorreferência da subjetividade humana, que se efetiva nos processos culturais de formação da identidade, possui sempre uma dimensão normativa. Tal dimensão, em conjunto com a relação a si, determina também a relação para com os demais, dos quais é necessário distinguir-se, para ser a si próprio. Nisso repousa a raiz mental do etnocentrismo.

Centralidade assimétrica. “Etnocentrismo” significa, pois, que a autoafirmação identitária acarreta consequências forçosas para a relação com a alteridade dos outros. A identidade é sempre, também, a diferença para com os outros, tanto no caso da identidade pessoal com respeito à de outra pessoa, quanto no da identidade social relativamente às demais formações sociais. Poder dizer “eu” ou “nós” pressupõe necessariamente

277 Sobre o que segue, ver RÜSEN, J. *Der Ethnozentrismus und seine Überwindung*, p. 103-117; RÜSEN, J. *Tradition and Identity: Theoretical Reflections and the European Example*, p. 135-158.

278 “If I weren’t me, I wouldn’t like me very much” (em inglês no original). Encontrei essa citação em um quadrinho do Garfield (publicado em 01 out. 1984) e a publiquei no artigo sobre o etnocentrismo e sua superação, citado anteriormente (nota 277).

um “não eu” ou um “não nós”. Todo ser próprio pressupõe a respectiva alteridade dos outros. Ou seja: a diferenciação é operada pela subjetividade humana em conjunto com sua relação a si mesma.

O que significa dizer que essa diferenciação conduz ao etnocentrismo? Com sua determinação valorativa, o próprio eu é reforçado normativamente e a alteridade dos outros, enfraquecida. O exemplo clássico da *valorização assimétrica*, universalmente utilizado na história cultural, é a diferença entre civilização e barbárie. Essa assimetria determina também, naturalmente, as concepções de identidade que os outros elaboram para diferenciar o que lhes é próprio. Cria-se assim, inevitavelmente, uma tensão, uma oposição, um conflito (um “choque”) entre o próprio e o alheio. É nesse conflito que reside o problema.

Ele se torna ainda mais agudo ao longo de outro processo. O pensamento etnocêntrico projeta, na alteridade dos outros, aquelas propriedades que o sujeito considera problemáticas ou até insuportáveis, na formação de sua identidade. O sujeito se livra, assim, do peso de suas próprias insuficiências. Tal banimento das zonas sombrias do passado próprio, no entanto, não suprime a alteridade, sentida como um desafio ou mesmo ameaça ao próprio eu, sobretudo quando esse se imagina transparente e puro. Ele não consegue desvencilhar-se de sua sombra. Pela sua alienação na alteridade, a sombra ganha poder sobre o eu, subtraindo-se a seu controle.

A incontornável perspectiva teleológica. A dimensão temporal necessária à formação da identidade, por força dessa assimetria, assume a forma de uma teleologia monoperspectivista. Ela erige o horizonte histórico de sentido como “centro” do próprio eu. Isso representa quase automaticamente a marginalização dos outros. Estes são postos nos confins do mundo próprio ao eu. Nas cosmovisões tradicionais, é lá que se situam os bárbaros, quando não os monstros e demônios. No pensamento histórico etnocêntrico, soma-se ainda a essa desterritorialização espacial do outro uma desterritorialização temporal. Ela se reveste da forma lógica da teleologia da cultura própria.

Fluxo do tempo e ordenamento da vida. Nessa representação do fluxo do tempo está integrada a experiência histórica do passado, que – por sua vez – desemboca na perspectiva de futuro a partir do presente. Isso se dá justamente pela fusão dos tempos no âmago do sujeito, quando a pessoa humana orienta temporalmente sua vida, em seu pertencimento social, no cruzamento de experiência e expectativa. O fluxo do tempo está, assim, ordenado a esse cruzamento. Sua meta é o ordenamento da vida, tal como ocorre no âmago do sujeito. Esse ordenamento da vida é

concebido como um futuro construído com os elementos da experiência histórica e atua como impulsionador da vida prática. A orientação determinante para o futuro nutre-se da representação do passado desse ordenamento da própria vida, presente desde as origens. Em muitas narrativas mestras antigas, essa origem é situada em um tempo mítico, no qual passado e futuro são uma só coisa. Mas as origens desempenham um papel essencial também nas formas seculares de pensamento. Nessas, dá-se o direcionamento temporal do passado ao presente, de modo, aliás, marcadamente normativo: o verdadeiro ordenamento da vida já se encontraria embutido no início, estaria lá “prometido”, por assim dizer. Sob a forma dessa promessa, o ordenamento está presente na regulação normativa das condições atuais da vida, produzindo uma perspectiva de futuro em que a promessa do passado se realiza. Pode-se chamar essa lógica da constituição histórica de sentido de *teleologia orientada pelas origens*. Ela atravessa a maior parte das narrativas mestras, de suas formas míticas até as formas seculares do presente. Por essa razão, em quase todos os países e culturas, as comemorações solenes das origens e do começo desempenham um papel importante na cultura histórica pública.

O eu como centro do mundo. Na perspectiva histórica projetada por essa lógica, o eu (na dupla dimensão pessoal e social) encontra seu lugar próprio no centro. É aí que reside o cerne temporal da vida, no qual passado e futuro se entrelaçam mediante memória e expectativa. É aí que se estabelece a temporalidade interna do sujeito humano. Pode-se mesmo dizer: nessa dimensão histórica de seu eu, o sujeito humano é, ele próprio, tempo. Ele vivencia a si temporalmente. Um tal eu, constituído na relação da identidade consigo mesma, inclui a referência à alteridade dos outros. Por que isso? Porque o eu humano somente pode constituir-se na diferenciação por contraposição ao que está fora dele. Etnocentricamente, a alteridade dos outros é desvalorizada e marginalizada. (Há também uma inversão desse etnocentrismo. Dá-se na projeção, na alteridade dos outros, da nostalgia de um ser próprio que valeria mais a pena ser vivido – como no caso do bom selvagem. Esse etnocentrismo “invertido” em nada altera, todavia, a tensão conflituosa entre o eu e o outro. A assimetria e a marginalização permanecem, mesmo nessa inversão). Como lidar com esses potenciais de conflito radical na subjetividade humana?

Domar o choque das civilizações? Uma das exigências mais importantes da cultura histórica atual é a contenção, a domesticação e, quando possível, a superação do potencial de conflito do pensamento etnocêntri-

co. O poder desse tipo de pensamento vai além de qualquer estimativa. O pensamento etnocêntrico tem marcado profundamente, das mais variadas formas, tanto as relações das culturas entre si quanto o pensamento histórico da humanidade. Isso vale em particular quando se trata das relações extrínsecas da cultura própria, ou seja, quando se trata de determinar a relação entre o pertencimento próprio a tal cultura e os outros, a ela não pertencentes. Não é possível, contudo, restar prisioneiro dessa tensão, quase que natural. Pelo contrário, é preciso lidar com ela como um desafio premente, pois em tempos de globalização, a separação entre o “dentro” e o “fora” dos processos culturais de formação histórica da identidade é cada vez menos clara. A globalização instaura uma proximidade que requer novas formas de diferenciação do outro. Mantidas as tradições etnocêntricas, a orientação histórica representaria uma ameaça constante à paz. No âmbito dessas tradições, a razão do pensamento histórico possuiria um caráter meramente instrumental. Ela seria uma ferramenta da diferenciação e não mais uma oportunidade de entendimento.

Não é possível expulsar a diferenciação do mundo, pois a diferença entre o eu e o outro faz parte constitutiva, como já foi dito várias vezes, da cultura humana. (A propósito: essa diferença já se encontra profundamente enraizada na evolução biológica). A diferença pode ser internalizada no ser próprio dos sujeitos e, neles, tornar-se múltipla. Fala-se então de hibridismo como nova forma da identidade humana. A tensão conflituosa entre o eu e o outro, no entanto, não desaparece por causa disso. Passa-se apenas à situação em que os híbridos se distinguem uns dos outros em grau crescente de complexidade²⁷⁹.

O relativismo é a solução? Que possibilidades há para se extrair da cultura histórica o espinho do etnocentrismo? À primeira vista, um relativismo culturalista parece ser uma solução plausível do problema. A identidade histórica seria, com isso, dispersada em uma miríade ilimitada de formas, todas de igual peso. Fica em aberto se um tal relativismo pode mesmo conter o poder mental da autoafirmação. Esse relativismo nega, entretanto, todas as pretensões de validade decorrentes da capacidade racional do conhecimento histórico. O preço cognitivo do relativismo histórico é, pois, demasiado alto. Acresce que ele não é capaz de resolver os conflitos que emergem da relação entre o ser próprio e

279 A esperança que se conecta com a metáfora do hibridismo, de superar a linha de corte entre o próprio e o outro em benefício de uma relação incluente, é frustrada na própria metáfora: os híbridos são organismos que não podem reproduzir-se. Uma identidade híbrida perderia justamente a dimensão temporal de que o eu humano quer (e tem de) apropriar-se nos processos de formação de sua identidade.

o ser dos outros. Pelo contrário, um relativismo histórico não é apenas incapaz de resolver tais conflitos como os torna insolúveis no plano do pensamento argumentativo. Ele não se pode afastar do postulado normativo da equivalência de pertencimentos e diferenciações históricas diversas. No entanto, esse mesmo postulado neutraliza o relativismo, uma vez que deveria valer incondicionalmente. Mantém-se assim uma dimensão normativa da formação histórica da identidade, que deve ser desenvolvida e reforçada contra o relativismo. Como isso é possível?

Permanecer humano – sempre e acima de tudo. Fique claro, desde o início, ser necessário preservar a dimensão de “humanidade”, dada implicitamente com as pretensões de racionalidade do conhecimento histórico. A centralidade da relação a si próprio, formadora da identidade, deve incluir sua qualidade humana, partilhada com todos os outros. Com isso se teria, em termos identitários pragmáticos, a confirmação ou ratificação da concepção, pela filosofia da história, de uma evolução cultural da humanidade. A categoria da igualdade, inserida na universalização da qualidade de ser humano, confisca ao etnocentrismo a arma que emprega para rebaixar os outros a um patamar inferior de humanidade. Onde fica então o lado sombrio das experiências históricas negativas, se não é possível descarregá-lo na diferenciação do outro? Não há outra saída senão integrar esse lado sombrio à própria imagem de si. Quando isso ocorre, a relação entre o eu e o outro se modifica de modo decisivo: as experiências negativas próprias deixam de ser banidas para a alteridade dos outros. Elas passam a ser processadas – o que é decisivo – na ambivalência da própria representação histórica de si²⁸⁰. Nessa ambivalência, o eu e o outro tratam-se de igual para igual. Dessa maneira, o eu pode experimentar algo de si mesmo na alteridade dos outros, pela via da qualidade humana compartilhada. Visualiza-se seu próprio ser nos traços dos outros, percebendo assim sua particularidade e individualidade. Quando isso ocorre, a assimetria da relação etnocêntrica entre o eu e o outro se reequilibra.

Tratar-se mutuamente de igual para igual, de modo crítico. É óbvio que a possibilidade de crítica persiste nesse equilíbrio (pelo menos deveria persistir). A questão não está em dar a conhecer, sem mais nem menos, os lados sombrios integrados. Isso escancararia as portas da cultura histórica à barbárie. Sem crítica, a razão da cultura histórica se esvai. É claro que uma crítica só aparece ao outro como plausível na medida

280 Isso pode ser ilustrado pela reflexão acerca do Holocausto na cultura histórica alemã. Ver RÜSEN, J. *Zerbrechende Zeit*, p. 279-300 (*Holocaust-Erinnerung und deutsche Identität*), esp. p. 294-299.

em que siga critérios que superam os elementos de diferenciação. Tal critério só pode ser deduzido a partir da aspiração ao reconhecimento que motiva toda formação histórica de identidade. Qualquer pessoa, enquanto fim em si mesma (utilizando a fórmula de Kant), aspira a ser reconhecida. Essa finalidade em si mesma pode ser pressuposta como uma norma (humanística) universalmente válida para a relação dos homens para consigo mesmos e para com os outros (isso pode acontecer também de forma contrafatual). Ela pode ser fundamentada também pela filosofia da história, pois está sempre presente nas tentativas de se lidar com as contradições internas às formas de vida humana. Com isso as mudanças temporais se tornam pensáveis como direcionadas e, por conseguinte, reconstituíveis²⁸¹.

Com o estabelecimento da humanidade como fim, a *práxis identitária* da cultura histórica se insere na mudança temporal das condições atuais da vida, que mais adiante vem a ser interpretada historicamente e tornada presente. A autofinalidade como razão determinante da identidade histórica possui, assim, um direcionamento para o futuro, que supera a estreiteza problemática da *teleologia baseada das origens*. *De uma teleologia baseada nas origens emerge uma reconstrução direcionada ao futuro*²⁸². Tem-se aqui uma notável expansão do quadro de referência da identidade histórica. Ele abandona as coerções etnocêntricas de conformidade, de acordo com as quais são modelados os processos evolutivos da própria forma atual de vida como uma evolução ininterrupta, ou seja, como continuidade. Por outro lado, esse quadro incorpora uma grande dose de contingência, fragmentação e contradição.

Policentrismo de um e mesmo mundo. No âmbito de tal pensamento histórico rompe-se também a perspectiva autocentrada do pensamento etnocêntrico. A própria história de cada um ingressa na pluralidade de inúmeras perspectivas, que se relacionam discursivamente no jogo recíproco da crítica e do reconhecimento. Abrem-se assim chances de entendimento intercultural no nível profundo dos processos de formação de identidade, no plano da história cultural. Nisso aparece uma qualidade comum aos seres humanos, em duas dimensões: por um lado, a forma da vida própria aparece na imagem de um perfil abrangente da humanidade, que se delineia temporalmente. Por outro lado, a identidade própria não perde seus traços particulares, individuais; pelo contrário, agrupa outros a si: sua individualidade se exprime (e torna-se reconhe-

281 Ver p. 124 et seq.

282 Ver p. 107.

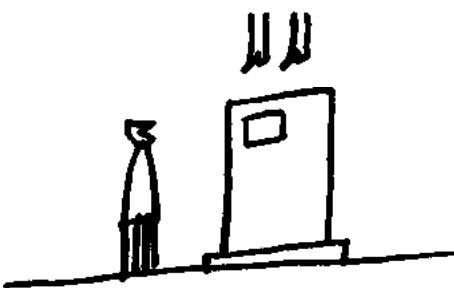
cível) na exata medida em que a individualidade dos outros, enquanto manifestação de sua forma própria de ser humano, se torna capaz de reconhecimento e crítica. Esses resultados na formação da identidade só ocorrem no plano em que o pensamento histórico, ao explicar seu próprio ser humano, *supera uma concepção da humanidade excludente e a transforma em includente*.

O ser humano continua, porém, (também) desumano. Tudo isso parece, como se diz popularmente, bom demais para ser verdade. É, entretanto, bem verdade quando, na compreensão do que significa ser humano (ou seja, um fim em si mesmo), a desumanidade que lhe é intrínseca vem a ser levada sistematicamente em conta. Essa desumanidade aparece cotidiana e sistematicamente na tensa relação das diferentes e conflitantes formas da vida humana prática. Ela funciona também como motor do movimento temporal dos ordenamentos da vida humana, movimento este que deve ser interpretado historicamente. O pensamento histórico só dará suficientemente conta de tal desumanidade quando se desvincilar da unilateralidade com que relaciona o referido movimento temporal ao agir humano. O modo categorial de análise, direcionado ao agir, exige um alargamento fundamental, de modo a acomodar a percepção do sofrimento causado pelo agir (e naturalmente também do sofrimento capaz de provocar o agir). Somente quando o sofrimento humano for percebido e pensado como resultado do mesmo movimento temporal, e com o mesmo rigor de princípio costumeiramente aplicado à percepção do agir, somente então, será realista o humanismo que é intrínseco à formação histórica da identidade. Esse realismo nada suprime da desumanidade existente na humanidade do ser humano. Ao mirar a desumanidade da humanidade, ele concebe uma aspiração a sentido, que atribui ao movimento temporal do mundo humano o caráter de um desenvolvimento e, com isso, de uma relação ao presente, implícita no passado. Esse desenvolvimento pode e deve efetivar-se também no processo da formação histórico-cultural da identidade.

Hermenêutica humanizante. Um entendimento desses sustenta e suporta os processos hermenêuticos do conhecimento histórico. A partir dos requisitos da orientação histórico-cultural da vida, a hermenêutica do pensamento histórico pode e deve ser caracterizada como humanista. Essa hermenêutica cultiva a capacidade de simplesmente não julgar as formas de vida humana a partir do modelo da vida própria. Ela torna impossível interpretar as mudanças históricas como meros desenvolvimentos em direção ao presente. Ela torna inteligíveis, a partir dos

pontos de vista dos respectivos indivíduos, as formas de vida diversas, espacial e temporalmente, e inclui sistematicamente esse entendimento em todas as interpretações históricas. O humanismo atribui aos homens do passado a liberdade da autodeterminação. Ele vincula a esse ponto de vista o entendimento de outras formas de vida, alheias. Uma hermenêutica histórica torna possível que formas diferentes de vida reflitam umas às outras e se compreendam, de modo que o olhar sobre a alteridade dos outros permita reconhecer a singularidade do próprio eu.

Humanismo significa, por conseguinte, reconhecimento mútuo da diferença cultural. É óbvio que esse reconhecimento não se dá de maneira acrítica. Pelo contrário: a hermenêutica histórica faz valer a dignidade atribuída a todos os homens em suas diferentes formas de vida. Reside aqui um enorme potencial crítico (naturalmente também com respeito à própria forma de vida). Humanismo significa o mesmo que critica a todas aquelas formas de vida humana, nas quais os homens precisariam viver de acordo com regras autoimpostas e não reconhecidas, sob as quais seriam humilhados, oprimidos, explorados e desumanizados.



Pós-pensado: As chances da razão entre sentido e con- trassenso

Uma das principais teses deste livro afirma que o pensamento histórico articula o passado e o futuro ao domínio da orientação temporal da vida prática do presente, e que essa articulação se sustenta em uma determinação constante de sentido.

Sem tal determinação de sentido, o pensamento histórico ficaria sem sentido, e a ciência estaria pendurada no ar, sem sequer poder dizer para que serve. O pensamento histórico se efetiva, por conseguinte, sobre a base de uma relação fundamental de confiança quanto ao sentido, a qual está profundamente enraizada na subjetividade humana. Uma das principais tarefas da teoria da história consiste em explicitar e fundamentar (problematizando ao mesmo tempo) essa confiança no sentido, assim como em mostrar que e de que modo a ciência é por ela sustentada. A teoria da história se vê assim confrontada com as dificuldades de lidar com e superar as inegáveis experiências da falta de sentido que se impõem, nos albores do século XXI ao olhar independente sobre o passado. Essas experiências conferem à questão histórica crucial sobre a identidade humana uma nova forma específica, tão bem expressa nas palavras de Eelco Runia: Quem somos nós, para que isso tenha acontecido²⁸³? Existe resposta a essa pergunta? Qual seria?

283 Ver p. 149.

1. Sentido e falta de sentido

Fiquemos, de início, com os elementos básicos do sentido histórico, pois este possui diversas dimensões e variados alcances²⁸⁴.

(a) A primeira dimensão, a mais simples, é da *compreensibilidade* da apresentação histórica. Textos históricos fazem sentido quando podem ser entendidos. Essa dimensão de sentido é de tal forma elementar e óbvia, que pode passar despercebida. No entanto, já se inclui aqui o sentido constituído pelo conhecimento histórico produzido cientificamente.

(b) O sentido histórico possui uma dimensão expandida quando a compreensibilidade dos textos se estende ao contexto em que são elaborados e sobre os quais têm influência (por exemplo: o contexto da formação pessoal e social da identidade). O sentido adquire assim um *significado prático-normativo*. Os textos possuem sentido não só quando entendidos, mas também ao contribuírem, com sua compreensibilidade, para a orientação daqueles que os entendem. O que os faz, porém, compreensíveis e (praticamente) significativos?

(c) O sentido amplo da significância prática cabe aos textos especificamente históricos na medida em que esclarecem os contextos temporais que situam o sentido atual na relação com o passado e com o futuro. O sentido se relaciona, assim, com processos temporais reais, (prévia e) empiricamente dados. Em sua extensão mais ampla, essa dimensão de sentido abrange a humanidade em sua evolução no tempo. É o sentido que constitui o que se chama de caráter cultural da vida humana e sua evolução. (Como a natureza tem de ser levada em conta, a determinação desse sentido é particularmente difícil)²⁸⁵.

Essa complexa estrutura de sentido está inserida também na cultura histórica. Ela é um pressuposto lógico de todo pensamento histórico e forma a base sobre a qual opera a consciência histórica. Enquanto cultura, é ela um processo dinâmico de influência recíproca entre experiência e interpretação, entre sofrer o tempo e manejá-lo.

Todas as dimensões de sentido são configuradas comunicativamente e se interpenetram. A ciência pode ser concebida como a encruzilhada dessa interpenetração. Na ciência, o sentido é concretizado pela pesquisa, explicitado argumentativamente, criticado, modificado – em suma: o sentido é tematizado, refinado ou aprofundado quanto à sua determinação cognitiva, quanto à possibilidade de ser pensado e conhecido.

284 Ver p. 41 et seq.

285 Ver p. 179 et seq.

O caráter precário do sentido histórico. A presente teoria da história sustenta outra tese fundamental, a de que as atividades intelectuais humanas que se dedicam ao sentido da história não serão adequadamente entendidas se forem vistas como meros processos “imanentes” da consciência histórica. Tais atividades têm lugar, isso sim, em meio a uma complexa relação recíproca entre subjetividade interna e “externalidade” objetiva da experiência. A constituição de sentido pelo espírito humano sempre ocorre a partir de elementos prévios de sentido. Não se dá, por conseguinte, como uma elaboração cultural de fatos empíricos, absolutamente autônoma em relação a estes²⁸⁶. Cabe aqui, porém, uma ressalva: é óbvio que o elemento prévio, esse sentido recebido, requer uma “resposta” que resulte de elaboração subjetiva. Isso se deve ao fato de que a significância da cultura humana, em meio às circunstâncias contraditórias e tensas da vida humana, é sempre precária, e como tal é percebida. *Sentido está sempre ligado a contrassenso.* Essa significância precária dos elementos culturais prévios da consciência histórica estende-se às atividades da consciência, como pergunta e como desafio, em diversos sentidos.

Essa diversidade de elementos prévios de sentido, que, por serem precários, funcionam enquanto estimulantes do significado histórico, pode ser desdobrada, tipologicamente, da seguinte maneira:

(a) Sentido pode ser encontrado, historicamente, enquanto *tradição influente*. O pensamento histórico tem de dar conta, reflexivamente, dessa influência. Ele assume a responsabilidade de lidar com a constituição da tradição na relação mútua de continuidade e crítica²⁸⁷.

(b) Sentido pode ser encontrado, historicamente, como *alteridade temporal*. As circunstâncias atuais da vida não são idênticas, em todos os aspectos, àquelas sob as quais os elementos prévios de sentido se constituíram. O sentido se situa na tensão da diferença histórica. Em princípio, todos os elementos prévios de sentido oriundos do passado carecem de reinterpretação no presente. Essa carência é evidente, na medida em que as circunstâncias da vida no presente divergem das do passado. A mobilidade temporal da vida humana prática, que engendra o campo fenomênico “história”, se estende às atividades mentais e intelectuais com as quais se busca conhecer esse mesmo campo fenomênico, ao mesmo tempo em que está por elas impregnada. Os textos não são compreen-

286 Emil Angehrn destacou esse fato elementar: “A constituição de sentido se baseia no sentido acontecido” (ANGEHRN, E. *Sinnesgeben und Sinnbildung*, p. 490-493, cit. p. 492).

287 Ver ASSMANN, A. *Zeit und Tradition*; RÜSEN, J. *Tradition: A Principle of Historical Sense Generation and Its Logic and Effect in Historical Culture*, p. 45-59.

síveis em si e por si para toda eternidade, mas sempre necessitam ser tornados compreensíveis, a cada vez de novo. E isso vale também para seus respectivos contextos.

(c) Sentido pode ser encontrado, historicamente, na forma de *déficits de sentido*. As conquistas históricas podem aparecer limitadas e desafiar à superação de seus limites. Como exemplo, veja a história dos direitos humanos e dos cidadãos e, dela dependente, a cultura política da legitimação democrática da dominação. De início, dizia respeito a um grupo reduzido de cidadãos, e até hoje se esforça pela superação de seus limites. Levado a sério o critério humanístico do desenvolvimento histórico integral²⁸⁸, quase todas as conquistas da humanização aparecem como deficitárias. Com esse critério de sentido, o pensamento histórico assume a obrigação de abrir perspectivas de futuro marcadas pelas chances de humanização.

(d) Com relação à comunicação intercultural que, no presente, se intensifica, tem-se um novo desafio potencial: a *divergência de sentido* entre as diferentes tradições do pensamento histórico. É possível tirar uma consequência relativista dessa divergência de sentido e enriquecer o pensamento histórico, assim, com uma multiplicidade de perspectivas. Mas esse pluralismo será mesmo um ganho, se não houver mais critérios supraculturais da constituição histórica de sentido, que possam ser utilizados no discurso intercultural? Se for esse o caso, não se vai além da divergência. Desperdiçam-se as chances da expansão e do aprofundamento do sentido, presentes na relação comunicativa entre as diversas concepções de sentido.

(e) O *esquecimento do sentido* é uma experiência de perda no âmbito da cultura histórica, passível de ser diagnosticada e superada mediante apropriação de potenciais de sentido esquecidos ou recalados. Um exemplo conhecido dessa situação é a interpretação, por Max Weber, do capitalismo moderno como uma determinação poderosa da vida, que reduz os homens que lhe são submetidos a meras funções de processos sistêmicos. Elementos essenciais de uma vida com sentido são, assim, subtraídos a essas pessoas, quando não destruídos²⁸⁹. A memória histórica de que isso fora originalmente diferente (em Weber: que o capitalismo se deve intelectualmente a uma significância religiosa) deveria então preencher a lacuna da falta de sentido. A crítica à cultura da modernidade repousa sobre essas estratégias de interpretação: o processo histó-

288 Ver p. 129.

289 Ver sobretudo seus estudos sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

rico em que surgiram as formas modernas de vida é interpretado como destruidor de sentido. O período pré-moderno passa a ser lembrado, a título compensatório, como fonte de sentido.

(f) O pensamento histórico pode, ademais, *destruir sentido*. As constituições de sentido do passado deixam, assim, de ser levadas a sério hermeneuticamente, sendo rejeitadas pela crítica da ideologia que, com isso, deita fora chances de orientação. Um exemplo marcante disso é a interpretação dos direitos humanos e do cidadão por Karl Marx. Ele os interpreta como mero fenômeno jurídico acessório à exploração capitalista do homem pelo homem. Com isso, arruina-se o potencial de sentido presente nesses direitos, tornado disponível no processo evolutivo de uma humanização universal dos seres humanos e que, de longe, ainda não se esgotou. Algo semelhante ocorre com as tentativas recentes de intelectuais chineses, que afirmam que toda a desgraça do mundo moderno (destruição do meio ambiente, decadência moral, etc.) se deve ao iluminismo ocidental²⁹⁰. Outros exemplos aparecem no pensamento pós-moderno e pós-colonial. Inobstante sua função crítica, esse pensamento destrói, no caso do pós-modernismo, o sentido existente nos processos de universalização das qualidades humanas (dignidade). Ele precipita no entulho do passado critérios significativos de validade da orientação cultural (inclusive do conhecimento histórico). O pós-colonialismo atribui aos potenciais modernizadores da cultura ocidental um caráter manifestamente destrutivo²⁹¹ e omite outras tendências opostas, sem as quais sua própria crítica da modernidade deixaria de ser plausível.

(g) *Aniquilações traumáticas de sentido* são o desafio mais radical posto à cultura histórica. É preciso encarar aqui o fato que o sentido constitutivo do pensamento histórico é percebido como destruído (traumaticamente), não só por seus próprios contemporâneos imediatos, mas também por outros, nascidos depois, relacionados com aqueles de alguma forma. É necessário lidar com essa experiência mediante a interpretação histórica e exprimir seu contrassenso radical. De modo algum deve-se fugir dessa aniquilação de sentido mediante subterfúgios do pensamento histórico, pois de outra forma tal destruição causaria efeitos incontroláveis no inconsciente²⁹².

290 Argumento contundente em TU, W.-M. *Confucian Humanism as a Spiritual Resource for Global Ethics*, p. 1-8.

291 Ver, por exemplo, os trabalhos de LAL, V. *Much Ado about Something: The New Malaise of World History*, p. 124-130; *The concentration camp and development: the pasts and future of genocide*, p. 220-243; *The Politics of Culture and Knowledge after Postcolonialism*, p. 191-205. Ver também SETH, S. *Where is humanism going?* p. 6-9.

292 Ver RÜSEN, J. *Krise, Identität*, p. 145-179, esp. p. 171-179.

Sentido como problema. Falar do sentido “da” história não é, certamente, nada óbvio hoje em dia. Pelo contrário, o tema é cada vez mais problemático, quando não é visto como um contrassenso. Não obstante, um sentido tem de ser suposto, quando se quer pensar historicamente, com sentido. A irritante dúvida quanto a essa suposição aponta para duas coisas: uma exigência de sentido, que se origina sempre e necessariamente na vida humana, e a falta de capacidade de o efetivar concretamente. Dessa tensão podem originar-se diferenciações temporais internas à constituição cultural de sentido.

Assim, por exemplo, pode-se projetar no futuro a expectativa de efetivar o sentido que o presente não consegue realizar, embora o exija. Para tornar plausível esse futuro, é necessário identificar no passado ao menos vestígios dessa efetivação e caracterizar sua perda como própria ao presente. Todas as histórias movidas criticamente no horizonte emancipatório seguem essa representação do tempo.

Ou inversamente: o temor do futuro pode ser compensado pela representação de um mundo passado cheio de sentido. O presente continua então sendo caracterizado como o tempo de uma perda de sentido que somente é suportada mediante a memória de seu contrário. O agir é estimulado, no sofrimento, pela esperança de que tudo pode ser de outra forma. Essa linha de pensamento para caracterizar o sentido pode ser encontrada, por exemplo, em Max Weber ou em Jacob Burckhardt²⁹³.

Falta de sentido. A questão mais crucial para a teoria da história diz respeito a como lidar com a falta de sentido e o contrassenso. Os dois fenômenos são constitutivos da experiência do tempo feita continuadamente pela consciência histórica humana. Essa dupla experiência pode estender-se ao próprio pensamento histórico, como mencionado. Com frequência – ou mesmo sempre, pode-se dizer –, o contrassenso interno à cultura humana conduz o pensamento histórico à ideia dos últimos tempos, de um escatão, que já não é mais história. Uma exigência de sentido, em tal acepção, só pode ser realizada efetivamente para além da história. Nessa medida, o pensamento histórico encontra os seus limites na dinâmica mesma da vida humana, alimentada pelas contradições (da sociabilidade associativa). Mas é preciso ir além dessa dinâmica para poder manter-se nela.

293 WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Religionsoziologie*, v. 1, p. 203 et seq. Sobre Burckhardt, ver RÜSEN, J. *Konfigurationen des Historismus*, p. 276-328 (Der ästhetische Glanz der historischen Erinnerung – Jacob Burckhardt).

Trauma. Como se acaba de dizer, as experiências traumáticas desempenham um papel especial na constituição histórica de sentido. Elas possuem um caráter destruidor de sentido e podem, com isso, um desafio radical ao pensamento histórico. Como é possível pensar essas experiências – pois só pelo pensamento elas podem adquirir sentido – sem descurar de sua peculiaridade²⁹⁴?

Uma resposta convincente a essa questão só pode provir da persistência em pensar a falta de sentido. Isso exigiria, contudo, ver na própria categoria de sentido uma ambivalência, mas não existem muitas concepções de historiografia que disso deem conta de maneira convincente²⁹⁵. Uma resposta a tal circunstância aparece mais na arte e na religião. Para o pensamento histórico decorre aqui uma implicação importante, a saber, o imperativo de tornar o seu olhar mais atento ao sofrimento humano, de modo a conseguir se apropriar das práticas culturais nas quais o sofrer é suportado e superado. Somente assim pode-se conferir ao sofrimento um teor especificamente histórico. Como imaginar isso concretamente?



Luto. Um exemplo dessas práticas culturais é o *luto*. Os potenciais cognitivos e o alcance temporal do luto na cultura histórica ainda não foram adequadamente percebidos e assimilados²⁹⁶. O luto é a reação mental a uma perda que atinge a própria identidade. O paradigma de tal perda é a morte de uma pessoa querida. Com ela morre também uma parte do próprio eu, que se formou por identificação com essa pessoa. Na linguagem coisificada da psicanálise fala-se da introjeção de um “objeto” no próprio eu. O luto é o trabalho de haver-se com a perda de si ocorrida junto com a perda de outrem. Fazer o luto é aceitar a perda. O eu se “desvencilha” do perdido. Ao mesmo tempo, reinsere-o em si, de outra forma. A ausência do perdido não é apenas constatada, mas man-

294 Ver p. 55 et seq.

295 Um contraexemplo notável está em Friedländer: *Das Dritte Reich und die Juden*. v. 1: *Die Jahre der Verfolgung 1933-1939*; v. 2: *Die Jahre der Vernichtung 1939-1945*. E também Friedländer: *Den Holocaust beschreiben*.

296 Ver LIEBSCH, B.; RÜSEN, J. (Org.). *Trauer und Geschichte*; LIEBSCH, B. *Revisionen der Trauer*; RÜSEN, J. *Leidensverdrängung und Troutbedarf im historischen Denken*, p. 76-84; RÜSEN, J. *Emotional Forces in Historical Thinking*, p. 41-53; BEVERNAGE, B. *History, Memory, and the State-Sponsored Violence*, p. 147-167, *History and the Work of Mourning*.

tida presente enquanto ausência. A pessoa perdida não desaparece, pura e simplesmente, do universo mental do sobrevivente, mas adquire uma nova situação na vida da memória.

Nas culturas antigas, o luto dos sobreviventes abordava e tornava presente a outra dimensão da existência humana, na qual o ser humano viveria uma vida após a morte. Nas sociedades arcaicas, os rituais do luto transformavam os falecidos em ancestrais. Não raro essa outra dimensão era vivida como mais poderosa e influente do que a dos próprios sobreviventes. Nas sociedades modernas, isso acontece menos, embora o passado permaneça vívido na memória (e possa ter grande influência sobre o inconsciente).

O desempenho mental do trabalho de luto quanto a uma perda não se restringe apenas a relações pessoais. O luto pode alcançar perdas que se situam aquém da vida pessoal. Temos então a experiência de uma perda histórica. Também ela diz respeito à identidade própria (pessoal e social). Crimes contra a humanidade são um bom exemplo dessa experiência da perda, pois neles é a própria forma humana de ser que está em jogo. O ser humano pertence sempre à identidade histórica (mesmo se em diversas configurações: etnicamente particular, universal-excludente ou universal-includente, em variadas constelações). O luto histórico torna consciente essa perda de si, na perspectiva temporal da representação histórica de si próprio. A dolorosa conscientização da perda de humanidade confere a esta um lugar virtual no espaço da consciência histórica. O luto transcende a perda da qualidade humana de ser, ao fazer dela um direcionamento que impulsiona o agir: essa perda não deveria ter acontecido nem deve jamais acontecer de novo. Por isso o futuro deve reservar mais espaço à humanidade. A dignidade humana atua, nesse trabalho histórico de luto, como força motivadora da cultura histórica, que transforma pela interpretação o passado em futuro. O passado não fica livre, no entanto, das atemorizadoras experiências que desvirtuam o sentido. Pelo contrário, desse temor do desvirtuamento extrai-se a perspectiva de impedir e de superar tal desvirtuamento.

Transbordamento de sentido. Diante do significado crescente da experiência de falta de sentido e de contrassenso – o destaque recebido pelo conceito de trauma é um indício de tal circunstância – não se pode fechar os olhos para o fenômeno oposto: há também a experiência, totalmente diferente, do transbordamento de sentido, igualmente pertencente ao tesouro experencial da cultura. São exemplos tradicionais

a experiência do numinoso²⁹⁷ ou do káiros (de um “tempo pleno”). Tais experiências existem também na modernidade. Como exemplo, tomemos a descrição de tal experiência por Marcel Proust:

Mas no mesmo instante [...] estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem a noção de sua causa. Rapidamente as vicissitudes da minha vida se tornaram indiferentes a mim, inofensivos os seus desastres, ilusória a sua brevidade, da mesma forma como opera o amor, enchendo-me de uma essência preciosa; ou antes, essa essência não estava em mim, ela era eu. Já não me sentia mediocre, contingente, mortal²⁹⁸.

Contrariamente ao trauma, que dissolve todas as concepções de sentido da vida em uma perturbadora falta de sentido, encontramos aqui um “trauma” positivo, um transbordamento de sentido, o qual dilui igualmente todas as demais concepções de sentido e as faz parecer, em princípio, inaceitáveis. Não as nega, no entanto – as supera. O “sentido verdadeiro” surge além do engajamento do espírito humano em dar conta do sofrimento e das contradições da vida, estimulando o agir a partir de expectativas de felicidade.

Diante de tais experiências, como fica então o pensamento histórico? Ele se situa no meio das duas: ambas as experiências – a destruidora e a superadora – estimulam-no, mas ele ainda não dá conta de ambas. Por si só, o pensamento histórico não consegue atribuir sentido ao trauma nem produzir o transbordamento de sentido. Ele recupera a falta de sentido, todavia, enquanto elemento da interpretação potencial pela consciência histórica e se apoia nas esperanças da realização de sentido como intenção última da vida humana.



O sentido em meio aos tempos. Esse campo intermédio abre-se, temporalmente, na relação estendida entre os homens do passado, que

297 OTTO, R. *Das Heilige. Über das Irrationale in der Idee des Göttlichen und sein Verhältnis zum Rationalen.*

298 PROUST, M. *In Swann's Welt.* 1^a parte, p. 63 et seq.

passaram por essas experiências-limites, e os homens do presente, que relacionam (ou podem relacionar) a si essas experiências históricas límitrofes. De um lado, trata-se do plano experiencial dos protagonistas e, de outro, do plano interpretativo dos observadores. No caso desses últimos, tem-se também uma experiência, pode-se mesmo dizer, uma experiência da experiência. É nela que o sentido sofrido e experienciado no passado, para além da distância temporal, mostra-se relevante para o presente. O sentido se apresenta como um desafio positivo e negativo, provocando a confrontação. Ele incita à superação da falta de sentido ou à apropriação de um sentido bem realizado.

O contrassenso do Holocausto, por exemplo, estende-se das vítimas aos pôsteros. Isso não é somente um fato intergeracional, mas tangencia igualmente a todo ser historicamente pensante, pois se trata de um crime contra a humanidade. É atingida, assim, a própria forma humana de ser de todos os pôsteros. É próprio à natureza desse contrassenso da experiência histórica necessitar ser refletido na concepção de sentido de cada ser humano enquanto parte integrante de sua identidade histórica.

O mesmo vale para as experiências de realização de sentido do passado, sempre que digam respeito ao modo de ser próprio aos seres humanos. É exemplo disso a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, da Revolução Francesa. Ela foi vivida por seus contemporâneos como um káiros: realizaria as esperanças dos tempos passados e definiria os critérios para o futuro²⁹⁹. Os pôsteros experimentam esse káiros como desafio: são provocados a considerar a ideia dos direitos humanos como imperativa, a preservar sua tradição e a trabalhar por sua efetivação. Situam-se assim, historicamente, dentro de um processo de desenvolvimento que abrange passado e futuro. Nesse processo, a validade dos ordenamentos fundados nos direitos humanos é universalizada interculturalmente, ou pelo menos o deveria ser. Ao mesmo tempo, essas ideias sobre a regulação jurídica da dominação política são aprofundadas no âmbito social e cultural.



299 Kant qualificou o entusiasmo com que os contemporâneos saudaram a Revolução Francesa como "sinal dos tempos", revelador de uma "tendência do gênero humano como um todo" (*Streit der Fakultäten* [Conflito das Faculdades]), § 142-144).

2. Uma vez mais: limites da ciência

Fique claro, pois, que a história como ciência não cria o sentido que apreende mediante seu trabalho cognitivo. Ela se baseia nos elementos prévios de sentido presentes no acontecer (não pensado previamente) da impregnação cultural do mundo humano. Ela transforma concepções prévias de sentido em resultados cognitivos³⁰⁰. Ao fazê-lo, constitui – isso sim – um sentido determinante e específico, resultante do pensamento metódico. No contexto do sentido que acontece na cultura, de que a ciência é parte integrante, esse resultado pode ser caracterizado como o *uso da razão*. Dito de maneira enfática, a história como ciência avalia a razão do pensamento histórico. Naturalmente, a razão humana não se restringe a esse pensamento. E tampouco pode-se chamar de racional tudo o que acontece em seu âmbito. Mas o formato científico confere à razão humana pregnância cognitiva. Essa pregnância do pensamento enquanto conhecimento, alcançável pela ciência, estende-se (tendencialmente) aos contextos em que se dá o saber histórico, característicos da cultura histórica. A teoria da história pode e deve, nesse particular, como já se viu, fornecer à didática da história os impulsos decisivos para fixar os objetivos do aprendizado histórico.

O uso da razão pela ciência possui, por conseguinte, aspectos práticos, como se expôs mais de uma vez. É pacífico, contudo, que essa relação prática também tem seus limites. Nem de longe todo saber histórico produzido cientificamente se dirige diretamente a uma aplicação cultural prática. Olhando-se as atividades, as instituições e os processos da cultura histórica, pode-se mesmo dizer que ocorre o contrário. Na indústria científica, prevalecem usualmente os processos cognitivos cujos resultados valem como fins em si mesmos e servem exclusivamente à própria ciência, sem que se veja neles uma função prática. Dito ironicamente, é o próprio aparato das notas de rodapé das publicações especializadas, especificamente científico, que demonstra sua distância da prática. Em termos genéricos, porém, tendo-se presente a matriz disciplinar da ciência da história, não se pode esquecer que é justamente o distanciamento da prática que (entre outros fatores) fornece condições ao avanço da ciência³⁰¹.

Inversamente, há inúmeras outras carências de orientação, muito fortes, que não podem ser satisfeitas pelos resultados cognitivos do conhecimento histórico (como, por exemplo, as que levam à arte e à

300 Ver p. 75.

301 Ver p. 74.

religião). As profundezas inconscientes da subjetividade humana tanto pouco, ou raramente, são alcançadas pelos resultados cognitivos do pensamento histórico em seu formato cientificamente institucionalizado.

É preciso, portanto, a partir dessas regiões situadas além dos limites da cognição metodicamente formatada, perguntar de volta porque esta pode e não pode obter. Somente assim se conseguiria dizer o que está dentro ou fora da capacidade da ciência, e como se poderia expandir e aprofundar tal capacidade. De qualquer maneira, importa evitar o isolamento solipsista do conhecimento histórico. De que outra forma se poderia apreender adequadamente a contribuição que a ciência pode dar ao melhoramento da vida humana³⁰²?

Os limites da ciência da história situam-se no ponto em que o pensamento histórico se enraíza no sentido acontecido, imprevisível, da história efetivada concretamente no presente³⁰³. Apenas em momentos fugidos podem ocorrer experiências reveladoras dessa significância (mas também de seu contrário)³⁰⁴.

Grandes historiadores, como Jacob Burckhardt, por exemplo, exprimiram por vezes essa revelação (quando se tratava das questões basilares de sua atividade). Ele é um dos raros historiadores a falar de “desespero e miséria” enquanto elementos da experiência histórica. Mesmo assim, ou quem sabe por causa disso, Burckhardt pôde relacionar o pensamento histórico a uma referência última, para além de “nossa individualidade” (ou seja: para além da competência do conhecimento histórico). Atribui à história o “espírito da humanidade”, que “paira sobre todos esses fenômenos embora seja por eles permeado” (Burckhardt se refere aqui às crises que abalavam seu presente), “e que constrói para si uma nova casa”³⁰⁵. A história se torna, pois, um “espetáculo maravilhoso, mas não destinado aos seres contemporâneos, terrenos”. Ou seja: Burckhardt considera a história como algo que só pode ser expresso na condicional e que escapa à apreensão cognitiva do conhecimento histó-

302 Essa contribuição pode ser exemplificada por uma fórmula desafiadora: pode-se melhorar o ontem? Ver SCHULIN, E. *Ich hoffe immer noch, das gestern besser wird – Bemerkungen zu einem von Jörn Rüsen gewählten Motto*, p. 3-22; RÜSEN, J. *Kann gestern besser werden?*; ESSEN, G. *Can Yesterday Get Better? The Trouble with Memory and the Gift of the Eucharist*, p. 277-297.

303 Ver p. 98.

304 Essas experiências são feitas em acontecimentos históricos (por exemplo: declarações de direitos humanos) ou por intermédio de pessoas (por exemplo: Buda, Francisco de Assis, Gandhi, Mandela). Elas se situam, porém, em um campo meta- ou pré-histórico – o que quer dizer: extrapolam os respectivos parâmetros temporais ou constelações de condições, tornando-se “imediatas”. Não obstante, influenciam os processos de pensamento em que os eventos são enquadrados.

305 BURCKHARDT, J. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*, p. 235 (BURCKHARDT, J. *Über das Studium der Geschichte*. Texto das *Weltgeschichtlichen Betrachtungen*, p. 294 et seq.).

rico. Apesar disso e, ou quem sabe por causa disso, em última análise, é esse escape que faz a história ter sentido para Burckhardt.

Os critérios decisivos da orientação histórica decorrem da inconfundível necessidade de o espírito humano haver-se com os fatores contraditórios de sua "sociabilidade associativa". A aspiração última desse espírito é a de conciliar as oposições internas, as contradições que marcam as suas condições de sua vida. Isso se exprime em ideias acerca de uma qualidade de vida que vão além do condicionamento concreto da vida. Essas ideias podem ser encontradas, por exemplo, no princípio universal da justiça ou na libertação definitiva do sofrimento por meio de uma concepção genérica de felicidade.

Temos aqui mais um limite do pensamento histórico. Essas intenções enfáticas transcendem o âmbito da experiência histórica, embora não o esqueçam no processo de produção de sentido. A ciência participa dessas intenções, pois sua racionalidade implica a ideia da determinação racional da vida humana, inserida na vida prática enquanto estimulante. Essa ideia é superabundante, ultrapassando qualquer experiência. Com a força da esperança e da saudade, ela pode fazer frutificar o manejo da experiência.

A razão histórica aufera sua força orientadora desses dois âmbitos de sentido, situados além do manejo discursivo da experiência temporal e frequentemente esquecidos pelo pesquisador em sua faina cotidiana. Ela leva em conta o domínio da experiência histórica, no processo cognitivo metodicamente regulado, a partir de dois pontos de partida: do caráter incondicionado do sentido como acontecimento prévio na cultura humana e da possibilidade de configurar ativamente as circunstâncias da vida de acordo com os critérios fundamentais da humanidade. A ciência da história pode fazer valer ambos os aspectos, enquanto estimulantes do conhecimento.

Com a demarcação desses dois limites – o da impreensabilidade e o da ênfase ou superabundância dos critérios decisivos de sentido do pensamento histórico – esse pensamento não deve ser apoucado. Antes, ele passa a ser localizado no próprio processo da vida humana. Reconhecer limites abre possibilidades de lidar, criativamente, com eles (o que inclui a possibilidade de transcendê-los). No espaço de manobra entre eles, o pensamento histórico pode contribuir para a humanização dos seres humanos. Reconheçamos, pois, que o pensamento histórico – no manejo interpretativo do tempo (da vida humana) – é movido pelo contrassenso da experiência da vida e sustentado pela confiança originária nos elementos prévios de sentido. Assim, seu trabalho interpretativo se há de processar de acordo com critérios devidos à humanidade dos seres humanos.

Ecos

E nós: espectadores, sempre, por toda a parte,
olhos postos em tudo isso, sem nunca disso sair!
A nós, esmaga-nos. Ordenamos tudo,
e tudo se desfaz.

Voltamos a ordenar, e nós próprios nos desfazemos.
Quem é que assim nos inverteu a rota, para,
em tudo o que fazemos, assumirmos a atitude
de quem está de partida? Tal como ele, no alto
da última colina que lhe dá a ver uma vez mais
todo o seu vale, se volta, pára, se demora —
assim vivemos nós em permanente despedida³⁰⁶.

O verdadeiro não joga areia em teus olhos,
O verdadeiro afasta de ti torpor e morte.
Sem trégua, reforçado a cada dor,
O verdadeiro arreia a pedra de tua tumba. [...]

Preso no mundo, estás açoitado,
O verdadeiro porém abre brechas nas paredes.
Acordas e buscas, nas trevas, o certo,
Procuras pelo caminho ignoto³⁰⁷.

Und wir: Zuschauer, immer, überall,
dem allen zugewandt und nie hinaus!
Uns überfüllts. Wir ordnen. Es zerfällt.
Wir ordnens wieder und zerfallen selbst.

Wer hat uns also umgedreht, daß wir,
was wir auch tun, in jener Haltung sind
von einem, welcher fortgeht? Wie er auf
dem letzten Hügel, der ihm ganz sein Tal
noch einmal zeigt, sich wendet, anhält, weilt —,
so leben wir und nehmen immer Abschied.

Rainer Maria Rilke

Was wahr ist, streut nicht Sand in deine Augen,
was wahr ist, bitten Schlaf und Tod dir ab
als eingefleischt, von jedem Schmerz beraten,
was wahr ist, rückt den Stein von deinem Grab. |

Du haftest in der Welt, beschwert von Ketten,
doch treibt, was wahr ist, Sprünge in die Wand.
Du wachst und siehst im Dunkeln nach dem Recht
dem unbekannten Ausgang zugewandt.

Ingeborg Bachmann

306 RILKE, R. M. *Duineser Elegien*, p. 716. (N.T.): transcrito de *As Elegias de Duino*. Tradução: introdução: Maria Teresa Dias Furtado. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

307 BACHMANN, I. *Was wahr ist*, p. 118. (N.T.): o poema "O verdadeiro" não parece ter sido traduzido para o português. De comum acordo com J. Rüsen, o tradutor traduziu livremente as duas estrofes citadas, mantendo o original em alemão ao lado.

Não reconhecemos uma angelidade nos homens. E caso o dâmon que nos rege não seja humano, tornamo-nos um estorvo para os homens. [...] O divino em nossa espécie consiste, pois, em formar-se para ser humano. [...] Formar-se como ser humano é uma obra a ser continuada infatigavelmente, pois do contrário, cairíamos de volta – não importa a que classe social pertençamos – na rústica animalidade, na brutalidade³⁰⁸.

Eine Angelität im Menschen kennen wir nicht, und wenn der Dämon, der uns regiert, kein humarer Dämon ist, werden wir Plagegeister der Menschen. [...] Das Göttliche in unserem Geschlecht ist also Bildung zur Humanität. [...] Die Bildung zu ihr ist ein Werk, das unablässig fortgesetzt werden muss, oder wir sinken, höhern und niedern Stände, zur rohen Tierheit, zur Brutalität zurück.

Johann Gottfried Herder

Eu tenho um sonho que um dia todo vale será exaltado, e todas as colinas e montanhas virão abaixo, os lugares ásperos serão aplanados e os lugares tortuosos serão endireitados...³⁰⁹

I have a dream that one day every valley shall be exalted, every hill and mountain shall be made low, the rough places will be made plain, and the crooked places will be made straight...

Martin Luther King

308 HERDER, J. G. *Briefe zur Beförderung der Humanität*, n. 27, p. 148. (N.T.): tradução livre (ver nota 2).

309 KING, M. L. *The "I have a Dream" Speech*. (N.T.): tradução extraída de: <<http://www.dhnet.org.br/desejos/sonhos/dream.htm>>.

Referências³¹⁰

- ADORNO, T. W. *Negative Dialektik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1966.
- ADORNO, T. W. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ANGEHRN, E. *Geschichtsphilosophie*. Stuttgart: Kohlhammer, 1991.
- ANGEHRN, E. *Sinn und Nicht-Sinn. Das Verstehen des Menschen*. Tübingen: Mohr/Siebeck, 2010.
- ANGEHRN, E. Sinngeschehen und Sinnbildung. Hermeneutische Überlegungen. *Erwägen – Wissen – Ethik (EWE)*, 22.4, 2011, p. 490-493.
- ANKERSMIT, F. *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation*. Ithaka; New York: Cornell University Press, 2012.
- ANTWEILER, C. *Mensch und Weltkultur. Für einen realistischen Kosmopolitismus im Zeitalter der Globalisierung*. (= Der Mensch im Netz der Kulturen – Humanismus in der Epoche der Globalisierung, v. 10) Bielefeld: Transcript, 2011.
- ANTWEILER, C. *Menschliche Universalien. Kultur, Kulturen und die Einheit der Menschheit*. Darmstadt: Wiss. Buchgesellschaft, 2007.
- ARNASON, J. P.; EISENSTADT, S. N.; WITTROCK, B. (Org.). *Axial Civilisations and World History*. Leiden: Brill, 2005.
- ASSMANN, A. *Erinnerungsräume. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses*. München: C. H. Beck, 1999.
- ASSMANN, A. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSMANN, A. *Zeit und Tradition. Kulturelle Strategien der Dauer*. (= Beiträge zur Geschichtskultur, v. 15). Köln: Böhlau, 1999.
- ASSMANN, A.; FREVERT, U. *Geschichtsvergessenheit – Geschichtsversessenheit. Vom Umgang mit deutschen Vergangenheiten nach 1945*. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt, 1999.
- ASSMANN, A.; FRIESE, H. (Org.). *Identitäten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.
- ASSMANN, J. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: C. H. Beck, 1992.

³¹⁰ A bibliografia mantém as referências utilizadas pelo autor. Quando a obra tem tradução para o português, a referência foi acrescentada. (N.T.)

- ASSMANN, J. *Politische Theologie zwischen Ägypten und Israel*. München: Hanser, 1992. 2. ed. 1995.
- BACHMANN, I. Was wahr ist. In: KOSCHEL, C.; WEIDENBAUM, I. von; MÜNSTER, C. (Ed.). *Werke*. 4. ed. v. 1. München: Piper, 1993.
- BADT, K. *Eine Wissenschaftslehre der Kunstgeschichte*. Köln: Dumont, 1971.
- BARRICELLI, M. *Schüler erzählen Geschichte*. Narrative Kompetenz im Geschichtsunterricht. Schwalbach; Taunus: Wochenschau, 2007.
- BAUER, W. *Einführung in das Studium der Geschichte*. 2. ed. Tübingen: Mohr, 1927 (reimp. 1961).
- BAUER, W. *Introducción al estudio de la historia*. Barcelona: Bosch, 1944.
- BAUMGARTNER, H. M. *Kontinuität und Geschichte*. Zur Kritik und Metakritik der historischen Vernunft. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1972.
- BEARD, C. A. That noble dream. *The American Historical Review*, v. 41, n. 1, p. 74-87, 1935.
- BEARD, C. A. Aquele sonho nobre. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de História: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: EdiPUCRS; Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 338-354.
- BECKER, C. L. Every Man His Own Historian. In: BECKER, C. L. *Every man his own historian. Essays on History and Politics*. New York (F. S. Croft & Co) 1935. p. 233-255.
- BECKER, C. L. O homem comum é o seu próprio historiador. In: MALERBA, J. (Org.). *Lições de História: Da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: EdiPUCRS; Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 338-354.
- BÉDARIDA, F. (Org.). *The social responsibility of the historian*. Oxford: Berghahn Books, 1995.
- BENJAMIN, W. Der Erzähler. Betrachtungen zum Werk Nikolai Lesskows. In: TIEDEMANN, R.; SCHWEPPENHÄUSER, H. (Ed.). *Gesammelte Schriften*. vol. II.2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1977. p. 438-465.
- BENJAMIN, W. O Narrador. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. Über den Begriff der Geschichte. In: BENJAMIN, W. *Gesammelte Schriften*, org. por Rolf Tiedemann u. Hermann Schweppenhäuser, v. 1.2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991. p. 691-704.
- BENJAMIN, W. Sobre o Conceito de História. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERNHEIM, E. *Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*. Mit Nachweis der wichtigsten Quellen und Hülfsmittel zum Studium der Geschichte, 5./6. ed. Leipzig, 1908 (zuerst Leipzig: Duncker & Humblot 1889 unter dem Titel: *Lehrbuch der Historischen Methode*), Reprint New York, 1960.
- BEVERNAGE, B. *History, Memory, and the State-Sponsored Violence*. Time and Justice. New York: Routledge 2012.
- BODIN, J. *Method for the Easy Comprehension of History*. New York: Octagon Books, 1966.

- BORRIES, B. von; PANDEL, H.-J.; RÜSEN, J. (Org.). *Geschichtsbewußtsein empirisch*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1991.
- BORRIES, B. von; RÜSEN, J. et al. (Org.). *Geschichtsbewußtsein im interkulturellen Vergleich*. Zwei empirische Pilotstudien. Pfaffenweiler: Centaurus, 1994.
- BRIEGER, U. *Die Unerbittlichkeit der Historizität*. Foucault als Historiker. (= Beiträge zur Geschichtskultur, v. 14). Köln: Böhlau, 1998.
- BURCKHARDT, J. *Über das Studium der Geschichte*. Der Text der "Weltgeschichtlichen Betrachtungen". Aufgrund der Vorarbeiten von Ernst Ziegler nach den Handschriften hg. von Peter Ganz. München: C. H. Beck, 1982.
- BURCKHARDT, J. *Weltgeschichtliche Betrachtungen*. Historisch-kritische Gesamtausgabe (introdução e organização por Rudolf Stadelmann). Pfullingen: Neske, 1949; andere Ausgabe: Gesamtausgabe, v. 7: *Weltgeschichtliche Betrachtungen. Historische Fragmente aus dem Nachlaß*, ed. Albert Oeri, Emil Dürr. Stuttgart: Deutsche Verlagsanstalt, 1929.
- BURCKHARDT, J. *Reflexões sobre a História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.
- CARR, D. Which way is East? Rüsen's Historik. *Erwägen – Wissen – Ethik EWE*, v. 22.4, 2011, p. 508.
- CAVALLI-SFORZA, L. L. *Gene, Völker und Sprachen*. Die biologischen Grundlagen unserer Zivilisation. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1999.
- CHINESE and Western Historical Thinking. *History & Theory*, v. 46, n. 2, p. 180-232. May 2007.
- CHLADENIUS, J. M. *Allgemeine Geschichtswissenschaft, worinnen der Grund zu einer neuen Einsicht in allen Arten der Geschichtsarbeit gelegt wird*. Leipzig: Lanck 1752. Reimpr. Wien: Böhlau Nachf. 1985 (Auszüge In: BLANKE, H. W.; FLEISCHER, D. (Org.). *Theoretiker der deutschen Aufklärungsgeschichte*. 2 v. (= Fundamenta Historica I), Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann Holzboog, 1990. p. 226-274).
- CHLADENIUS, J. M. *Princípios Gerais da Ciência Histórica*. Campinas: Unicamp, 2013.
- CHRISTIAN, D. *Maps of Time. An Introduction to Big History*. Berkeley: University of California Press, 2004.
- CLOETE, D.; MASON, A. *Vusi goes back*. A comic book about the history of South Africa. (Prezarian Comix, E.D.A.); zuerst in: People's Workbook, published by the Environmental and Development Agency (EDA) Trust 1981 (Reprint 1999).
- DANTO, A. C. *Analytische Philosophie der Geschichte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1974.
- DE BAETS, A. *Responsible History*. With a Foreword by Jürgen Kocka. Oxford: Berghahn Books, 2009.
- D'HAENENS, A. *Oralité, Scribalité, Electronalité*. La scribalité occidentale depuis le moyen âge. Louvain-la-Neuve, 1983.
- DILTHEY, W. *Einleitung in die Geisteswissenschaften*. Versuch einer Grundlegung für das Studium der Gesellschaft und der Geschichte (= Gesammelte Schriften, v. 1) 5. ed. Stuttgart: Teubner, 1962.
- DROYSEN, J. G. *Historik*. Historisch-kritische Ausgabe, ed. Peter Leyh. v. 1. Stuttgart – Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1977.
- DUX, G. *Historisch-genetische Theorie der Kultur*. Instabile Welten. Zur prozessualen Logik im kulturellen Wandel. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

- DUX, G. Wie der Sinn in die Welt kam, und was aus ihm wurde. In: MÜLLER, K. E.; RÜSEN, J. (Org.). *Historische Sinnbildung*. Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien. Reinbek bei Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag, 1997. p. 194-217.
- EGGERT, M. K. H. *Archäologie*. Grundzüge einer Historischen Kulturwissenschaft. Tübingen: Francke, 2006.
- EISENSTADT, S. N. (Ed.). *Kulturen der Achsenzeit*. Ihre Ursprünge und ihre Vielfalt. Teil I, II, III. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987, 1987, 1992.
- EMRICH, W. *Die Symbolik von Faust II*. Sinn und Vorformen. Bonn: Athenäum, 1957.
- ERDHEIM, M. *Die gesellschaftliche Produktion von Unbewußtheit*. Eine Einführung in den ethnopsychanalytischen Prozeß. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.
- ESSEN, G. "Can Yesterday Get Better?" The Trouble with Memory and the Gift of the Eucharist. Systematic Theological Reflections on the Presence of the Past. In: SCHILDERMANN, H. (Org.). *Discourse in Ritual Studies*. Leiden: Brill, 2007. p. 277-297.
- ESSEN, G. Geschichte als Sinnproblem. Zum Verhältnis von Theologie und Historik. *Theologie und Philosophie*, 71, p. 321-333, 1996.
- FEDER, A. *Lehrbuch der historischen Methodik*. 2. ed. Regensburg: Kösel & Pustet, 1921.
- FLAIG, E. Ohne Wahrheit keine Wissenschaft – Überlegungen zur Wendung nach den Wenden. In: KÜHBERGER, C. et al. (Org.). *Wahre Geschichte – Geschichte als Ware*. Die Verantwortung der historischen Forschung für Wissenschaft und Gesellschaft. Beiträge einer internationalen Tagung vom 12. bis 14. Januar 2006 im Alfried Krupp Wissenschaftskolleg Greifswald. Rahden/Westf.: VML, Leidorf, 2007. p. 49-80.
- FLAIG, E. Soziale Bedingungen des kulturellen Vergessens. In: *Vorträge aus dem Warburg-Haus*, v. 3. Berlin: Akademie-Verlag, 1999. p. 31-100.
- FLAIG, E. Verstehen und Vergleichen. Ein Plädoyer. In: OEXLE, O.-G.; RÜSEN, J. (Org.). *Historismus in den Kulturwissenschaften*. Geschichtskonzepte, historische Einschätzungen, Grundlagenprobleme. Köln: Böhlau, 1996. p. 262-287.
- FLAIG, E. *Weltgeschichte der Sklaverei*. München: C. H. Beck, 2009.
- FLUDERNIK, M. New Wine in Old Bottles? Voice, Focalization and New Writing. *New Literary History*, v. 32, p. 619-638, 2001.
- FLUDERNIK, M. *Towards a "Natural" Narratology*. London: Routledge, 1996.
- FONER, E. *Who Owns History? Rethinking the Past in a Changing World*. New York: Hill and Wang, 2002.
- FOWLER, J. W. *Stufen des Glaubens*. Die Psychologie der menschlichen Entwicklung und die Suche nach Sinn. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus Gerd Mohn, 1991.
- FREUD, S. Das Ich und das Es (1923). In: FREUD, S. *Studienausgabe*. v. 3: Psychologie des Unbewussten. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuchverlag, 2000. p. 273-330.
- FREUD, S. *O Ego e o Id*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FREUD, S. *Der Mann Moses und die monotheistische Religion*. Schriften über die Religion. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1975.
- FREUD, S. *Moisés e o Monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- FREUD, S. *Totem und Tabu. Einige Übereinstimmungen im Seelenleben der Wilden und der Neurotiker*. Frankfurt am Main: Fischer Bücherei, 1964.
- FREUD, S. *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FRIEDLÄNDER, S. *Das Dritte Reich und die Juden*. 1. v.: Die Jahre der Verfolgung 1933-1939. München: C. H. Beck, 1998; 2. v.: Die Jahre der Vernichtung. Das Dritte Reich und die Juden, 1939 - 1945. München: C. H. Beck, 2006.
- FRIEDLÄNDER, S. *A Alemanha e os Judeus*. v. 1: Os Anos da Perseguição (1933-1939). v. 2: Os Anos de Extermínio (1939-1945). São Paulo: Perspectiva, 2012.
- FRIEDLÄNDER, S. *Den Holocaust beschreiben. Auf dem Weg zu einer integrierten Geschichte*. Göttingen: Wallstein, 2007.
- FRIEDLÄNDER, S. *Kitsch und Tod. Der Wiederschein des Nazismus*. München: Deutscher Taschenbuchverlag, 1986.
- FRÖHLICH, K.; RÜSEN, J. Menschenrechte im Systemkonflikt. In: FRÖHLICH, K.; RÜSEN, J. (Org.). *Menschenrechte im Prozeß der Geschichte. Historische Interpretationen, didaktische Konzepte, Unterrichtsmaterialien*. Pfaffenholz: Centaurus, 1991.
- FULDA, D. Strukturanalytische Hermeneutik: eine Methode zur Korrelation von Geschichte und Textverfahren. In: FULDA, D.; TSCHOPP, S. S. (Org.). *Literatur und Geschichte. Ein Kompendium zu ihrem Verhältnis von der Aufklärung bis zur Gegenwart*. Berlin: de Gruyter, 2002. p. 39-60.
- FULDA, D. *Wissenschaft aus Kunst. Die Entstehung der modernen deutschen Geschichtsschreibung 1760 bis 1860*. Berlin: de Gruyter, 1996.
- FULDA, D.; TSCHOPP, S. S. (Org.). *Literatur und Geschichte. Ein Kompendium zu ihrem Verhältnis von der Aufklärung bis zur Gegenwart*. Berlin: de Gruyter, 2002.
- FÜSSMANN, K. Dimensionen der Geschichtsdarstellung. In: FÜSSMANN, K.; GRÜTTER, H. T.; RÜSEN, J. (Org.). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Köln: Böhlau, 1994. p. 27-44.
- GADAMER, H.-G. *Wahrheit und Metode. Grundzüge einer philosophischen Hermeneutik*. Tübingen: Mohr/Siebeck, 1960; 2. ed. 1990.
- GADAMER, H.-G. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1997. 2 v.
- GIESELMANN, M.; STRAUB, J. (Org.). *Humanismus in der Diskussion. Rekonstruktionen, Revisionen und Reinventionen eines Programms*. Bielefeld: Transcript, 2012.
- GIESEN, B. *Die Entdinglichung des Sozialen. Eine evolutionstheoretische Perspektive auf die Postmoderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- GIESEN, B. (Org.). *Nationale und kulturelle Identität. Studien zur Entwicklung des kollektiven Bewußtsein in der Neuzeit*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.
- GOERTZ, H.-J. Geschichte – Erfahrung und Wissenschaft. In: GOERTZ, H.-J. *Geschichte. Ein Grundkurs*. 3. ed. rev. e erw. Reinbek: Rowohlt, 2007. p. 19-47.
- GOERTZ, H.-J. *Unsichere Geschichte. Zur Theorie historischer Referentialität*. Stuttgart: Reclam, 2001.
- GOERTZ, H.-J. Was können wir von der Vergangenheit wissen? Paul Valéry und die Konstruktivität der Geschichte heute. *GWU*, v. 60, n. 12, p. 692-706, 2009.
- GOLDHAGEN, D. *Hitlers willige Vollstrecker. Ganz gewöhnliche Deutsche und der Holocaust*. Berlin: Siedler, 1996.

- GOLDHAGEN, D. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GRAFTON, A. *Die tragischen Ursprünge der deutschen Fußnote ("The footnote")*. München: Deutscher Taschenbuchverlag, 1998.
- GRAFTON, A. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre as notas de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GRASS, G. *Im Krebsgang*. Eine Novelle. 3. ed. Göttingen: Steidl, 2002.
- GRASS, G. *A Passo de Caranguejo*. Alfragide: Casa das Letras, 2008.
- GROSSE, J. *Geschichtsphilosophie heute. 1. Teil. Philosophische Rundschau*, v. 55, p. 123-155; 2. Teil, p. 209-236, 2008.
- HALBWACHS, M. *Das Gedächtnis und seine sozialen Bedingungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.
- HALBWACHS, M. *Das kollektive Gedächtnis*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HANDRO, S.; SCHÖNEMANN, B. (Org.). *Methoden geschichtsdidaktischer Forschung*. Münster: LIT, 2002.
- HARDTWIG, W. *Geschichtsreligion – Wissenschaft als Arbeit – Objektivität. Der Historismus in neuerer Sicht*. *HZ*, 252, p. 1-32, 1991.
- HASBERG, W. *Empirische Forschung in der Geschichtsdidaktik. Nutzen und Nachteil für den Unterricht*. 2 v. Neuried: ars una, 2001.
- HEER, N. W. *Politics and History in the Soviet Union*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- HERDER, J. G. Briefe zur Beförderung der Humanität, Nr. 27 (1794). In: IRMSCHER, H. D. (Ed.). *Werke*. v. 10. Frankfurt am Main: Deutscher Klassiker Verlag, 1991.
- HERDER, J. G. Briefe zur Beförderung der Humanität, Nr. 122 (1797). In: HERDER, J. G. Briefe zur Beförderung der Humanität. Bernhard Suphan (Org.). *Herders sämtliche Werke*. Berlin: Weidmann, 1883, v. 18, n. 122, p. 286-295.
- HERDER, J. G. *Ideen zur Philosophie der Geschichte der Menschheit*, 1. Teil, 2. Buch, Wolfgang Pross (Ed.). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2002.
- HÖLKESKAMP, K.-J.; RÜSEN, J.; STEIN-HÖLKESKAMP, E.; GRÜTTER, H. T. (Org.). *Sinn (in) der Antike. Orientierungssysteme, Leitbilder und Wertkonzepte im Altertum*. Mainz: Philipp von Zabern, 2003. p. 1-15.
- HOWELL, M.; PREVENIER, W. *Werkstatt des Historikers. Eine Einführung in die historischen Methoden*. Köln: Böhlau, 2004.
- HUANG, C.-C. *The Defining Character of Chinese Historical Thinking*. *History and Theory*, v. 46, p. 180-188, 2000.
- HUANG, C.-C. *Salient Features of Chinese Historical Thinking*. *The Medieval Historical Journal*, v. 7, n. 2, p. 243-254, Jul.-Dec. 2004; também em: *History and Theory*, v. 46, p. 180-188. May 2007.
- HUMBOLDT, W. von. Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers. In: FLITNER, A.; GIEL, K. (Ed.) *Werke*. v. 1: *Schriften zur Anthropologie und Geschichte*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1960. p. 585-606. (Gesammelte Schriften [Akademie-Ausgabe] IV, p. 35-56).
- HUMBOLDT, W. von. *A Tarefa do Historiador*. In: MARTINS, E. de R. (Org.). *A História Pensada*. São Paulo: Contexto, 2010.

- INTERNATIONALES Archiv für Sozialgeschichte der deutschen Literatur (IASL) 36.1 (2011).
- JAEGER, F.; RÜSEN, J. *Geschichte des Historismus. Eine Einführung*. München: C. H. Beck, 1992.
- JAEGER, S. Erzähltheorie und Geschichtswissenschaft. In: NÜNNING, V.; NÜNNING, A. (Org.). *Erzähltheorie transgenerisch, intermedial, interdisziplinär*. Trier: WVT wissenschaftlicher Verlag, 2002. p. 237-263.
- JASPERS, K. *Vom Ursprung und Ziel der Geschichte*. München: Piper, 1963 (original: Zürich, 1949).
- JASPERS, K. *Os Mestres da Humanidade*. Coimbra: Almedina, 2003.
- JEISMANN, K.-E. *Geschichte als Horizont der Gegenwart. Über den Zusammenhang von Vergangenheitsdeutung, Gegenwartsverständnis und Zukunftsperspektive*. Paderborn: Schöningh, 1985.
- JUNG, C. G. *Die Beziehungen zwischen dem Ich und dem Unbewußten*. München: Deutscher Taschenbuchverlag, 1990.
- JUNG, C. G. *O Eu e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- KANT, I. Kritik der reinen Vernunft (1787). In: WEISCHEDEL, W. (Ed.). *Werke in zehn Bänden*, v. 3. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968.
- KANT, I. *Critica da Razão Pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht (1784). In: WEISCHEDEL, W. (Ed.). *Werke in zehn Bänden*, v. 9. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968. p. 33-50, § 385-411.
- KANT, I. *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. Der Streit der Fakultäten (1798). In: WEISCHEDEL, W. (Ed.). *Werke in zehn Bänden*, v. 9. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968. p. 263-393, § 142-144.
- KANT, I. *O conflito das faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KANT, I. Metaphysik der Sitten (1797). In: WEISCHEDEL, W. (Ed.). *Werke in zehn Bänden*, v. 7. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968. p. 309-634, § III-190. Metaphysische Anfangsgründe der Tugendlehre [1797] § 11, § 93).
- KANT, I. *Metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KARLSSON, K.-G. The Holocaust as a Problem of Historical Culture. Theoretical and Analytical Challenges. In: KARLSSON, K.-G.; ZANDER, U. (Org.). *Echoes of the Holocaust. Historical cultures in contemporary Europe*. Lund (Nordic Academic Press), 2003. p. 9-58.
- KERMANI, N. *Gott ist schön. Das ästhetische Erleben des Koran*. 4. ed. München: C. H. Beck, 2011.
- KIERKEGAARD, S. *Die Krankheit zum Tode*. Reinbek: Rowohlt, 1962.
- KIERKEGAARD, S. *O Desespero Humano*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- KING, M. L. *The "I have a Dream" Speech* [28. August 1963], <http://www.usconstitution.net/dream.html> [03 mar. 2013].
- KLEIST, H. von. Über das Marionettentheater. In: SEMBDNER, H. (Ed.). *Sämtliche Werke und Briefe*, v. 2. München: Hanser, 1961. p. 338-345.

- KLOTZ, V. Erzählen als Enttöten – Vorläufige Notizen zu zyklischem, instrumentalem und praktischem Erzählen. In: LÄMMERT, E. (Org.). *Erzählforschung. Ein Symposium*. Stuttgart: Metzler, 1982. p. 319-334.
- KOCKA, J. *Geschichte und Aufklärung. Aufsätze*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1989. p. 8-20.
- KOCKA, J. *Theorien in der Sozial- und Gesellschaftsgeschichte. Vorschläge zur historischen Schichtenanalyse*. Geschichte und Gesellschaft 1, 1975, p. 9-42.
- KOCKA, J. Zurück zur Erzählung? Plädoyer für historische Argumentation. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 10, p. 395-408, 1984.
- KOCKA, J. Um retorno à narração? *História: Questões & Debates*, v. 13, n. 24, p. 56-77, 1996.
- KÖLBL, C. *Geschichtsbewußtsein im Jugendalter. Grundzüge einer Entwicklungspsychologie historischer Sinnbildung*. Bielefeld: Transcript, 2004.
- KOSELLECK, R. Historik und Hermeneutik. In: KOSELLECK, R.; GADAMER, H.-G. *Hermeneutik und Historik* (Sitzungsberichte der Heidelberger Akademie der Wissenschaften, Phil.-hist. Klasse, Jg. 1987, Bericht 1), Heidelberg, 1987. p. 9-28.
- KOSELLECK, R. *Historia y hermeneutica*. Barcelona: Paidos, 1997.
- KOSELLECK, R. Historik und Hermeneutik. In: KOSELLECK, R. *Zeitschichten. Studien zur Historik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000. p. 97-118.
- KOSELLECK, R. *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, R. *Zeitschichten. Studien zur Historik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000. p. 97-118.
- KUEFFER, C. Ökologische Neuartigkeit: die Ökologie des Anthropozäns. *ZfF-Mitteilungen*, 1/2013, p. 21-30.
- KÜENZLEN, G. *Der neue Mensch. Eine Untersuchung zur säkularen Religionsgeschichte der Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- KÜHBERGER, C.; SEDMAK, C. *Ethik der Geschichtswissenschaft. Zur Einführung*. Wien: Turia + Kant, 2008.
- KUHN, T. S. *Die Struktur wissenschaftlicher Revolutionen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1967.
- KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- KULKE, H. Geschichtsschreibung als Heilung eines Traditionalsbruchs? Überlegungen zu spätmittelalterlichen Chroniken Südasiens. In: RÜSEN, J.; GOTTLÖB, M.; MITTAG, A. (Org.). *Die Vielfalt der Kulturen* (= Erinnerung, Geschichte, Identität; v. 4) Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998. p. 422-440.
- LAL, V. The concentration camp and development: the pasts and future of genocide. *Patterns of Prejudice*, v. 39, n. 2, p. 220-243, 2005.
- LAL, V. Much Ado about Something: The New Malaise of World History. *Radical History Review*, Issue 91, p. 124-130, Winter 2005.
- LAL, V. The Politics of Culture and Knowledge after Postcolonialism. *Continuum: Journal of Media and Cultural Studies*, v. 26, n. 2, p. 191-205, April 2012.
- LAL, V. World History and its Politics. *Economic and Political Weekly XLVI*, v. 46, p. 40-47, Nov. 2011.

- LÄMMERT, E. *Bauformen des Erzählens*. Stuttgart: Metzler, 1955.
- LAMPRECHT, K. *Paralipomena der Deutschen Geschichte*. Wien: Verl. des "Wissen für Alle", 1910.
- LASLETT, P. *The world we have lost*. London: Methuen, 1965.
- LASLETT, P. *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Cosmos, 1975.
- LENZ, I. Differenzen der Humanität – die Perspektive der Geschlechterforschung. In: RÜSEN, J. (Org.). *Perspektiven der Humanität. Menschsein im Diskurs der Disziplinen* (= Der Mensch im Netz der Kulturen – Humanismus in der Epoche der Globalisierung, v. 8). Bielefeld: Transcript, 2010. p. 373–405.
- LIEBSCH, B. *Revisionen der Trauer*. In philosophischen, geschichtlichen, psychoanalytischen und ästhetischen Perspektiven. WeilerTwist: Velbrück Wissenschaft, 2006.
- LIEBSCH, B.; RÜSEN, J. (Org.). *Trauer und Geschichte*. (= Beiträge zur Geschichtskultur, v. 22). Köln: Böhlau, 2001.
- LORENZ, C. *Konstruktion der Vergangenheit. Eine Einführung in die Geschichtstheorie* (Beiträge zur Geschichtskultur, v. 13). Köln: Böhlau, 1997.
- LÜBBE, H. *Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse. Analytik und Pragmatik der Historie*. Basel-Stuttgart: Schwabe, 1977; 2. ed. 2012.
- LYOTARD, J.-F. *Das postmoderne Wissen. Ein Bericht* (edição francesa original: 1979). Wien: Passagen Verlag, 1986.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio, 2002.
- MARX, K.; ENGELS, F. Feuerbach (Kritische Ausgabe). *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, v. 14, p. 1199–1254, 1966.
- MEDICK, H. Missionare im Ruderboot? Ethnologische Erkenntnisweisen als Herausforderung an die Sozialgeschichte. *Geschichte und Gesellschaft*, v. 10, p. 295–319, 1984.
- MEIER, C. Die Entstehung der Historie. In: KOSELLECK, R.; STEMPFL, W.-D. (Org.). *Geschichte – Ereignis und Erzählung. (Poetik und Hermeneutik V)*. München: Fink, 1973. p. 251–306.
- MÜLLER, K. E. *Das magische Universum der Identität. Elementarformen sozialen Verhaltens*. Ein ethnologischer Grundriß. Frankfurt am Main: Campus, 1987.
- MÜLLER, K. E. *Die bessere und die schlechtere Hälfte. Ethnologie des Geschlechterkonflikts*. Frankfurt am Main: Campus, 1984.
- MÜLLER, K. E. *Die fünfte Dimension. Soziales Raum-, Zeit- und Geschichtsverständnis in primordialen Kulturen*. Göttingen: Wallstein, 1999.
- MÜLLER, K. E. *Die Siedlungsgemeinschaft*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2009.
- MÜLLER, K. E. Sein ohne Zeit. In: RÜSEN, J. (Org.). *Zeit deuten. Perspektiven – Epochen – Paradigmen*. Bielefeld: Transcript, 2003. p. 82–110.
- MÜLLER, J. *Entwicklungspolitik als globale Herausforderung. Methodische und ethische Herausforderung*. Stuttgart: Kohlhammer, 1997.
- MÜLLER, J. Ethische Grundsatzprobleme in der Entwicklungspolitik: Der Imperativ menschlicher Solidarität und die Entwicklungsethnologie. In: BLISS, F.; SCHÖNHUTH, M.; ZUCKER, P. (Org.). *Welche Ethik braucht Entwicklungszusammenarbeit?* Bonn: Politischer Arbeitskreis (PAS), 2002.

- MUTSCHLER, F.-H. Sima Qian and His Western Colleagues: On Possible Categories of Description. *History and Theory*, v. 46, p. 194-200, 2007.
- MUTSCHLER, F.-H. Vergleichende Beobachtungen zur griechisch-römischen und altchinesischen Geschichtsschreibung. *Saculum*, v. 48, p. 213-253, 1997.
- NAGL-DOCEKAL, H. (Org.). *Der Sinn der Historischen*. Geschichtsphilosophische Debatten. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1996.
- NEUMANN, E. *Ursprungsgeschichte des Bewußtseins*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuchverlag, 1986.
- NIETHAMMER, L. *Kollektive Identität*. Heimliche Quellen einer unheimlichen Konjunktur. Reinbek: Rowohlt, 2000.
- NIETZSCHE, F. Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben (= Unzeitgemäße Betrachtungen, zweites Stück [1874]). In: NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe in 15 Einzelbänden*. v. 1. München, 1988. p. 243-334.
- NIETZSCHE, F. *Segunda Consideração Intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- NIPPEL, W. Das forschende Verstehen, die Objektivität des Historikers und die Funktion der Archive. Zum Kontext von Droysens Geschichtstheorie. In: REBENICH, S.; WIEMER, H.-U. (Org.). *Johann Gustav Droysen. Philosophie und Politik – Historie und Philologie*. Frankfurt am Main: Campus, 2012. p. 337-377.
- NIPPEL, W. (Org.). *Virtuosen der Macht*. Herrschaft und Charisma von Perikles bis Mao. München: C. H. Beck, 2000.
- NOAK, C. Stufen der Ich-Entwicklung und Geschichtsbewußtsein. In: BORRIES, B. von; PANDEL, H.-J. (Org.). *Zur Genese historischer Denkformen. Qualitative und quantitative empirische Zugänge*. Pfaffenweiler: Centaurus, 1994. p. 9-46.
- NORA, P. *Zwischen Geschichte und Gedächtnis*. Berlin: Wagenbach, 1990.
- NORA, P. Entre História e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1981.
- NOVICK, P. *That Noble Dream. The "Objectivity-Question" and the American Historical Profession*. New York; Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- NÜNNING, A. *Von historischer Fiktion zu historiographischer Metafiktion*. v. 1: Theorie, Typologie und Poetik des historischen Romans; v. 2: Erscheinungsformen und Entwicklungstendenzen des historischen Romans in England seit 1850. WVT Wissenschaftlicher Verlag Trier, 1995.
- OESTERDIEKHOFF, G. W. Die Humanisierung des Menschen. Anthropologische Grundlagen der Kulturgeschichte der Menschheit. In: RÜSEN, J. (Org.). *Perspektiven der Humanität. Menschsein im Diskurs der Disziplinen* (= Der Mensch im Netz der Kulturen – Humanismus in der Epoche der Globalisierung, v. 8). Bielefeld: Transcript, 2010. p. 221-256.
- OESTERDIEKHOFF, G. W. *Traditionales Denken und Modernisierung*. Jean Piaget und die Theorie der sozialen Evolution. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1992.
- OTTO, R. *Das Heilige*. Über das Irrationale in der Idee des Göttlichen und sein Verhältnis zum Rationalen. 2. ed. München: C. H. Beck, 2004.
- OTTO, R. *O sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1992.
- PARAVICINI, W. *Die Wahrheit der Historiker*. München: Oldenbourg, 2008.
- PINKER, S. *Gewalt. Eine neue Geschichte der Menschheit*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 2011.

- PROUST, M. *In Swanns Welt. Auf der Suche nach der verlorenen Zeit. Erster Teil.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.
- PROUST, M. *Em Busca do Tempo Perdido.* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- RANKE, L. von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494-1514.* Sämtliche Werke. v. 33. Leipzig: Duncker & Humblot, 1874.
- RANKE, L. von. *Die großen Mächte, Politisches Gespräch,* ed. Theodor. Schieder. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1958.
- RANKE, L. von. *Über die Epochen der neueren Geschichte,* ed. Th. Schieder u. H. Berding (Aus Werk und Nachlaß, v. 2). München: Oldenbourg, 1971.
- RANKE, L. von. *Über die Verwandtschaft und den Unterschied der Historie und der Politik.* Sämtliche Werke. v. 24: Abhandlungen und Versuche. Leipzig: Duncker & Humblot, 1877. p. 280-293.
- RANKE, L. von. *Vorlesungseinleitungen,* ed. Volker Dotterweich and Walther Peter Fuchs (= Aus Werk und Nachlaß, v. IV). München: Oldenbourg, 1975.
- REILL, P. H. *Vitalizing nature in the Enlightenment.* Berkeley: University of California Press, 2005.
- RICKERT, H. *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung. Eine logische Einleitung in die historischen Wissenschaften.* Heidelberg: Mohr/Siebeck, 1896.
- RICKERT, H. *Die Probleme der Geschichtsphilosophie.* Eine Einführung. 3. ed. Heidelberg: Winter, 1924.
- RICOEUR, P. *Zeit und Erzählung.* v. I: Zeit und historische Erzählung. München: Fink, 1988.
- RICOEUR, P. *Tempo e Narrativa I.* São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- RIES, K. (Org.). *Johann Gustav Droysen. Facetten eines Historikers.* Stuttgart: Franz Steiner, 2010.
- RIESS, P.; FISCH, S.; STROHSCHNEIDER, P. *Prolegomena zu einer Theorie der Fußnote.* Münster: Lit, 1995.
- RILKE, R. M. *Duisener Elegien.* Sämtliche Werke, ed. Ernst Zinn, v. 1. Gedichte, Erster Teil. Frankfurt am Main: Insel, 1955. p. 683-726.
- RILKE, R. M. *Os sonetos a Orfeu. Elegias de Duíno.* Petrópolis: Vozes, 2007.
- ROHBECK, J. *Technik – Kultur – Geschichte. Eine Rehabilitierung der Geschichtsphilosophie.* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000.
- ROHBECK, J.; NAGL-DOCEKAL, H. (Org.). *Geschichtsphilosophie und Kulturkritik. Historische und systematische Studien.* Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2003.
- RUNIA, E. *Burying the dead, creating the past. History and Theory,* v. 46, p. 313-325, 2007.
- RÜSEN, I. Das Gute bleibt – wie schön!. Historische Deutungsmuster im Anfangsunterricht. In: RÜSEN, J. *Historisches Lernen. Grundlagen und Paradigmen.* 2. ed. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2008. p. 144-159.
- RÜSEN, J. *Begriffene Geschichte. Genesis und Begründung der Geschichtstheorie J. G. Droysens.* Paderborn: Schöningh, 1969.
- RÜSEN, J. Diskursive Bewegungen in der Historik – Versuch einer Antwort an meine Kritiker. *Erwählen – Wissen – Ethik EWE. Streitforum für Erwägungskultur,* v. 22, n. 4, p. 604-619, 2011.

- RÜSEN, J. Emotional Forces in Historical Thinking: Some Metahistorical Reflections and the Case of Mourning. *Historein: A Review of the Past and Other Stories*, v. 8, p. 41-53, 2008.
- RÜSEN, J. Der Ethnozentrismus und seine Überwindung. Ansätze zu einer Kultur der Anerkennung im 21. Jahrhundert. In: KASTNER, M.; NEUMANN-HELD, E. M.; REICK, C. (Org.). "Kultursynergien oder Kulturkonflikte?" – eine interdisziplinäre Fragestellung. Lengerich: Pabst Science Publishers, 2007. p. 103-117.
- RÜSEN, J. Faktizität und Fiktionalität – sind Bewegungen des historischen Denkens in der Nachbarschaft zur Theologie? In: RÜSEN, J. *Kultur macht Sinn. Orientierung zwischen Gestern und Morgen*. Köln: Böhlau, 2006. p. 119-133.
- RÜSEN, J. *Für eine erneuerte Historik. Studien zur Theorie der Geschichtswissenschaft*. Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1976.
- RÜSEN, J. *Geschichte im Kulturprozess*. Köln: Böhlau, 2002. p. 9-41.
- RÜSEN, J. Geschichte verantworten. In: RÜSEN, J. *Kann gestern besser werden? Essays zum Bedenken der Geschichte*. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2003. p. 47-87.
- RÜSEN, J. (Org.). *Geschichtsbewußtsein. Psychologische Grundlagen, Entwicklungskonzepte, empirische Befunde* (= Beiträge zur Geschichtskultur, v. 21). Köln: Böhlau, 2001.
- RÜSEN, J. Grundlagenreflexion und Paradigmawechsel in der westdeutschen Geschichtswissenschaft. In: RÜSEN, J. *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1990. p. 50-76.
- RÜSEN, J. *Historische Vernunft. Grundzüge einer Historik I*: Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1983.
- RÜSEN, J. *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II*: Die Prinzipien der historischen Forschung. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986.
- RÜSEN, J. *Lebendige Geschichte. Grundzüge einer Historik III*: Formen und Funktionen des historischen Wissens. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1989.
- RÜSEN, J. Historik – Umriss einer Theorie der Geschichtswissenschaft. *Erwägen – Wissen – Ethik, EWE*, Streiforum für Erwägungskultur v. 22, n. 4, p. 477-490, 2011.
- RÜSEN, J. Historische Methode und religiöser Sinn – Vorüberlegungen zu einer Dialektik der Rationalisierung des historischen Denkens in der Modernität. In: RÜSEN, J. *Geschichte im Kulturprozeß*. Köln: Böhlau, 2002. p. 9-41.
- RÜSEN, J. *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewusstseins, sich in der Zeit zurechtfzufinden*. 2. ed. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2008. p. 82-115.
- RÜSEN, J. *Historisches Erzählen*. In: RÜSEN, J. *Zerbrennende Zeit. Über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau, 2001. p. 43-105.
- RÜSEN, J. *Historisches Lernen. Grundlagen und Paradigmen*. 2. ed. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2008.
- RÜSEN, J. Humanism: Anthropology – Axial Times – Modernities. In: KOZLAREK, O.; RÜSEN, J.; WOLFF, E. (Org.). *Shaping a Human World – Civilizations, Axial Times, Modernities, Humanisms*. Bielefeld: Trancript, 2012.
- RÜSEN, J. Die Individualisierung des Allgemeinen – Theorieprobleme einer vergleichenden Universalgeschichte der Menschenrechte. In: RÜSEN, J. *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewusstseins, sich in der Zeit zurechtfzufinden*. 2. ed. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2008. p. 188-231.

- RÜSEN, J. Interpreting the Holocaust. Some Theoretical Issues. In: KARLSSON, K.-G.; ZANDER, U. (Org.). *Holocaust Heritage. Inquiries into European Historical Culture*. Malmö: Sekel, 2004. p. 35-62.
- RÜSEN, J. *Kann gestern besser werden?* Essays zum Bedenken der Geschichte. Berlin: Kulturverlag Kadmos, 2003.
- RÜSEN, J. Klassischer Humanismus – eine historische Ortsbestimmung. In: RÜSEN, J. (Org.). *Perspektiven der Humanität. Menschsein im Diskurs der Disziplinen* (Der Mensch im Netz der Kulturen – Humanismus in der Epoche der Globalisierung, v. 8). Bielefeld: Transcript, 2010. p. 273-316.
- RÜSEN, J. *Konfigurationen des Historismus. Studien zur deutschen Wissenschaftskultur*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1993. p. 276-328.
- RÜSEN, J. Krise, Trauma, Identität. In: RÜSEN, J. *Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau, 2001. p. 139-179.
- RÜSEN, J. Die Kultur der Zeit. Versuch einer Typologie temporaler Sinnbildungen. In: RÜSEN, J. (Org.). *Zeit deuten. Perspektiven – Epochen – Paradigmen*. Bielefeld: Transcript, 2003. p. 23-53.
- RÜSEN, J. Leidensverdrängung und Trostbedarf im historischen Denken. In: PETERS, T. R.; URBAN, C. (Org.). *Über den Trost. Für Johann Baptist Metz*. Ostfildern: Matthias-Grünewald-Verlag, 2008. p. 76-84.
- RÜSEN, J. Die Macht der Gefühle im Sinn der Geschichte. Theoretische Grundlagen und das Beispiel des Trauerns, demnächst. In: BRAUER, J.; LÜCKE, M. (Org.). *Emotionen, Geschichte und historisches Lernen. Geschichtsdidaktische und geschichtskulturelle Perspektiven*. Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 2013.
- RÜSEN, J. (Org.). *Perspektiven der Humanität. Menschsein im Diskurs der Disziplinen* (Der Mensch im Netz der Kulturen – Humanismus in der Epoche der Globalisierung, v. 10). Bielefeld: Transcript, 2010.
- RÜSEN, J. Responsibility and Irresponsibility in Historical Studies. A Critical Consideration of the Ethical Dimension in the Historian's Work. In: CARR, D.; FLYNN, T. R.; MAKKREEL, R. A. (Org.). *The Ethics of History*. Evanston: Northwestern University Press, 2004. p. 195-213.
- RÜSEN, J. Der Teil des Ganzen – über historische Kategorien. In: RÜSEN, J. *Historische Orientierung*. Über die Arbeit des Geschichtsbewusstseins, sich in der Zeit zurechtfzufinden. 2. ed. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2008. p. 168-187.
- RÜSEN, J. Tradition: A Principle of Historical Sense Generation and Its Logic and Effect in Historical Culture. *History and Theory*, Theme Issue: Tradition, v. 51, n. 4, p. 45-59, 2012.
- RÜSEN, J. Tradition and Identity: Theoretical Reflections and the European Example. *Taiwan Journal of East Asian Studies*, v. 1, n. 2, p. 135-158, Dec. 2004.
- RÜSEN, J. Die vier Typen des historischen Erzählens. In: RÜSEN, J. *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens*. 2. ed. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1990; Frankfurt am Main: Humanities online, 2012. p. 148-217.
- RÜSEN, J. Vom Geist der Geisteswissenschaften. In: GOSCHLER, C.; FOHRMANN, J.; WELZER, H.; ZWICK, M. (Org.). *Arts and Figures: GeisteswissenschaftlerInnen im Beruf*. Göttingen: Wallstein, 2008. p. 25-31.

- RÜSEN, J. Vom Nutzen und Nachteil der Ethnologie für die Historie. Überlegungen im Anschluß an Klaus E. Müller. In: SCHOMBURG-SCHERFF, S. et al. (Org.). *Die offenen Grenzen der Ethnologie. Schlaglichter auf ein sich wandelndes Fach*. Festschrift Klaus E. Müller. Frankfurt am Main: Lembeck, 2000. p. 291-309.
- RÜSEN, J. Was ist Geschichte? Versuch einer Synthese. In: RÜSEN, J. *Kann Gestern besser werden? Essays zum Bedenken der Geschichte*. Berlin: Kadmos, 2003. p. 134 et seq.
- RÜSEN, J. Was ist Geschichtskultur? Überlegungen zu einer neuen Art, über Geschichte nachzudenken. In: RÜSEN, J. *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*. 2. ed. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2008. p. 211-234.
- RÜSEN, J. (Org.). *Westliches Geschichtsdenken – eine interkulturelle Debatte*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1999.
- RÜSEN, J. *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch, 1990; 2. ed. Frankfurt am Main: Humanities online, 2012.
- RÜSEN, J. *Zerbrechende Zeit. Über den Sinn der Geschichte*. Köln: Böhlau, 2001.
- RÜSEN, J. *Zivilgesellschaft und Religion – Idee eines Verhältnisses*. In: RÜSEN, J. *Kultur macht Sinn. Orientierungsprobleme zwischen Gestern und Morgen*. Köln: Böhlau, 2006. p. 227-239.
- RÜSEN, J.; FEHR, M.; RIEGER, T. W. (Org.). *Thinking Utopia. Steps into Other Worlds*. New York: Berghahn Books, 2005.
- RÜSEN, J.; HÖLKESKAMP, K.-J. Einleitung: Warum es sich lohnt, mit der Sinnfrage die Antike zu interpretieren. In: HÖLKESKAMP, K.-J.; RÜSEN, J.; STEIN-HÖLKESKAMP, E.; GRÜTTER, H. T. (Org.). *Sinn (in) der Antike. Orientierungssysteme, Leitbilder und wird Konzepte im Altertum*. Mainz: Philipp von Zabern, 2003. p. 1-16.
- RÜSEN, J.; LAASS, H. (Org.). *Humanism in Intercultural Perspective. Experiences and Expectations (Being Human: Caught in the Web of Cultures – Humanism in the Age of Globalization*, v. 1). Bielefeld: Transcript, 2009.
- RÜSEN, J.; LAASS, H. (Org.). *Interkultureller Humanismus. Menschlichkeit in der Vielfalt der Kulturen*. Schwalbach/Taunus: Wochenschau, 2009.
- RÜSEN, J.; STRAUB, J. (Org.). *Die dunkle Spur der Vergangenheit. Psychoanalytische Zugänge zum Geschichtsbewußtsein (Erinnerung, Geschichte, Identität* v. 2). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.
- SCHLÖZER, A. L. *Vorstellung seiner Universalhistorie (1772/73)*. Mit Beilagen. org. Horst Walter Blanke (= Beiträge zur Geschichtskultur, v. 4). Hagen: Margit Rottmann Medienverlag, 1990.
- SCHNEIDER, C.; STILLKE, C.; LEINEWEBER, B. *Das Erbe der Napoläon*. Versuch einer Generationengeschichte des Nationalsozialismus. Hamburg: Hamburger Edition, 1996.
- SCHNEIDER, N. Kunst und Gesellschaft: Der sozialgeschichtliche Ansatz. In: BELTING, H. et al. (Org.). *Kunstgeschichte. Eine Einführung*. Berlin: Reimer, 1986. p. 244-263.
- SCHREIBER, W. et al. (Org.). *Historisches Denken. Ein Kompetenz-Strukturmodell*. Neuried: ars una, 2006.

- SCHULIN, E. "Ich hoffe immer noch, dass gestern besser wird" – Bemerkungen zu einem von Jörn Rüsen gewählten Motto. In: BLANKE, H. W.; JAEGER, F.; SANDKÜHLER, T. (Org.). *Dimensionen der Historik. Geschichtstheorie, Wissenschaftsgeschichte und Geschichtskultur heute. Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag*. Köln: Böhlau, 1998. p. 3-12.
- SEIXAS, P. (Org.). *Theorising historical consciousness*. Toronto: University of Toronto Press, 2004.
- SETH, S. Reason or Reasoning? Clio or Siva? *Social Text*, 78, v. 22, n. 1, p. 85-101. Spring 2004.
- SETH, S. Where is humanism going? *The Unesco Courier*, p. 6-9. Oct.-Dec. 2011.
- SIMMEL, G. *Die Probleme der Geschichtsphilosophie. Eine erkenntnistheoretische Studie*. 5. ed. München: Duncker & Humblot, 1923.
- STANZEL, F. K. *Theorie des Erzählens*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1979.
- STRAUB, J. Identität. In: JAEGER, F.; LIEBSCH, B. (Org.). *Handbuch der Kulturwissenschaften. Grundlagen und Schlüsselbegriffe*, v. 1. Stuttgart: Carl Ernst Poeschel, 2004. p. 277-303.
- STRAUB, J. Personale und kollektive Identität. Zur Analyse eines theoretischen Begriffs. In: ASSMANN, A.; FRIESE, H. (Org.). *Identitäten. Erinnerung, Geschichte*, Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998. p. 73-104.
- TILLMANNS, J. *Was heißt historische Verantwortung? Historisches Unrecht und seine Folgen für die Gegenwart*. Bielefeld: Transcript, 2012.
- TU, W.-M. Confucian Humanism as a Spiritual Resource for Global Ethics. *Peace and Conflict*, v. 16, n. 1, p. 1-8. Summer 2009.
- WEBER, M. Die drei Typen der legitimen Herrschaft. In: WINCKELMANN, J. (Ed.) *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 3. ed. Tübingen: Mohr, 1968. p. 475-488.
- WEBER, M. Os Três Tipos de Dominação. In: Weber. São Paulo: Atica, 1999. (Coleção Cientistas Sociais).
- WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, v. 1. Tübingen: Mohr, 1922.
- WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 3. ed., ed. Johannes Winckelmann. Tübingen: Mohr Siebeck, 1968.
- WEBER, M. *Metodologia das Ciências Sociais. Partes 1 e 2*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Cortez, 1993.
- WEBER, M. Die "Objektivität" sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. In: WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 3. ed., ed. Johannes Winckelmann. Tübingen: Mohr/Siebeck, 1968. p. 146-214.
- WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriss der verstehenden Soziologie*. Studienausgabe, ed. Johannes Winckelmann, 1. Halbband. Köln: Kiepenheuer & Witsch, 1964.
- WEBER, M. *Economia e Sociedade*. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2000.
- WEBER, M. Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen, Einleitung. In: WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*, v. 1.
- WEHLER, H.-U. *Deutsche Gesellschaftsgeschichte*. v. 1: Vom Feudalismus des Alten Reiches bis zur Defensiven Modernisierung der Reformära 1700-1815. München: Beck, 1987. p. 6-31.

- WELSCH, W. *Immer nur der Mensch?* Entwürfe zu einer anderen Anthropologie. Berlin: Akademie, 2011.
- WELZER, H. *Das kommunikative Gedächtnis. Eine Theorie der Erinnerung*. München: C. H. Beck, 2002.
- WHITE, H. *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth Century Europe*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973 (em alemão: Metahistory. Die historische Einbildungskraft im 19. Jahrhundert in Europa. Frankfurt am Main: Fischer, 1992).
- WHITE, H. *Meta-História: A imaginação histórica no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- WIESEL, E. *Die Pforten des Waldes*. Frankfurt am Main: Ullstein Verlag, 1967.

Referências de Jörn Rüsen (português, espanhol, francês, italiano e romeno)

Livros

- RÜSEN, J. *Razão Histórica – Teoria da História I: Os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- RÜSEN, J. *Reconstrução do Passado – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2007.
- RÜSEN, J. *História viva – Teoria da História III: Formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Ed. UnB, 2007.
- RÜSEN, J. *Aprendizagem histórica. Fundamentos e paradigmas* (Com a contribuição de Ingetraud Rüsen). Curitiba: W&A Editores, 2012.
- RÜSEN, J. *Cultura faz sentido. Orientações entre o ontem e o amanhã*. Petrópolis: Vozes, 2014.

Artigos e entrevistas

- ENTREVISTA com o Prof. Dr. Jörn Rüsen realizada no Kulturwissenschaftliches Institut-MRW, Essen, Alemanha em 20 fev. 2008, conduzida pelo Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva/ UFG. *Revista de teoria da História*, ano 2, n. 4, dezembro.
- RÜSEN, J. ¿Puede mejorar el ayer? Sobre la transformación del pasado en historia. In: LEYVA, G. (Org.). *Política, Identidad y Narración*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Itztapalapa, 2003. p. 477-501.
- RÜSEN, J. A História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 26/27, 1997.
- RÜSEN, J. A história entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, 1997.
- RÜSEN, J. Aprendizado histórico. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, J. Che cosa significa senso della storia? (Con alcune considerazioni sulla ragione e sul controsenso). *Discipline Filosofiche*, Bologna, v. 10, n. 1, p. 11-40, 2000.

- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado. Questões relevantes de meta-história. Tradução: Valdeci Araújo e Pedro S. P. Caldas. *História da Historiografia*, n. 2, p. 163-209, 2006.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, mar. 2009.
- RÜSEN, J. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a História na era da "nova in-transparência". *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p. 303-328, 1989.
- RÜSEN, J. Cultura: universalismo, relativismo ou o que mais? Tradução: Daniel Carlos Knoll. *História & Ensino*, v. 18, n. 2, p. 281-291, 2012.
- RÜSEN, J. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Tradução: Marcos Roberto Kusnick. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul-dez 2006.
- RÜSEN, J. Egalitate, diferența, recunoaștere izvorastă din profunzimile subiectivitatii. In: FLONTA, M. et al. (Org.). *Religia și societatea civilă*. Pitesti: Paralela, 2005. p. 13-26.
- RÜSEN, J. El desarollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. *Propuesta Educativa*, Buenos Aires, v. 4, n. 7, p. 27-36, 1992.
- RÜSEN, J. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, J. Explicação narrativa e o problema dos construtos teóricos de narração. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo, n. 3, p. 97-104, 1987.
- RÜSEN, J. Explicar o holocausto – de que jeito? O livro de Daniel Goldhagen criticado à luz da teoria da história. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 116-131, 1997.
- RÜSEN, J. História entre a modernidade e a pós-modernidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, 1997.
- RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, J. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137.
- RÜSEN, J. Historismus et Esthétique. La théorie de l'histoire comme condition première de l'histoire de l'art. *Histoire et Critique des Arts*, Paris, n. 3, p. 16-21, 1977.
- RÜSEN, J. Jörn Rüsen e o ensino de história. (Org. Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca & Estevão de Rezende Martins). Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, J. La escritura del historiador como problema teórico de las ciencias históricas. In: PAPPE, S. (Org.). *Debates recientes en la teoría de la historiografía alemana*. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, 2000. p. 235-263.
- RÜSEN, J. La floraison des sciences historiques en Allemagne. Historiser de l'art et esthétiser l'histoire. In: POMMIER, E. (Org.). *Histoire de l'histoire de l'art*. Paris: Klincksieck, 1997. p. 177-194. Tome II.
- RÜSEN, J. Lutto elaborato della storia. Idee circa un nuovo elemento del pensiero storico. *Discipline Filosofiche*, Bologna, v. 16, n. 1, p. 7-26, 2006.
- RÜSEN, J. Narrativa histórica: fundamentos, tipos, razão. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

- RÜSEN, J. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 75-102, 1996.
- RÜSEN, J. Narratività e modernità nella storia. In: ROSSI, P. (Org.). *La teoria della storiografia oggi*. Milano: Il Saggiatore, 1983. p. 197-204.
- RÜSEN, J. O livro didático ideal. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, J. Origen y tarea de la historia. In: PAPPE, S. (Org.). *Debates recientes en la teoría de la historiografía alemana*. Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco, 2000. p. 37-82.
- RÜSEN, J. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milénio. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 9-22, 2001.
- RÜSEN, J. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação de passado em história. Tradução: Arthur Alfaix Assis. In: SALOMON, M. (Org.). *História, verdade e tempo*. Chapecó: Argos, 105-132, 2011.
- RÜSEN, J. *Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica*. Tradução: Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007. (RP)
- RÜSEN, J. Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica da República Federal Alemã. In: NEVES, A.; GERTZ, R. (Org.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1987. p. 14-40.
- RÜSEN, J. Responsabilidad e irresponsabilidad en los estudios históricos. Una consideración crítica de la dimensión ética en la labor del historiador. *Altores: Revista de Historia Contemporánea*, Logroño, n. 1, p. 29-45, 2006.

Comentários e Teses de Doutoramento com base na teoria da história de Jörn Rüsen³¹¹

- CALDAS, Pedro S. P. A arquitetura da teoria: o complemento da trilogia de Jörn Rüsen. *Fénix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 5, n. 1, 2008. Resenha.
- MARTINS, E. de R. Consciência histórica, práxis e cultura: a propósito da teoria da história de Jörn Rüsen. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v. 19, n. 56, p. 59-73, 1992.
- WIKLUND, M. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da Historiografia*, n. 1, p. 19-44, 2008.

Teses

- AZAMBUJA, L. de. *Jovens alunos e aprendizagem histórica: perspectivas a partir da canção popular*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BEBERT JR., C. O. *A História, a Retórica e a Crise dos Paradigmas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- FRONZA, M. *A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

³¹¹ Existem também inúmeras dissertações de mestrado, apresentadas e defendidas no Brasil. Os interessados poderão facilmente encontrá-las mediante instrumentos de busca em bases de dados, bibliotecas e arquivos.

- GERMINARI, G. D. *A história da cidade, consciência histórica e identidades de jovens escolarizadas*. Tese (Doutor em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- GEVAERD, R. T. F. *A narrativa histórica como uma maneira de ensinar e aprender história: o caso da história do Paraná*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- GRENDEL, M. T. *De como a didatização separa a aprendizagem histórica do seu objeto: estudo a partir da análise de cadernos escolares*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MARIN, M. F. *Relação teoria e prática na formação de professores de história: experiências de laboratórios de ensino no Brasil e da associação de professores de história em Portugal (1980-2010)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- MEDEIROS, D. H. de. *A formação da consciência histórica como objetivo do ensino de história no ensino médio: o lugar do material didático*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- PEREIRA, A. C. B. *Tempo Histórico e construção histórica de sentido: o que há de universal e o que há de particular?* Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SANTOS, R. de C. G. P. dos. *A significância do passado para professores de história*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- SOUZA, É. C. de. *Cinema e Educação Histórica: Jovens e sua relação com a história nos filmes*. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- URBAN, A. C. *Didática da história: percursos de um código disciplinar no Brasil e na Espanha*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

Índice onomástico

A

- Adorno, Theodor W.; 131
Angehrn, Emil; 41, 101, 277
Ankersmit, Frank; 187
Antweiler, Christoph; 23, 121, 153, 224
Aristóteles; 63, 151
Arnason, Johann P.; 153
Assis, Francisco de; 286
Assmann, Aleida; 220, 225, 261, 277
Assmann, Jan; 103, 220

B

- Bachmann, Ingeborg; 289
Badt, Kurt; 173
Barricelli, Michel; 252
Bauer, Wilhelm; 181
Baumgartner, Hans Michael; 114
Beard, Charles; 170
Becker, Carl L.; 218
Bédarida, François; 82
Benjamin, Walter; 40, 41, 57, 130, 131, 237
Bernheim, Ernst; 171, 187, 236
Bevernage, Berber; 281
Blanke, Horst Walter; 65, 72
Bodin, Jean; 184
Borries, Bodo von; 222, 223
Brieler, Ulrich; 83
Buda; 54, 286
Burckhardt, Jacob; 117, 118, 198, 208, 280, 286, 287

C

- Carr, David; 31
Cavalli-Sforza, Luigi Luca; 182
Chladenius, Johann Martin; 65
Christian, David; 45, 112
Chruschtschow, Nikita; 233
Cícero, Marcus Tullius; 78, 251
Cloete, Dick; 51
Confúcio; 198

D

- Danto, Arthur; 131
De Baets, Anton; 82
D'Haenens, Albert; 153
Dilthey, Wilhelm; 131, 167
Dössmann, Axel; 22
Droysen, Johann Gustav; 8, 21, 25, 31, 34, 62, 89, 90, 101, 144, 167, 170, 171, 201, 202, 205, 206
Dux, Günter; 113, 259

E

- Eggert, Manfred K. H.; 173
Eliade, Mircea; 46
Emrich, Wilhelm; 66
Erdheim, Mario; 230
Erikson, Erik; 261
Essen, Georg; 12, 23, 103, 234, 286

F

- Feder, Alfred; 181
Fehr, Michael; 126

- Fisch, Stefan; 199
Flaig, Egon; 63, 132, 143, 220, 241
Fleischer, Dirk; 65
Fludernik, Monika; 192
Foner, Eric; 218
Foucault, Michel; 83
Fowler, James W.; 255
Freud, Sigmund; 224, 231
Frevert, Ute; 220
Freytag, Holk; 24
Friedländer, Saul; 236, 281
Friese, Heidrun; 261
Fröhlich, Klaus; 256
Fulda, Daniel; 86, 142, 195
Füssmann, Klaus; 139
- G**
Gadamer, Hans-Georg; 61
Gandhi; 286
Garfield; 266
Gervinus, Georg Gottfried; 144, 155
Gieselmann, Martin; 23
Giesen, Bernhard; 262
Gigon, Olof; 151
Goertz, Hans-Jürgen; 45, 90, 181
Goethe, Johann Wolfgang; 122
Goldhagen, Daniel; 164
Grass, Günter; 201
Grosse, Jürgen; 101
- H**
Halbwachs, Maurice; 223
Hardtwig, Wolfgang; 238
Hasberg, Wolfgang; 247
Heidegger, Martin; 93
Herder, Johann Gottfried; 112, 121, 144, 145, 290
Heródoto; 45
Hölkenskamp, Karl-Joachim; 41, 103
Howell, Martha; 175
Huang, Chun-Chieh; 23, 28
Humboldt, Wilhelm von; 135, 136, 144
- J**
Jaeger, Friedrich; 57, 173, 192
Jaspers, Karl; 153
Jefferson, Thomas; 63
Jeismann, Karl-Ernst; 222
Jung, C.G.; 224
- K**
Kant, Immanuel; 90, 112, 119, 121, 126, 127, 128, 134, 135, 143, 145, 146, 150, 158, 239, 243, 271, 284
Karlsson, Klas-Göran; 23, 230
Kehr, Fridolin; 236
Kermani, Navid; 238
Kierkegaard, Søren; 261
King, Martin Luther; 290
Kleist, Heinrich von; 226
Klotz, Volker; 53
Knigge, Volkhard; 22
Kocka, Jürgen; 115, 154
Kohlberg, Lawrence; 254
Kölbl, Carlos; 223, 254
Koselleck, Reinhart; 34, 56, 66, 106, 109, 119
Krämer, Moritz; 208
Kueffer, Christoph; 113
Küenzlen, Gottfried; 238
Kühberger, Christoph; 233
Kuhn, Thomas; 72
- L**
Laass, Henner; 23
Lal, Vinay; 27, 279
Lamprecht, Karl; 90, 91
Laslett, Peter; 46
Leineweber, Bernd; 137
Lenz, Ilse; 126
Leyh, Peter; 90, 144, 171, 202
Liebsch, Burkhard; 281
Lorenz, Chris; 162
Lübbe, Hermann; 260
Lyotard, Jean-François; 149

M

- Mandela, Nelson; 286
 Martins, Estevão de Rezende; 14, 18, 23
 Marx, Karl; 122, 279
 Mason, Andy; 51
 Medick, Hans; 176
 Meier, Christian; 45
 Mittag, Achim; 23
 Müller, Klaus E.; 22, 103, 126, 207
 Mutschler, Fritz-Heiner; 199

N

- Neumann, Erich; 224
 Niethammer, Lutz; 48, 262
 Nietzsche, Friedrich; 9, 49, 143, 201, 203, 206
 Nippel, Wilfried; 155, 170
 Noak, Christian; 255
 Nora, Pierre; 143, 221
 Novick, Peter; 170
 Nünning, Ansgar; 192

O

- Oesterdiekhoff, Georg; 259
 Otto, Rudolf; 234, 283

P

- Pandel, Hans-Jürgen; 223
 Paravicini, Werner; 236
 Piaget, Jean; 254
 Pinker, Steven; 259
 Prevenier, Walter; 175
 Proust, Marcel; 283

R

- Ranke, Leopold von; 78, 96, 144, 145, 146, 155, 190, 191, 196, 258, 259
 Reill, Peter Hanns; 112
 Rickert, Heinrich; 131, 167
 Ricoeur, Paul; 50, 94, 131, 133
 Rieger, Thomas W.; 126
 Riess, Peter; 199
 Rilke, Rainer Maria; 289
 Rohbeck, Johannes; 101

- Runia, Eelco; 149, 275

- Rüsen, Ingetraud; 256

S

- Schlözer, August Wilhelm; 134
 Schneider, Christian; 137
 Schneider, Norbert; 173
 Schreiber, Waltraud; 21, 23, 252
 Schulin, Ernst; 286
 Sedmak, Clemens; 233
 Seixas, Peter; 223
 Seth, Sanjay; 27, 84, 180, 279
 Shakespeare, William; 38, 39, 208
 Simmel, Georg; 131
 Stanzel, Franz K.; 198
 Stillke, Cordelia; 137
 Straub, Jürgen; 23, 93, 137, 224, 230, 261, 262
 Strohschneider, Peter; 199
 Sybel, Heinrich von; 144
 Syberberg, Hans-Jürgen; 236

T

- Tillmanns, Jenny; 233
 Treitschke, Heinrich von; 144
 Tschopp, Silvia Serena; 195
 Tu, Wei-Ming; 84, 279

W

- Weber, Max; 45, 46, 49, 66, 75, 89, 90, 131, 134, 155, 156, 157, 158, 167, 232, 278, 280
 Wehler, Hans-Ulrich; 155
 Welsch, Wolfgang; 113
 Welzer, Harald; 220, 223
 White, Hayden; 9, 45, 201, 204, 205, 206
 Wiesel, Elie; 19
 Windelband, Wilhelm; 167
 Wittrock, Björn; 153
 Wulff, Angelika; 23

Índice temático

A

- alteridade 69, 104, 118, 125, 149, 150, 209, 221, 242, 266, 267, 268, 270, 273, 277
antropologia 26, 35, 117, 118, 122, 124, 129, 172, 224
- antropologia cultural 26, 35

argumentação 22, 48, 59, 61, 84, 85, 144, 160, 165, 169, 170, 187, 191, 197, 204, 205, 208, 211, 215, 219, 222, 236, 240, 245, 250, 256, 265

B

beleza 62, 231, 235

C

carência 12, 13, 45, 55, 74, 75, 76, 77, 81, 83, 84, 88, 97, 108, 116, 122, 123, 137, 143, 147, 168, 174, 175, 217, 232, 233, 240, 245, 256, 277, 285

categorias 18, 101, 150, 151, 154, 160, 161, 166

causalidade 92, 110, 111

choque das civilizações 268

ciência, científicidade 11, 12, 13, 14, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 31 32, 33, 34, 35, 36, 37, 46, 50, 53, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 107, 112, 113, 115, 129, 131, 133, 137, 141, 142, 143, 144, 147, 151, 155, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 180, 182, 183, 184, 186, 190, 191, 197, 198, 199,

212, 213, 214, 215, 219, 221, 222, 227, 228, 230, 231, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 250, 257, 265, 275, 276, 285, 286, 287

ciências auxiliares 79, 182, 184, 188

ciência especializada 26, 31, 32, 76, 101, 227, 228

ciências naturais 34, 59, 112, 113, 155, 162, 163, 167

coerência narrativa 86, 231, 236

cognição, cognitivo (ver: conhecimento)

comparação 53, 59, 108, 155, 168, 191, 221, 249

competência 16, 18, 29, 32, 47, 101, 142, 190, 199, 208, 211, 248, 252, 253, 254, 255, 286

- competência narrativa 252

- níveis de competência 254, 255

comunicação 12, 27, 38, 42, 53, 62, 63, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 96, 150, 151, 153, 165, 181, 211, 225, 231, 236, 238, 239, 240, 259, 278

- comunicação intercultural 12, 27, 38, 84, 153, 181, 238, 278

conceitos, conceituação 37, 43, 79, 83, 85, 101, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 200, 206, 212, 219, 235, 240

confucionismo 199, 230

conhecimento 12, 13, 14, 16, 18, 22, 25, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 43, 44, 47, 49, 53, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68,

- 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 95, 97, 101, 102, 105, 113, 114, 115, 118, 131, 133, 134, 135, 136, 142, 143, 144, 147, 151, 152, 156, 158, 159, 160, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 189, 190, 194, 198, 199, 212, 221, 228, 231, 235, 236, 237, 240, 241, 244, 247, 248, 257, 265, 269, 270, 272, 276, 279, 285, 286, 287
- progresso cognitivo 80, 169, 219
- interesses no conhecimento 13
- construtivismo 89, 91, 109, 158
- contexto 11, 14, 15, 18, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 50, 52, 53, 57, 59, 60, 61, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 82, 85, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 103, 105, 110, 114, 133, 137, 139, 143, 145, 146, 147, 150, 152, 163, 171, 172, 178, 183, 184, 185, 186, 187, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 203, 204, 205, 207, 210, 213, 214, 217, 218, 222, 223, 229, 230, 231, 233, 239, 250, 251, 256, 261, 263, 276, 278, 285
- dependência do contexto 26, 28, 70, 71, 263
- contingência 38, 39, 41, 43, 54, 55, 56, 111, 119, 148, 174, 192, 242, 271
- contrassenso 55, 57, 93, 96, 117, 119, 275, 277, 279, 280, 282, 284, 287
- cosmovisão 103, 241
- crime contra a humanidade 284
- crise 25, 55, 56, 57, 76, 105, 286
- crítica 13, 16, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 56, 66, 69, 70, 71, 76, 83, 91, 98, 106, 110, 123, 124, 131, 137, 143, 149, 160, 171, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 200, 203, 206, 209, 210, 212, 213, 223, 224, 232, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 250, 255, 262, 263, 265, 270, 271, 272, 273, 277, 278, 279
- cronologia 122, 137, 178, 182
- cultura 18, 23, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 43, 54, 55, 56, 61, 63, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 108, 112, 113, 115, 118, 119, 121
- conflito 79, 240, 243, 264, 266, 267, 268
- cultura histórica 18, 26, 27, 33, 34, 36, 55, 56, 72, 74, 75, 79, 82, 83, 89, 92, 93, 94, 96, 144, 145, 159, 168, 176, 187, 197, 199, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 220, 221, 224, 225, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 250, 255, 257, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 276, 278, 279, 281, 282, 285
- D**
- desumanidade 130, 148, 149, 233, 243, 244, 272
- didática da história 11, 15, 16, 21, 23, 34, 147, 201, 222, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 285
- dignidade 145, 146, 232, 239, 243, 244, 273, 279, 282
- direitos humanos 12, 256, 278, 279, 284, 286
- E**
- emoção 49
- empíria 65, 77, 174, 175, 176, 177, 245, 263
- ensinar e aprender 247, 252
- entender, compreender 11, 12, 25, 28, 37, 41, 43, 45, 48, 51, 64, 72, 73, 75, 77, 79, 82, 90, 95, 102, 105, 107, 110, 112, 117, 130, 139, 143, 154, 156, 165, 192, 195, 214, 217, 240, 247, 248, 250, 251, 256
- espaço 15, 31, 34, 35, 37, 83, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 115, 123, 134, 136, 138, 142, 143, 146, 154, 174, 176, 182, 203, 207, 208, 209, 231, 242, 248, 282, 287
- espaço-tempo 104
- especialidade 15, 32, 35, 60, 64, 66, 95, 176, 230, 248, 252
- competência especializada 32, 142
- profissionalismo 177

- estética 13, 26, 30, 36, 62, 73, 86, 87, 89, 159, 191, 203, 215, 225, 229, 230, 231, 235, 236, 239, 249, 253, 257
- ética 33, 53, 54, 82, 120, 128, 233, 251, 278
- etnocentrismo 70, 71, 108, 149, 155, 266, 267, 268, 269, 270
- evolução 22, 25, 26, 56, 91, 107, 110, 112, 113, 119, 127, 129, 130, 140, 143, 144, 146, 153, 156, 157, 159, 191, 196, 197, 202, 207, 209, 228, 240, 251, 252, 253, 256, 259, 260, 262, 265, 269, 270, 271, 276
- lógica evolutiva 253
- experiência 12, 13, 14, 16, 17, 22, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 64, 68, 69, 71, 74, 75, 76, 79
- relação à experiência 68, 80, 97, 154, 205, 210, 212
- experiência histórica 38, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 90, 91, 102, 109, 110, 123, 131, 134, 136, 139, 142, 147, 148, 149, 150, 152, 161, 167, 171, 172, 173, 174, 178, 181, 188, 191, 201, 209, 227, 242, 245, 251, 255, 259, 267, 268, 284, 286, 287
- explicar, explicação 12, 51, 52, 64, 68, 76, 85, 103, 104, 105, 133, 135, 138, 142, 143, 154, 156, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 187, 188, 189, 190, 191, 205, 221, 237, 241, 272
- F**
- fato, facticidade 13, 28, 31, 34, 35, 44, 45, 46, 52, 53, 54, 65, 66, 67, 74, 79, 81, 85, 91, 92, 93, 95, 96, 101, 103, 111, 112, 113, 122, 132, 134, 139, 140, 148, 150, 156, 157, 160, 161, 163, 165, 168, 169, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 193, 194, 200, 203, 205, 206, 210, 213, 224, 241, 242, 245, 258, 259, 260, 263, 264, 277, 279, 284
- felicidade 53, 54, 63, 120, 122, 126, 130, 226, 283, 287
- busca da felicidade 63
- ficção 192, 193, 194, 195
- filosofia da história 31, 33, 35, 85, 101, 102, 112, 115, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 143, 144, 146, 147, 150, 183, 198, 239, 259, 270, 271
- fonte 26, 46, 53, 54, 66, 76, 77, 79, 80, 85, 99, 109, 117, 118, 129, 153, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 198, 199, 200, 207, 221, 228, 213, 223, 226, 229, 234, 236, 238, 240, 279
- formal 102, 115, 117, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 142, 144, 146, 147, 162, 167, 169, 198, 201, 204, 205, 238
- fundamentação 16, 61, 65, 67, 68, 70, 85, 104, 129, 147, 156, 209, 215, 219, 259, 265
- futuro 11, 13, 37, 39, 51, 52, 79, 80, 81, 91, 98, 99, 104, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 121, 124, 129, 132, 133, 138, 140, 145, 146, 147, 148, 152, 165, 183, 203, 209, 217, 219, 223, 234, 244, 250, 252, 256, 257, 260, 263, 264, 267, 268, 271, 275, 276, 278, 280, 282, 284
- G**
- globalização 23, 27, 71, 84, 148, 149, 155, 269
- H**
- hermenêutica 61, 105, 183, 214, 250, 258, 272, 273
- hibridismo 108, 262, 269
- história 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 45, 46, 50, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185,

- 187, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 265, 267, 270, 271, 275, 277, 278, 280, 285, 286, 287
- ciência da história 13, 14, 21, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 50, 59, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 72, 76, 79, 80, 82, 84, 86, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 115, 133, 141, 142, 143, 147, 151, 152, 155, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 191, 196, 197, 203, 218, 219, 221, 229, 230, 233, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 248, 250, 265, 285, 286, 287
- teoria da história 11, 12, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 57, 82, 89, 93, 102, 113, 123, 124, 133, 151, 162, 170, 171, 175, 187, 189, 191, 194, 199, 204, 212, 215, 217, 218, 222, 224, 230, 234, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 275, 277, 280, 285
- história dos conceitos 159
- historia vitae magistra* 78, 208
- historicidade 99, 119, 124, 150, 159, 183, 185, 201, 259
- historicismo 26, 56, 96, 144, 145, 146, 155, 172
- historicização 180, 186, 196, 197, 250, 256, 257, 258, 259
- historiografia 12, 13, 14, 15, 16, 36, 37, 72, 87, 115, 134, 140, 141, 144, 151, 155, 159, 160, 161, 168, 184, 189, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 212, 214, 215, 221, 227, 236, 237, 251, 281
- holocausto 57, 164, 225, 270, 284
- humanidade 23, 48, 68, 69, 90, 106, 107, 130, 138, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 152, 153, 209, 223, 224, 238, 239, 247, 258, 269, 270, 271, 272, 276, 282, 284, 286, 287
- humanismo 12, 23, 146, 243, 266, 272, 273
- humanização 40, 129, 138, 148, 231, 244, 265, 278, 279, 287
- humano, cultural 33, 38, 41, 43, 45, 47, 68, 81, 87, 98, 111, 116, 128, 137, 153, 196, 202, 214, 218, 219, 236, 237, 239, 250, 264, 265, 270, 276, 285
- I
- identidade 11, 48, 49, 69, 75, 84, 94, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 116, 117, 119, 126, 148, 149, 150, 164, 203, 207, 208, 209, 210, 211, 225, 234, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 284
- ideologia 68, 97, 103, 107, 180, 236, 238, 241, 242, 279
- crítica da ideologia 241, 279
- igualdade 126, 127, 130, 136, 145, 270
- imaginação 192, 193, 194, 195, 196, 204, 236
- imperativo categórico do pensamento histórico 144, 145
- imprensável 286
- inconsciente 94, 194, 224, 226, 230, 262, 279, 282
- individualidade 44, 70, 120, 127, 270, 271, 272, 286
- individualização 144, 209
- interdisciplinaridade 29
- intergeracional, relação 128, 130, 234, 284
- interpretação, perspectivas interpretativas 12, 13, 31, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 67, 69, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 90, 92, 97, 99, 103, 104, 106, 116, 120, 126, 128, 131, 133, 134, 135, 138, 140, 141, 142, 150, 154, 155, 159, 164, 171, 172, 178, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 195, 202, 219, 227, 228, 237, 241, 242, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 276, 278, 279, 282, 283

intersubjetividade 66, 67, 68, 69, 74
 intuição 49, 65, 174, 258

J

juízo, faculdade do 78, 251, 257
 justiça 125, 127, 130, 214, 287

L

legitimidade 62, 84, 87, 125, 130, 232,
 235, 238, 244

lembraça 37, 46, 83, 116, 143, 160, 169,
 175, 178, 180, 213, 225, 226

liberdade 54, 55, 83, 93, 233, 273

luto 281, 282

M

marxismo 237, 238, 242

material 13, 90, 102, 117, 129, 131, 132,
 133, 134, 135, 136, 138, 142, 144,
 146, 147, 157, 174, 175, 177, 179,
 180, 182, 197, 198, 202, 222, 245,
 249, 256

matriz, matriz disciplinar 12, 13, 72, 73,
 75, 82, 89, 244, 285

meios de comunicação 231, 239, 259

memória 15, 26, 33, 37, 83, 87, 88, 89, 92,
 116, 117, 143, 160, 175, 219, 220,
 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227,
 228, 229, 260, 268, 278, 280, 282

- memória construtiva 115, 225, 226

- memória cultural 83, 116, 225, 226

- memória social 223, 224, 225, 226

método 25, 31, 34, 36, 60, 61, 64, 66, 67,
 77, 78, 79, 96, 167, 169, 170, 171,
 172, 177, 184, 186, 187, 188, 191,
 295

moral 62, 112, 120, 128, 145, 184, 229,
 230, 233, 234, 236, 237, 250, 255,
 257, 259, 279

morte 40, 41, 53, 234, 260, 263, 281, 282,
 289

motivação 42, 49, 105, 222, 251, 253

multidimensionalidade 73

multiperspectivismo 201

mundo 13, 22, 28, 33, 38, 40, 41, 42, 43,
 47, 48, 49, 53, 54, 55, 57, 86, 87, 89,
 90, 91, 92, 93, 95, 97, 103, 104, 105,
 106, 107, 108, 109, 111, 112, 116,

117, 118, 119, 120, 122, 123, 124,
 128, 129, 130, 134, 135, 136, 137,
 140, 141, 142, 145, 153, 159, 164,
 165, 168, 174, 176, 190, 192, 194,
 195, 199, 202, 203, 207, 208, 209,
 211, 212, 224, 234, 235, 242, 244,
 245, 249, 259, 261, 262, 266, 267,
 268, 269, 271, 272, 279, 280, 285,
 289

N

narrar, narrativa 13, 14, 16, 40, 50, 52, 53,
 54, 55, 59, 64, 65, 66, 68, 69, 80, 81,
 86, 115, 119, 132, 133, 134, 135,
 139, 140, 141, 142, 149, 151, 152,
 154, 158, 163, 165, 166, 171, 185,
 186, 187, 191, 192, 193, 194, 195,
 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202,
 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210,
 212, 213, 214, 215, 217, 224, 225,
 227, 231, 233, 236, 252

- estrutura narrativa 12, 13, 22, 25, 50, 52,
 54, 83, 86, 120, 122, 123, 144, 151,
 154, 160, 163, 164, 187, 206, 213,
 214, 215, 236, 242, 255, 264, 265,
 276

narrativa mestra 149, 202, 224, 225, 227,
 264, 268

narratividade, teoria da 133

natureza 12, 13, 17, 18, 40, 111, 112, 113,
 114, 119, 122, 125, 127, 153, 164,
 202, 231, 238, 245, 276, 284

neutralidade axiológica 79, 230, 236, 244

normas, normatividade 53, 65, 67, 130,
 160, 161, 209, 213, 233, 245, 245,
 250, 257, 263, 264

nota de rodapé 199, 200

O

objetividade 12, 65, 66, 78, 79, 134, 135,
 143, 170, 181, 183, 221

orientação 12, 13, 16, 24, 29, 33, 36, 37,
 42, 43, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56,
 65, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78,
 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 94, 95,
 97, 98, 103, 105, 109, 110, 115, 116,
 128, 137, 138, 142, 143, 144, 145,
 147, 160, 165, 168, 174, 175, 178,
 192, 195, 196, 199, 207, 217, 218,
 219, 221, 223, 224, 228, 230, 231,
 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243,

- 245, 250, 251, 253, 255, 257, 258, 265, 266, 268, 269, 272, 275, 276, 279, 285, 287
- função de orientação 36, 49, 87, 239, 253, 257
- problemas de orientação 67, 68
- P**
- particularidade 43, 44, 69, 70, 72, 106, 156, 163, 186, 203, 217, 231, 270
paz 71, 126, 127, 130, 269
pensamento histórico 11, 12, 13, 17, 18, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 106, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 191, 192, 195, 198, 199, 202, 203, 205, 206, 208, 210, 212, 213, 214, 217, 218, 220, 222, 223, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 265, 266, 267, 269, 271, 272, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 285, 286, 287
- pergunta 31, 34, 35, 37, 48, 53, 55, 61, 74, 76, 78, 90, 102, 110, 124, 132, 133, 134, 148, 154, 162, 163, 164, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 178, 179, 182, 184, 185, 188, 218, 240, 248, 260, 263, 275, 277
- periodização 152, 153
- perspectiva, perspectividade 12, 18, 26, 51, 52, 60, 65, 67, 68, 74, 80, 82, 86, 98, 105, 110, 114, 116, 121, 126, 127, 128, 134, 138, 139, 140, 142, 147, 152, 153, 156, 157, 171, 181, 197, 198, 200, 208, 213, 222, 223, 224, 229, 232, 234, 253, 254, 260, 263, 267, 268, 271, 282
- pesquisa, investigação 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 60, 66, 67, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 88, 89, 101, 103, 141, 156, 160, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 198, 200, 202, 205, 212, 219, 221, 227, 228, 236, 240, 244, 245, 247, 265, 276
- plausibilidade 61, 62, 64, 66
- poder 33, 37, 47, 48, 49, 50, 55, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 71, 78, 79, 82, 84, 85, 87, 88, 90, 92, 97, 101, 106, 107, 108, 115, 116, 118, 120, 124, 126, 127, 130, 132, 133, 139, 142, 150, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 169, 175, 177, 181, 182, 185, 193, 195, 210, 218, 224, 226, 232, 233, 238, 240, 241, 244, 248, 250, 260, 264, 266, 267, 269, 275, 280
- poética 38, 151, 204, 205, 215
- policentrismo 130, 271
- política 30, 33, 36, 43, 62, 70, 73, 82, 84, 87, 88, 89, 94, 107, 126, 127, 144, 147, 173, 181, 203, 225, 229, 230, 232, 235, 236, 241, 250, 256, 258, 260, 264, 278, 284
- pós-colonialismo 26, 27, 28, 279
- positivismo 194
- pós-modernismo 26, 279
- profissionalização 35, 218
- profissionalismo 177, 228
- R**
- racionalidade, padrões de 26, 27, 28, 29, 37, 70, 71, 83, 86, 88, 98, 101, 119, 129, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 197, 199, 201, 212, 215, 222, 237, 240, 244, 250, 265, 266, 270, 287
- razão 25, 68, 71, 87, 122, 131, 138, 145, 146, 149, 183, 187, 231, 238, 242, 243, 244, 250, 263, 265, 268, 269, 270, 271, 275, 285, 287
- razão prática 68, 145, 242, 244
- recepção, estética da 14, 15, 16, 36, 200, 237
- relativismo 28, 71, 107, 244, 258, 259, 269, 270
- religião 53, 54, 60, 97

- representação 12, 13, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 48, 52, 56, 57, 65, 69, 74, 80, 86, 87, 89, 95, 97, 104, 106, 108, 111, 114, 115, 116, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, 135, 142, 146, 147, 152, 155, 162, 165, 171, 183, 185, 187, 193, 194, 197, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 213, 220, 251, 253, 254, 256, 259, 260, 262, 263, 264, 267, 268
- representação do processo temporal 44, 57, 185
- responsabilidade histórica 233, 234
- resquício 55, 177, 179, 182, 203
- retórica 13, 36, 62, 84, 86, 87, 89, 159, 191, 206, 215, 243
- retrospectiva 139, 158
- S**
- saber 11, 12, 16, 31, 32, 34, 47, 48, 49, 50, 60, 61, 65, 66, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 96, 97, 98, 101, 104, 115, 117, 119, 130, 136, 141, 143, 146, 147, 151, 159, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 176, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 202, 203, 212, 217, 228, 229, 231, 233, 234, 236, 237, 240, 241, 244, 245, 251, 252, 253, 257, 265, 281, 285
- salvação 62, 234, 236, 237
- seleção 13, 213
- semântica 94, 159, 160, 253
 - semântica histórica 159
- sentido,
 - concepção de sentido 41, 43, 102, 103, 207, 284
 - confiança no sentido 275
 - constituição de sentido 41, 42, 43, 55, 60, 63, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 95, 109, 111, 123, 124, 129, 132, 135, 151, 159, 164, 166, 168, 205, 209, 210, 215, 224, 236, 245, 249, 254, 255, 277
 - constituição crítica de sentido 209
 - constituição exemplar de sentido 207, 251
 - constituição funcional de sentido 94
 - constituição genética de sentido 197, 209, 212
 - constituição histórica de sentido 41, 42, 50, 52, 55, 56, 59, 60, 61, 68, 82, 83, 85, 89, 90, 91, 93, 94, 98, 123, 124, 129, 132, 134, 138, 148, 172, 189, 191, 201, 205, 206, 209, 211, 215, 224, 229, 239, 249, 252, 253, 254, 257, 268, 278, 281
 - constituição pragmática de sentido 96
 - constituição reflexiva de sentido 95
 - déficit de sentido 46
 - destruição de sentido
 - divergência de sentido 278
 - esquecimento do sentido 278
 - falta de sentido 90, 91, 93, 96, 103, 275, 276, 280, 281, 282, 283, 284
 - perturbação de sentido 40
 - sentido histórico 43, 44, 45, 46, 60, 68, 78, 81, 92, 94, 98, 111, 129, 131, 132, 160, 187, 190, 202, 206, 207, 208, 214, 223, 235, 276, 277
 - superávit de sentido 54, 129, 132
 - transbordamento de sentido 282, 283
 - sequência 22, 31, 43, 53, 57, 59, 74, 80, 82, 83, 108, 133, 134, 139, 151, 152, 154, 158, 159, 171, 172, 175, 183, 184, 186, 187, 188, 237, 240, 244, 255, 266, 278
 - ser humano 69, 118, 128, 148, 150, 153, 209, 214, 224, 232, 234, 238, 239, 243, 251, 261, 264, 265, 266, 270, 272, 282, 284, 290
 - significado 17, 18, 25, 26, 29, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 52, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 76, 78, 80, 81, 82, 86, 89, 97, 99, 106, 107, 109, 114, 116, 118, 119, 125, 133, 138, 140, 141, 144, 146, 147, 149, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 164, 174, 177, 178, 179, 180, 183, 185, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 202, 203, 205, 207, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 230, 231, 233, 238, 240, 247, 249, 257, 258, 260, 276, 277, 282
 - simbolização 83, 86, 89, 245, 253
 - “situação na vida” 82, 115, 116, 143, 144, 220, 282

- sofrer 13, 37, 54, 55, 82, 90, 104, 113, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 130, 140, 217, 228, 233, 242, 276, 281
- subjetividade 41, 42, 48, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 90, 116, 120, 127, 130, 135, 137, 146, 148, 149, 169, 170, 207, 209, 231, 232, 234, 237, 243, 260, 261, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 275, 277, 286
- sujeito e objeto, clivagem 131, 135, 136, 158
- superabundância 287
- T**
- teleologia 107, 108, 109, 110, 111, 113, 125, 267, 268, 271
- tempo 12, 13, 16, 21, 22, 28, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 55, 56, 57, 59, 64, 65, 69, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 103, 104, 105, 106, 107, 110, 112, 116, 117, 119, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 152, 153, 154, 156, 157, 161, 162, 166, 168, 174, 176, 180, 181, 183, 184, 186, 190, 192, 197, 200, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 217, 218, 219, 223, 230, 234, 235, 237, 238, 239, 243, 244, 250, 255, 258, 260, 263, 264, 267, 268, 275, 276, 277, 280, 281, 283, 284, 287
- diferença temporal 45, 46, 47, 50, 64, 91, 165, 175, 208, 221
- tempo natural 40, 41, 122, 184, 237
- ruptura temporal 40, 45, 53, 115
- perturbação do tempo 45
- temporalidade 40, 42, 48, 56, 91, 118, 121, 122, 123, 124, 136, 137, 139, 148, 157, 202, 262, 265, 268
- temporalização 136, 203, 251
- teoria 11, 12, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 44, 46, 53, 54, 57, 65, 72, 82, 84, 89, 93, 102, 113, 115, 119, 123, 124, 131, 133, 134, 142, 143, 144, 145, 146, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 162, 163, 170, 171, 175, 185, 186, 187, 189, 191, 194, 196, 199, 200, 204, 212, 215, 217, 218, 222, 224, 227, 228, 230, 234, 239, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 275, 277, 280, 285
- teoria da história 11, 12, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 46, 57, 82, 89, 93, 102, 113, 123, 124, 133, 151, 162, 170, 171, 175, 187, 189, 191, 194, 199, 204, 212, 215, 217, 218, 222, 224, 230, 234, 240, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 275, 277, 280, 285
- tipos, tipologia 21, 26, 55, 56, 57, 62, 115, 155, 156, 157, 158, 160, 163, 165, 166, 167, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 214, 215, 251, 253, 254
- tipos ideais 157, 158, 206
- tradição 26, 27, 28, 31, 34, 47, 78, 84, 109, 129, 131, 138, 167, 175, 178, 179, 182, 188, 191, 210, 213, 277, 284
- transcendência, transcender 54, 120, 123, 124, 128, 138, 194, 195, 234, 235, 238
- transdisciplinaridade 27, 29, 95
- trauma 56, 279, 281
- tropos 204, 205
- U**
- universais antropológicos 119, 121, 156
- V**
- validade 27, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 78, 79, 84, 88, 97, 98, 107, 141, 143, 165, 169, 170, 180, 181, 190, 197, 202, 207, 208, 213, 214, 221, 236, 237, 238, 241, 244, 245, 250, 251, 269, 279, 284
- valor(es), 23, 65, 87, 92, 98, 105, 127, 131, 145, 149, 150, 174, 206, 209, 233, 240, 241, 244, 250, 257, 258, 265, 259
- relação valorativa 46, 134
- verdade 12, 27, 28, 34, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 79, 82, 87, 88, 107,

- 130, 135, 158, 169, 191, 192, 193, 199, 219, 231, 236, 238, 241, 268, 272, 283, 289
- vida 12, 17, 18, 21, 22, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 287,
- mundo da vida 28, 86, 207, 212, 244, 245
- situação na vida 82, 115, 116, 143, 144, 220, 282
- utilidade para a vida 34, 36, 52, 62, 68, 199, 203
- virada histórico-cultural 26
- vitimização 234



TEORIA DA HISTÓRIA

Uma teoria da história como ciência

JÖRN RÜSEN

Tradução

Estevão C. de Rezende Martins

Editora
UFPR

Editora UFPR

Rua João Negrão, 280, 2º andar - Centro
80010-200 - Curitiba - Paraná - Brasil
Tel.: (41) 3360-7489 / Fax: (41) 3360-7486
www.editora.ufpr.br
editora@ufpr.br

Editora
UFPR

Este livro foi composto em Adobe Caslon Pro, corpo 8/10/12, impresso em off-set, em papel off-set 75 g/m² para o miolo e papel cartão apremo 250 g/m² para a capa, pela ICQ Editora Gráfica, para a Editora UFPR, em setembro de 2016, com tiragem de 500 exemplares.

Livrarias UFPR

Loja 1

Rua Dr. Faivre, 405, Ed. D. Pedro II - Térreo
80060-140, Curitiba - Paraná - Brasil
Tel.: (41) 3360-5214



Estevão C. de Rezende Martins, o tradutor deste livro, é professor titular de Teoria da História e de História contemporânea na Universidade

de Brasília. Pesquisador PQ 1 do CNPq, é autor de livros e artigos científicos no campo da teoria e metodologia da História. Colabora academicamente com Jörn Rüsen desde 1982, de quem traduz e comenta diversas obras.



Arthur A. Assis, o revisor técnico deste livro, é professor adjunto de Teoria e Metodologia da História da

Universidade de Brasília; especialista nas áreas de teoria da história e história do pensamento histórico. Doutor pela Universidade de Witten/Herdecke (Alemanha), com orientação de Jörn Rüsen. Mestre em História pela Universidade de Brasília; bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal de Goiás.

A *Teoria da História* do historiador alemão Jörn Rüsen articula reflexões fenomenológicas, epistemológicas, metodológicas, filosóficas, narratológicas e culturais em um sistema de argumentos que firma os fundamentos, o estatuto e a função do pensamento histórico. O critério central dessa teoria é o *sentido* do que se conhece como história, tanto para o pensamento histórico em geral quanto para sua forma científica, na historiografia, para sua aplicação prática, na didática da história, e para a orientação cultural na sociedade, nas ciências contemporâneas da cultura. Os interessados em teoria e método da pesquisa histórica, da educação histórica e da cultura histórica no século XXI dispõem dessa síntese de referência e instrumento de orientação e aprofundamento.

serie
PESQUISA

ISBN 978-85-8480-004-9



9 788584 800049